



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

IVO DE SANTANA

**À MARGEM DO CENTRO: ASCENSÃO SOCIAL E
PROCESSOS IDENTITÁRIOS ENTRE NEGROS DE ALTO
ESCALÃO NO SERVIÇO PÚBLICO – O CASO DE SALVADOR**

Salvador
2009

IVO DE SANTANA

**À MARGEM DO CENTRO: ASCENSÃO SOCIAL E
PROCESSOS IDENTITÁRIOS ENTRE NEGROS DE ALTO
ESCALÃO NO SERVIÇO PÚBLICO – O CASO DE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Lívio Sansone

Salvador
2009

S232 Santana, Ivo de
A margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público – o caso de Salvador. -- Salvador, 2009. 341 f.
Orientador: Prof. Dr. Lívio Sansone
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Negros. 2. Mobilidade social. 3. Classe média. 4. Racismo 5. Identidade
I. Sansone, Lívio. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Ata da Reunião da Defesa Oral da Tese de Ivo de Santana intitulada
" À Margem do Centro: Ascensão Social e Processos Identitários entre
negros de alto escalão - O caso de Salvador "

Aos Vinte de Julho de dois mil e nove, na sala de Vinte e sete da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Banca Examinadora da Defesa Oral de Tese de Ivo de Santana intitulada "À Margem do Centro: Ascensão Social e Processos Identitários entre negros de Alto Escalão -O Caso de Salvador". Após a abertura da sessão pela professora Iara Maria de Almeida Souza, Coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: Dr. Livio Sansone, da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais, CEAO e orientador do doutorando, Dra. Maria Gabriela Hita, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Dr. Jeferson Afonso Bacelar, da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Afro-Orientais, CEAO, Dr. Vilson Caetano de Sousa Junior, da Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição, Dr. Wilson Roberto de Mattos da Universidade do Estado da Bahia, do Departamento de Ciências Humanas. Conforme o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais foi dado o prazo de quarenta e cinco minutos para que o doutorando fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca fizessem a exposição dos seus pareceres. O primeiro parecer foi apresentado pela profa. Maria Gabriela Hita, o segundo pelo prof. Jeferson Afonso Bacelar, o terceiro pelo prof. Wilson Roberto de Mattos, o quarto pelo prof. Vilson Caetano de Sousa Junior e o quinto pelo prof. Livio Sansone . Após a apresentação dos pareceres pelos membros da Banca foi dado um prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse a sua réplica. Concluídas a exposição, leituras dos pareceres e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e deu a tese de Ivo de Santana como _____ Nada mais havendo a tratar, eu, _____, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo doutorando. Salvador, 20 de Julho de 2009.

Prof. Livio Sansone

Prof. Wilson Roberto de Mattos

Profa. Maria Gabriela Hita

Prof. Vilson Caetano de Sousa Junior

Prof. Jeferson Afonso Bacelar

Ivo de Santana

Nº _____

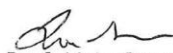
Ivo de Santana

**À Margem do Centro: Ascensão Social e Processos
Identitários entre Negros de Alto Escalão -
O Caso de Salvador**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais e aprovado, em 20 de julho de 2009, pela Comissão formada pelos professores:

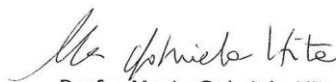

Prof. Jeferson Afonso Bacelar (UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



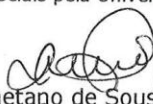
Prof. Livio Sansone (UFBA)

Doutor em Antropologia pela Universiteit Van Amsterdam



Profa. Maria Gabriela Hita (UFBA)

Doutora em Ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof. Vilson Caetano de Sousa Junior (UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Wilson Roberto de Mattos (UEB)

Doutor em Ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que fazem parte desta história...

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma tese de doutorado envolve um longo período de formação e pesquisas e, neste caso, não foi diferente. Durante esse tempo, diversas pessoas e instituições contribuíram de modo significativo para que eu chegasse até aqui, fornecendo o apoio e incentivo necessários nos momentos em que não era possível seguir sozinho no árduo trabalho intelectual. É hora de lembrar delas e tornar reconhecida a minha gratidão.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, que proporcionou o instigante clima intelectual que nutriu minhas reflexões. A Dora e Reinaldo, funcionários do PPGCS, pelo apoio e cordialidade nas horas precisas.

Aos amigos das disciplinas do curso, pela ajuda e aprendizagem, em especial para aqueles de quem fiquei mais próximo nestes anos, como Vera Rocha (sua cumplicidade, solidariedade, seus comentários e indicações, além dos papos-cabeça me instigaram a levar adiante o que parecia difícil). Sou seu incondicional fã. Valeu, Vera!!! A Márcio Nicory, meu fiel procurador, a quem serei eternamente grato. Sua amizade foi muito importante. Você nem imagina o quanto aquelas conversas madrugais na web foram providenciais, o alento nos momentos de solidão e de dificuldades no frio parisiense. Os “*Oi Ivo, bonjour!*” ficarão gravados em minha mente. Obrigado, Márcio. A Ubiraneila (minha fiel procuradora). Conheci-la foi importante demais. Sua generosidade e solidária presença me marcaram. Quanta energia a se estender por todos os que convivem com você. Suas críticas ao projeto me ajudaram muito. Obrigado. Outros colegas estiveram juntos, trabalhando, dividindo angústias e prazeres, trocando idéias, durante o percurso e compartilhando dos raros momentos de descontração. Sou grato a todos, representados aqui por Cristiana, Anatércia, Alexandre, Meigle, Detoubab e Denise. Sinto falta de vocês.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter viabilizado a bolsa de estágio na França.

Ao CEAF (Centre d'études Africaines) da EHESS (École des Hautes Études em Sciences Sociales) e, em especial, ao seu diretor, professor Michel Agier, meu orientador em Paris. Suas recomendações e seriedade, recheadas de bom humor, sua disponibilidade para me auxiliar no que fosse necessário e, sobretudo, a amigável convivência mantida, ampliaram o meu respeito intelectual por ele. Agradeço-lhe pela estrutura colocada à minha disposição, o que tornou mais confortável a minha temporada de estudos na França. Sou grato a Rémy Bazenguissa-Ganga, pela amizade, pelas pontuais recomendações e por seu acervo colocado a minha disposição. A Elizabeth

Dubois, por seu inigualável humor e extrema paciência em atender aos meus constantes pedidos. Agradeço também a Carole Craz, Emmanuelle Kadya Tall, Patricia Bleton, David Pierre Fila, Danièle Poitou, que cercaram de facilidades a minha estadia naquele país e me nutriram de boas recordações do período em que lá estive.

Aos professores Christian Gross, Myriam Cottias, James A. Cohen, Michel Wieviorka, Elsa Dorlin, Capucine Boidin, Luis Felipe Alencastro e Alexandra Poli, cujos contatos me oportunizaram importantes discussões e caminhos de reflexão sobre o tema.

Sou grato aos professores José Maria Pereira Nunes (UCAM), Luana Pereira, Jeferson Bacelar (UFBA), pelas observações, sugestões e críticas aos meus textos. Suas anotações foram de extrema importância para nortear as alterações necessárias ao trabalho, tendo um importante papel ao elaborar perguntas e levantar pontos ambíguos.

Aos meus entrevistados, por compartilharem comigo suas experiências e, em alguns momentos, passagens difíceis de suas vidas. Eles emprestaram o relato de suas vidas, mas necessitam permanecer anônimos. A todos vocês, um agradecimento da maneira mais profunda que eu possa dizer.

De modo especial agradeço a Luiza Bairros e Henrique Cunha Júnior, por terem me estimulado nas primeiras idéias a respeito desse trabalho e pelo duplo olhar – de acadêmicos e de negros em processos de mobilidade – que me levaram a redimensionar as idéias sobre como fazer a pesquisa. O pouco tempo de que dispunham não impediu que a boa vontade se expressasse reservando manhãs de sábado, férias, intervalos de atividades ou finais de cansativos expedientes para me auxiliarem na fase mais crua dessa pesquisa, efetuando leituras e intervenções sempre cuidadosas. Obrigado, meus caros amigos. Sou-lhes grato, especialmente pelo “ponta-pé inicial” que me trouxe até aqui.

A Ataíde, Nilo Rosa, Silvio Humberto, Elias, Cida Bento e Inês Barbosa, Delcele Mascarenhas, por suas palavras de incentivo, e, principalmente, pelas férteis e produtivas críticas ao projeto. Agradeço pelo inestimável apoio na leitura e discussão das minhas idéias iniciais, mas também por sempre me instigarem a seguir adiante.

A Ricardo Melo, que viu nascer o projeto, pelos bons conselhos, pela solidariedade e paciência em ouvir minhas vitórias e lamentações. Por estar sempre por perto, disposto a ajudar (e como apoiou !!!). Obrigado, meu caro Ric. Ao saudoso Luis Orlando, por suas palavras de incentivo, pelas suas argutas observações sobre os “negros que saem do lugar” e pelos livros e filmes colocados à minha disposição. Sinto por não estar mais aqui para compartilhar este momento. Dirijo a ele o meu agradecimento também. Aos colegas do Banco, que sabem o que passei para conciliar estudo e trabalho. Agradeço, em especial, a Cristiane Espeio e Paulo de Tarso, que estiveram mais perto de mim por mais tempo e pela força em momentos mais difíceis.

Agradeço ao professor Lívio Sansone, meu orientador e, sobretudo, um grande suscitador de dúvidas e de caminhos a seguir. Nossa trajetória, embora curta, foi marcada por divergências, que ele soube conduzir de maneira harmônica, mostrando-me como fazer, sincera e respeitosamente, o diálogo entre posições em aspectos divergentes. Para mim, esta foi, sem dúvida, a lição mais difícil e valiosa de todo o caminho. A sua compreensão e tolerância nos diversos momentos nos aproximou sobremaneira, oportunizando uma relação muito profícua e que, espero, seja duradora. Agradeço-lhe pelas substanciais pontuações às minhas reflexões e pela paciência com um orientando tão ansioso, “*que reclamava mais que uma velha*”. Sou grato pela sua rica biblioteca, colocada à minha disposição, e pela liberdade que sempre me deu para a realização da pesquisa. Em alguns momentos achei que seria impossível terminar a tese, e Livio foi fundamental para que eu mudasse de opinião e seguisse adiante. Obrigado, sobretudo pelo apoio num momento particular de dificuldades em minha vida.

Há pessoas que invariavelmente fazem parte da minha vida, e seria impossível não reconhecer a influência delas em todos os meus passos e agradecer-lhes pelo eterno estímulo em prosseguir.

Aos meus avós, Ernesto e Agenor, pela extrema paciência, confiança e boa vontade comigo.

A minha avó Christina, por sua marcada coragem e ousadia, pelo seu inigualável humor e pela farta generosidade.

A Ivone e Gabriel, meus pais, por não medirem esforços. Sinto-os presentes de forma intensa nessa pesquisa, vivenciando comigo as dificuldades e, sobretudo, as alegrias. Vocês me enchem de coragem e força.

Aos meus irmãos e irmãs, agradeço pela constante torcida.

A Livia e Maria Luiza, minhas queridas filhas, que viram tudo acontecer, toleraram minhas ausências e, pacientemente, ouviram, por tantas vezes, a expressão “depois da tese”, concordando com minha necessidade de silêncio e tranquilidade para estudar. Sei que, mesmo quando “presente” em casa, descuidei delas para cuidar melhor do estudo. Sou-lhes eternamente grato e prometo cumprir minhas promessas de antes da tese. Valeu, Livinha !!! Valeu, Mari !!! Eu as amo muito.

Muitas outras pessoas colaboraram comigo durante esses anos em que estive envolvido na tese, mas, a partir daqui, se for citá-las, as omissões serão muito perversas. Então, agradeço a todas elas pelas contribuições, que chegaram na hora certa. São tantos os amigos prontos a ouvir, ensinar e compartilhar a vida. De uma forma ou de outra, eles fazem parte de minha história.

SANTANA, Ivo de. *À margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público – o caso de Salvador*. 341 f. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RESUMO

O presente estudo trata da ascensão social e analisa a constituição de processos de mobilidade de negros na administração pública. O estudo reflete sobre a experiência de vinte profissionais negros que ocuparam postos de alto escalão na hierarquia do serviço público em Salvador (BA) nas últimas décadas. A partir da fala dos sujeitos da pesquisa analisam-se histórias por eles vivenciadas, na tentativa de entender as microdinâmicas dessa ascensão: conhecer os caminhos percorridos, apreender os significados autoatribuídos, como também a relação entre tais processos de mobilidade social e a construção de identidades. Para tanto efetuou-se o levantamento de histórias de vidas a partir de entrevistas em profundidade realizadas com os próprios atores sócias, além de questionários e pesquisa bibliográfica em fontes diversas.

Palavras chave: Negros - Ascensão social - Classe-média - Racismo - Identidade

SANTANA, Ivo de. *On the fringe of the centre: social mobility and identity formation among highly positioned black social servants – the case of Salvador (Bahia, Brazil)*. 341 pp. 2009. Thesis (Doctorate) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ABSTRACT

This research deals with social mobility and analyzes the way through which mobility takes place among black people in the public service. It focuses on the career of twenty professionals that have taken important position the public service over the last few decades in Salvador. Their narrative is scrutinized for the purpose of understanding the micro-dynamics associated with this upward mobility: perceiving their trajectory and how they assign meaning as well as the relationship between these processes of social mobility and identity formation. Life histories were constructed by means of a set of long in-depth interviews. Data was also gathered through questionnaires and archival research on different sources.

Key words Blacks - Ascension social – Middle class – Racism - Identity

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA	14
I - INTRODUÇÃO	19
1.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
1.3 - SOBRE O RECORTE TEMPORAL	33
1.4 - AFINAL, QUEM SÃO OS NEGROS?.....	40
1.5 - A ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO DA TESE.....	43
II - RELAÇÕES RACIAIS: A DIVERSIDADE DE TERMOS E CONCEITOS	45
2.1 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	46
2.2 - NEGRO, O SENTIDO POLÍTICO DO TERMO	51
2.3 - A CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO TEÓRICA DO PENSAMENTO RACISTA	53
2.4 - COMPREENDENDO A RAÇA.....	56
2.5 - O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	58
2.6 - PRECONCEITO? RACISMO? DISCRIMINAÇÃO RACIAL?.....	60
III - A ASCENSÃO SOCIAL DOS NEGROS COMO CAMPO DE ESTUDO	66
3.1 - OS ANOS 30 E A ILUSÓRIA PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA RACIAL.....	68
3.2 - DO FINAL DOS ANOS 30 AOS ANOS 50, O RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO PRECONCEITO	71
3.3 - DOS ANOS 60 ATÉ O FINAL DOS ANOS 70 – A CONTRADIÇÃO DA IDÉIA DE PARAÍSO RACIAL	79
3.4 - DO FINAL DOS ANOS 70 ATÉ MAIS RECENTEMENTE: A ASCENSÃO SOCIAL EM UM BRASIL INDUSTRIALIZADO	86
4.1 - O ESPECÍFICO ETNOGRÁFICO.....	97
4.2 - A APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS	101
4.3 - AS PRÉ-NOÇÕES E OS JULGAMENTOS.....	106
4.4 - OS INFORMANTES DA PESQUISA	109
4.5 - O ROTEIRO DE ENTREVISTA	112
4.6 - O CADERNO DE CAMPO.....	114
4.7 - O LOCAL DAS ENTREVISTAS	115
4.8 - A TOMADA DE DEPOIMENTOS	116
4.9 - A INTIMIDADE E A CONFIANÇA GERADA.....	125
V - EXPERIÊNCIAS DE ASCENSÃO: UMA GERAÇÃO DE ENTREMEIO	130
5.1 - O AMBIENTE DOMÉSTICO E O CÍRCULO DE ORIGEM	135
5.2 - A ESCOLA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	172
5.3 - O INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO E A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA	201
5.4 - ÊSTILO DE VIDA E COMPORTAMENTOS	220
5.5 - A CONSCIÊNCIA E EXPERIÊNCIA DO RACISMO NA PRÁTICA COTIDIANA.....	271
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	318
APÊNDICES	335

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa decorre de um interesse particular em aprofundar conhecimentos sobre o processo de ascensão social de indivíduos negros em Salvador, um tema que tenho sido instado a refletir desde a Especialização em Administração de Empresas, em 1997, quando elaborei um estudo sobre a trajetória de executivos negros no setor bancário de Salvador.

A minha própria trajetória pessoal contribuiu para o surgimento de indagações que se acentuaram na medida em que, no decorrer da minha vida profissional, aumentava a minha convivência com sujeitos que, como eu, vivenciaram experiências de mobilidade social. Tais circunstâncias, associadas a observações pessoais, me incentivaram à leitura de biografias específicas, ensaios, matérias jornalísticas e tudo o que estivesse ligado a essa temática.

Neste sentido, eu tinha plena consciência de que no Brasil apenas uma diminuta parcela de negros ascende socialmente, mas, em 2001, uma reportagem na Folha de São Paulo¹ me despertou para uma série de reflexões sobre as nuances que essa realidade comporta. A matéria abordava a distribuição dos negros no alto comando do país e mostrava que, na cúpula judiciária, não existiam negros. Entre os ministros da República, apenas um se dizia negro. Na Câmara, dos 513 deputados, 73 se manifestaram negros. No

¹ Stein (2001:1).

Senado, dentre os 81 membros, apenas 9 se diziam negros. Nas Forças Armadas, a única resposta foi da Aeronáutica, na qual os sete membros do Alto Comando eram brancos. No Exército, o primeiro e único general negro em sua história, havia ingressado dois anos antes (era um entre 88 generais). Por fim, a Marinha e o Itamaraty responderam que não fariam aquele tipo de levantamento, pois consideravam essa atitude “discriminatória”.

Naquele momento, as respostas da Marinha e do Itamaraty me fizeram refletir sobre o quão complexa é a questão racial – um campo que no Brasil se afigura de forte tensão silenciosa. Também me conduziram a uma série de indagações, a exemplo de: Como se desenvolvem esses raros e apartados processos de ascensão de indivíduos negros? Como tais processos repercutem no seu principal protagonista e no seu entorno imediato? Quais os ônus e os bônus dessa atomizada mobilidade no cotidiano desses atores sociais? Qual a percepção desses sujeitos do processo vivenciado?

Em 2003, fui convidado a atuar como Subsecretário, na Secretaria Municipal da Reparação e, nessa condição, ampliou-se a minha convivência com membros da classe média de Salvador. Dentre eles, havia alguns negros que ocupavam postos de prestígio no serviço público e, nesse contexto, não foram poucos os momentos em que me vi refletindo sobre o quanto essa mobilidade se configurava estatisticamente estreita, isolada ou limitada para os protagonistas negros desse processo. Outras vezes me percebia incomodado, ao projetar que ela submetia os indivíduos a uma vida ambígua, circulando entre o mundo dos valores da “cultura branca” e o mundo herdado da família de origem.

A procura de respostas para tais inquietações e a busca do aprofundamento dessa temática motivaram-me à realização deste estudo em nível de doutorado, em que persigo um maior aprofundamento na temática iniciada em meu curso de especialização. Neste sentido, adentro com maior profundidade e densidade etnográfica nas histórias de indivíduos negros, preocupado em entender as microdinâmicas dessa ascensão na administração pública em Salvador.

O meu intuito foi investigar a trajetória vivenciada por indivíduos que, partindo de origens modestas, conquistaram espaços importantes em áreas fundamentais da sociedade. Nesta perspectiva, concentro-me na análise dos

percursos de ascensão social de indivíduos negros que, pela via do concurso, ingressaram na Administração Pública e, em instituições de Salvador, atingiram posições de prestígio e poder como comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor chefe de polícia, delegado titular da polícia, diretor de hospital, diretor de faculdade e de unidade de ensino técnico especializado, juiz, desembargador, superintendente de instituição, dentre outros.

Analiso as histórias vivenciadas por essas pessoas, na tentativa de conhecer os caminhos percorridos, de entender os significados atribuídos ao autoprocesso de mobilidade, bem como refletir acerca das repercussões geradas no entorno dos seus protagonistas. Com esse propósito, busco contribuir para ampliar a compreensão de suas trajetórias de vida por acreditar que elas podem revelar importantes aspectos da realidade social dessa parcela da população e, conseqüentemente, do conjunto da sociedade brasileira no cenário contemporâneo.

MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Cursei Economia entre os anos 1976 e 1980 e, nesse meio-tempo (em 1979), ingressei no serviço público, após algumas incursões no setor privado. São inegáveis as oportunidades que a universidade e o emprego na esfera pública me proporcionaram, seja pela aquisição de conhecimentos, seja pela ampliação de visão de mundo, como também pela abertura para relações que se estenderam para além das fronteiras do bairro e do círculo familiar a que até então eu me limitara.

A partir daí, passei a conviver com pessoas de diferentes classes sociais ou mesmo de realidades similares, mas que se distinguiram por aspirações, posturas e, muitas vezes, pela consciência de fatos que eu jamais havia sido levado a refletir. Foi nesse período que vivenciei o despertar para a questão racial. Passei a participar de reuniões de grupos do Movimento Negro, o que me rendeu não apenas amizades que ainda hoje mantenho, mas, sobretudo, a oportunidade de, pela primeira vez, ouvir e falar de sentimentos e experiências jamais compartilhadas. Isso, sem dúvida, me situou nos meandros da questão racial e, mais do que isso, introjetou-a em minha consciência, tornando-me mais atento aos seus desdobramentos.

Instigado a seguir a carreira acadêmica, ingressei no Mestrado em Economia da UFBA, em 1981. No entanto, tornou-se difícil conciliar os tempos acadêmicos e profissionais, uma vez que investir na minha carreira no Banco Central do Brasil era questão de sobrevivência. Além disso, como todos os que ali ingressaram, eu estava em período de estágio probatório nessa instituição.

Tal condição me exigia dedicação integral ao trabalho e me submetia a uma avaliação gerencial, cujo resultado negativo poderia inviabilizar a minha designação para ocupar o cargo para o qual havia sido designado. Diante disso, após um ano do curso, tive que abandoná-lo na perspectiva (frustrada) de retomá-lo posteriormente, após a minha efetiva estabilização no emprego.

Cabe pontuar que estudar e trabalhar conjuntamente é um desafio que tenho enfrentado desde o último ano do curso técnico de 2º grau. Muitas vezes, isso me sobrecarregou tanto física como psicologicamente, limitando meu aproveitamento em ambas as atividades. Contudo, avalio que se este fato gerou algumas dificuldades, também contribuiu para o meu crescimento pessoal. Tive que aprender a ser mais disciplinado, organizado e persistente para poder alcançar os meus objetivos e até mesmo dar-lhe uma maior valoração.

Depois de estabilizado profissionalmente, retomei os contatos com a militância negra da qual havia me afastado desde a minha entrada no mestrado. Assim, em 1985, ingressei no Grupo Cultural Olodum, de onde, após algum tempo, me tornei Conselheiro e depois Diretor Administrativo. A participação nessa entidade me permitiu a convivência com destacados militantes da causa negra, alargou a minha consciência sobre a questão racial e me levou definitivamente ao engajamento na luta antirracista.

Desde então, tenho também me aproximado de indivíduos negros que vivenciaram processos de mobilidade social em relação aos seus universos de origem. Por vezes, em nossas conversas, comentamos sobre certas dificuldades ou conquistas, compartilhando expectativas, medos e preocupações em relação aos nossos filhos.

Um fato emblemático dessas interações foi a minha participação, em 1995, em um curso de Especialização em Administração de Empresas na UFBA, onde ingressei em busca de aprofundar conhecimentos e de aprimoramento profissional. Esse curso me oportunizou a primeira incursão teórica no campo da ascensão social de indivíduos negros e tinha como objetivo “capacitar dirigentes para responder aos desafios da transformação da produtividade e da humanização da gestão”. Éramos 30 alunos, dentre os quais apenas dois eram negros: Eu e o Superintendente de um importante banco em Salvador.

A nossa aproximação foi imediata, certamente em razão da percepção das identidades que partilhávamos. A esse respeito, cabe ressaltar que entre

mim e ele parecia existir um pacto não verbal e não escrito para que, em nossas conversas, nunca abordássemos “assuntos delicados”, ou seja, aqueles relacionados a questões raciais, origens comuns, dificuldades pessoais, conquistas ou perdas. Esses assuntos só se tornaram pontos de discussão entre nós muitos anos depois.

Naquela época, essa convivência gerou algumas indagações: Por que havia apenas dois negros no curso de formação de gerentes? Qual o efetivo de executivos negros em instituições bancárias sediadas em Salvador? Qual o perfil desses executivos? Existiria alguma trajetória comum para se atingir tais postos? Como desenvolveram suas carreiras profissionais?

A busca de respostas para essas e outras questões similares me conduziram, em 1997, a abordar a trajetória de ascensão social de executivos negros no setor bancário, na monografia de conclusão desse curso. Esse estudo me permitiu traçar perfis profissionais, educacionais e familiares desses indivíduos, bem como identificar o desenvolvimento de condutas que lhes facilitaram a conquista de posições no topo dessas empresas. Seus resultados foram apresentados no V Congresso Afro-Brasileiro e publicados nas revistas *Afro-Ásia* do CEAO-UFBA (*Trajétória de Executivos Negros nas Organizações Bancárias em Salvador*) e na *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano* da Faculdade de Saúde Pública da USP (*Infância e Adolescência de Executivos Negros*)².

Neste contexto, me aproximei de autores como Thales de Azevedo, Donald Pierson, Fernando H. Cardoso, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, João José Reis, Ana Maria Valente, Maria Aparecida Bento, dentre outros, que se debruçaram sobre as questões raciais. Os desdobramentos dessa pesquisa me motivaram a continuar estudando questões relacionadas à ascensão social de indivíduos negros. Assim, em 1999, eu fazia parte do quadro de Analistas no Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil e, então, movido por interesses profissionais, mas também pelas minhas inquietudes pessoais, ingressei no Mestrado em Administração e Comércio Internacional da

² Santana. “Dramas e tramas do processo de ascensão social de executivos negros em organizações bancárias de Salvador”. *Afro-Ásia*, ISSN 0002-0591, v.23, n.1, p.199-239, Salvador: CEAO/UFBA. 2000. Santana & Camargo. “Infância e adolescência de executivos negros”. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, ISSN 0104-282, v.9, n.2, p.74-89, São Paulo: USP/FSP/CDH. jul./dez.1999.

Universidade de Extremadura. Lá, pretendia estudar as relações econômicas que se estabeleceram entre o Brasil e a África nas décadas de 1970 a 1990.

Esse estudo, concluído em 2002, me fez adentrar no universo das relações sul-sul e aumentar a minha compreensão sobre a dinâmica do comércio Brasil-África naquele período. Revelou-se, para mim, o elevado empenho do governo militar brasileiro em ampliar a presença comercial do país no continente africano, buscando aprofundar os laços de relações e, em especial, o interesse de aumentar o poder de influência do Brasil no concerto das nações. Como parte desse trabalho, descrevi a trajetória ascensional de Adalberto Camargo, negro de origem humilde, que se tornou um prestigiado empresário e político paulista; sua trajetória singular, construída à revelia do circuito da formação educacional e que chega a atingir níveis elevados na hierarquia social brasileira. De ajudante de cozeiro e com apenas a formação primária, Adalberto se tornou membro executivo de importantes entidades de comércio do Estado de São Paulo, deputado federal, Presidente de Câmaras de Comércio, sendo condecorado pelo Governo paulista, como "Grande Oficial na Ordem de Ipiranga", e como "Comendador" na Ordem do Rio Branco pelo, Presidente da República.

O conhecimento da trajetória de Adalberto me demonstrou o quão difícil é a sobrevivência dos negros em ambientes onde não são esperados, e isso me levou a refletir sobre as conquistas, dificuldades e instabilidades a que estão afeitas tais isoladas trajetórias de ascensão social. Resultados desse estudo foram objeto de artigos que publiquei, nas revistas *Diálogos Possíveis*, *Revista Brasileira de Política Internacional*, *Contexto Internacional* e *Estudos Afro-Asiáticos*³.

Em 2003, participei do Curso Avançado sobre Relações Étnicas, Raciais e Cultura Negra, promovido pela Fábrica de Idéias/CEAO /UFBA, evento de grande importância na minha formação e ao qual credito a minha aproximação

³ Santana. "Relações econômicas Brasil-África: A Odebrecht e a experiência angolana: estudo de caso da presença empresarial brasileira na África", **Economia em Revista**: ISSN 1413-6090, p.25-46 89, v. 12, nº 2, Maringá: UEM/DCO, 2004; Santana. "A Experiência empresarial brasileira na África: um estudo de caso". **Diálogos Possíveis**: ISBN 1677-7603, v.3, n.1, p. 5-28, Salvador: FSB, 2003; Santana. "Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África". **Revista Brasileira de Política Internacional**: ISSN 0034-7329, v.46, n.2, p.113-137, Brasília: UNB, 2003; Santana. "O Despertar empresarial brasileiro para o mercado Africano". **Contexto Internacional**: ISSN 0102-8529, v.25, n.1, p.139-195, Rio de Janeiro: PUC, 2003. Santana. "Relações econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano". **Estudos Afro-Asiáticos**: ISSN 0101-546X, v.1, nº. 3, .Ano 25, p.517-555, Rio de Janeiro:UCAM, 2003.

com a Sociologia. A esse respeito, cabe mencionar as minhas dificuldades iniciais, especialmente considerando minha formação acadêmica e as atividades profissionais que exerço em meio a estatísticas, cifras, números e análises econômicas que, indubitavelmente, contribuíram para o meu distanciamento das abstrações teóricas que a disciplina proporciona. Esse curso me deu a oportunidade de entrar em contato com uma série de reflexões sobre o mundo africano e seus desdobramentos na diáspora. Também me possibilitou o desenvolvimento de relações de amizade e contatos profissionais com pesquisadores brasileiros e de outros países, estabelecendo importantes trocas de informações.

Em 2004, ingressei no programa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, onde, nas disciplinas cursadas e através das leituras propostas, encontrei subsídios importantes para orientar as minhas reflexões. A oportunidade de atualização acerca de questões teórico-metodológicas muito me auxiliou no estudo da problemática que envolve a trajetória dos negros em ascensão social.

Cumpre-me assinalar a importância, em minha formação, das discussões promovidas no âmbito das cadeiras “*Relações étnicas e raciais*” (Prof.^a Dr.^a Paula Cristina Barreto) e “*Reflexões em torno do método etnográfico*” (Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário G. de Carvalho). A primeira das disciplinas destaca-se por ter me proporcionado uma maior atualização com o ambiente contemporâneo das relações étnicas e raciais, bem como com a problemática do racismo, um fenômeno fortemente presente no meu estudo. A disciplina da Prof.^a Rosário tem sua importância distinguida na medida em que me abriu as portas para o mundo da etnografia, apresentou-me seus teóricos, ajudou-me a compreendê-los em sua complexidade e facilitou a aplicação do método à minha pesquisa.

I - INTRODUÇÃO

Um dia eu estava com o Joaquim Barbosa ministro do Superior Tribunal de Justiça, num restaurante em Ipanema, no Rio, aguardando a chegada de nossos carros e uma senhora nos entregou a chave do carro dela pensando que éramos manobristas. Ainda existe no inconsciente das pessoas a idéia de que negro de terno é manobrista ou segurança de shopping.⁴

A ascensão social dos negros conforma um campo no qual se inscreve esta pesquisa, a qual, tem como objetivo principal analisar a constituição de processos de mobilidade de profissionais negros que ocuparam altos postos de gerência e direção⁵ em instituições do serviço público em Salvador – cidade majoritariamente negra e fortemente marcada pela seletividade racial no acesso às oportunidades ocupacionais, segundo os censos oficiais. O estudo inclui o levantamento de histórias de vida a partir de entrevistas em profundidade. Realizadas com os próprios atores sociais, estas tiveram como principal intuito contemplar as experiências por eles vivenciadas de modo a refletir sobre a relação entre tais processos de mobilidade social e a construção de identidades.

⁴ Depoimento de Humberto Adami, advogado negro que conduz um dos maiores escritórios do Rio de Janeiro, à revista Istoé Dinheiro. nº 455, de 07.06.2006. p.34.

⁵ À semelhança de diversos autores que têm analisado as desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro (HASENBALG, 1979; VALLE SILVA, 1979; BARRETO, 1980), nesse trabalho a ênfase recai sobre as ocupações com a categorização tomando por base a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. A essa classificação aduzi pequenos ajustes, privilegiando aquelas ocupações mais valorizadas socialmente e exclusivamente ocupáveis por indivíduos que ingressaram na administração pública e forças armadas via concurso público, a exemplo da classe de membros superiores e dirigentes do poder público, das forças armadas, militar e bombeiro militar.

Minhas observações empíricas e a bibliografia pesquisada apontaram que, no país, a ascensão social de indivíduos negros não se trata de um fenômeno recente⁶. Mostraram também que sua ocorrência se constitui em fenômeno de alcance limitado e é permeada de dificuldades, algumas delas específicas e decorrentes da condição racial desses indivíduos. Embora tenha dado sinais de crescimento na última década, essa ascensão continua quantitativamente estreita, conforme tem sido revelado ao longo dos anos pelas estatísticas oficiais.

Dados recentes (IBGE: 2000) apontam que, no Brasil, menos de 3% dos negros (pretos e pardos) economicamente ativos alcançam posições de gerência nas instituições do mercado de trabalho. Estes só são maioria na construção civil e como domésticos, ou seja, em setores ou atividades pouco rentáveis economicamente. Tal desigualdade tem gerado diversos debates na imprensa⁷, assim como nos setores acadêmicos nos quais essa situação não se verifica apenas onde é menor a presença de negros no conjunto da população, a exemplo de municípios do sul e sudeste do país. O fato se constata até em Salvador, reconhecida como a capital de maior proporção de negros em sua população. Nessa cidade, os dados do IBGE (2000) revelam que, apesar do elevado contingente de negros, apenas 1% dos pretos e 4% dos pardos fazem parte do grupo de autoridades públicas, dirigentes e gerentes⁸.

A reduzida quantidade de negros em cargos de mando também não é exclusiva de Salvador nem de determinados ramos de atividades⁹. Pesquisa recente realizada junto às 500 maiores empresas do país em faturamento, pelo Instituto Ethos, observou que negros e pardos persistem sub-representados dentro das empresas brasileiras, especialmente nos altos escalões. O relatório da pesquisa desse Instituto constatou que, em 74% das empresas, não havia

⁶ Conforme Moura (1983:12), no período escravista, o negro, tratado como coisa e assim considerado pelo Direito da época, não tinha possibilidade de ascender socialmente. Contudo, a situação de liberto permitiu a alguns ex-escravos (especialmente os mulatos) melhorarem sua posição na estratificação social, na condição de artesãos, profissionais liberais e também por meio da imprensa, quer como profissionais, quer como intelectuais.

⁷ A esse respeito, ver Cotta (2006:30), Pretos (2006).

⁸ Esse grupo congrega as ocupações hierárquicas superiores do Legislativo, do Executivo, Judiciário, direções de empresas (diretorias e gerências) e a condição de proprietário (IBGE, 2000).

⁹ Refiro-me a atividades como as que envolvem alguma forma de capital financeiro anterior ou que exigem dispendiosa educação, a exemplo do setor empresarial de grande porte ou das ciências médicas.

negros no quadro executivo (primeiro escalão), sendo também elevado o índice das que declararam não haver negros em cargo de gerência (42%, segundo escalão) e 10% admitiram não haver negros nem mesmo no quadro funcional.¹⁰

Essa disfunção ocorre também no serviço público, setor ocupacional que, devido aos critérios de ingresso presumidamente democráticos¹¹, exerce forte atração sobre parcela significativa da população negra em busca de emprego. Nesse setor, o quadro referente à ocupação na hierarquia não se mostra diferente do de outras esferas de atividades, pois quanto mais elevada é a posição e a visibilidade do cargo, menor é a quantidade dos negros, dando evidências de que o caráter “democrático” imputado aos critérios de ingresso não tem equivalência na indicação dos indivíduos para os denominados “cargos de confiança.”

Em pesquisa realizada junto a instituições da Administração Pública Federal, Osório (2006: 37) conclui que existe uma estreita associação entre o sexo, a raça das pessoas e a ocupação dos cargos no serviço público. Para esse autor, tal situação indica a existência de certo grau de discriminação institucional¹², que reduz a probabilidade de negros, homens ou mulheres, ocuparem postos de comando, quando comparados aos brancos.

De fato, trata-se de uma realidade que suscita reflexões não apenas por indicar a existência de uma forte desigualdade racial na estrutura social brasileira, mas por sugerir que, para os negros, a ascensão social é mais difícil do que para os brancos. Assim, ressalta-se a existência de um processo complexo de ascensão social, a exigir um maior aprofundamento e onde caberia indagar: Como se constituem esses processos de ascensão social? Como essa experiência de ascensão é significada pelos sujeitos que a vivenciaram?

¹⁰ Instituto Ethos (2003: 22).

¹¹ Através das formas consensualmente consentidas de exames de currículos e concurso público.

¹² A expressão discriminação institucional tem sido frequentemente utilizada em diversos estudos referindo-se a situações em que a desigualdade racial se manifesta na diferença de acesso e tratamento nas instituições no âmbito dos direitos e do espaço público, ou seja, discriminação no mercado de trabalho, no que diz respeito não apenas ao ingresso, mas à ascensão.

Uma vez inseridos no mercado, pouco se sabe sobre como se desenvolvem os processos de ascensão social de profissionais negros¹³, ou seja: Qual o significado das conquistas alcançadas? Quais os caminhos percorridos? Que decisões tiveram que tomar? Quais as dificuldades e os desafios enfrentados? Houve utilização de estratégias ou habilidades específicas?

Contemplando experiências vivenciadas por profissionais negros, que ocuparam posições de direção e gerência no serviço público, o meu esforço analítico se pauta no sentido de trazer à tona elementos de conhecimento que se proponham ser mais reveladores da experiência dos negros em ascensão social para, desse modo, poder responder a questões como: Quais os significados de trabalhar para o Estado? Quais os modos de pensar e agir desses trabalhadores? Quais as possíveis barreiras ou facilidades que o sistema estatal produz para esse segmento do funcionalismo? Como a ascensão é percebida e vivenciada por indivíduos negros ocupantes de postos de direção e gerência no serviço público? De que modo suas trajetórias de vida se relacionam com suas práticas pessoais e profissionais? Existem características específicas das trajetórias desses servidores em direção aos postos ocupados? Como se processam as relações junto aos grupos de referência (família, bairro, escola etc.)? Qual a repercussão dessa mobilidade no ambiente externo e interno das instituições em que atuam?¹⁴.

¹³ Ao longo do tempo, os estudos sobre o negro nas Ciências Sociais têm privilegiado os aspectos relacionados aos cultos afro-brasileiros, à classe trabalhadora, às camadas populares em geral, bem como às vicissitudes dos que vivem em desvantagem social. Fernandes (1978: 300) pondera que “em termos de drama humano e como problema social, “o negro” atrai maior simpatia na fase incipiente do processo (de ascensão social), na qual seus anseios soam como clamor por justiça social”. No caso específico de Salvador, as pesquisas que buscam desvendar o universo das camadas médias negras ou suas experiências de ascensão social dos sujeitos, ainda são poucas e a meu ver, são ainda insuficientes para a compreensão desses processos, na sua totalidade. Dentre elas, destacam-se Pierson (1945), Azevedo (1996), Castro & Barreto (1992), Bairros (1988), Agier (1990 e 1995), Santana (1999) e Figueiredo (2002, 2003). Algumas dessas pesquisas, por terem um viés quantitativo, desmereceram, em certa medida, as subjetividades de seus interlocutores e, nesse sentido, deixaram de perscrutar as vozes daqueles que, ao construírem suas trajetórias, certamente, encontram significados, por vezes, ignorados pelos estudos sociológicos de orientação quantitativista

¹⁴ Conforme Pastore (1979:4), os processos de mobilidade ascendente funcionam como uma promoção social, repercutindo no próprio sujeito, mas também, (a curto ou longo prazo), em seus dependentes, pois ao migrar de uma ocupação de *status* baixo para outra de *status* mais alto tal movimento tende a ser acompanhado de ganhos não apenas em termos de oportunidades econômicas, educacionais e sociais, mas, sobretudo, de mudanças de valores, de atitudes e de horizonte cultural.

Diante disso, a principal questão a ser desvelada neste trabalho é: Como o processo de ascensão social é vivenciado por profissionais negros ocupantes de cargos de direção e gerência em instituições do serviço público em Salvador? Nesse sentido, busco entender como se constitui esse processo numa sociedade como a soteropolitana, marcada pela assimetria na inserção ocupacional entre negros e brancos. Para tanto, e de forma esquemática, trago como objetivos específicos:

- a) analisar o percurso profissional de indivíduos negros ocupantes de postos de direção e gerência em instituições públicas na cidade de Salvador;
- b) compreender a forma como indivíduos negros em ascensão social percebem as possibilidades e os limites impostos pela sociedade no exercício de suas atividades;
- c) identificar a ocorrência de possíveis dificuldades ou facilidades ao longo do processo de ascensão;
- d) investigar os tipos de recursos utilizados por esses sujeitos, nesse caminho, e a adoção de possíveis estratégias individuais e familiares de viabilização da ascensão, bem como a relação entre a história de vida pessoal ou familiar e a formação do desejo de ascensão;
- e) analisar as formas como os indivíduos negros lidaram com as “barreiras raciais” e as influências que se derivaram no seu entorno social;
- f) identificar possíveis mecanismos explicativos das singularidades desses casos e suas características mais gerais;
- g) analisar as prováveis repercussões dessa mobilidade no entorno desses sujeitos: no ambiente de trabalho, no espaço familiar e no círculo das amizades.

Como pressuposto central deste estudo, o racismo foi concebido enquanto elemento estruturante das relações sociais brasileiras, que estabelece determinados estereótipos estigmatizantes para os negros e cria dificuldades para a inserção desses indivíduos no mercado ocupacional. Também contemplei a busca de superação dos obstáculos criados pelo racismo a partir da elaboração de específicas estratégias individuais e familiares.

Parto ainda do pressuposto de que a ascensão social de indivíduos negros, por ser uma possibilidade estatisticamente estreita, era planejada por eles e seus familiares tendo por base o investimento na escolaridade. Por fim, pressuponho a existência de dificuldades no mundo do trabalho e na vida social que conduzem tais indivíduos ao afastamento dos padrões estético-culturais prevalentes para a maioria dos negros, e a uma espécie de luta silenciosa para escapar aos estereótipos negativos criados pelo racismo para essas pessoas, tais como: preguiçosas, resistentes a novidades, dotadas de horizontes cognitivos estreitos, ou até mesmo tacanhas e incapazes de se integrarem a ambientes em que a pesquisa se mostra relevante.

Adentrar o universo pouco conhecido dos negros em ascensão social em Salvador permite desvelar ações relacionadas ao enfrentamento do racismo, bem como aspectos de desenvolvimento de identidades e de relações sociais que, acredito, ainda não estão completamente esgotados cientificamente. Isto por si só já justificaria a realização desta pesquisa junto a indivíduos negros que ascenderam socialmente, contudo acredito que estudos dessa natureza possam ser tão importantes quanto os que atestam a pobreza e marginalidade desse segmento social, especialmente por focalizar o serviço público, setor de significativa influência na sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo, tem se constituído em importante canal de mobilidade para esses atores sociais.

Fernandes (1972) destacou a importância do serviço público para a formação da elite negra em São Paulo na década de 1920, garantindo um emprego estável, como também a possibilidade de exercer funções não manuais em cargos não contaminados pela instituição da escravidão.

A esse respeito, o professor Joel Rufino dos Santos, em entrevista ao Jornal A Folha de São Paulo, declara que *“A ascensão social de minha família, que permitiu a mim e à minha irmã termos profissões liberais, se deveu ao fato de que todos os meus familiares eram funcionários públicos. O serviço público foi o caminho de ascensão social da família negra. (...) Getúlio Vargas, com a montagem do aparelho de Estado, sem ser a sua intenção deliberada, franqueou a ascensão social para negros. Eles entraram para o Exército, para*

a Polícia e para os antigos Institutos de Previdência. Foi uma espécie de invasão de negros no serviço público¹⁵”.

Diante disso, espero que, ao analisar a ascensão social do negro, em um contexto de efetivas mudanças sociais no país -, especialmente no que tange à mobilização social para reversão das desigualdades raciais que tem ocorrido a partir dos anos 1990 - este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão da realidade desses indivíduos.

¹⁵ Siqueira (2003).

1.1 - Procedimentos Metodológicos

Como principal recurso metodológico, optei pela reconstrução de narrativas existenciais, utilizando o que se denomina de história de vida - um método de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou mais informantes. Ela permite que o sujeito, através da narrativa, reconstrua aspectos e momentos específicos de sua vida, de modo a possibilitar uma melhor compreensão dessa história, a partir dele mesmo.

A história de vida possui uma importância significativa como instrumento de acesso ao conhecimento de fatos ocorridos entre o passado e o presente, considerando-se que a biografia de um indivíduo pode ser “(...) *uma espécie de síntese da sociedade de seu tempo ou mesmo de seu grupo social (...)*”¹⁶. Ela mostra o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo, além de ilustrar formas típicas de comportamentos, revelando o que é potencialmente possível em determinada sociedade ou grupo, sem esgotar, evidentemente, todas as possibilidades sociais¹⁷.

Face ao meu interesse em apreender e retratar experiências e “visões de mundo”, esse método me pareceu o mais adequado ao presente trabalho, por evidenciar a preocupação com o significado e com a maneira própria como as pessoas vêem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca.

A história de vida esclarece experiências, acontecimentos, trajetórias e relações concretas que foram significativas na construção pessoal e profissional do sujeito, além de fatos que, aparentemente, foram esquecidos, mas que oportunizam elucidar algumas escolhas e atitudes assumidas. Assim, para a composição das histórias de vida, recorri à técnica da entrevista em profundidade, entendendo que as informações levantadas sob o ponto de vista dos próprios atores possibilitariam conhecer suas táticas, suas suposições, seu mundo, as pressões e os constrangimentos aos quais estão expostos¹⁸.

Dessa forma, sendo o eixo do estudo a experiência dos sujeitos e seus significados, os discursos dos indivíduos tornaram-se a base fundamental para a concretização desse trabalho. Permitiram o acesso às histórias individuais da

¹⁶ Franco (2001:55).

¹⁷ Alberti (2004:23).

¹⁸ Haguette, (1998:83); Becker (1993).

forma como eles as conceberam, sem que, com isso, se prescindisse da análise das condições “objetivas” no balizamento das reflexões.

Embora a principal ferramenta da pesquisa tenha sido a entrevista, também lidei com outros tipos de fontes, como a pesquisa bibliográfica, revistas, jornais e questionário para a obtenção de elementos mais formais, como dados pessoais e informações referentes às instituições de trabalho e da trajetória profissional dos informantes¹⁹. Pelas características dos objetos de pesquisa mantive diálogos com outras áreas do conhecimento que não a sociologia e antropologia, a exemplo da psicologia e educação. O material produzido pela entrevista foi muito mais denso e profundo do que o questionário, permitindo a captação do universo afetivo-existencial do sujeito, como por exemplo: atitudes corporais, gestos e fisionomias. As entrevistas foram gravadas e, depois de transcritas, tratadas através do que se denomina análise de conteúdo, ou seja, *“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo as mensagens e indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.”*²⁰

Esse instrumento de análise interpretativa permite ao pesquisador o entendimento de representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade, como também a interpretação que ele faz dos significados a sua volta²¹. Entendo que, por trás do discurso aparente, esconde-se um outro sentido que convém descobrir o seu significado, através de deduções lógicas e justificadas, referenciadas na sua origem (quem emitiu) e no contexto ou efeitos da mensagem²².

É a partir desse conjunto de técnicas e recursos de análise que busco explicar e sistematizar os conteúdos dos discursos dos sujeitos pesquisados.

¹⁹ Procurei obter dos informantes percepções que pudessem contribuir para a compreensão de sua vida social e profissional, embora eu tenha construído uma classificação baseada em status profissional e setor do mercado de trabalho. A idéia de trajetória se mostra importante, por valorizar mais o aspecto individual. Ou seja, não determina que pessoas que supostamente pertençam à mesma classe, tenham aspirações e visões idênticas (VELHO, 1994). Por essa razão foi que trabalhei não somente a partir das indagações listadas no questionário mas também daquelas que foram recorrentes na própria fala dos sujeitos. O questionário encontra-se reproduzido no anexo 1.

²⁰ Bardin (1979:42).

²¹ Oliveira (2003).

²² Godoy (1995).

1.2 - Sobre o recorte espacial

A investigação circunscreveu-se a Salvador, considerada a principal metrópole do nordeste do Brasil e a terceira cidade do país em população²³. As características raciais de sua região metropolitana oferecem importante palco para a reflexão sobre essa temática, senão vejamos: segundo os dados oficiais, a proporção de pretos e pardos na população dessa cidade chega a 74,2% (IBGE: 2000). Estes não apenas predominam numericamente, como também re-elaboram com força suas tradições culturais.

As mobilizações político-culturais dos negros, nesta cidade, foram responsáveis por ampla veiculação social dos símbolos étnicos da chamada “negritude”: por exemplo, as organizações negras nos últimos 20 anos contribuíram para imprimir à cidade uma consciência de negritude que lhe confere uma imagem negra de forte ressonância, na forma em que esta se autorrepresenta e é representada pelos outros. Vários estudos indicam haver uma clara noção de identidade étnica afro-brasileira entre grande parte da população de origem africana de Salvador, um fato que parece menos comum em outras áreas metropolitanas do Brasil²⁴.

A despeito disso, o panorama oferecido nessa cidade torna-se emblemático, uma vez que, pela predominância de pretos e pardos na população, poderíamos pensar que estes estariam fortemente representados nos estratos médios e superiores da sociedade, contudo isso não acontece. Em sua maioria, os negros estão no mercado informal ou ocupam profissões de menor prestígio e renda. De igual modo, eles representam o maior contingente dentre os não alfabetizados, dentre a população carcerária e os desempregados, sendo, ainda, a parcela majoritária entre moradores das áreas mais pobres, onde falta saneamento e transporte, como também os demais serviços urbanos são deficientes.

A manutenção de uma hegemonia racial nas posições mais valorizadas da sociedade tem causas complexas e uma delas, certamente, está ligada ao fato de que devido à sua menor proporção na população, os brancos, como

²³ A população de Salvador é de 2.443.107 habitantes, sendo superada apenas pelos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, com 10.406.166 e 5.850.544 habitantes. (IBGE: 2000).

²⁴ Agier (1992), Sansone (2004).

grupo racial dominante, têm se esforçado em perpetrar seus privilégios e oportunidades de maior prestígio. Nessa condição, muitas contratações se fazem pelos sobrenomes ou pelas relações familiares ou de aproximação. O sentimento de pertença social teria, então, papel relevante na seleção dos indivíduos para os “cargos de confiança” ou de prestígio nas instituições.

Vale ressaltar que a desigualdade racial não se restringe à cidade de Salvador. Conforme atestam os censos demográficos, ela também se apresenta nos diversos municípios do país, contudo, nesta capital, a desigualdade tem se mostrado elevada, em razão da presença de mecanismos específicos que impelem à concentração dos negros nos estratos inferiores da sociedade.

Desenvolvendo estudos de pós-graduação em Salvador, um sociólogo negro senegalês, após questionar sobre a realidade social encontrada no Brasil, apontou que o racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele permeiam e dificultam o cotidiano do negro na Bahia. Com o devido olhar de estranhamento na descrição do seu próprio cotidiano e de outros estudantes africanos de pós-graduação no Brasil, esse autor relata as diversas tramas e embates em que o negro se vê envolvido, tendo sempre que mostrar ou provar que “*não é aquele que pensam que é*”. Para Kaly (2001:109), “*o negro vítima do racismo não é apenas o negro pobre*”, ou seja, o racismo vitima as pessoas negras independentemente de seu *status* social, não importando se elas tenham uma boa profissão ou educação. As análises efetuadas por esse sociólogo revelam-se instigantes na medida em que tratam o fenômeno do racismo no Brasil sob uma ótica singular, a dos estudantes negros africanos. Como relata o autor:

São quase todos pretos. Se a cor da pele constitui, para o olhar do brasileiro, o elemento homogeneizador desses estudantes (somos vistos e tratados como provenientes de um mesmo país), essa mesma cor já os coloca nas camadas sociais mais inferiorizadas, mais humilhadas e hostilizadas da sociedade brasileira: os pretos nativos. (...) Pessoas vivendo à margem da cidadania (...) periféricamente integradas à sociedade brasileira. Os estudantes africanos pretos recebem, basicamente, os tratamentos dispensados aos pretos brasileiros; isto é, são tratados como se fossem necessariamente pessoas pobres, analfabetas, perigosas, faveladas, ignorantes. Os tratamentos racistas, inferiorizantes e estereotipados, que fazem parte da vida quotidiana dos estudantes pretos, são

dispensados por brasileiros de todas as camadas sociais e de todas as tonalidades de pele.²⁵

Em Salvador, ao longo do tempo, atos de discriminação racial têm se manifestado de forma velada ou explícita e alguns deles têm sido motivo de denúncias em jornais locais, como o caso relatado no jornal A TARDE de 6/5/61, em que uma professora foi acusada de racista em razão de, empunhando um revólver, insultar um cobrador de ônibus coletivo, chamando-o de “negro”, alegando ter sido desrespeitada e declarando “não ser racista e não admitir discriminação racial de modo algum”.

Santos (1999:22) chama a atenção para duas matérias publicadas, respectivamente, em julho de 1967 e em dezembro de 1969, sugerindo a constância do preconceito racial no cotidiano do soteropolitano. A primeira matéria refere-se à denúncia de uma senhora cujo filho adotivo foi impedido de brincar no Parque de Ondina, por ele “ter a pele escura”.

O pobrezinho tem apenas 9 anos e, desde agora, sofre as consequências de possuir a pele escura, isto numa terra onde mais de 70 por cento da população a possuem nas mesmas condições. A chamada raça branca constitui apenas uma parcela dos baianos, sendo a outra numericamente dominante (...).²⁶

A outra matéria informa que o preconceito racial também atinge os negros estrangeiros, reportando-se aos “vexames” sofridos por um filólogo haitiano em visita a Salvador cuja estadia foi recheada de diversas manifestações constrangedoras nos variados espaços sociais que ele freqüentou. Conforme informado no jornal, o filólogo,

contou ainda, que qualquer informação (solicitada) lhe tem sido negada e, numa lanchonete, levantando-se para ceder o seu lugar a uma senhora, por cavalheirismo, Jean foi ofendido como se estivesse desrespeitando-a. A custo conseguiram hospedagem numa pensão na Piedade, mas, atendendo a um convite de uma estudante de Filosofia para conhecer a sua faculdade, a bibliotecária da escola logo que viu o filólogo indagou se era o novo jardineiro.²⁷

Nos últimos anos, a frequência desses atos tem ensejado o surgimento de diversas iniciativas voltadas à denúncia e ao combate aos racismos pessoais

²⁵ Kaly (2001:113).

²⁶ A Tarde, *apud* Santos (1999: 22).

²⁷ Diário de Notícias, *apud* Santos (1999: 22).

e institucionais que incidem sobre a população negra de Salvador²⁸. Dentre elas podemos citar a criação de um variado número de entidades da sociedade civil, a exemplo do AGANJU (AfroGabinete de Articulação Institucional e Jurídica), ANAAD (Associação dos Advogados Afro-descendentes) e do DISQUE-RACISMO, um serviço destinado a registrar denúncias de discriminação racial na cidade, criado em 1999, por entidades do movimento negro.

Desde sua fundação até agosto de 2006, o Disque-Racismo já havia registrado cerca de 1.690 (hum mil seiscentos e noventa) denúncias, em que 65% (sessenta e cinco por cento) delas tratam de injúria racista e xingamentos (boa parte no ambiente de trabalho). As demais se dividem em: violência policial com conotação racista; pedido de intervenção contra perseguições religiosas, hostilidades e atos de discriminação realizados por agências bancárias, nas escolas, na propaganda e em programas televisivos.²⁹

Esses casos são acompanhados pelo Ministério Público, delegacias e pelo Poder Judiciário. Consoante relatório da Promotoria de Justiça da Cidadania e Combate ao Racismo, pioneira no Brasil, de 1998 até julho de 2006, a instituição registrou 228 (duzentos e vinte e oito) reclamações e processos, sendo 122 (cento e vinte e dois) de crime de racismo, 97 (noventa e sete) de injúria racista, 9 (nove) de intolerância religiosa, movidas por integrantes da comunidade do candomblé.³⁰

A cidade de Salvador também tem sido alvo de outras iniciativas nacionais e internacionais de combate ao racismo e de valorização da comunidade negra. Em novembro de 2003, a partir de reivindicação de entidades do Movimento Negro, foi criada a Secretaria Municipal da Reparação,

²⁸ Tendo por referência as sangrentas manifestações ocorridas em finais da década de 80 e início de noventa no Haiti, os cantores baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil eternizaram a realidade social dos negros em Salvador numa composição que também tem o nome daquele país. Em seu início, a canção diz “quando você for convidado prá subir no adro da fundação Casa de Jorge Amado, prá ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos, dando porrada na nuca de malandros pretos, de ladrões mulatos e outros quase brancos, tratados como pretos, só prá mostrar aos outros quase pretos (e são quase todos pretos), e aos quase brancos pobres como pretos, como é que pretos, pobres e mulatos e quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados”.

²⁹ Entrevista de Wilson Santos, Diretor da associação Disque Racismo, para a Comissão de Proteção e Defesa dos Direitos dos Afro-descendentes da OAB-BA, realizada em 06 de setembro de 2006 (*mimeo*). Ver também: Forum (2005).

³⁰ Relatório da Promotoria de Cidadania e combate ao racismo do Estado da Bahia, (*mimeo*). 15 ago 2006.

órgão vinculado ao poder municipal e voltado ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à população negra.

Em abril de 2005, a Prefeitura Municipal de Salvador firmou com o Programa das Nações Unidas, um Memorando de Entendimento para implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) no âmbito do executivo municipal, visando a promover a capacitação de gestores públicos e formação de bancos de dados para que cada setor da administração municipal possa centrar suas ações, com a questão da desigualdade racial em foco³¹.

Todas essas singularidades tornam Salvador um “caso crítico” e privilegiado para a discussão da problemática da ascensão social de indivíduos negros. A isso, acrescenta-se que Salvador é a cidade onde nasci, resido e atuo profissionalmente, circunstância que, na condução da pesquisa, e sob certos aspectos, proporciona facilidades para o pesquisador, se considerarmos que:

Ter conhecimento prévio do campo no qual se trabalha ter experimentado as relações sobre as quais se vai refletir pode ser - e, em geral, é – um modo mais confortável de se aproximar do campo, mesmo que não se possa avaliar até onde isto é confortável, ou onde e quando deixa de ser confortável, principalmente porque nossa própria história está envolvida no que se vai resgatando³².

³¹ PNUD (2005).

³² Piza (2002: 64).

1.3 - Sobre o recorte temporal

O recorte temporal deste estudo, limitado aos últimos 10 anos, prende-se ao fato de que esta última década tem mostrado significativos avanços no tocante a uma maior abertura da sociedade brasileira para a questão racial. As sucessivas pressões da militância negra fizeram com que uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos negros fossem desenvolvidas pelo Estado a partir dos anos noventa. Por exemplo, somente em maio de 1996, trinta e um anos depois de assinar a Convenção nº 111 da OIT³³, o país começou a agir de fato no tratamento da questão racial, realizando um Seminário Governamental para discutir questões de Gênero e Raça, criando dois grupos de trabalho voltados à eliminação da discriminação no mercado ocupacional.³⁴

Por conseguinte, se entre os anos de 1968 e 1989, no âmbito do governo federal, foi editada apenas uma lei e quatro decretos voltados a interesses específicos da comunidade negra, esse número aumentou significativamente entre os anos 1990 e 2002. Segundo Jaccoud & Beghin (2002), nesse período, foram editados 24 atos normativos, entre leis, decretos e portarias, o que certamente contribuiu para que, em 2004, os negros constituíssem 15,8% da elite – representada pelo 1% mais rico do país -, um avanço em relação aos 9,1% verificados em amostra semelhante realizada em 1992, conforme pesquisa efetuada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Desde os anos 90, o país tem experimentado um contexto de mudanças súbitas e dramáticas no pensamento racial brasileiro, com o crescimento das pressões para que o Estado amplie a democracia real e os direitos humanos de sua população³⁵. Esse novo contexto se reflete no

³³ Ao assinar a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho, em 1965, o Governo Brasileiro comprometeu-se junto à OIT, a formular e desenvolver políticas que promovessem a igualdade de oportunidades e tratamento no mercado de trabalho.

³⁴ Ramalho (1998).

³⁵ Em 20 de novembro de 1995, milhares de manifestantes marcharam em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares até o Congresso Nacional em Brasília, expondo suas demandas e exigindo medidas concretas de combate à discriminação. No mesmo dia, o Presidente anunciou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Valorização da População Negra. pela primeira vez, um líder do governo brasileiro reconheceu publicamente a existência do racismo no país, rompendo com décadas de negativas formais do racismo.

reconhecimento da existência do racismo no Brasil, no fim do mito da democracia racial e nas tentativas do governo de reparação das desigualdades raciais.³⁶ A sociedade brasileira que sempre se definiu como uma sociedade de mistura racial e que, ao mesmo tempo, sempre soube separar certos lugares sociais para negros e brancos, passa a se deparar com uma discussão mais ampla sobre diversos aspectos que envolvem a situação do negro na sociedade. Na história do país, a questão racial, pela primeira vez, é colocada no centro da agenda nacional de direitos humanos, tanto no governo quanto na sociedade civil em geral. Estudo realizado em grandes áreas metropolitanas identificou 124 programas de combate à discriminação racial nesse período. Vários deles eram financiados por diversas instâncias de governo, outros promovidos por ONGs, universidades, igrejas, partidos políticos, como também empresas privadas³⁷.

Como resultado de acordos e compromissos internacionais e das pressões do Movimento Negro, o Estado brasileiro assume novas posturas frente à questão racial. Colocada no centro de vários debates, essa questão ganha maior visibilidade, especialmente após a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, em Durban, em 2000, que daria legitimidade às lutas contra o racismo em países como o Brasil, onde sua ocorrência foi por muito tempo negada.

Amplia-se o rol de tensões como também de tentativas de soluções ou mesmo de demonstração de alguma forma de sensibilização, por parte de alguns setores da sociedade civil. A título de exemplo, a partir dos anos 90, algumas empresas privadas começaram a assumir propostas de aumentar a diversidade racial em seus quadros e adotar medidas de ação afirmativa. Em geral, tais ações são respostas às cobranças da sociedade e/ou produto da disseminação de políticas e práticas de diversidade oriundas das matrizes dessas empresas no exterior³⁸.

³⁶ Telles (2003:75).

³⁷ Heringer (2000).

³⁸ Desde 1997, sob a iniciativa de membros do movimento negro brasileiro, vêm-se desenvolvendo ações que visam ao contato com empresas norte-americanas que aplicam políticas de diversidade em suas matrizes, mas discriminam negros nas filiais brasileiras. Como resultado disso, o Banco ABN-AMRO, de matriz holandesa, divulgou a implantação de um programa de promoção de igualdade no emprego nessa instituição³⁸, criando um banco de currículos de candidatos negros. A FERSOL também montou um

No momento presente, a recorrente exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades tem sido objeto de longas e acaloradas discussões na sociedade, no tocante à adoção temporária de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Tais debates se desenvolvem não apenas entre acadêmicos negros e brancos, mas também têm envolvido entidades dos movimentos negros da sociedade civil, cursos pré-vestibulares para afrodescendentes e pobres, além de outros segmentos como jornalistas, líderes religiosos e figuras políticas.

Da mesma forma, antigas demandas do movimento negro brasileiro têm ganhado ressonância nos últimos governos, ensejando a adoção de políticas que acenam para a possibilidade de reversão das desigualdades raciais no Brasil. Como exemplo ilustrativo e ficando apenas no âmbito das iniciativas federais, cabe destacar, em 1995, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Educação. No ano seguinte, seguiu-se a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, com uma seção específica sobre direitos da população negra. Em 2001, sugeriram as primeiras ações afirmativas no âmbito dos Ministérios, culminando com a criação, em 2003, da Secretaria Especial para a Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) que, combinando política pública com recorte de raça, estimula e coordena ações de inclusão racial nos diversos ministérios e órgãos do governo. A criação dessa Secretaria revelou um novo entendimento do Estado sobre o caráter das relações raciais no país, e isso tem provocado outras iniciativas correlatas de governos estaduais e municipais, assim como de ONGs e diversos setores da sociedade civil.

banco de dados com currículos de pessoas historicamente excluídas e cada nova vaga aberta pela empresa é oferecida prioritariamente para pessoas qualificadas desses grupos, sendo tais oportunidades divulgadas junto a entidades negras - fontes nas quais essas empresas anteriormente não buscavam candidatos. A FORD, implantada na Bahia em 2001, anunciou o estabelecimento de uma meta mínima de 40% de mulheres e 70% de afrodescendentes em suas contratações e, da mesma forma, a rede de lojas Camisaria Colombo, em SP, estabeleceu uma cota de 20% das suas vagas para negros (Myers, 2003). Esse mesmo autor, analisando iniciativas de diversidade desenvolvidas por 13 empresas do Rio de Janeiro e de SP, constatou haver uma grande variação na forma de cada firma valorizar ou aplicar a diversidade racial. Algumas das iniciativas pesquisadas correspondiam, segundo ele, a programas de educação fora das empresas, sem que ao menos houvesse internamente um corpo estruturado ou atividade voltada para a promoção da diversidade dentro da empresa³⁸. Para esse autor, os benefícios desse programa contemplavam um grupo muito pequeno, limitado a poucas empresas e, dentro delas, a determinados setores ou hierarquias. Por essa razão, as iniciativas são consideradas “tímidas em relação à magnitude do problema”.

Neste sentido, vale mencionar a promulgação da Lei 10.639, em 2003, que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país³⁹. No momento, duas importantes propostas de ações afirmativas encontram-se no Congresso brasileiro, voltadas à maior inclusão racial: o projeto de Lei 73/99 e o Estatuto da Igualdade Racial. A primeira institui um sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, (em especial negros e indígenas), nas instituições públicas federais de educação superior. A segunda determina cotas mais ambiciosas para vagas na universidade, serviço público, filmes, polícia e na mídia, assim como cursos obrigatórios sobre cultura negra e africana, um ouvidor de questões raciais no Congresso e a concessão de títulos de posse da terra aos remanescentes de quilombos.

O grande respaldo social ao movimento das ações afirmativas deixa entrever uma maior sensibilização da sociedade para questões que envolvem o segmento negro da população⁴⁰. Com efeito, até mesmo os partidos políticos, antes refratários à temática do racismo, aderiram ao discurso da “Política de Ação Afirmativa”, dando a entender que a questão racial incorporou-se definitivamente ao debate e à agenda pública nacional, algo que parecia muito pouco provável há menos de 30 anos, período em que a maioria dos meus informantes iniciava sua vida adulta.

A partir da década de 1990, percebe-se uma afirmação simbólica maior dos negros e negras na sociedade brasileira, com revistas especializadas e voltadas exclusivamente para a população negra, maior aparição em comerciais de TV e novela, revelando uma pequena mas sensível inflexão no padrão estético vigente. O que antes não entrava nos padrões de beleza ou prestígio e era desvalorizado hoje mudou, para se constituir em referência, até para poder usufruir vantagens relativas. Observa-se também um aumento da representação do negro no cenário político e em cargos de

³⁹ Foge aos limites dessa seção apresentar um inventário das várias políticas e iniciativas de promoção da igualdade racial formuladas em anos recentes. A esse respeito, recomendo os estudos de Jaccoud & Beghin (2002) e Heringer (2006).

⁴⁰ Desde 2002, diversas universidades públicas estaduais e federais já adotam, em seus sistemas de ingresso, formas que privilegiam a entrada de negros, de indígenas e alunos da rede pública nos seus vestibulares; e a maioria adotou essa medida após debates no interior de seus espaços acadêmicos. Dentre elas, pode-se citar: UFBA, UFAL, UFRN, UFPA, UFPR, UNB, UNEB, UEMG, UERJ, UENF, UEL, UEMS, UEA, UNICAMP.

primeiro escalão no governo federal. Passando a ocupar postos importantes, começam a desafiar o *status* subalterno a eles reservado no imaginário coletivo, ampliando as expectativas de ascensão social para a população negra. Tais indivíduos distinguem-se das autoridades negras do passado por, frequentemente, reconhecerem sua negritude, fazendo da raça uma questão importante.⁴¹ Isso se torna significativo, pois ocorre num período em que, pela primeira vez na sua história, o Estado brasileiro usa explicitamente a categoria raça para promover os negros, implementando políticas públicas de ação afirmativa e buscando uma maior equidade racial.

Em relação a períodos anteriores, um maior número de pessoas se autodeclara como negro ao tempo em que a população negra começa a ganhar maior visibilidade nas estatísticas oficiais, assim como na mídia, onde houve mudanças positivas em termos de qualidade e também de quantidade - seja por pressão da militância contra o racismo, ou porque o “mercado” se deu conta do potencial das camadas médias da população negra - e isso tende a contribuir para a autoestima e a valorização social da imagem dos negros.

Sobre esse aspecto, as pesquisas de Venturi & Bokany (2005) revelam que houve uma pequena queda do preconceito de cor no país (embora ainda permaneça em patamar intolerável). Com base nos dados da pesquisa “Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil”, os autores afirmam que “a taxa de manifestação indireta do preconceito encontrada na população urbana dos diversos municípios brasileiros foi de 74%, ante 87%, que, segundo a mesma escala, oito anos antes, concordaram com um ou mais juízos generalizantes e estereotipados sobre populações diferenciadas pela cor da

⁴¹ Nos anos 80, Abdias do Nascimento tornou-se o primeiro congressista a defender explicitamente no Congresso a população afrobrasileira e, a partir de 1991, deu-se a eleição de Benedita da Silva, uma mulher negra e pobre, para o Ministério da Assistência e Promoção Social e que levantou questões raciais em sua campanha de base. No Congresso Nacional, outros parlamentares negros passaram a defender pública e regularmente tais questões ou têm tomado posições firmes na defesa dos direitos dos negros, a exemplo do Deputado Paulo Paim, do Rio Grande do Sul; Ben Hur Ferreira, do Mato Grosso do Sul; Luiz Alberto dos Santos, da Bahia. Isso se torna significativo pois, conforme observou Telles (2003:72), embora sub-representados no Congresso, no passado existiram outros deputados e senadores negros, a exemplo de Nelson Carneiro, que exerceu mando de senador por quase 30 anos, mas nunca defendeu a população negra. Vale ainda citar a presença de outros negros nos altos escalões federais, como Gilberto Gil, no Ministério da Cultura; e Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente; Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal; Matilde Ribeiro, na Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, dentre outros.

pele”⁴². Segundo eles, a proporção de não manifestação de preconceito dobrou nesse período (de 13% para 26%).

Em entrevista à revista Afrobras, em 2007, a professora Ivete Alves do Sacramento, ex-reitora da Universidade do Estado da Bahia, declara que “há uns seis anos, as pessoas negavam a sua ascendência. Após a adoção das cotas o fato de ser afrodescendente se tornou agenda. Hoje, as pessoas se autodeclaram, e isto é uma vitória”⁴³. A identidade negra parece dar sinais de fortalecimento. Como exemplo disso, uma reportagem em jornal de grande circulação, informa que: (...) até 2004, o amazonense Alberto Jorge da Silva, então com 44 anos, se declarava de cor parda, como está registrado em sua carteira do serviço militar. Naquele ano, passou a assumir a cor preta.⁴⁴

Os dados da Pnad mostram que de 2005 para 2006 aumentou, em 1,34 milhão, o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões. A pesquisa do IBGE confirma tais constatações ao apontar que, nesse mesmo período, enquanto a participação dos indivíduos de cor preta na população do país aumentou de 6,3%, em 2005, a participação das pessoas de cor parda caiu de 43,2% para 42,6%. Mostra também que a população de cor branca perdeu participação, passando de 49,9%, em 2005, para 49,7%, em 2006. Nesse mesmo ano, a população de cor preta da região Norte foi a que mais cresceu em termos percentuais, passando de 3,8% para 6,2%, seguida pelo Nordeste, onde o percentual passou de 7,0% para 7,8%. No Sudeste, a participação passou de 7,2% para 7,7% da população⁴⁵. Não deixamos de ser um país com forte racismo. Evoluímos; porém, as relações raciais no Brasil ainda se configuram como um campo tensionado, pois, muito embora o racismo seja um fato cada vez mais identificável, o preço de denunciá-lo ainda é alto⁴⁶. Falar de racismo, discriminação, reparações ou cotas em determinados espaços é tornar-se

⁴² Venturi & Bokany (2005:19).

⁴³ Texto de entrevista disponível em: <<http://afrobras.org.br/pdf-afirmativa/14-racismo.pdf>>. Acesso em: 20.11.2007.

⁴⁴ Amazonense (2007).

⁴⁵ Mais (2007).

⁴⁶ Refiro-me, como exemplo, aos negros em ascensão social. Em geral, eles não costumam falar sobre isso, certamente por estarem atomizados, sozinhos em um grupo muito grande de brancos, o que, sem dúvida, pode dificultar sua sobrevivência num convívio em que estão isolados.

anátema. Fere valores arraigados no mito da democracia racial e na perpetuação de poder nas elites brancas, demonstrando que ainda é pequeno o amadurecimento de vários setores da sociedade sobre temas que, pelo seu alcance social, são de grande importância para o país.

Entretanto, ampliou-se a quantidade de diagnósticos, bem como o número de pessoas criticando e debatendo sobre o racismo o que, sem dúvida, tem implicado no aumento do controle sobre ele e, ao mesmo tempo, na redução do grau de tolerância da discriminação por parte das suas maiores vítimas. A perspectiva de uma maior conscientização da sociedade tende a oferecer maiores estímulos à reflexão por parte dos seus membros, a partir do que se presume que isso possa forçar a emergência de novas e importantes representações de experiências ascensionais, a partir desse contexto.

1.4 - Afinal, quem são os negros?

No âmbito das ciências sociais, a negação do conceito de raça como categoria e também a sua estreita ligação com a cor das pessoas trazem algumas dificuldades conceituais à pesquisa nessa área de conhecimento. Por exemplo, no Brasil, as palavras cor/raça possuem um forte grau de equivalência, vez que a primeira possui, invariavelmente, um conteúdo racial que, conforme Guimarães (1997), é utilizado para evitar “*a vergonha de se falar em raça*”. Por conseguinte, a palavra cor, por suscitar as idéias de raça e de aparência, termina se constituindo em uma “*incógnita*”, por não haver um consenso cientificamente definido para esse termo, tampouco, diferenças bem marcadas, tal como ocorre nos Estados Unidos e na África do Sul.⁴⁷

A esse respeito, Telles (2003) afirma que a classificação racial brasileira é, em grande parte, ambígua, mas chama a atenção para a Pesquisa Datafolha de 1995, na qual se baseia seu estudo, em que 88% das pessoas foram efetivamente classificadas como brancas ou negras (pardos e pretos) tanto pelo entrevistador como pelo próprio entrevistado⁴⁸. A tais observações juntam-se as análises de Teixeira (2003: 63) que, ao confrontar o critério de autodefinição com o de atribuição da identidade racial, constatou que, baseados na aparência, entrevistados e entrevistadores compartilhavam de um mesmo código de identificação étnica. Uma das entrevistadas chega a mencionar que “*eu me identifico como negra porque é assim que eu sou percebida socialmente*”.⁴⁹

A identificação através da cor foi considerada de fundamental importância nessa pesquisa, daí que, reconhecendo a dificuldade de se definir quem é negro, no Brasil⁵⁰, utilizei-me de dois artifícios para me auxiliarem na definição dos sujeitos. O primeiro deles refere-se às informações quantitativas

⁴⁷ Devido aos processos que conformaram a nossa particular construção de categorias raciais, os conceitos de negro e de branco não se referem simplesmente a um conteúdo biológico, mas têm um fundamento etnossemântico, político e ideológico.

⁴⁸ Telles, (2003: 115).

⁴⁹ Teixeira (2003: 73).

⁵⁰ Para Munanga (2004), ao desenvolver o desejo de branqueamento, o país tornou difícil a apresentação de uma definição de quem é negro ou não – em contraste com a definição norte-americana, onde não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro.

e consistiu em agregar os grupos de pretos e pardos numa classificação única, como negros, tal como tem sido proposta e utilizada em inúmeros estudos nacionais e também em trabalhos dos chamados “brasilianistas”, de origem norte-americana.⁵¹ Tal proposição faz sentido na medida em que podemos perceber que os “pretos” e “pardos”, além de origem histórica comum, apresentam nos estudos até agora realizados um quadro muito semelhante de vulnerabilidade socioeconômica. A título de exemplo, Andrews (1998) afirma que, desde os tempos coloniais, a sociedade brasileira estabeleceu uma distinção entre pretos e pardos, que eram vistos como relacionados, mas não iguais. Para esse autor,

A realidade desta distinção é inequívoca, porém esta jogou uma “cortina de fumaça” sobre a grande proximidade existente entre os dois agrupamentos quando comparamos a mobilidade social ascendente de ambos. Ainda que pardos tenham, estatisticamente, uma melhor possibilidade de viabilizar tal ascensão, os benefícios da preferência racial e do progresso social chegam apenas para uma pequena proporção do grupo racial pardo, a maioria deles continuando a viver e a trabalhar em condições indistinguíveis daquelas de seus concidadãos pretos. Por isso, na maior parte dos indicadores estatísticos a população parda como um todo só se situa pouco mais alto que a população preta, e nem chega próxima à posição intermediária que tem sido frequentemente estabelecida entre os brancos e os pretos.⁵²

O segundo procedimento refere-se ao fato de que, na abordagem dos informantes, utilizei-me da definição de terceiros, confrontando-as com a autodefinição dos próprios informantes e com a minha classificação particular, baseada na evidência de componentes fenotípicos que, em geral, têm sido reconhecidos como condicionadores da existência de estigmas, mais especificamente, a cor escura da pele, a textura encarapinhada dos cabelos, a espessura grossa dos lábios e a forma achatada do nariz.

Os censos designam essa categoria com o termo “preto”, e a linguagem comum aponta a expressão “se assumir como negro” quando “não tem como negar”.⁵³ Brandão (2004) conclui que é a tais características físicas

⁵¹ Como exemplo, podemos citar: Hansebalg (1979); Hasenbalg & Silva (1988); Oliveira (1985); Andrews (1998) e Lovell (1991, 1995).

⁵² Andrews (1998: 391).

⁵³ Agier (1990).

que se atribuem significados sociais, dando origem ao estigma que é fonte da discriminação, que faz com que as pessoas de traços negróides, mas cuja cor da pele não é carregada, tenham sempre mais facilidade de ascensão socioeconômica, de auferirem privilégios em relação àqueles que, mesmo tendo traços finos, sua cor da pele "tende para o negro" ⁵⁴.

Este modo de pensar também vai ao encontro das considerações de Oracy Nogueira, ao asseverar que a experiência do problema de cor varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor capacidade que tenha o indivíduo de contrabalançá-la com outras características e condições como elegância, talento, polidez, instrução etc.

Apoiado nessas considerações, constituí o universo investigado: 20 profissionais negros que, na cidade de Salvador, integrados em quadros de carreira, exerceram ou exerciam postos de direção e gerência⁵⁵ em instituições do serviço público federal, estadual e municipal. Considerando-se a relativa ausência de pesquisas sobre os negros em processo de ascensão social, faz-se necessário mencionar que esses indivíduos, majoritariamente, fazem parte da primeira geração que ascendeu na família. Em sua maioria, são filhos de trabalhadores manuais, de pouca instrução e poucos rendimentos, que estrearam nos círculos de classe média a partir dos anos 90.

⁵⁴ Queiroz (1977: 648).

⁵⁵ Trata-se de posições ocupacionais que não apenas representam acréscimo substancial à remuneração do servidor, como também aquisição de vantagens pessoais advindas da ocupação dos cargos e da indicação de poder que seus ocupantes desfrutam na administração e na estrutura do governo.

1.5 - A estruturação do texto da tese

Para facilitar a compreensão do processo estudado, o trabalho foi dividido em cinco capítulos apresentados a seguir e cabe ressaltar que, na apresentação dos resultados, adotei uma linha expositiva, não necessariamente decalcada dos mesmos passos da investigação.

Assim, na introdução da pesquisa, procurei contextualizar a problemática, estabelecer o recorte do objeto, explicitando os objetivos gerais e específicos, minhas hipóteses e pressupostos iniciais, bem como o viés teórico-metodológico que orienta esse trabalho. Para subsidiar o entendimento do contexto onde se desenvolveu o estudo e procurando caracterizar o instante histórico em que tais profissionais atuam, também tracei um breve panorama de Salvador, do racismo e das especificidades atuais do mercado de trabalho nessa cidade.

No segundo capítulo, faço uma breve discussão sobre alguns termos e conceitos comumente utilizados nos estudos das relações raciais buscando explicitá-los na forma em que são empregados nessa pesquisa de modo a facilitar a compreensão das experiências de ascensão aqui estudadas.

No capítulo três, *A ascensão social dos negros como campo de estudo*, faço uma breve revisão do tema, comentando autores que, ao longo do tempo, se dedicaram ao estudo da ascensão social de indivíduos negros no Brasil. A minha preocupação é dar uma dimensão do estado atual dos debates sobre a questão, pontuando as possibilidades da minha pesquisa em acrescentar às discussões sobre o tema.

No capítulo quatro, *O trabalho de campo: desafio de recontar a própria trajetória* reflito sobre o desenvolvimento dessa fase da pesquisa buscando apontar dificuldades, limites, possibilidades e singularidades vivenciadas nessa fase do estudo.

No quinto capítulo, *Experiências de ascensão: uma geração de entremeio*, trato do esforço de construção do processo de mobilidade e de preservação do *status* alcançado, Reporto-me às estratégias pessoais utilizadas por essas pessoas, aos apoios obtidos no decorrer do percurso e às dificuldades encontradas nesse processo. Analiso, o desenvolvimento das relações raciais, o contexto da família construída, refletindo sobre como os

indivíduos se relacionam com a mobilidade social e as consequências desta no entorno deles: como pensam a sociedade, como se vêm por ela avaliados e como pensam a si mesmos.

Ao final, à guisa de conclusão, retomo as principais questões que orientaram o trabalho de campo e a análise dos dados com fins a uma síntese, que por se tratar de um texto de natureza acadêmica devemos sempre considerá-la provisória.

II - RELAÇÕES RACIAIS: A DIVERSIDADE DE TERMOS E CONCEITOS

No bairro onde morávamos, a maioria dos rapazes tinha as suas namoradinhas. Eu não. Tinha todos os temores que um negro no estagio em que eu me encontrava normalmente tem. Eu era pobre, trabalhava numa gráfica, não tinha coragem de alisar o cabelo, mas usava uma gorrinha de meia para amansar o pixaim porque eu tinha vergonha de ter o cabelo duro. Andava com a bunda prá dentro, pra não ser bundudo, porque também tinha vergonha desta característica da raça. Enfim, fazia todo o possível para ficar o mais próximo possível do modelo.⁵⁶

A discussão sobre relações raciais é sempre permeada por uma diversidade de termos e conceitos, sendo comum observarem-se discordâncias entre autores com perspectivas teóricas e ideológicas diferentes. Dependendo da área do conhecimento a que pertencem, a utilização de certos termos ou conceitos não precisamente definidos, pode causar mal-entendidos àqueles que os lêem. No decorrer deste trabalho alguns desses termos e conceitos são usados, por isso, buscando tornar mais compreensível as experiências de ascensão aqui estudadas, tentarei explicitá-los na dimensão que a prática social lhes dá, relacionando-os com o processo de construção da identidade e com a discussão política que envolve os debates sobre a questão racial em nossa sociedade.

Como objeto de discussão e diálogo foram escolhidos os seguintes termos: identidade, negro, raça, racismo, preconceito, discriminação, e democracia racial, por serem consideradas basilares nas discussões teóricas acerca das relações raciais.

⁵⁶ Depoimento do ator Milton Gonçalves em **Fala crioulo**. p. 229

2.1 - A construção da identidade

Ao longo da pesquisa, foi marcante a presença da questão da identidade, nos diversos depoimentos, deixando entrever, de imediato, o quão complexa se configura o processo de sua construção para os negros em ascensão social.

Na atualidade, o conceito tem sido bastante utilizado fora da vida acadêmica para explicar de forma simplificada as características do povo brasileiro e dos segmentos étnico-raciais que o compõem. A identidade racial é uma construção histórica e não um dado da biologia, ou seja, não é nos atributos de cor ou nos demais traços fenotípicos de um grupo que reside a sua identidade. Pelo contrário, são, antes, a interpretação social e cultural ensejadas por essas características biológicas que criam simbolicamente a identidade de um grupo. A própria definição do termo, apesar da sua frequente utilização por antropólogos, sociólogos, psicólogos, linguistas e outros estudiosos, também não se mostrou tão simples como parece à primeira vista e, apesar de o termo ser usado com certa familiaridade, há sempre certa surpresa quando sobre ele somos questionados.

A popularização desse termo transformou-o em expressão do senso comum, sendo geralmente aplicado de forma incompleta e enfatizando apenas um de seus aspectos, em geral, aquele que se refere à identidade pessoal ou individual, na resposta à pergunta: quem sou eu ?.

Em uma perspectiva sociológica, o conceito de identidade é multifacetado e pode ser abordado de várias formas. De modo geral, se relaciona a um conjunto relativamente estável de percepções sobre quem somos em relação a nós mesmos, aos outros e sobre o que é significativo para nós. Tais percepções, marcam o perfil do eu/nós em oposição ao ele/outros, construindo uma singularização do “nós”, em relação ao “outro”, e do outro, em relação a nós. Geram marcas, distinções, distanciamentos, ou proximidades reais e simbólicas entre indivíduos e grupos que se consideram ou são considerados diferentes, podendo favorecer ou desfavorecer parceiros sociais.⁵⁷ Ou seja, trata-se de percepções formadas em relação a certos atributos que têm

⁵⁷ Pereira (2002:66).

prioridade sobre outras fontes de significados e, dentre elas, se incluem gênero, orientação sexual, nacionalidade, classe social e etnicidade ou “raça”.⁵⁸

A temática da identidade nos permite realizar uma discussão muito ampla, contudo esta é mais correntemente pontuada sob dois grandes focos que revelam formas de identidade analiticamente distintas: a identidade pessoal ou individual e a identidade social ou coletiva. Estas são intimamente relacionadas entre si, porém, a primeira possui um investimento teórico muito grande, no campo da Psicologia, e a segunda vem sendo tratada mais frequentemente pelas Ciências Sociais.

A identidade pessoal se refere ao “*processo de autodesenvolvimento através do qual formulamos um sentido único de nós mesmos e de nossa relação com o mundo à nossa volta*”. Em outras palavras, é “(...) *aquilo que diferencia cada um de nós e só nos iguala a nós mesmos, mesmo que seja entendida num processo de transformação, é da ordem da representação e está localizada na consciência*”⁵⁹. Reporta-se à forma como a pessoa se vê no plano subjetivo e como percebe o que lhe é próprio enquanto individualidade diferenciada⁶⁰. A noção de identidade pessoal se beneficia muito do trabalho do interacionismo simbólico, ao considerar-se que é a negociação constante do indivíduo com o mundo exterior que ajuda a criar e a moldar seu sentido de si mesmo num processo cuja interação entre o eu e a sociedade ajuda a ligar os mundos pessoais e públicos do indivíduo⁶¹.

A identidade social refere-se às características que são atribuídas a uma pessoa pelos outros e podem ser entendidas como marcadores que, em um sentido básico, indicam quem é esse indivíduo e o seu posicionamento em relação a outros que compartilham dos mesmos atributos.

Conforme já mencionado, a discussão sobre identidade não se configura em algo simples, e suas dificuldades se acentuam na medida em que ao termo acrescentarmos adjetivos como social, racial, profissional, de gênero, dentre

⁵⁸ Giddens (2005:44).

⁵⁹ Selaibe (1988:155).

⁶⁰ Penna, *apud* Gomes (1995:43).

⁶¹ O presente estudo também trata da identidade pessoal, uma vez que dentro do pano de fundo histórico-social trabalha com depoimentos orais de profissionais negros, analisando a sua trajetória de vida e a incidência do racismo e da discriminação racial nesse processo.

outras. Em razão disso, não há aqui a pretensão de aprofundar a discussão sobre o conceito, e tampouco realizar um estudo da história semântica dessa palavra. Dentre as muitas perspectivas existentes sobre o tema, o ponto de vista mais antropológico foi privilegiado, face à crença de que este melhor se aplicaria à discussão das relações entre negros e brancos.

A identidade é socialmente construída em determinado contexto histórico e cultural, envolvendo os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade, configurando-se como uma realidade que não pode ser verificada efetivamente. Existe apenas no plano do discurso e constitui-se em importante recurso para a criação de um “nós” coletivo (nós negros, nós mulheres, nós índios), indispensável ao nosso sistema de representações e relevante para o empoderamento de um grupo social na reivindicação para si de espaço social e político de atuação em uma situação de confronto com a realidade.⁶²

No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, cujos movimentos reivindicatórios remontam ao final dos anos 1960, esse empoderamento pode ser notado especialmente em relação aos negros, aos índios e às mulheres, através de movimentos coletivos que experimentaram um significativo avanço desde meados da década de 1970, enquanto o país iniciava o processo de abertura política.⁶³ Na atualidade, a identidade negra mostra sinais de fortalecimento, vindo ao encontro dos resultados de diversos estudos que sugerem o crescimento da consciência sobre o racismo e seu combate. Em investigação nacional realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, em 1995, apenas 7% da população urbana tinha se classificado espontaneamente como de cor preta (4%) ou da raça negra (3%). Posteriormente, em 2003, um estudo semelhante realizado pela Fundação Perseu Abramo demonstrou que essa taxa saltou para 12% (7% preta, 5%

⁶² Novaes (1993).

⁶³ Os anos 1960 e 1970 tinham em comum a luta contra o racismo: do movimento pelos direitos civis nos EUA à luta contra o *apartheid* na África do Sul, passando pelas lutas anticolonialistas dos países africanos, a chegada do *reggae* ao Brasil, a contracultura, a maior visibilidade do candomblé, os bailes de *soul music*, a política de universalização do ensino (que levou mais jovens negros à escola e à universidade) e assim por diante. No presente, uma pluralidade de coletivos constituídos sob a rubrica de movimento negro tem se mobilizado na produção de novas formas de luta contra o racismo, a exemplo dos cursos pré-vestibulares para negros, pastorais afro, associações quilombolas, núcleos de estudantes negros, grupos de cultura negra, núcleo de estudos, jornais e sites, organizações não governamentais, *hip hop* e *funk* etc.

negra), sem que nesse período isto estivesse refletindo um crescimento demográfico dessa proporção na população negra.⁶⁴

Cabe ressaltar que a temática privilegiada nesse trabalho tem como foco principal o negro brasileiro e, para discutir a questão racial nessa sociedade, utilizou-se a raça enquanto uma categoria de análise. Assim, face à referência específica à identidade do grupo social negro, adoto a terminologia identidade racial ou identidade negra.

Neste ponto, considero importante retomar alguns aspectos apontados por Cross Jr. (1995) quanto ao processo de desenvolvimento da identidade racial de pessoas negras. Segundo ele, existem cinco estágios nesse processo, sendo cada estágio identificado através de posturas definidas que vão desde a negação pura e simples de ser discriminado racialmente, até um estágio de superação do componente racial de identidade. Ainda que esse processo possa apresentar uma tendência evolutiva, do 1º para o 5º estágio, não significa que isso se dê de modo linear ou contínuo, pois momentos de certeza e de conforto psicológico quanto ao pertencimento racial podem ser seguidos de comportamentos reativos de negação como também de incertezas sobre o desejo de pertencer ou não a uma cultura e/ ou raça. Conforme Cross Jr, os indivíduos podem estacionar em qualquer uma dessas etapas e, de igual maneira, oscilar entre o compromisso com a identidade em construção e o desligamento dos atos políticos, sociais, públicos e privados a que são submetidos em função da nova identidade. Os estudos de Cross Jr. fazem ver que o pertencimento racial não constitui um dado imutável, indicando que, na trajetória de vida das pessoas, pode haver mudanças no processo de autoclassificação da cor.

Vale dizer que esse autor analisou o processo de construção de uma identidade afroamericana para os negros americanos. No que tange ao caso brasileiro, Ferreira (2000) mostra que a construção da identidade afro-descendente desenvolve-se de maneira distinta daquela estudada no contexto norteamericano, embora também possam se observar algumas similaridades.

Para ele, a construção dessa identidade se desenvolve em quatro estágios fundamentais, cada qual correspondendo a um tipo de posicionamento

⁶⁴ Santos & Silva (2005) efetuam análises bastante interessantes sobre as investigações realizadas pelo Instituto Datafolha e pela Fundação Perseu Abramo.

político e também a uma forma de o indivíduo se ver enquanto pessoa negra. Nessa concepção, cada tipo de identidade negra depende da forma como cada pessoa constrói seu percurso biográfico e, sobretudo, de como esse indivíduo “se articula e se compromete com as matrizes culturais do grupo de referência”.

Os estágios identificados por Ferreira (2000) são: a) *Submissão*, onde o indivíduo, geralmente, apresenta autoestima baixa e o sentimento de não “se encaixar realmente em nenhum grupo, demonstrando alienação. Em geral essas pessoas acreditam que as questões étnicorraciais não têm nenhuma relação com sua maneira de viver e que a mobilidade social é determinada, fundamentalmente, pelo esforço e pelas habilidades pessoais”. b) *Impacto*, fase marcada pelas experiências em que o indivíduo toma consciência da discriminação “da não funcionalidade da visão do branco como referência para a construção da estrutura pessoal e da necessidade do desenvolvimento de uma nova identidade”. Esse estágio, em geral, é acompanhado de revolta, inconformismo, pois é a fase onde o indivíduo toma consciência da discriminação. c) *Militância*, quando ocorre a identificação com outros indivíduos atingidos pela mesma situação, resultando em mudanças no cotidiano, ou seja, o indivíduo decide-se pela mudança e passa a participar de grupos que o conduzem à compreensão política de que sua situação pessoal tem uma dimensão coletiva e seus valores são intensamente afirmados. Aqui o sujeito vivencia um desenraizamento, além do reforço do sentimento de raiva, culpa e orgulho. É quando a cultura branca é absolutamente negada. d) *Articulação*, ou seja, a fase da alteridade, em que o indivíduo conforma seu senso de negritude em um plano de ação e de compromisso como participante de um grupo, deixando de referenciar-se no preconceito como um universo por si só.

Devido à pretensão de efetuar a articulação entre o discurso da prática social e a produção intelectual, ao abordar a identidade racial do negro brasileiro esta não será dissociada do processo histórico em que se manifesta. Sobre esse aspecto, entendo que tanto o resgate da cultura, a defesa da igualdade (social, econômica e educacional), como o respeito às diferenças entre grupos raciais só podem ser realizados quando acompanhados da devida contextualização histórica do grupo racial e da construção da memória.

2.2 - Negro, o sentido político do termo

O termo negro remete a sujeitos históricos, a diversidades raciais e culturais bem como a lembranças de lutas na construção da identidade. É um termo carregado de conceitos e preconceitos, a ponto de o seu significado em dicionário ser dificilmente desprovido de sentidos pejorativos, tais como “*escuridão, sujo, encardido, sombrio, lúgubre, funesto, que recebe luz e não a reflete, tenebroso, trevas*”, dentre outras, em contrapartida à definição da palavra “branco”, cujos significados expressam: “*da cor do leite ou da neve, alvo, cândido. claro: (...) Diz-se da raça caucásica. Que é dessa raça (...) Limpo. (...) Homem da raça caucásica. Patrão, senhor. (...)*”⁶⁵

Sempre carregada de juízos de valor, a polarização branco x negro, confere sentidos desqualificantes e pejorativos ao termo negro, sem que isso se restrinja apenas à etimologia das palavras, pois também ocorre nas relações sociais. Nestas, a eficácia da política do branqueamento e o mito da democracia racial construíram um Brasil em que a imagem do negro foi produzida de uma forma distorcida e fragmentada, marcando profundamente a trajetória e a construção da identidade daqueles que pertencem ao segmento racial negro.

Ainda hoje, não é raro encontrar pessoas negras envolvidas em situações de manipulação, escamoteamento e até mesmo de negação da sua cor ou origem racial, como se ser negro significasse carregar o símbolo de fracasso, violência e insucesso, causador de asco mas também de dor e, como em geral o ser humano faz tudo para fugir ao que causa dor, acontece a negação da identidade.

A pesquisa efetuada com os dados do censo de 1980, pelo historiador Clóvis Moura, acusou um total de 136 nomes atribuídos pelos brasileiros na autodefinição da cor, o que para esse autor demonstra como esses fugiam de sua realidade étnica e de sua identidade, “*procurando, mediante simbolismo de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco*”.⁶⁶

Por sua vez, Sansone (2004:73) chama a atenção que no último século, o termo negro passou por uma inversão semelhante à que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu com os termos *bicha* e *bruxa* que, ao serem apropriados pelos movimentos *gay* e feminista brasileiros, receberam deles uma associação

⁶⁵ Borba, apud Gomes (1995:45).

⁶⁶ Moura (1988: 63).

positiva. Com efeito, nos últimos anos, o termo negro tem se destacado como uma categoria sociopolítica de conotação positiva, constituindo um termo “politicamente correto”, o que nem sempre foi assim.

A descrição pormenorizada de Pierson (1945) sobre as relações raciais na Bahia no final da década de 1930 diagnosticava a existência de relações raciais muito serenas, comparativamente aos Estados Unidos da época, mostrando também que o termo negro era mais depreciativo do que preto. O termo negro só começou a adquirir conotação diferente e positiva a partir de sua utilização pelos primeiros etnógrafos da cultura negra no Brasil, referindo-se à cultura dos negros como componente da cultura (popular) brasileira de influência africana.⁶⁷ A popularização do termo deve-se principalmente à sua utilização pela Frente Negra Brasileira, importante organização do início dos anos 30. A partir daí, outras organizações também passaram a incorporar o termo em seus nomes, a exemplo do Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado, Pastoral do Negro, na Igreja Católica, dentre outras. O governo também passou a usar cada vez mais o termo negro para se referir à população definida noutras situações como preta e parda. Entretanto, a despeito dos avanços obtidos na apropriação desse termo, não significa que as resistências à sua atribuição não se façam sentir na sociedade brasileira. Como exemplo, pode-se citar o depoimento de uma pessoa entrevistada nessa pesquisa que, ao anunciar sua pretensão de candidatar-se a um cargo eletivo, foi aconselhada para evitar a associação de sua candidatura ao viés racial. Contudo, segundo ela, foi a desconsideração de tal advertência que ajudou a garantir a sua vitória no pleito, com o slogan de “primeira reitora negra de universidade no Brasil”.

Neste trabalho, o termo negro é usado com o sentido político, portanto não estritamente vinculado à cor da pele, mas incluindo aqueles que os censos demográficos classificam como pretos e pardos, quanto à cor. Conforme Agier, *apud* Sansone (2004: 74), quando usado de maneira explicitamente política, esse termo cria um corte no *continuum* de cor brasileiro, acentuando uma divisão polarizada entre os brancos (a elite) e os negros.

⁶⁷ Sobre o assunto ver Sansone (2004) que, dentre os etnógrafos referidos, destaca Manuel Querino, Raimundo Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre.

2.3 - A construção e legitimação teórica do pensamento racista

Com frequência, a comunidade negra se defronta, no cotidiano, com um variado número de práticas racistas, arraigadas no imaginário social e em valores da sociedade. Resquícios de antigas teorias e concepções racistas, tais práticas ainda exercem sua força ideológica, e isso não apenas entre os brancos, mas também sobre significativa parcela dos negros. Elas se retroalimentam e terminam por legitimar o racismo presente no imaginário social e na prática brasileira.

Com efeito, entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, predominava no Brasil um pensamento que postulava a inferioridade de fundo biológico dos negros e mestiços. Respaldados na Antropologia Física e nos ditames do “racismo científico”, diversos pensadores afirmavam a impossibilidade de civilização por parte dos negros brasileiros⁶⁸. Os prognósticos variavam de avaliações pessimistas, como as efetuadas pelo médico e etnógrafo Raimundo Nina Rodrigues, questionando as possibilidades de se construir uma nação progressista sobre tal base humana, às expectativas positivas do sociólogo e historiador Francisco J. de Oliveira Vianna bem como, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Brasil, afirmando que a miscigenação levaria ao gradual embranquecimento – cromático e genético - da população brasileira.

Nesses pensamentos, o dado constante era a pressuposição da superioridade do elemento branco. Os racistas científicos mais ortodoxos argumentavam que tal herança se enfraquecia em razão das misturas com as raças inferiores, enquanto que os menos pessimistas, adeptos da tese do branqueamento, sustentavam que na mistura racial o componente genético branco tenderia a dominar, e que a repetição da mistura durante várias gerações daria como produto final uma população branqueada, na qual as ancestralidades africana e índia seriam superadas e neutralizadas⁶⁹.

Alem de alimentar esperanças de que o país um dia pudesse fazer parte da comunidade de nações de supremacia branca, essa tese revestiu-se

⁶⁸ O tom e os termos dominantes do debate racial brasileiro desse período podem ser observados, dentre outros, em Schwarcz (1993), Munanga (1999).

⁶⁹ Andrews (1997:97).

de poderoso argumento para que logo após o período abolicionista se adotasse no país um processo de branqueamento visando à exclusão dos não brancos do conjunto da população brasileira, assim como a consequente ampliação do componente europeu. Diferentes versões da tese subsidiaram políticas de imigração que postulavam a substituição da mão de obra negra por imigrantes europeus. Subsidiaram também teorias de miscigenação que pregavam uma contínua fixação, pela população brasileira, de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca⁷⁰.

Tais esforços frutificaram, na medida em que entre 2,5 milhões de europeus migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, com subsídios oferecidos pelo governo brasileiro, instalando-se principalmente na região sul do país. A competição desses imigrantes com os trabalhadores nativos e a classe média local, somada às novas doutrinas estrangeiras importadas do anarquismo e socialismo, bem como o estilo mais novo e militante de organização trabalhista geraram o desencanto nacional com a imigração e a europeização.

Com a constatação da inconsistência científica dessas teorias e as transformações político-sociais, assim como a crescente miscigenação do país, o discurso racista brasileiro sofreu redefinições. Os teóricos passaram a defender a mestiçagem no Brasil, como fenômeno gerador de um tipo racial novo, que se aproximaria muito mais do tipo europeu do que do negro ou do índio.

Foi nessa tensão entre a realidade e sua interpretação que surgiu a teoria da democracia racial que, se afirmando como um mito, satisfazia aos interesses da elite do país, em um momento em que se buscava solução para o “problema racial”, considerado um forte complicador na definição da nacionalidade brasileira. No seu discurso, ela eliminava a desigualdade entre as três raças formadoras da sociedade brasileira, afirmando que existia uma relação de igualdade entre elas e firmando-se, progressivamente, como uma imposição política, na qual se destacava a proibição social ou até institucional de se falar em racismo e preconceito racial⁷¹.

⁷⁰ O imigrante europeu era o preferido, preterindo-se os demais. A Constituição de 1891 proibiu a imigração africana e asiática para o país.

⁷¹ Agier (1992: 103).

O mito começa a ser desfeito, pelo menos no plano cognitivo, desde o estudo piloto da Unesco, pioneiro em indicar o racismo oculto sob o discurso da democracia racial. Em fins da década de 1970, esse discurso transforma-se no principal alvo dos ataques do movimento negro, especialmente, como sendo uma ideologia racista, tornando-se objeto de investigações mais sistemáticas por parte de historiadores e cientistas sociais.

No decorrer desse trabalho, destaco aspectos que considero centrais e, na medida do possível, dentro dessa discussão, cito autores brasileiros como Oliveira Vianna (1883-1951), Nina Rodrigues (1862-1906) e outros que, a partir de finais do século XIX, divulgaram o pensamento racista e ainda hoje são considerados expressões importantes desse modo de pensar. As contradições e a visão preconceituosa sobre o negro veiculadas nas obras destes autores são objeto de severas críticas dos cientistas sociais, contudo, a sociedade brasileira introjetou no seu imaginário e incorporou no seu discurso dimensões significativas desse pensamento, demonstrando a força de sua presença no meio social e a sua influência na cultura e no cotidiano da população.

Nos tópicos a seguir pretendo mostrar como o racismo e a discriminação racial interferiram, e ainda interferem, no processo de construção da identidade racial dos negros em ascensão social e, também, é minha intenção discutir como esse processo, marcado por lutas e ambiguidades, se faz presente durante a trajetória dessas pessoas, interferindo na sua atuação profissional e demais relações sociais.

2.4 - Compreendendo a raça

No meio acadêmico, o uso do termo raça ainda causa muito polêmica, com muitos autores rejeitando essa terminologia, face aos antecedentes históricos ligados à idéia de dominação político-cultural e, também, pela sua relação com a Antropologia Física que, calcada em estatutos biológicos, afirmava a existência de uma supremacia racial.

Em seu lugar, alguns textos de Antropologia tem utilizado o termo etnia, justificando, teoricamente, que dada a sua dimensão histórica, este seria o melhor termo a ser usado. Apesar desse posicionamento de alguns antropólogos e do que isso possa significar enquanto avanço nos estudos das relações raciais, observa-se que, na prática social, quando se estabelecem discussões em torno da situação do negro, é ainda o termo raça que parece conseguir dar a dimensão mais representativa da presença do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira⁷².

No Brasil, o racismo e a discriminação racial se manifestam não apenas relacionados aos aspectos culturais dos diversos grupos raciais, mas também pela relação que se faz entre esses aspectos e os atributos socialmente observáveis nos indivíduos pertencentes aos mesmos. Assim, a aparência física das pessoas (ou a “marca”, como se refere Oracy Nogueira) é que racializa, sendo fator relevante na determinação de opiniões e posturas racistas, como também, na imputação de “bom” ou “ruim” a qualquer de seus atributos.

As raças não são um fato do mundo físico, contudo, elas existem, de modo pleno, no mundo social, ou seja, se determinado traço de uma pessoa remete fenotipicamente à raça negra, há sempre a tendência de esta ser submetida a apreciações inferiorizantes, desqualificantes ou mesmo pejorativas. No caso brasileiro, essas, em sua grande parte, se apresentam embutidas dissimuladamente em atitudes como o menosprezo e desconfiança quanto à capacidade intelectual, distorção dos valores culturais dos indivíduos e de seu grupo racial, baixa expectativa e descrédito quanto à situação

⁷² Em geral, os sociólogos e a militância negra utilizam mais frequentemente o termo raça e isto com uma nova interpretação, voltada para uma dimensão social e política do referido termo, diferentemente da acepção do passado, que se apoiava na idéia de raças superiores e inferiores.

econômica ou *status*, dentre outras atitudes que evidenciam que a questão não se restringe ao fator cultural, mas, sobretudo, ao fator racial.

O emprego do termo “raça”, com respeito aos homens, muda de sentido se é empregada no singular ou no plural. A utilização desse termo no singular se opõe à idéia de uma multiplicidade de grupos particularizados e hierarquizados. Assim, falar de raça humana não conduz ao racismo. Contudo, quando se fala de raças, no plural, introduz-se a possibilidade não apenas de distingui-las, mas de classificá-las numa escala que vai do bom até o mau.

Cabe ressaltar a existência da noção de raça biológica assim como da evidência da raça simbólica⁷³, para mencionar que nem as variações de sentido do termo “raça” ou tampouco a desconstrução científica da raça biológica fizeram desaparecer as percepções comuns fundadas na aparência física e, sobretudo, na cor da pele. Culturalmente codificadas, essas percepções conduzem o homem comum a classificar os indivíduos que encontra segundo suas características visíveis, ou seja, desprezando o conhecimento genético, criam um hiato entre a raça biológica e a categorização social fundada na aparência física e na cor da pele constituindo um problema e um desafio para o anti-racismo⁷⁴.

No decorrer desse trabalho, o termo raça deve ser entendido como um conceito relacional, que se constitui historicamente e culturalmente a partir de relações concretas entre grupos sociais de cada sociedade. Assim, na utilização desse termo, desconsidero o determinismo biológico que o perpassa e define os grupamentos sociais como superiores ou inferiores com base em similaridades de características geralmente transmitidas por hereditariedade e visíveis, a olho nu, como tipo de cabelo, lábios, nariz, cor da pele, dentre outros.

⁷³ A noção de raça simbólica é aquela que é socialmente percebida e interpretada.

⁷⁴ D'Adesky, (2004:141).

2.5 - O mito da democracia racial

A expressão discriminação racial surge, disseminadamente, entre os intelectuais brasileiros na conjuntura de 1937-1944, durante o Estado Novo e ante o grande desafio de inserir o Brasil no mundo livre e democrático, por oposição ao racismo e ao totalitarismo nazi-fascista de então.⁷⁵

De fato, até meados dos anos 40, o Brasil era descrito, tanto por observadores nativos quanto estrangeiros, como uma democracia racial, na qual negros, mulatos e brancos viviam harmoniosamente, sob condições de igualdade jurídica e, em grande medida, social. Desde então, e até o presente, essa idéia perdeu sua hegemonia, sofrendo revisões radicais. Resquícios dessa idéia ainda sobrevivem em alguns pensamentos mais atuais, mas “o mito da democracia racial parece estar definitivamente em seu túmulo”, conforme registrou a revista *Isto é*, durante as comemorações do centenário da abolição da escravatura, em 1988.

Pesquisas e censos nacionais documentaram as persistentes disparidades entre as populações branca e não branca, mas, sobretudo, foram as obstinadas ações e denúncias do movimento negro, bem como das próprias vítimas de racismo, que chamaram a atenção para as sutis, e por vezes não tão sutis, formas de discriminação racial amplamente disseminadas por toda a sociedade brasileira. Exceto uma minoria isolada de internet, TV ou rádio, poucos acreditam na existência de uma democracia racial, no Brasil, o que dá uma outra caracterização às relações raciais brasileiras.

A democracia racial é uma corrente ideológica que pretende eliminar as distinções entre as “três raças” formadoras da sociedade brasileira (a negra, a índia e a branca), afirmando que existe entre elas união e igualdade, ou seja, que não existe qualquer forma de discriminação racial no Brasil. Sob tal premissa, os estereótipos e preconceitos continuam a agir, porém, não existem conflitos, mas uma convivência harmônica e uma suposta igualdade de oportunidades, numa lógica em que todas as raças estão unidas desde o início e, conseqüentemente, as diferentes posições hierárquicas entre elas resultariam da incapacidade inerente a algumas.

⁷⁵ Andrews (1997).

O mito da democracia racial distorce a percepção da realidade racial ao inculcar em negros e brancos uma ilusão de que as oportunidades de ascensão social são iguais para toda a sociedade brasileira. Propõe que é o empenho individual o diferencial que permite o acesso a essas oportunidades, reproduzindo estereótipos sobre o negro e reforçando, sob diversas formas, o pensamento racista brasileiro, para justificar e manter as desigualdades raciais.

Como afirma Gomes (1995: 62), trata-se de uma lógica perversa na qual admite-se que estaríamos em uma sociedade harmoniosa e onde conseguem ascender os “mais inteligentes”, “mais esforçados” e os “mais disciplinados”. Em consequência, apenas os desqualificados, preguiçosos e incapazes não chegam ao *status* almejado e considerado legítimo. Logo, a grande massa negra vive em condições precárias, em razão de sua própria incapacidade ou preguiça para aproveitar as oportunidades que a sociedade brasileira proporciona.

Desconsidera-se o rol de dificuldades que a sociedade impõe aos negros em sua busca de ascensão social. Nesse discurso, negros “bem sucedidos” (embora em reduzido número) servem de exemplo e reforço ao argumento de que, se existisse racismo no Brasil, tais indivíduos não teriam ascendido socialmente, o que indicaria que todos os demais poderiam chegar ao patamar e, se não chegaram, é porque não se esforçaram.

Diante de tais considerações, é possível inferir que a ascensão não tem o mesmo significado para brancos e negros, uma vez que esses últimos enfrentam óbices adicionais que vão além das dificuldades decorrentes da pobreza ou dos empecilhos decorrentes do racismo. Como assevera Soares (2004), tais racionalizações exibem um caráter perverso, na medida em que, posicionando-se como “vencedoras”, tem-se, por um lado, a autovalorização dessas pessoas, mas, por outro, utilizando a metáfora do jogo: se aqueles que alcançam a mobilidade social são os “vencedores”, há um grande contingente de “derrotados”, especialmente no entorno familiar, lutando, cotidianamente, para garantir a sobrevivência.

2.6 - Preconceito? Racismo? Discriminação Racial?

2.6.1 - Preconceito

O preconceito é o julgamento negativo dos membros de uma raça, de uma religião ou dos ocupantes de qualquer papel social significativo, um julgamento que é mantido mesmo diante de fatos que o contradizem⁷⁶. O juízo permanece inabalado, mesmo quando refutado pela ciência e contra qualquer argumento da razão, com o objetivo de provocar algum tipo de integração social numa determinada sociedade⁷⁷. Ele diz respeito às relações entre pessoas e grupos humanos, reportando-se à concepção que o indivíduo tem de si próprio e também do outro.

Conforme Jones (1973), o preconceito é aprendido socialmente, ao longo da trajetória de socialização dos indivíduos, passando pela família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amigos até a inserção deles em instituições enquanto profissionais ou atuando dentro de movimentos de expressão política. Exemplo disso pode ser observado na abordagem da questão racial no âmbito da escola, onde a história, na maioria das vezes, trata o negro como se fosse apenas escravo ou como se os africanos trazidos para o Brasil sempre vivenciassem essa condição indigna.

De fato, desde a infância, na escola, as crianças já se defrontam com uma visão distorcida dessa raça, através da omissão dos fatos ou até mesmo de uma visão desistoricizada. A própria condição social do negro, na realidade brasileira, já é palco de referência negativa, tanto para pessoas negras quanto para as brancas que convivem com as injustiças sociais do país. Tal referência está diretamente ligada à situação de pobreza, desemprego, atividades de baixo *status* social, pouca qualificação profissional, presença em presídios e dormindo nas ruas. A esse respeito, cabe reproduzir a fala de uma das informantes dessa pesquisa, na qual transparece o desconforto que tais referências lhe acarretam:

⁷⁶ Jones (1973:54).

⁷⁷ Heller (2000: 47).

Todos os dias você liga a televisão e só vê seus irmãos numa situação sempre muito precária. Quando mostram um marginal, ele é negro; a mulher desdentada é negra; a população que vive em condição de miséria, ela é negra; Mostram a nossa África, como se fosse a maior mazela do mundo, e ela é negra. Em tudo isso você se enxerga. Só que os “outros” usam tudo isso prá lhe desqualificar e é desagradável... (BALBINA)

Essa fala se mostra interessante na medida em que uma das informantes dessa pesquisa utiliza a África como uma referência de identidade negra, fato pouco comum nos discursos de sujeitos pertencentes às camadas médias, conforme também observa Soares (2004:190). Em geral, a identidade negra de indivíduos negros das classes médias e altas não é elaborada a partir de possíveis reminiscências vindas de um outro continente. Eles se percebem como negros brasileiros, sendo irrelevante a utilização do termo afro-brasileiro nos seus discursos, certamente pela conotação negativa que a imagem de tal continente foi e continua sendo apreendida por essas pessoas. Na fala mostrada acima a África aparece em um conjunto de outras imagens que, no discurso da informante, são consideradas negativas.

A essa face da vida brasileira somam-se ainda inúmeros estereótipos propagados na família e nos círculos de amizades, os quais são reforçados através de “piadas” ou expressões relacionadas aos negros na escola e nos meios de comunicação.

Na minha infância no bairro, a gente não tomava muito conhecimento disso, mas depois que eu fui pra a escola comecei a ouvir essa situação. Por que tinha até um ditado que dizia: “ *preto quando não faz na entrada, faz na saída e se não faz na saída deixa um recado pra fazer*”. Essas piadinhas empurravam a gente prá querer ser o melhor, querer se destacar. (HUMBERTO)

A isso se acrescentam as denominações que se ouvem aplicadas aos negros, como: *escurinho, tição, cabelo duro, cabelo ruim, beiçola, betume*, dando uma impressão de que o negro é um objeto de piada ou escárnio, fortalecendo o preconceito e inserindo-o no cotidiano de milhares de brasileiros.

A presença do preconceito é inequívoca em nossa sociedade, conforme o demonstram diversas pesquisas, manifestando-se a partir de atitudes que vão do olhar desconfiado com que um negro é recebido numa loja, à discriminação violenta que pode vitimá-lo em situação de abordagem policial.

A prática do racismo em nossa sociedade se realiza num gradiente de intensidades e circunstâncias que independe de formalização ideológica consciente para se manifestar.

A força e persistência da intervenção do Movimento Negro têm provocado a criação, pelo Estado, de diversas políticas públicas para valorização dos negros e isso, de alguma forma, tem contribuído para a expansão de uma retórica “politicamente correta” de evitar a explicitação do preconceito de cor pelas pessoas. Embora contribua para diminuí-lo, tal retórica não impede que este adquira novas sutilezas de formulação. Contudo, podem influenciar positivamente no controle do preconceito, na medida em que o sujeito de um discurso não preconceituoso, mesmo que não partilhe efetivamente dos valores que enuncia, se vê compelido a coibir suas convicções preconceituosas, o que já se constitui um avanço. Tal coibição poderia ser considerada fruto da expressão de uma sociedade que se mostra mais atenta para a questão racial, fazendo com que as pessoas preconceituosas se sintam acuadas.

Com efeito, a criminalização do racismo muito tem contribuído para isso, pois, como na sociedade brasileira atual o racismo é crime, as pessoas tendem a se policiar, tomando mais cuidado no falar e no fazer. Embora continuem discriminando, isso é feito de modo cada vez mais velado, com mais discrição e cuidado, por vezes seguido de desculpas ou expressões como “foi uma brincadeira”, “*não foi isso que eu quis dizer*”, referindo-se a apelidos e brincadeiras do tipo “*tição*” “*nequinho*”, ou “*vou contar uma piadinha do negão*”.

Não se pode esquecer que a produção social do preconceito requer sua manifestação em espaços privados, como a família, e espaços públicos, tais quais o trabalho, a escola, meios de comunicação, etc. Em havendo um cerco social contrário a sua manifestação, o preconceito tende a se reproduzir em menor escala na sociedade.

A esse respeito, é interessante citar a pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, que constatou uma baixa noção de preconceito na sociedade brasileira. Embora a grande parte dos entrevistados dessa pesquisa fosse negra (34% pardos e 16% pretos), 87% disseram que nunca tinham sido discriminados. No entanto, 89% afirmaram que existe racismo no Brasil.

Não me deterei na análise do preconceito racial, por acreditar que assim estaria efetuando um estudo limitado das relações raciais, deixando de lado as dimensões sociais que as envolvem. Para uma análise mais adequada do problema, entendo ser necessário analisar a sua construção dentro de espaços sociais determinados, incluindo, nessa discussão, o racismo e a discriminação racial. Preconceito racial e racismo se realimentam mutuamente, embora difiram um pouco entre si. O racismo, como doutrina da supremacia racial, se apresenta como a fonte principal do preconceito racial, que tem na discriminação racial a sua prática⁷⁸.

2.6.2 - Racismo

O termo racismo surgiu na década de 1930, para condenar as doutrinas que definiam a raça como determinante da cultura – o chamado “racismo científico” – e, como conceito, refere-se às práticas que usam a idéia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais.⁷⁹ O termo se refere a um comportamento ou ação que resulta de aversão e até mesmo ódio a pessoas que possuem um pertencimento racial (geralmente visualizado por sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc), mas também reporta-se a uma ideologia, na qual se postula a existência de raças humanas superiores e inferiores.

Na cena política brasileira, o racismo surge como ideologia ao final do século XIX, respaldado em parte pela Antropologia Física - empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais e arbitrar certas características fenotípicas a diferentes grupos humanos – e em teorias sustentadas por pensadores brasileiros do campo das ciências sociais e humanas que, utilizando-se da metáfora darwinista da “sobrevivência dos mais aptos”, tentavam comprovar cientificamente a superioridade dos brancos em relação

⁷⁸ Bentes(1993: 21).

⁷⁹ Seyferth (2002: 28).

aos demais segmentos raciais, invocando a Eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam limpeza étnica.

É importante acentuar que, apesar das diferenças na interpretação, essas teorias partilhavam em comum a idéia de que a diversidade humana era produzida pela desigualdade das raças. Assim, justificava-se a divisão da humanidade em raças superiores e inferiores, numa hierarquia em que os europeus “civilizados” localizavam-se no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezavam na base; e as demais raças ocupavam as posições intermediárias.

Totalmente desacreditadas na atualidade, essas teorias ainda continuam presentes no imaginário social, influenciando as práticas sociais e garantindo formas de dominação e exploração, como demonstram diversos estudos na área de antropologia e sociologia.

2.6.3 - Discriminação Racial

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e do preconceito, não devendo, portanto, ser confundida com nenhum desses, pois enquanto os dois últimos encontram-se no âmbito das doutrinas, da concepção de mundo, da visão histórica, das atitudes, crenças e comportamentos, a discriminação pauta-se na adoção de práticas que os efetivam.

Neste sentido, cabe tomar cuidado para não se reproduzir um pensamento de grande aceitação no Brasil, que considera a discriminação como produto direto do preconceito, um tipo de pensamento derivado da ideologia da democracia racial, cujo modelo sugere não termos preconceito racial no Brasil, nem discriminação racial.

Pesquisa nacional efetuada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung, em 2003, com o objetivo de investigar a percepção do preconceito de cor e experiências de discriminação racial, apontou que entre os brasileiros aumentou o índice dos

que admitem ter sofrido restrições discriminatórias. Isso foi declarado por 30% dos pretos, 12% dos pardos e 7% dos brancos. Quando se aferiu o índice geral da discriminação racial entre os brasileiros foi constatada maior percepção proporcionalmente ao pertencimento racial. Ela aparece em 43% dos pretos, 19% dos pardos, 16% dos brancos e 28% dos indígenas.

Como mostra Gomes (1995), a discriminação pode ser originada em outros processos sociais e psicológicos que vão além do preconceito, de forma tal que permite efetuar uma distinção entre discriminação provocada por preconceito e discriminação provocada por interesse, onde esta última tem a noção de privilégio como foco principal, ou seja, a continuidade e a conquista de privilégios de determinado grupo sobre o outro seriam as responsáveis pela sua perpetuação, “*independente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito*”⁸⁰.

Nesse ponto cabe atentar para as ponderações dessa mesma autora, reconhecendo a relevância de se estudar e analisar as relações raciais no Brasil valendo-se do conceito de discriminação racial. De fato, conforme ela observa, esse conceito possibilita reflexões mais abrangentes, ao localizar a discussão naquele que recebe a ação discriminatória, neste caso o negro, ou seja, aquele que pode dar a sua verdadeira dimensão do fenômeno, face à sua incidência direta sobre ele.

Não se pretende sugerir que o preconceito racial não seja também fator importante para discutir a questão racial no Brasil, porém, ao tê-lo como principal foco de análise, arriscamo-nos à sujeição dos estudos e pesquisas do ponto de vista daquele que exerce a ação, ou seja, o portador do preconceito. No entanto, ao utilizarmos a discriminação racial como foco de análise, ampliamos a discussão e incluimos outros agentes, pois saímos do campo das atitudes dos indivíduos e penetramos no âmbito das instituições, revelando que a discriminação pode ser exercida institucionalmente em locais como escola e ambientes de trabalho, onde nem sempre aparece sob a forma de uma hostilidade e agressão explícita ao negro, mas enquanto discursos⁸¹.

⁸⁰ Teixeira (1992: 22).

⁸¹ Gonçalves (1987).

III - A ASCENSÃO SOCIAL DOS NEGROS COMO CAMPO DE ESTUDO

Veja-se o relato de Justo Evangelista, vereador de Itapecurumirim, no Maranhão, na década de 1990: “Eu cheguei em Chapadinha, era um festejo, tinha um leilão e eu estava em pé, atrás de um deputado, no meio de muita gente. O cara que estava gritando no leilão me conhecia e disse: ‘Agora, para gritar o leilão tem um deputado e tem um vereador.’ O deputado olhou para trás, passou a vista por cima de mim assim, e nunca me enxergou. Porque era um negro. Ele nem imaginava que era eu o vereador, porque não parecia vereador”.⁸²

A temática da ascensão social de indivíduos negros no Brasil não é fato de interesse recente por parte dos pesquisadores das ciências sociais. Ao longo do tempo, vários estudos com preocupações marcadamente sociológicas têm alimentado a compreensão e o debate sobre a dinâmica presente nas relações raciais, no entanto, quando comparado à quantidade de estudos sobre outros aspectos da realidade desse segmento da população, o volume de pesquisas ainda se mostra reduzido, levando-se em conta a complexidade que tal assunto abarca.

Uma breve revisão na literatura acadêmica sobre o tema deixa antever distintos e variados pontos de vista dos autores que sobre ele se debruçaram e que, para efeito de sistematização, podem ser distinguidos em pelo menos quatro principais linhas de interpretação e de pesquisa. A primeira delas, desenvolvida ao redor dos anos 30, distingue-se pela recusa às idéias correntes de conteúdo racista, como as de Oliveira Vianna (1956) (editada em 1932), proclamando que os males do país seriam causados pela mistura do "sangue ruim" dos negros e indígenas, daí ser necessário uma "purificação da raça"). A distinção se estabelece pela crença na democracia racial brasileira, um juízo amplamente difundido, sobretudo nos escritos de Freyre (1999), publicados originalmente em 1933, assumindo que, no Brasil, não existia nem o preconceito nem a discriminação racial, ao menos como mecanismos ativos de

⁸² Alberti (2005).

determinação das oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos⁸³.

Outra tendência, surgida entre os anos 30 e 50, envolveu pesquisadores brasileiros e estrangeiros, como Pierson (1945) e Azevedo (1996), que reconhecem a existência do preconceito, no entanto o vinculam a questões de classe. Nessas considerações o preconceito de classe seria preponderante em relação ao racial e a situação de desigualdade social devia-se à ausência de educação e à pobreza, em consequência da escravidão.

A terceira linha de interpretação, personificada nas idéias de Florestan Fernandes e de seu grupo⁸⁴, surge entre os anos 1960 e 1970 e enfatiza o descompasso entre os valores da ordem escravocrata que permanecem e as relações sociais da nova ordem competitiva em formação. Volta-se para explicar o processo de transição da sociedade agrária escravocrata para o capitalismo industrial, também reconhecendo a existência do preconceito racial, contudo este é pensado como uma manifestação anacrônica de um contexto pós-escravista, em vias de desaparecimento, uma vez que não teria lugar com o crescimento da sociedade industrial e da sua ordem burocrático-legal.

Por último, acham-se os estudos desenvolvidos durante os anos 1970 e início dos 1980 por Hasenbalg e Valle Silva⁸⁵, entre outros, que, alicerçados na existência de desvantagens cumulativas (inter e intrageracional) causadas pelo fato de não ser branco no Brasil, apontam a persistência do racismo e da desigualdade racial, defendendo a utilização da categoria raça como determinante da condição social do indivíduo.

⁸³Conforme Telles (2003:50), Freyre não é o criador do termo “democracia racial” como também dos elementos do conceito os quais já haviam sido promovidos bem antes. Contudo, foi Freyre quem expressou, popularizou e desenvolveu por completo a idéia de democracia racial que dominou o pensamento sobre raça dos anos 30 e perdurou até começo dos anos 90.

⁸⁴ Refiro-me a (Fernandes (1965, 1972); Cardoso & Ianni (1960) dentre outros.

⁸⁵ Refiro-me a Hasenbalg (1979, 1983, 1985, 1987) e Valle Silva (1979, 1988).

3.1 - Os anos 30 e a ilusória perspectiva da democracia racial

A crença na democracia racial brasileira, fundamentava-se na idéia de que, no Brasil, vivia-se em um paraíso racial, onde a inexistência do preconceito promovia uma perfeita e harmoniosa convivência das raças. Esta crença já se manifestara antes dos anos 30⁸⁶, contudo, é nos tempos do Estado Novo e da formação do nacionalismo brasileiro que ela começa a se desenvolver como ideologia, fortalecendo-se nas décadas seguintes⁸⁷. Nesse período, o discurso nacionalista organizava-se em torno da fusão de raças (*melting pot*), e suas argumentações enfatizavam as contribuições positivas dos africanos e indígenas à cultura brasileira. Estas eram concebidas como o resultado da plasticidade da estratégia colonial portuguesa, do seu caráter inclusivista e, sobretudo, do fenômeno da miscigenação racial diante da qual, quanto mais o negro se aproximava dos padrões estéticos do branco, maior a possibilidade de ser aceito na sociedade e de nela ascender.

A existência de alguns mestiços desempenhando ocupações “prestigiosas” ou integrando as elites econômicas e políticas do país era interpretada, pelos partidários dessa crença, como um sinal da ausência de preconceito racial. Gilberto Freyre pode ser considerado o intérprete mais exemplar do conjunto de idéias que reforçavam o mito de que vivíamos em um país onde a mestiçagem de seu povo, os relacionamentos inter-raciais, a cordialidade e ausência de preconceitos evidenciavam a inexistência da discriminação racial.

Em *Sobrados e Mocambos*, publicado em 1936, Gilberto Freyre revela-se não apenas como um dos partidários dessa crença, mas também um dos primeiros pesquisadores a abordar em seus estudos a temática da ascensão social de negros brasileiros. Bastante utilizadas por outros pesquisadores das relações raciais no Brasil, as ideias por ele desenvolvidas ainda hoje são objeto de diversas críticas e também de re-significações.

⁸⁶ Ao representar o Brasil no 1º Congresso Mundial de Raças, realizado em Londres, 1911, o médico e então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, por exemplo, apresentou o texto “Sobre os mestiços no Brasil”, no qual reconhecia e enfatizava a crescente influência dos mestiços na história brasileira, demonstrando que “o novo regime (a República) abriu as portas a todos os talentos”, fazendo com que “numerosos mulatos capazes” tivessem acesso “aos mais altos cargos políticos” e aos “mais altos ramos da administração”. Skidmore (1976: 82).

⁸⁷ Sobre o assunto ver: Agier (1992: 103) e Schwarcz (1993: 247).

Ao refletir sobre a ascensão do bacharel e do mulato brasileiro, Freyre (1968) evidencia a figura do bacharel pobre, sem protetores políticos, e de estudos custeados com sacrifícios pelos pais, cuja ascensão social se dava através do casamento com moças de nome “ilustre”, possibilitando que alguns chegassem a ocupar posição na Corte, tornar-se deputado e até ministro do Império⁸⁸.

Nessa perspectiva, os mulatos filhos dos “senhores brancos”, como também os “mulatinhos” discípulos de capelães e mestres-régios, tinham seus campos de possibilidades ampliados devido a uma maior oportunidade de contatos e influências civilizatórias, já que o meio físico e social em que circulavam esses mulatos (a casa grande e também os sobrados urbanos) propiciava-lhes um capital simbólico que em geral lhes beneficiava na caminhada para a ascensão. É nessa condição que algumas mães, através de pequenos expedientes e até mesmo se prostituindo, conseguem transformar seus filhos em doutores ou bacharéis, especialmente aqueles mais claros que elas.

No processo de ascensão, a mestiçagem, produto do casamento de homem branco com mulher negra e que possibilitava o branqueamento, era elemento de grande relevância, contudo, maiores facilidades advinham da associação da mestiçagem com outros atributos de prestígio, a exemplo da nobreza, da origem, da riqueza e do meio social em que esses mulatos se desenvolveram⁸⁹. Daí que a ausência dessas facilidades que amaciavam os esforços de ascensão social e intelectual de mulatos de origem rural com sangue aristocrático nas veias tornava mais difícil a vida de mulatos pobres, filhos de imigrantes ou nascidos e criados em cortiços e mocambos. As circunstâncias sociais desfavoráveis em que estes se encontravam predispunham-lhes a “*se esterilizarem em capadócios, tocadores de violão, valentões do bairro [...] malandros de beira de cais e as mulheres em*

⁸⁸ Os bacharéis referidos por Freyre correspondem aos filhos legítimos dos senhores de engenhos, dos fazendeiros, ou da emergente burguesia que, graças à formação e título equivalente, conseguiram alcançar *status* e prestígios similares aos dos filhos de antigos senhores de terra. Nesses grupos, estão incluídos os “mulatos claros”, filhos ilegítimos de senhores. Alguns desses mulatos obtiveram seus títulos na Europa

⁸⁹ De acordo com essa noção popular, negros brasileiros comuns achavam que a melhor chance para escapar da pobreza era o casamento com brancos ou mulatos claros. Muitas mulatas promoveram sua ascensão social casando com “brancos já idosos, cinquentões de famílias ilustres – filhos de barões, e bem situados na vida”.

*prostitutas.*⁹⁰.

Outro meio de ascensão dos mulatos se configurava no ingresso na Escola Militar e Politécnica, cuja farda, “cheia de dourados de oficial”, conferia prestígio social, mas também inspirava nos mestiços a mística da branquidade pelas insígnias de autoridade assim como de poder.

Ao abordar a ascensão de tais indivíduos, a visão otimista e anti-racista de Freyre sobre miscigenação revela-se, ironicamente, atrelada à idéia de branqueamento⁹¹, pois sobrepõe, de modo singular, os ideais da sociedade da época, cujos valores sociais, calcados na superioridade do branco, induziam os não brancos a utilizarem-se de estratégias de branqueamento (social ou físico) no tocante a seus descendentes, mesmo expondo-se a considerações do tipo: “*Falso ou inconstante na afeição, de incapaz de igualar-se ao branco em verdadeiro cavalheirismo e na autêntica elegância masculina, para não falar da inteligência.*”⁹²

Ao tentar compreender a criação do mito da democracia racial, Viotti (1999) mostra que alguns negros ou mulatos ascenderam na escala social, contudo, embora socialmente móveis, esses indivíduos tinham de pagar um preço pela sua mobilidade, ou seja,

“tinham que fingir que eram brancos. Eram negros especiais. Negros de alma branca, expressão comum empregada por brasileiros de classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros. Se alguns deles estavam ansiosamente conscientes das sutis formas de preconceitos e discriminação, faziam questão de não mencioná-las. Algumas vezes nem mesmo entre eles mesmos. Esses indivíduos compartilharam com os brancos o mito da democracia racial e para a sociedade em geral, eles serviram como um claro testemunho da realidade do mito, como uma evidência tanto da ausência do preconceito como das possibilidades de mobilidade social desfrutadas pelos negros do Brasil”.⁹³

⁹⁰ Freyre (1968:608).

⁹¹ A tese do branqueamento, apresentada por um dos seus formuladores no campo da ciência antropológica, João Batista de Lacerda, afirmava a inferioridade de negros, índios bem como da maioria dos mestiços, e concebia que mecanismos seletivos, operando na sociedade (a busca de cônjuges mais claros), poderiam clarear o fenótipo no espaço de três gerações. Essa discussão é tratada mais detidamente nos estudos de Skidmore (1976) e Seyferth (1991, 1996).

⁹² Freyre (1968: 602).

⁹³ Viotti (1999: 375).

3.2 - Do final dos anos 30 aos anos 50, o reconhecimento da existência do preconceito

As teorias de Freire receberam grande apoio e atenção do meio acadêmico nos anos que se seguiram à sua publicação. Não foram poucos os estudos marcados pela crença na democracia racial bem como nas ideias freyrianas e foi, sob a sua influência que, a partir de finais dos anos 30, surgiram alguns trabalhos de interpretação sociológica da realidade racial brasileira. Realizados na perspectiva da mudança social e abordando a noção do preconceito, tais estudos distinguem-se no sentido de buscarem investigar a construção da suposta democracia racial brasileira e as possibilidades de difusão de seu modelo para outros países e culturas. A Bahia foi uma das áreas mais privilegiadas nas pesquisas desse período, dentre as quais se destacam a pesquisa de Pierson e as conduzidas pela UNESCO nos anos 50, que se tornaram clássicos da análise sociológica sobre mobilidade social de negros.

A pesquisa de Pierson foi realizada entre os anos de 1935 e 1937 e analisa as relações entre brancos e pretos na Bahia⁹⁴. Em sua época, esse estudo se constitui em um dos clássicos da reflexão sobre a ascensão social dos negros, tornando-se também um marco importante na alteração dos hábitos metodológicos e teóricos da nascente antropologia cultural brasileira⁹⁵. As análises da composição das classes na sociedade de Salvador, cidade em que se baseou a pesquisa, revelam uma imagem que não condiz com a idéia de paraíso racial que se atribuía ao país, dado que manifestações de preconceito de cor foram registradas no decorrer da pesquisa, na qual se evidenciou que os pretos e mulatos escuros ocupavam os estratos mais baixos da sociedade, enquanto os mulatos claros e brancos se alocavam nas camadas superiores.

Ressalte-se que a maior mobilidade social dos mulatos claros já havia sido constatada por Freyre, contudo, no estudo de Pierson (1945), tais constatações são utilizadas como elementos de comprovação da inexistência do preconceito racial, pois *“a aceitação de alguns mestiços escuros, assim como a de vários mestiços claros, nos círculos “superiores”, mostra de maneira concludente que se uma pessoa tiver capacidade ou encanto pessoal, alto grau*

⁹⁴ Esse estudo foi publicado em português, no ano de 1945.

⁹⁵ Tais inovações referem-se à construção de categorias de análises, definições dos espaços convenientes ou não para a observação do olhar, bem como introdução de algumas abordagens quantitativas.

*de instrução, riqueza, realização profissional ou competência geral poderá sobrepujar a desvantagem da cor.*⁹⁶

Influenciado pela segregação nos Estados Unidos, Pierson (1945) abrandava as relações raciais brasileiras, apresentando-as de forma menos conflituosa do que realmente estas se apresentavam, tendo em vista que ele conferia grande relevo às possibilidades de ascensão social dos mestiços bem como à ausência de embates abertos entre brancos e negros no Brasil.

Sob tal perspectiva, as explicações para as barreiras sociais que impediam os pretos e mestiços de se destacarem como um grupo em si, mas apenas como indivíduos elegíveis, são procuradas no passado escravocrata, ou seja, de acordo com Pierson, a parte mais escura da população estaria ainda concentrada nos empregos de baixos salários e de status inferior não apenas em razão da condição original de escravo, mas também pelas limitadas oportunidades educacionais, e de obter propriedades agrícolas ou empregos numa economia pré-industrial. Assim, o tempo relativamente curto durante o qual a maior parte da "gente de cor" estava gozando de uma condição de livre concorrência seria uma das explicações, haja vista que, em seu modo de ver, os pretos estavam, gradual e persistentemente, se elevando na escala ocupacional⁹⁷

Embora admitindo a existência do preconceito de cor, Pierson negava a sua importância, sustentando-se no fato de certos indivíduos bastante escuros, ou possuindo outros traços negróides, terem sido admitidos em clubes bastante seletos e alcançado posições de confiança e responsabilidade na comunidade. Segundo esse autor, a ascensão social dos homens de cor dependia de esforços pessoais, uma vez que, para ele, as ocorrências demonstravam claramente que a cor tinha pouco valor e esta tenderia a ser negligenciada e mesmo esquecida, em favor de outras características que identificavam as classes "superiores" e definiam *status* numa sociedade como a baiana, baseada em classe.⁹⁸

⁹⁶ Pierson (1945: 340).

⁹⁷ Pierson (1945: 365).

⁹⁸ Pierson (1945: 249). Dentre as características às quais o autor se refere podemos citar: competência profissional, capacidade intelectual, instrução, riqueza, encanto pessoal, pose, "boas maneiras" e, especialmente beleza, para as mulheres.

Diante disso, postulando não ter visto em Salvador o tipo de preconceito racial encontrado nos Estados Unidos, sua terra natal, Pierson subestima o caráter das relações entre pretos e brancos no Brasil. Embora admita existir no país certo nível de discriminação ligada à cor, ele afirmava ser o Brasil uma sociedade multirracial de classes, onde a discriminação que criava barreiras sociais entre brancos e não brancos era antes de classe que de casta.⁹⁹

Na sequência da pesquisa de Pierson, a UNESCO financiou, na década de 50, uma série de pesquisas antropológicas e sociológicas que tinham como fulcro a crença de que o Brasil representava um cenário singular no tocante às relações raciais, onde os contatos entre brancos e negros tenderiam para a harmonização.¹⁰⁰

O Brasil havia adquirido reputação internacional, por sua democracia racial, através de figuras de renome internacional, como Gilberto Freyre e Artur Ramos. Em um mundo marcado pelos horrores do racismo e do genocídio do pós-guerra, buscava-se compreender o segredo dessa suposta harmonia racial e as possibilidades de difusão de seu modelo para outros países e culturas.

Ironicamente, as conclusões do conjunto dessas pesquisas tornaram-se surpreendentes para seus patrocinadores, na medida em que se constituíram nas primeiras contestações de peso à imagem de democracia racial no Brasil, levando a uma primeira ruptura clara com as idéias de Freyre e de seus seguidores¹⁰¹. Dentre tais pesquisas, destacam-se as de Thales de Azevedo, em Salvador; Luiz Aguiar da Costa Pinto, no Rio de Janeiro; Oracy Nogueira, no município de Itapetininga (SP); Florestan Fernandes, em São Paulo; e Fernando Henrique Cardoso, em Florianópolis¹⁰².

⁹⁹ Pierson (1945: 367).

¹⁰⁰ A esse respeito, ver Guimarães (2004) e Maio (1999).

¹⁰¹ Refiro-me especificamente a Charles Wagley e Marvin Harris, seguidores ou parceiros no projeto da UNESCO

¹⁰² Vale ressaltar que, embora não tendo o foco nessa temática, outras pesquisas trouxeram contribuições significativas no entendimento do mundo negro em ascensão, a exemplo dos trabalhos de Wagley e outros. Os estudos de Wagley, apud Guimarães (2004), documentam as tensões raciais e as sutilezas dos mecanismos discriminatórios em jogo em comunidades da Chapada Diamantina, Recôncavo e Sertão da Bahia, mas suas conclusões acerca das relações raciais nessa região não se afastam muito das de Donald Pierson cujas observações, segundo Wagley, poderiam, inclusive, e de uma maneira geral, se aplicar ao conjunto da região rural do Brasil. Contudo, Wagley se faz significativo não apenas porque precedendo a clássica monografia escrita por Thales de Azevedo, ele já insinua a existência do preconceito racial por baixo das etiquetas sociais “como também por começar a teorizar o que são classes sociais enquanto teoria nativa”. “Qualquer um que exerce uma profissão não manual, que fez os estudos secundários, que descende de uma família honrada e conhecida e que é branco poderá, por exemplo, ser colocado na classe

A pesquisa de Azevedo analisa a dinâmica da ascensão social das “pessoas de cor”, em Salvador¹⁰³, cidade reconhecida, tradicionalmente, como o melhor exemplo de harmonia racial no Brasil; no entanto, os achados empíricos de Azevedo (1996) apresentam um panorama diferente da realidade que até então se apregoara, subvertendo definitivamente a tendência das idéias que grassavam entre os intelectuais brasileiros e observadores americanos, de negar ou subestimar o preconceito, em contradição com as experiências e impressões da própria população “de cor”. Segundo Azevedo (1996), o preconceito racial estava presente nessas interações e

a posição dos que negam inteiramente o preconceito é a de quem formula um padrão ideal de relações, inspirado "no desejo que não houvesse (o problema), ou no vão intento de contribuir para que a sociedade o esqueça". Os que exageram as proporções da questão poderiam ser personalidades inadaptadas, o que não ocorre sempre; essa exageração é um poderoso meio para chamar atenção para um problema que se supõe inexistente ou sem importância e funciona também como uma forma de agressão contra o grupo discriminante¹⁰⁴

Os estudos de Azevedo também apontam para novas dimensões da ascensão dos negros, ao constatar e documentar a importância do *status* atribuído sobre o *status* adquirido¹⁰⁵. Segundo esse autor, a sociedade baiana do início dos anos 50 não havia concluído a passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade exclusiva de classe. Convivia lado a lado com ambas as formas – e, assim, na medida em que o *status* mantinha estreita relação com a condição de nascimento, os negros carregavam entre si a “*desvantagem da cor*”, pois o passado de escravidão lhes dificultava a mudança completa de *status*.

Nessa perspectiva, mesmo galgando postos nas ocupações mais valorizadas, não havia para os negros qualquer garantia de mudança completa de *status* ou ascensão em outras esferas da vida social, quer dizer: “os negros e

superior local, mesmo se é pobre. Um negro deverá preencher todas as outras condições requeridas para ser admitido nesta classe a despeito do seu tipo físico” Wagley *apud* Guimarães (2004).

¹⁰³ O estudo, realizado em 1952, foi conduzido a partir de entrevistas com indivíduos de “cor” de diferentes estratos sociais e da observação direta de situações em diversos espaços sociais e profissionais.

¹⁰⁴ Azevedo (1996: 54).

¹⁰⁵ O *status* atribuído estava associado à origem familiar, mas principalmente à cor, cuja desvantagem poderia ser compensada pelo apadrinhamento, casamento, educação e modificação da posição econômica, ou seja, os negros que adquiriam *status* tornavam-se “socialmente brancos”. O *status* adquirido era proveniente da riqueza e da ocupação.

os mestiços poderiam, por exemplo, tornarem-se advogados ou engenheiros, mas dificilmente pertenceriam aos clubes ou seriam introduzidos nos círculos familiares dos brancos nessas profissões”.

Azevedo (1966: 96) documenta a presença de indivíduos de cor no serviço público, apontando que estes eram admitidos sem grandes dificuldades, contudo os pretos não tinham acesso, senão excepcionalmente, aos cargos de direção, ocupados temporariamente, em comissão, por escolha individual dos governantes e dos funcionários mais graduados.

É interessante observar que, apesar de constatar a existência de “*certas contradições*” permeando as relações raciais, Azevedo subestima o racismo pelo fato da inexistência no Brasil de situações formais de exclusão de pretos e mulatos. Para ele, o preconceito existia, mas a “desvantagem” da cor era uma condição que poderia ser diminuída através de mecanismos conscientes de embranquecimento biológico ou social, a exemplo dos casamentos inter-raciais, educação, apadrinhamento ou modificação da posição econômica. Para o autor, a ascensão dos negros passava, necessariamente, pelo seu embranquecimento social.

A despeito das importantes contribuições que Donald Pierson e Thales de Azevedo forneceram ao estudo das relações raciais no Brasil, eles terminaram contribuindo para legitimar a idéia de que a ausência de mecanismos de discriminação formalizados em lei traduzia-se em indício da inexistência de conflitos raciais no país e da convivência harmoniosa entre as raças. Ainda hoje, tal ideário tem marcado o discurso de alguns negros e brancos, corroborando para mascarar a realidade discriminatória da sociedade brasileira e provocando uma série de dificuldades para a identificação de quem é negro no Brasil. Mais do que isso, é a sua persistência que ainda hoje reforça a presunção de que falar em discriminação racial no país é inventar um problema que, de fato, não existe, como se isto fosse apenas uma tentativa de importação para a nossa realidade de problemas de países como os Estados Unidos e a África do Sul.

A pesquisa conduzida por Luís A. Costa Pinto, originalmente publicada em 1953, introduziu novos ingredientes no debate acerca das relações raciais e notabiliza-se por pretender uma mudança no enfoque em pesquisas sobre os negros brasileiros e, da mesma forma, deslocar o foco das observações para um

novo contexto. Assim, enquanto Azevedo e Pierson desenvolvem seus trabalhos na Bahia, uma área em que as relações entre as raças se desenrolavam sem alterações notáveis dentro do quadro tradicional, as preocupações de Pinto se voltam para o Rio de Janeiro que, naquele período, exibia um peculiar cenário: o de mudanças de estrutura econômica com fortes impactos sobre o quadro das relações sociais entre os grupos étnicos que ali coexistiam e conviviam.

A industrialização e os fenômenos que a ela se associavam proletarizara e urbanizara grandes massas de cor, não somente na condição e no *habitat*, mas, principalmente, e como consequência, na mentalidade e no estilo de comportamento. Com isso, na introdução de seu estudo, “O negro na cidade do Rio de Janeiro”, Pinto revela a crença de que esse estado se constituía num importante laboratório de estudos raciais, tendo em vista a particularidade que essa cidade apresentava como uma sociedade onde coexistiam estruturas hierárquicas e relacionais tradicionais, conjuntamente com um emergente processo de modernização econômica e de democratização política.¹⁰⁶

Tornam-se significativas suas análises acerca da grande presença de pessoas de cor no serviço público do Rio de Janeiro, ao apontar que a existência desse elevado contingente pouco exprimiria sobre a realidade das relações raciais nesse setor de ocupação, ou seja: tornava-se irrelevante discutir se havia ou não, em tese, barreiras de cor nesse ramo de ocupação. Para ele, o aspecto mais grave estaria na sutileza como se configurava a seleção preferencial “*por critérios que em regra, não são confessados*” para a seleção dos indivíduos para a ocupação de cargos públicos, especialmente carreiras mais prestigiadas, como a magistratura, a diplomacia e o oficialato das forças armadas. A forma como se dava o “peneiramento” era desfavorável aos negros, ou seja: para gozar das oportunidades de ascender a carreiras, funções ou postos hierárquicos, selecionavam-se preferencialmente os indivíduos que não eram de cor, baseando-se numa idéia socialmente compartilhada de que era inconveniente que tais posições fossem ocupadas por pessoas de cor, considerando-se que “*lugar de negro é na cozinha*”, e assim “*seria botar o carro adiante dos bois*”,

¹⁰⁶ Pinto (1998: 149).

pois “o que diria de nós o estrangeiro, se fôssemos lá fora representados por um tição?”.¹⁰⁷

As idéias correntes defendidas por Pierson e Azevedo, mitigando as relações raciais em função da inexistência, no Brasil, de dispositivos legais como em outros países, são aqui contrapostas na medida em que, negando tais assertivas, Pinto assevera que a ausência, ao contrário, punha em relevo outra eficiente forma de discriminação de fundo étnico. Ou seja, uma discriminação que, dissimulada sob a alegação de fatores não étnicos, excluía negros de determinados setores. Como exemplo, ele toma a exigência de “boa aparência” nos classificados de emprego (sujeita ao critério do empregador) ou do pedido antecipado de uma fotografia ao recrutar-se através de correspondência. Para esse mesmo autor, tais mecanismos, além de independerem do que estava escrito nas leis, funcionavam como meios indiretos e de eficientes resultados na preterição dos negros em muitos empregos. Portanto, a ausência de mecanismos legais de discriminação não impediria o funcionamento de certos critérios discriminativos, já que, conforme Pinto (1998), estes sempre encontrariam alegações não étnicas para se justificarem. Segundo ele, “são as barreiras étnicas, travestidas de barreiras não étnicas que justificam o fato dos negros estarem sobre-representados nos estratos inferiores da hierarquia social carioca, nas ocupações menos valorizadas, nos ramos de atividade de menor remuneração econômica ou menos prestigiadas socialmente”.

Vale ressaltar que as análises desse autor baseiam-se na premissa teórica de que castas e classes não são estruturas independentes, mas momentos históricos distintos de um mesmo fenômeno. Nessa perspectiva, a superação histórica da estrutura de castas levaria, no momento seguinte, à emergência de uma estrutura de classes. Contudo, o grau de mobilidade social possibilitado pela abertura das classes não poderia se elevar ao ponto de ameaçar o *establishment*, pois, caso isso acontecesse, se estabeleceria na sociedade um movimento de resistência a essa transformação, com o ressurgimento de elementos da estratificação por castas.

Outro autor destaca-se nesse cenário de discussões. Trata-se de Oracy Nogueira que, com base em pesquisa realizada na cidade de Itapetininga, no interior paulista, chega a conclusão semelhante à de Pinto acerca da mobilidade

¹⁰⁷ Pinto (1998: 95).

social. No entanto, esse estudo, publicado originalmente em 1954, ofereceu uma perspectiva inovadora em relação ao que se concebia no entorno social e político. Ao construir um modelo comparativo das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, Nogueira (1998) afasta-se das explicações que, subestimando a questão racial, a reduzia a um problema de classe. Suas reflexões tinham como ponto central a permanência da discriminação e do preconceito racial no Brasil, bem como sua especificidade e relação com o que ele denominava de “preconceito de marca”, constituído a partir de pressupostos fenotípicos, sendo o preconceito racial definido como:

(...) uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem¹⁰⁸.

Além disso, Nogueira afirmava que as barreiras sociais advindas da condição racial dificultavam a mobilidade social da população de cor. Confinava aqueles de traços negróides mais facilmente identificáveis nos escalões mais inferiores da sociedade, de maneira que, embora subsistissem as perspectivas de continuar a haver “gente de cor” nas classes média e alta, ainda assim tal constância continuaria a implicar a reprodução do *status* coletivo inferior desse contingente. Para ,, embora os indivíduos de cor não fossem incondicionalmente excluídos das camadas mais favorecidas da sociedade brasileira, ou mesmo o fato de haver brancos em todas as camadas sociais não significava que ambos estivessem sujeitos às mesmas barreiras de classe (e não raciais) que atingiam os membros das classes menos favorecidas. Dificuldades específicas tornavam a ascensão social dessas pessoas menos provável do que para os brancos, fato que conforme esse autor poderia ser comprovado em estudo histórico-comparativo das carreiras das pessoas de cor e a dos estrangeiros e seus descendentes na sociedade.

¹⁰⁸ Nogueira (1985: 78).

3.3 - Dos anos 60 até o final dos anos 70 – a contradição da idéia de paraíso racial

As reflexões surgidas nos anos 60 até o final dos anos 70 referiam-se mais particularmente às regiões sul e sudeste do país, em especial a São Paulo, onde novas oportunidades de empregos se abriam acompanhadas de significativas mudanças na estrutura social¹⁰⁹. Destacam-se os estudos de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, João B. Borges Pereira e Fernando H. Cardoso, dentre outros, que, centrados em bem fundamentadas análises históricas, confirmam a existência do preconceito e da discriminação racial bem como a contribuição destes para a manutenção da ordem escravocrata.

Suas argumentações baseavam-se na constatação de que a desintegração do regime escravista não se refletia em mudanças substanciais na posição social dos negros e mulatos, pois não obstante o novo *status* legal, eles permaneceram relegados às posições mais inferiores da hierarquia social. Sob tais perspectivas, entendia-se que o modelo tradicional e assimétrico de relações raciais advindos do sistema escravista mantivera-se praticamente intacto, regulando não apenas as relações entre senhores, escravos e libertos, mas também, o padrão tradicional de concentração de poder, de prestígio e de riqueza.

Esses autores delinearam um quadro em que confirmam a existência do preconceito e da discriminação racial, porém tais fenômenos são tidos como resquícios inevitáveis da ordem escravocrata, cuja sobrevivência devia-se a um atraso cultural, sem qualquer vinculação com o dinamismo social do período pós-abolição, conforme aponta Fernandes (1965):

¹⁰⁹ Em decorrência de uma agressiva política indutora de substituições de importações, iniciada nos anos 50, o país experimentou um intenso crescimento na produção industrial de massa e uma forte aceleração no seu processo de urbanização nas décadas seguintes. Nesse contexto, despontam os estudos que buscavam explicar os padrões de integração dos negros nessa sociedade industrial, na qual o preconceito dava mostras de sua presença. Assim, até os anos 1950, o país caracterizava-se como uma economia eminentemente agrária voltada para a exportação de produtos primários e com a maior parte de sua população vivendo fora das cidades. A partir daí, experimentou um forte crescimento da indústria, e do seu processo de urbanização, em ritmo acelerado que se prolongou até os anos 80. Conforme Baer (2002; 418), o PIB brasileiro elevou-se significativamente entre os anos 1950 a 1980, só atingindo valores menores de 4% ao ano em 1956 e no período de 1963 a 1965. A participação da indústria aumentou de 24% para 41% do PIB. Em 1950, o percentual da população que residia em áreas urbanas era de 36%; em 1980, esse percentual tinha se elevado para 68%. Da mesma forma, nesse período, a população brasileira mais que dobrou. Em 1950, o país possuía 52 milhões de habitantes e, em 1980, esse número já era de 119 milhões.

(...) A persistência desse preconceito e discriminação constitui um fenômeno de atraso cultural. As atitudes, comportamentos e valores do antigo regime social referentes às relações raciais são mantidos em situações histórico-sociais em que estão em conflito aberto com os fundamentos econômicos, legais e morais da ordem social vigente. A esse respeito, as manifestações de preconceito e discriminação raciais nada têm a ver com a competição ou rivalidade entre negros e brancos nem com o agravamento real ou possível e tensões raciais. Elas são a expressão de mecanismos que, de fato, perpetuam o passado no presente. Elas representam a continuação da desigualdade racial tal como se dava no antigo sistema de castas.¹¹⁰

As interpretações do autor, publicadas em *A integração do negro na sociedade de classes*, são consideradas um marco na literatura dedicada às relações raciais no Brasil dessa fase. Suas análises desafiaram radicalmente a idéia dominante no final dos anos 50, fundada na visão de Freyre e seus seguidores. Fernandes afirmava que a democracia racial era um mito, e que o racismo era generalizado na sociedade brasileira, atribuindo à escravidão e aos seus efeitos sociais e psicológicos a dificuldade que os negros tinham para competir com os brancos nos mercados de trabalho. Para esse autor, a cor da pele e as marcas raciais teriam articulado a naturalização das desigualdades entre negros e brancos, possibilitando a manutenção do *status* de acomodação inter-racial que regia as relações entre os senhores e escravos. Ou seja, mesmo após a Abolição, os negros, sob condições distintas, permaneciam prestando os mesmos serviços, para os quais a ideologia racial os considerava “naturalmente” adequados¹¹¹. Suas observações levam-no a concluir que esta era uma situação que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento econômico que ensejava a criação de oportunidades para a ascensão social.

Nessa concepção, os resquícios de estruturas pré-existentes de relações raciais seriam totalmente eliminados quando a ordem social competitiva se libertasse das distorções que resultavam da concentração racial de renda, privilégio e poder. Trata-se de uma visão bastante otimista e que se fundamentava na crença da incompatibilidade entre industrialização e racismo que, segundo ele, tornava a integração social do negro algo inevitável, diante das exigências estruturais das modernas sociedades industriais, no que tange

¹¹⁰ Fernandes (1965: 295).

¹¹¹ Como enfatizava Bastide (1955) tempo depois, o problema consistia na manutenção de “relações tradicionais” fundadas no paternalismo, no cerne mesmo da sociedade industrial.

a universalismo, realização, eficiência instrumental e capacidade individual dentro de uma estrutura aberta de oportunidades.

Tais interpretações ganharam força na medida em que algumas mudanças na posição social da população negra em decorrência da industrialização sinalizavam para uma crise do modelo tradicional. Considerava-se que, embora a massa de negros e mulatos permanecesse excluída do mercado de trabalho, parte dessa população já começava um processo de proletarização e incorporação à classe média.

Sob esse aspecto, o serviço público se constituía na alternativa mais viável para o negro que buscava ascensão social, garantindo-lhe uma distância do estigma de trabalhador braçal e suscitando a possibilidade de ocupar postos administrativos nas instituições a que passassem a pertencer. Apesar dos cargos ocupados não serem de grande prestígio na sociedade global (contínuos, bedéis, escriturários, professores de escola pública), ter um emprego fixo representava um diferencial importante quando relacionado à precariedade em que vivia a maior parte dos negros.¹¹²

Conquanto surgissem grupos de elites de cor, não se estabeleceram mudanças substanciais no quadro tradicional; o imaginário branco, acerca dos negros, não se alterou. O negro que ascendia era considerado uma exceção à regra e nem sempre era “tratado como gente” por todos os brancos, resultando em inúmeras situações constrangedoras que, ainda, servia de símbolo e de evidência para a subestimação da grande massa dos homens de cor. Sob esse aspecto, ele terminava submetido socialmente a uma espécie de vigília que funcionava de uma maneira em que a realização de algum feito extraordinário, por esse indivíduo, não se traduzia em benefícios para o seu grupo de pertencimento racial. Porém, se incorresse em algum desvio, este tendia a se constituir em prova irrefutável da inferioridade do grupo. Assim, nessa condição, a ascensão social dos negros não vai implicar uma redefinição do seu *status* social nas relações cotidianas com o branco.

Nas interpretações de Fernandes, o embranquecimento se constituía em mecanismo que se achava integrado ao processo de ascensão dos negros. “Tornar-se branco” corresponderia ao preço cobrado pela sociedade para a mobilidade social experimentada visto que, conforme o autor, o

¹¹² Fernandes (1965).

reconhecimento do valor, tanto para os próprios negros em ascensão como para os outros só se efetivaria ao custo da negação de uma identidade negra. Isso era perseguido a partir do esforço individual, no sentido de incorporar comportamentos específicos, a partir dos quais esses indivíduos se diferenciariam da “massa negra”.

Como escreve Carone (2002:14), o branqueamento foi "*uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se integrar (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social*"¹¹³.

A adoção de um estilo de vida puritano consistia em um desses mecanismos utilizados por negros em ascensão social para romper com certos atributos negativos imputados ao negro pela sociedade, tais como desordeiro, desonesto, ladrão, bêbado, vagabundo, malandro etc. Para Fernandes, o puritanismo funcionava como uma estratégia de “autodefesa” e “autoafirmações sociais” a partir da qual, utilizando-se de parâmetros de comportamento, normas e valores da sociedade global, efetuava-se um estrito controle sobre o modo de vestir, falar, conversar e demais hábitos e ações, refletindo uma ânsia do negro em se igualar, ou superar o branco.

Importantes sob o ponto de vista de colocar a discriminação do negro, essas análises minimizam a pertinência racial, ao destacar a condição do trabalho escravo, deixando de abarcar certas complexidades, como o racismo, que envolve o cotidiano dos negros no Brasil.

Pereira (2001), tal qual seus antecessores (Azevedo, Costa Pinto, Fernandes, Cardoso, dentre outros), utiliza a centralidade do preconceito de cor para explicar as dificuldades da mobilidade social dos negros no pós-abolição. Sua análise centra-se em uma área profissional específica: o rádio, em São Paulo, no período de 1959 a 1963. Na época, a sociedade brasileira

¹¹³ Entendo haver necessidade de se repensar a interpretação corrente que concebe o branqueamento como sinônimo ou pré-requisito da integração do negro na sociedade de classes, pois como Bento (2002: 52) compartilho da idéia de que isso ocorre em razão de essa sociedade de classes se considerar, de fato, como um ‘mundo dos brancos’ no qual o negro não deve penetrar. Outros autores vão mais longe, como Figueiredo (2002: 104) ao postular que "*quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca — se é que assim podemos denominá-la — em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a ‘cultura negra’ e se tornam curiosos em conhecer o seu passado*".

vivenciava mudanças profundas, e o rádio começava a sentir as mudanças decorrentes da ascensão da televisão como principal meio de comunicação.

O estudo de Pereira analisa o movimento ascendente dos negros no meio radiofônico, uma esfera onde a voz corrente indicava ser um dos mais fáceis canais de ascensão para esses indivíduos. Demonstra que a mobilidade conseguida nesse ramo profissional levava tais indivíduos a vislumbrarem um novo grupo de referência, perseguindo a incorporação da identidade correspondente, através da compra de bens (como o automóvel ou a casa) ou da mudança de comportamentos (como o vestir com aprumo), que o colocavam em posição de relevo na escala de prestígio social. Bens e comportamentos que, embora lhes conferissem *status*, não implicavam no estreitamento das relações com os brancos, pois a convivência mútua desses sujeitos não extrapolava o campo das relações profissionais.

Baseados em grande parte no cotidiano dos períodos que antecederam os anos 70, os estudos mencionados anteriormente contradizem a idéia de paraíso racial que, desde os anos 30, predominava no país. Afirmam a existência do preconceito no Brasil não apenas na época contemporânea, mas desde o período escravista, como declara Fernando Henrique Cardoso.

O preconceito de “raça” ou de “cor” era um componente organizatório da sociedade de castas. Nela, porém, a representação do negro como socialmente inferior correspondia tanto a uma situação de fato, como aos valores dominantes na sociedade. (...) era um componente essencial e “natural” do sistema de castas. (...) Apenas lateralmente, apesar da enorme importância desse processo, a função reguladora do preconceito agia no disciplinamento das expectativas e possibilidades de ascensão social: no caso dos mulatos claros livres. Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o “problema negro”, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o “preconceito de cor ou de raça” transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis.¹¹⁴

Os estudiosos reconheciam sobretudo que, embora não claramente deliberado –, como em outros países onde havia uma separação total, ou quase total entre brancos e negros – o preconceito produzia barreiras raciais

¹¹⁴ Cardoso (1960: 281).

que empurravam os negros para as camadas inferiores da estrutura social brasileira, embora também chegassem a prognosticar o surgimento de oportunidades de superação das relações sociais assimétricas, como o fizeram, por exemplo, Florestan Fernandes e seu grupo.

Conforme observado, esses estudos baseavam-se na maior mobilidade ocasionada pelo acelerado processo de industrialização e urbanização que o país experimentara a partir dos anos 50. Seus autores supunham que o crescimento da sociedade industrial e a integração dos negros a essa sociedade levariam a uma assimilação em que os grupos dominantes e subordinados, mais tarde, se tornariam similares, e as diferenças estruturais desapareceriam. Isto porque, para eles, o preconceito e a discriminação racial que resultava desse processo eram manifestações de um contexto escravista que se tornavam incompatíveis com as bases sociais, econômicas e legais da nova sociedade, hierarquizada em classes, ou seja, o preconceito seria um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes e, ao mesmo tempo, uma persistência do passado, de tal maneira que “negros” e “mulatos” seriam apenas “metamorfose do escravo”, como mais tarde dirá Guimarães¹¹⁵.

Muito embora tenham reconhecido a existência do preconceito de cor no Brasil, tais estudiosos não deram ênfase a esse fenômeno enquanto mecanismo de reprodução e criação de desigualdades sociais, ou instrumento de luta entre grupos livres em mercados competitivos, mesmo admitindo que a industrialização agudizasse o preconceito. Florestan, por exemplo, preferia sublinhar que em um primeiro momento, o negro e o mulato permaneceriam marginais à estrutura de classes¹¹⁶.

É importante salientar que as gerações de estudiosos dos anos 50 mais os discípulos que lhes seguiram nos anos 60 e parte dos 70 não trataram de racismo em seus estudos e discussões. Estas se estabeleceram notadamente em torno do preconceito de cor e do preconceito racial, sobre os quais havia a expectativa de que seriam superados, aos poucos, pelos avanços e transformações da sociedade de classe, como também pelo processo de modernização.

¹¹⁵ Guimarães (2004: 20).

¹¹⁶ Fernandes (1965: 219).

O racismo era tratado unicamente como doutrina ou ideologia política, sofrendo mudanças na sua definição no desenrolar dos anos 1970, e isso não ocorre apenas no Brasil, nem se limita a uma área específica do saber, mas, em vários núcleos, especialmente na historiografia americana sobre a escravidão negra. Desde esse período, o racismo se constituiu em um conceito analítico central da vida social moderna¹¹⁷.

¹¹⁷ Ao refletir sobre a utilização do termo “racismo” nas ciências sociais e na política, Michael Banton e Robert Miles (*apud* GUIMARAES 2004:25) apontam que até o final dos anos 1960, a maioria dos dicionários e livros escolares definiam o racismo como um doutrina, dogma, ideologia, ou conjunto de crenças. Afirmam ainda que no núcleo dessa doutrina subjazia à idéia de que a raça determinava a cultura, daí derivando as crenças na superioridade racial. Contudo, segundo esses autores, só a partir dos anos 1970, a palavra passou a ser usada em sentido ampliado para incorporar práticas e atitudes, assim como crenças. O racismo passou a denotar todo o complexo de fatores que produzem discriminação racial e, algumas vezes, frouxamente, designa também determinados fatores que produzem desvantagens raciais.

3.4 - Do final dos anos 70 até mais recentemente: a ascensão social em um Brasil industrializado

Os estudos de Hasenbalg (1979) e Valle Silva (1979) revolucionaram o conhecimento que se tinha até então da mobilidade social no Brasil, corrigindo a visão já incorporada no senso comum de que as desigualdades raciais foram herdadas do passado escravocrata e que tendiam a desaparecer. Tais estudos evidenciaram que as chances de ascensão para “pretos” e “pardos” continuavam muito menores que para os brancos, mesmo quando se isolavam os determinantes ligados à origem social desses indivíduos. Ou seja, o viés racial das desigualdades sociais não constitui uma mera reprodução das desigualdades históricas.

Com base na análise dos dados censitários (ou de amostras domiciliares de renda, educação, naturalidade, origem rural ou urbana, ocupação, ocupação dos pais, estado de residência, cor e outros) os autores demonstraram, de modo estatístico, que a cor dos indivíduos tinha um peso considerável na explicação da pobreza e na sua reprodução. Mostraram que, embora o surto desenvolvimentista gerado nos anos 50 tivesse produzido uma elevada taxa de mobilidade ascendente da população, a situação dos negros não havia se modificado. O desfavorecimento desses continuava embutido nas relações sociais, ou seja, a sociedade brasileira permanecia racialmente desigual. Amarrados em mecanismos invisíveis (ou invisibilizados) de discriminação racial, eles continuavam predominando nos estratos inferiores em termos de renda e de educação, como também no que dizia respeito às ocupações exercidas e ao ramo de atividade econômica em que se realizava o trabalho. Semelhantes constatações também foram observadas em outras pesquisas realizadas posteriormente¹¹⁸.

Esses estudos contradizem as afirmações de Fernandes (1965) no que tange a considerar o passado escravista como a principal variável causal da sobrerrepresentação dos negros nas camadas mais baixas da população. Suas argumentações sustentam que quanto mais longe estivermos do período escravista, menos se pode invocá-lo como causa da posição social inferior dos não brancos. Pelo contrário, as explicações deveriam ser buscadas nas relações

¹¹⁸ Nesse caso se incluem as pesquisas de Valle Silva (1988, 2000), Hasenbalg, Silva & Lima (1999).

estruturais e no intercâmbio desigual entre brancos e negros. Para ele, o preconceito e a discriminação adquiriram novos significados e funções na estrutura social que se estabeleceu após a Abolição. Hasenbalg (1979) salienta que as práticas racistas do grupo dominante branco perpetuavam a subordinação dos negros, não sendo meros arcaísmos do passado, pois, pelo contrário, passaram a se relacionar com benefícios simbólicos e materiais obtidos pelos brancos, advindos da desqualificação competitiva dos não brancos. Observa-se, nessa concepção, que a discriminação é refuncionalizada, ganhando um novo sentido na ordem industrial.

Para esse mesmo autor, alguns fatores não considerados pelos seus predecessores atuam como fortes barreiras raciais nos processos de mobilidade social dos negros, acarretando-lhes fortes desvantagens nos fluxos ascendentes, inicialmente pelas limitações da origem social, mas também ao longo do ciclo de vida individual, em razão da acumulação de desvantagens sucessivas.

(...) a evidência empírica indica que os brasileiros não brancos estão expostos a um “ciclo de desvantagens cumulativas” em termos de mobilidade social intergeracional ou intrageracional. Nascer negro ou mulato, no Brasil, normalmente significa nascer em famílias de baixo status. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição baixa são consideravelmente menores para os não brancos que para os brancos de mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de *status*.¹¹⁹

Uma das contribuições mais marcantes do trabalho de Hasenbalg foi efetuar o deslocamento da relação marxista clássica entre “classe” e “raça” nos estudos das relações raciais pois, para ele, o racismo, como construção ideológica incorporada em e através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não brancos nas relações de produção e distribuição”¹²⁰.

As reflexões desse autor chamam a atenção para o fato de que numa sociedade caracterizada por estratos superiores de tamanho reduzido e estratos inferiores proporcionalmente grandes, a maior quantidade relativa dos negros nos escalões inferiores tende a reduzir as chances coletivas de eles aproveitarem os canais de ascensão. Tal circunstância contribui para a manutenção do *status* coletivo inferior dos negros que terminam sobre-representados no grupo de menor

¹¹⁹ Hasenbalg (1979: 220).

¹²⁰ Hasenbalg (1979: 114).

acesso à educação, de evasão escolar acentuada e de maior dificuldade em transformar o estudo adquirido em renda. Conforme Hasenbalg, as desigualdades raciais assim produzidas, aliadas às práticas discriminatórias e à violência simbólica exercidas sobre esses indivíduos, reforçam-se mutuamente, levando-os à internalização de um sentimento de inferioridade e a uma autoimagem desfavorável que tenderia a restringir as aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o lugar apropriado para as pessoas de cor.¹²¹

As análises de Hasenbalg (1983) introduzem novos elementos nos estudos de mobilidade ao apontar que, independente da origem social e da educação, é nos processos intrageracionais de transmissão de *status*, bem como no processo intergeracional de realização educacional, que os efeitos da cor mais se manifestam. Segundo ele, os negros que conseguem fugir à pobreza apresentam, em contrapartida, uma típica consistência de *status*, considerando-se que grande parte deles, embora possuindo educação superior, realizações ocupacionais de renda, tendem a enfrentar sérias dificuldades tanto na preservação de sua própria posição social como na de seus descendentes, uma situação que poderia ser resumida no seguinte exemplo, citado por Osório:

Quando são tomados dois pais, um negro e um branco, ambos com exatamente a mesma condição social se esta for baixa, o filho do branco terá melhores chances de ascender na estrutura social; se for elevada o filho do negro correrá mais risco de descender na hierarquia. (...) tal situação ocorrerá mesmo se esses dois filhos hipotéticos atingissem o mesmo nível educacional, o que pode não ocorrer visto que há diferenças raciais na realização educacional que prejudicam os negros, para vantagem dos brancos¹²²

De modo geral, os anos que seguem às formulações primeiras de Hasenbalg são tomados pelo avanço de novas teses e novidades conceituais que se irradiam a partir do trabalho conjunto desse autor e Nelson do Vale e Silva, em finais dos anos 1980. Utilizando modelos matemáticos cada vez mais refinados, pesquisadores em diversos estados passaram a desenvolver estudos especializados por área (educação e mercado de trabalho, principalmente), além de outros que buscam descobrir os micromecanismos de discriminação nos seus diversos âmbitos (escola, mídia, livro didático, locais de trabalho e outros espaços sociais).

¹²¹ Hasenbalg (1979: 209).

¹²² Osório (2003: 21).

Na Bahia, a radicalidade das transformações decorrentes do forte crescimento industrial ocorrido entre os anos 70 e 80 ofereceu significativas oportunidades de mobilidade para indivíduos ou grupos, e esse fenômeno ensejou a realização de diversos estudos e pesquisas¹²³. Voltadas à reflexão sobre o alcance e a magnitude das mudanças na dinâmica dos grupos raciais, no mercado de trabalho, essas pesquisas desenvolveram-se, em sua maioria, no ambiente da sociologia quantitativa e reiteraram para o plano local, a persistência de diversas formas de relação racial já documentadas para o contexto nacional.

Embora com diferentes recortes empíricos e sob específicas indagações analíticas, algumas características unificam essas análises. Uma delas é a constatação de que, em Salvador, os negros estão sobrerrepresentados entre os que se inserem nas ocupações mais precárias, mais instáveis e de menos prestígio na escala social. Outra é a de que eles são os menos instrumentalizados em termos de educação formal e, sobretudo, que apenas uma pequena parcela consegue alcançar ocupações consideradas de alto prestígio ou de maior visibilidade.

Nesse sentido, destaca-se o estudo de Castro & Barreto (1992), realizado a partir de dados coletados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), entre os anos 1987 e 1989. As autoras analisam as possibilidades de constituição de trajetórias ascensionais entre trabalhadores negros na Região Metropolitana de Salvador. Tomam como base a indústria, particularmente a petroquímica, setor de significativa importância na economia baiana e que, no contexto da análise, configurava-se como símbolo maior da ascensão profissional.

No setor analisado, a baixa escolaridade é uma das mais fortes barreiras à mobilidade individual dos trabalhadores. Contudo, ao analisar as posições ocupacionais e os níveis de escolaridade dos diferentes grupos, as autoras concluem que, para os pretos e as mulheres, era necessário que houvesse uma sobre-escolaridade. Suas observações evidenciaram que pessoas com um nível educacional maior do que o exigido para as posições que iam ocupar, optavam por ingressar nas indústrias em ocupações menos valorizadas, numa tentativa de mobilidade posterior, a fim de ter acesso a ocupações mais valorizadas.

Para essas autoras, demandava-se um capital escolar mais elevado dos pretos que ocupavam funções socialmente mais valorizadas que dos brancos.

¹²³ Dentre outros estudos cito Bairros (1987); Agier (1992); Castro & Barreto (1992).

Essa escolaridade, como mecanismo de seleção social, era mais cruel entre as mulheres pretas que, para se inserirem nos setores mais valorizados socialmente, necessitavam ultrapassar barreiras ainda mais exigentes. Estavam sujeitas a uma maior seletividade não apenas por comparação aos homens, como também às demais mulheres.

Castro e Barreto apontam ainda que, em função da existência de barreiras raciais, a estrutura do mercado de trabalho em Salvador apresenta espaços diferenciados para negros e brancos. O espaço “cativo” dos brancos corresponde ao das ocupações de mando, que expressam poder ou posse dos meios de produção. O “espaço negro” se localiza nas atividades manuais ou de produção, que envolvem dispêndio de esforço físico. Nessa condição, a possibilidade de exercício de funções de chefia, para os pretos, se concentraria nos escalões intermediários, quando muito assumiriam funções de supervisão.

Em outro momento, Castro e Guimarães (1993), partindo de informações cadastrais sobre os empregados de duas empresas petroquímicas baianas (uma estatal e outra privada), analisam as desigualdades raciais nos locais de trabalho. Consideradas as diferenças entre as gestões de trabalho dessas empresas (quanto ao acesso, posição, mobilidade racial e de gênero), observaram que a estratégia de sobre-escolaridade era um dado presente nos dois tipos de empresa, constituindo-se numa saída para os grupos mais discriminados, no caso, as mulheres e os pretos. A discriminação racial e de gênero se verificava em ambas as empresas, contudo a discriminação racial se mostrava mais branda na empresa pública. Uma outra questão importante apontada é a da desigualdade dos pretos em relação aos outros grupos de cor, constatando que, na empresa pública, os mulatos e os morenos tinham um desempenho melhor do que o dos pretos¹²⁴.

O significado social desses dados se torna instigante considerando que em Salvador os negros constituem o maior contingente populacional e apresentam a mais elevada taxa de participação na força de trabalho, o que implica específicas repercussões sociais sobre os negros que ascendem.

Neste sentido, ganham importância pesquisas mais recentes que, diferentemente da base quantitativa que fundamentou os estudos de Castro & Barreto, centralizam-se em narrativas biográficas dos indivíduos, refletindo as

¹²⁴ Os autores trabalham com as categorias branco, moreno, mulato e preto.

recentes tendências, em termos de análise, nos estudos sobre os negros no Brasil.

Por um longo período, as pesquisas estiveram mais voltadas para uma abordagem que privilegiava as desvantagens dos negros no mundo do trabalho, pouco enfocando as trajetórias opostas. Novos estudos vêm sendo efetuados procurando desvendar o universo dos negros brasileiros de classe média, desvelando quem são, como vivem, quais as estratégias utilizadas para conseguirem melhores empregos e renda, bem como focalizando a percepção destes acerca das relações raciais no Brasil.

O aumento do nível de escolaridade da população ocupada no país na última década tem proporcionado mudanças no mercado de trabalho, e a maior visibilidade alcançada pelos negros tem criado condições para se pensar na diminuição da distância entre ser negro, ocupar posições mais valorizadas na hierarquia social e, inclusive, ser potencial consumidor.¹²⁵

Em pesquisa realizada junto a profissionais liberais negros em Salvador, Flgueiredo (2002, 2003) analisa a forma como a experiência de mobilidade se relaciona com a assunção de uma identidade negra, e sua pesquisa distingue-se por introduzir novos ingredientes na discussão acerca da ascensão dos negros no cenário contemporâneo. A esse respeito, o destaque dado por muitos autores à mudança do grupo de referência em que se vêm envolvidos os negros ao longo do processo ascensional, faz supor ser esta uma singularidade das histórias negras de ascensão. Os comentários dessa autora refutam essa colocação. Suas observações referente a diversos grupos de minorias étnicas no Brasil dão a entender que tal mudança não se reduz a uma especificidade da trajetória ascensional dos negros, sendo um fenômeno comum aos processos de mobilidade vivenciados por diferentes grupos de indivíduos. Ainda assim, a perspectiva comparada por ela utilizada aponta para a existência de características específicas a demarcarem a fronteira entre as estratégias de ascensão utilizadas pelos negros e por grupos de imigrantes no Brasil. Segundo a mesma autora, os projetos de ascensão dos imigrantes e seus descendentes são grandemente facilitados pela utilização de estratégias de socialização e de solidariedade étnica entre os membros de origem comum, ou seja, lançam mão de ajuda mútua.

¹²⁵ A esse respeito vale observar as discussões efetuadas por Silva (2001: 79).

Os negros não recorrem a essas formas tradicionais de solidariedade étnica. Pelo contrário, a ascensão social destes tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos códigos e valores da sociedade dominante. Em grande medida, estas passam por um grande investimento na educação, pelo emprego público, apoio da rede familiar e, acima de tudo, escolhas cuidadosas dentro das reais possibilidades de êxito. As estratégias coletivas de solidariedade, quando se apresentam, nunca extrapolam o nível familiar¹²⁶. Nessa condição, as dificuldades se ampliam na medida em que, além de não contar com os recursos de que desfrutam algumas minorias étnicas no país, os negros têm contra a sua ascensão, o racismo, que os põe constantemente em situações de ter que provar a sua capacidade profissional.

A utilização dos conceitos de negritude, identidade e embranquecimento, quando associados a ascensão social dos negros, aponta para a não assunção da “identidade negra”, por esses indivíduos. A esse respeito ela chama a atenção para um fato que contraria a conclusão de várias pesquisas sobre os negros em ascensão social, ao afirmar que, no processo ascensional, muitos dos entrevistados redescobrem símbolos da cultura negra e tentam incorporá-los em suas vidas, um fato que levaria a supor que a escolarização e o conhecimento da história do negro no Brasil têm contribuído para incorporar o orgulho da cor e da ascendência negra.

Mantive, nesse capítulo, um diálogo com diversos autores que nas últimas décadas elaboraram estudos relacionados à ascensão social dos negros no Brasil. Procurei destacar autores, no âmbito das Ciências Sociais, centrais dentro dessa discussão, sem deixar de considerar ao longo dos demais capítulos a seguir, outras teorias e outros olhares, especialmente aqueles construídos através das ações socioculturais dos sujeitos, e que tendam a refletir um novo imaginário social acerca dos negros em ascensão.

¹²⁶ A importância da rede de solidariedade familiar na construção dos processos ascensionais é também referida na pesquisa de Santos (2003), ao investigar a trajetória de professores universitários negros em Mato Grosso.

IV - O TRABALHO DE CAMPO: desafio de recontar a própria trajetória

Fui assessor do ministro da Educação e viajava o país inteiro acompanhando o ministro. Nas portas dos gabinetes de governadores, invariavelmente me paravam para dizer que segurança não poderia entrar. Veja que me vestia muito bem. No Brasil, uma pessoa com o meu biotipo só pode ser três coisas: segurança, chofer ou caseiro.¹²⁷

O termo “trabalho de campo, nas Ciências Sociais, reporta-se normalmente à fase da investigação realizada em lugares da vida cotidiana onde o pesquisador efetua coleta de dados para O análise posterior. Refere-se a etapa essencial e das mais complexas das investigações qualitativas, especialmente porque o pesquisador trabalha com sujeitos sociais que, como ele, vivenciam comportamentos nem sempre previsíveis e cuja compreensão exige interpretação das orientações e motivações precedentes.

No trabalho de campo os sujeitos da investigação são construídos, teoricamente, enquanto objetos de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade e de interação social com o pesquisador, tendendo a resultar um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos¹²⁸.

Nas considerações a seguir, reflito sobre o desenvolvimento do trabalho de campo na pesquisa, buscando apontar possibilidades e singularidades observadas no confronto entre pesquisador e sujeitos pesquisados em situação de similaridades, tanto de condição sócio-racial como de contextos vivenciados.

¹²⁷ Depoimento do jornalista Dojival Vieira em entrevista ao **Diário do ABC – São Paulo**, sob o título “Com as roupas e as armas de Jorge”, em 28/10/2006.

¹²⁸ Minayo (1994: 105).

A pesquisa investiga a trajetória de ascensão social de indivíduos negros que, por meio de concurso, ingressaram na administração pública, construindo singulares carreiras profissionais, chegando a ocupar posições de prestígio em instituições do serviço público de Salvador, cidade brasileira com maior percentual de negros na população, mas também com limitada presença desses no topo da hierarquia social.

O estudo trata de pessoas com origens modestas que, contrariando a “trajetória modal” da categoria racial em que se inscrevem, tornaram-se profissionais de visibilidade e poder na sociedade de Salvador, na condição de: comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor- chefe de polícia, delegado titular, diretor de hospital, diretor de faculdade, superintendente de instituição, juiz, desembargador, dentre outros.

Tive como objetivo analisar as histórias vivenciadas por essas pessoas, de modo a conhecer os caminhos percorridos e entender os significados atribuídos ao autoprocesso de mobilidade, procurando as correlações com as condições sociais atuais dos negros no Brasil. Com esse propósito, pretendi contribuir para ampliar a compreensão da realidade social, por acreditar que isso pudesse revelar importantes aspectos do mundo social dessa parcela da população e, conseqüentemente, ampliar possibilidades de conhecimento do conjunto da sociedade brasileira no cenário contemporâneo.

Apoiei-me na escuta e em interpretações de relatos de 20 profissionais negros que vivenciaram a experiência de ascensão no serviço público, ocupando postos em que estiveram na condição de “autoridade pública” em Salvador; seus depoimentos foram colhidos durante os anos de 2005 e 2006, período em que as questões raciais ganharam relevo nas discussões da sociedade brasileira, com a intensificação de debates e tensões raciais, e também ações envolvendo definições de políticas públicas voltadas para a população negra¹²⁹.

Essas pessoas integram um grupo bastante reduzido de indivíduos e encontram-se dispersas em um universo relativamente amplo de instituições como também em posições cujo acesso é por vezes bastante complexo. Deparei-

¹²⁹ Foge aos limites desse texto apresentar um inventário das várias políticas e iniciativas de promoção da igualdade racial formuladas em anos recentes. A esse respeito, recomendo os estudos de Jaccoud e Beghin (2002) e Heringer (2006). Os dados da última Pnad mostram que de 2005 para 2006 aumentou em 1,34 milhão o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.

me, assim, com o primeiro desafio ao qual seguiram muitos outros: como montar uma rede significativa de informantes, composta de autoridades públicas negras, com atividades profissionais sediadas em Salvador, que aceitassem participar da pesquisa? Isso se mostrou instigante porque Salvador é, indiscutivelmente, uma grande metrópole com um grande número de instituições públicas reconhecidamente provincianas e piramidais na configuração de sua estrutura, além de apresentarem certa impermeabilidade para o ingresso de negros em sua elite dirigente, conforme expressa um dos informantes, admitindo que

as relações na Bahia são muito primárias. Não no sentido de que são elementares, mas uma sociedade muito estratificada. Se você olhar na UFBA, “fulaninho” é primo de “fulano”, é irmão de “beltrano”, que é pai de “sicrano”. Então, existe uma rede familiar fortíssima e quem é de fora, para entrar - seja baiano ou não -, tem certa dificuldade. (ALFEU, 63 anos, engenheiro civil com doutorado em Paris, diretor geral de instituição federal de ensino superior)

Outro desafio enfrentado relacionou-se ao fato de que a pesquisa urbana no Brasil tem sido realizada mais frequentemente com grupos em situações de desvantagem social, ou seja, aqueles considerados destituídos de poder político e econômico, de maneira que a quantidade de pesquisas que se afastam desse padrão é bastante limitada¹³⁰. Isso poderia ser explicado pela opção clássica da Antropologia em pesquisar as chamadas *minorias sociais*, mas também em função das dificuldades de acesso às camadas médias e altas, assim como pelo fato de a maioria dos pesquisadores, sendo oriundos da classe média, nutrirem certo interesse em conhecer hábitos, costumes e valores de uma classe social à qual não pertencem. Tal limitação reverte-se na ausência de trabalhos sobre a metodologia de pesquisa aplicada aos estudos das camadas médias da população brasileira, especialmente no tocante ao segmento negro. A similaridade étnico-sócio-racial entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa é também tema ausente no debate acadêmico brasileiro, geralmente confinada aos encontros e diálogos informais entre os pesquisadores negros.

Hughes (1984) critica a exigência de alguns negros americanos no sentido de haver maiores semelhanças entre quem pesquisa e o objeto pesquisado. Assim, segundo ele, somente negro poderia ensinar negro, ou seja,

¹³⁰ Nesse caso, estariam incluídos os trabalhos de Velho (1986; 1987) bem como do grupo que a ele se relaciona e desenvolve pesquisas enfocando sujeitos da camada média urbana. Com esse mesmo enfoque destacam-se, mais recentemente, as pesquisas efetuadas por Figueiredo (2002; 2003) e Soares (2004).

somente eles poderiam entender a si próprios. Contestando tal exigência, esse autor aponta que se isso ocorresse, haveria uma redução do conhecimento, considerando-se que as experiências do outro, no sentido antropológico, contariam ou importariam pouco e, dessa maneira, correríamos o risco de perder a sua dimensão comparativa. Compartilhando de suas ponderações, entendo que não devemos deixar de atentar que, do ponto de vista da produção acadêmica, um “olhar estrangeiro” pode revelar aspectos e dinâmicas nem sempre observadas pelo olhar nativo; mas, no caso presente, pareceu-me extremamente importante o fato de eu ser negro.

É difícil dimensionar o quão inconstantes seriam as entrevistas com um pesquisador que não fosse negro. Pareceu-me que as semelhanças entre o pesquisador e entrevistados, além de facilitarem a empatia, contribuíram para a confissão de certas experiências como as relacionadas à discriminação racial ou de dificuldades da trajetória. O comportamento dos entrevistados e a maneira como se reportavam a mim evidenciavam haver uma busca de afinidade. Durante os depoimentos, era comum o uso do “nós” ao mencionar determinados fatos, assim como expressões do tipo “*você sabe do que estou falando*”. Era como se estivessem me incluindo, partilhando experiências, buscando a confirmação de trajetórias e vivências comuns.

Isso posto, apresento, a seguir, algumas considerações sobre situações por mim vivenciadas no tocante à construção desta investigação, buscando explicitar e sistematizar a experiência em distintos momentos deste trabalho, desde a minha inserção no campo, passando pela escolha dos entrevistados, até as dinâmicas do processo da entrevista. Espero, de alguma forma, oferecer contribuição teórica da prática etnográfica no contexto de uma sociedade complexa, a partir da condição de *insider* étnico, um aspecto que percebi não ser muito usual nesse tipo de investigação e que me pareceu ter contribuído para o bom andamento da pesquisa.

4.1 - O específico etnográfico

Para a maioria maciça dos entrevistados, a discussão do tema era nova, principalmente em relação à trajetória deles no mercado de trabalho; contudo, desde o início da pesquisa, havia a consciência de que eu e os informantes compartilhávamos certas referências comuns: éramos todos negros e partilhávamos semelhante situação sócio-racial, ou seja, assim como eles, também exerci posto executivo na administração pública, além de transitarmos no universo da camada média da população de Salvador. O que não imaginava é que a essas similaridades, muitas outras acrescentar-se-iam, a ponto de, em diversos aspectos, perceber-me como um *insider* diante do grupo que estava pesquisando.

A cada nova entrevista, inusitadas similaridades apareciam, desde o fato de que todos provínhamos de baixos estratos sociais, tínhamos equivalentes faixas etárias (em torno de 50 anos)¹³¹, em grande maioria, nascemos, estudamos ou vivemos há longo tempo nessa capital. Portanto, fazíamos parte da mesma sociedade, compartilhávamos valores, visões de mundo e estilos de vida.

A proximidade de nossas experiências ampliava-se à medida que as equivalências das faixas etárias e das condições sociais de origem faziam com que alguns deles já fossem meus antigos conhecidos¹³² ou que, com frequência, descobríssemos, nas conversas, amigos e conhecidos comuns. Presumo que essas coincidências e cruzamentos relacionam-se ao fato de, há algumas décadas em Salvador, não haver muitos locais de convívio e, por isso, as pessoas estavam sempre se cruzando nas poucas bibliotecas e cinemas, festas populares de rua, eventos esportivos e outras situações mais cotidianas.

Tais constatações informavam-me que eu não estava participando de uma experiência na qual havia uma diferença radical entre minha vida cotidiana e a das pessoas que estava pesquisando. Em relação ao “campo” tradicional, ou à grande parte da literatura do trabalho de campo, não havia

¹³¹ Conforme Thompson (2002), em geral, os entrevistadores, sejam os próprios pesquisadores ou pessoas contratadas para o trabalho de pesquisa, são de classe média e com idades abaixo de 40 anos.

¹³² Ainda que isso possa ter favorecido o contato inicial, posteriormente revelou-se um ponto de dificuldade, especialmente nas ocasiões de questionar determinadas respostas, seja devido à existência de uma rede de relações comuns, ou porque a pergunta, muitas vezes, poderia parecer óbvia.

apropriadamente uma “aldeia” para a qual eu estaria me dirigindo, a fim de uma aproximação com o “outro”: eu pertencia à mesma sociedade dos informantes; falávamos a mesma língua nacional; experimentamos uma vivência acadêmica em período próximo; comungávamos de sistemas comuns de crenças; além das outras similaridades já mencionadas.

Ainda assim, dúvidas e hesitações inquietavam-me: como abordar ou questionar fatos que vivenciei junto a informantes que já eram antigos conhecidos? As questões poderiam soar constrangedoras, desnecessárias ou redundantes. Como me conduzir diante de fatos que, pela minha amizade com o informante, a confissão ou a lembrança, poderiam significar algo doloroso?

Vale ressaltar que as dúvidas e hesitações não se comparavam as de um pesquisador estrangeiro em um país desconhecido. Por exemplo, em determinadas situações, já eram esperadas algumas das respostas que eles forneceriam, uma vez que, na condição de pesquisadores, ao realizarmos atividades em nossa própria sociedade – e não em uma sociedade estrangeira - já temos introjetadas indicações para entender situações nas quais as nossas percepções, interpretações e possibilidades ganham significados, considerando que.

[...] o sociólogo que limita o seu trabalho à sua sociedade está explorando o seu fundo de experiências pessoais como base de conhecimento. Ao fazer entrevistas estruturadas, utiliza o seu conhecimento de significados conseguidos através da participação na ordem social que está estudando. Terá um mínimo de sucesso garantido na comunicação pelo simples fato de que lida com a mesma linguagem e com o mesmo sistema simbólico dos seus entrevistados. Aqueles que trabalham com técnicas estruturadas em linguagem não-ocidentais, são testemunhas da dificuldade encontrada em ajustar os seus próprios significados aos significados correntes na sociedade investigada¹³³.

Em muitas ocasiões, a condição de *insider* favoreceu o desenvolvimento de uma atmosfera em que eu terminava sendo percebido, em termos de presença, como “familiar”, mesmo junto a sujeitos com quem jamais havia me relacionado anteriormente. Com alguns deles, poucos minutos de conversa já criavam uma informalidade tal que, invariavelmente, passávamos a nos tratar

¹³³ Vidich, *apud* Cicourel (1990: 88).

por “você” ou pelos próprios nomes, fazendo desaparecer os personagens/papéis que frequentemente desempenhávamos ante estranhos, fosse como autoridade pública ou pesquisador, economista, administrador, ou advogado que éramos. A interação desenvolvia-se entre sujeitos ávidos por conhecimento mútuo¹³⁴.

Também surgiram dificuldades. Uma delas refere-se ao limite temporal dos encontros que, nas pesquisas urbanas, tende a ser mais reduzido que no trabalho de campo tradicional. Na prática, isso restringiu períodos de interações importantes, no sentido de aumento da confiança e maior estreitamento de cumplicidade com alguns dos informantes.

Em toda a pesquisa acompanhava-me o temor de que a familiaridade com o mundo social que estava pesquisando pudesse conduzir-me a naturalizações e “essencializações”, já que muitas das circunstâncias poderiam escamotear a percepção de nuances específicas do objeto de estudo. Assim, seguindo as orientações de Velho (2004: 121), exercitei a “*exotização do familiar e a familiarização do exótico*”, pois o que sempre vemos e encontramos, embora possa nos parecer familiar, não é necessariamente conhecido e, da mesma forma, o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido¹³⁵. Esse exercício se fez continuado no decorrer do trabalho, pois acredito que estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento.

Com efeito, podemos ter familiaridade com cenários e situações sociais do nosso cotidiano, a exemplo do nome, lugar e posição dos indivíduos na sociedade. Contudo, isso não implica que conheçamos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social, tampouco as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema.

¹³⁴ Vale ressaltar que, com alguns dos informantes, especialmente aqueles que pela maior proximidade entre nós eu era considerado “de casa”, pude perceber que à empatia demonstrada juntava-se, também, certa apreensão e “defesa”. Por certo, algumas dessas atitudes poderiam acontecer da mesma forma se a pesquisa estivesse sendo conduzida por outro pesquisador. No entanto, acredito que houve casos em que certos comportamentos só ocorreram devido à minha proximidade anterior com tais informantes.

¹³⁵ Para maior detalhamento desse aspecto, ver Velho (2004: 127). Devo salientar que, mesmo entendendo que familiaridade não signifique conhecimento científico, considero que ela representa também um certo tipo de apreensão da realidade, na medida que as opiniões vivências e percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas podem dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época ou de um grupo.

Bourdieu (2005) também trata dessa problemática, ponderando que, para nos livrar da “ilusão do saber imediato”, ao penetrar no universo social, devemos fazê-lo como se estivéssemos penetrando em algo desconhecido e estranho, tanto quanto o mundo biológico o era para o biólogo, antes de ter sido constituída a Biologia. Ele argumenta que o sociólogo deve reconhecer epistemologicamente o caráter ilusório das pré-noções, ou seja, perseguir o seu estranhamento, pois estas servem de base para a sociologia espontânea, de cujas armadilhas os sociólogos devem buscar escapar.

A condição de pesquisador e membro da sociedade pesquisada fez com que, a todo tempo, eu estivesse submetido à inevitável questão acerca do meu lugar na pesquisa, das possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo, a fim de poder “me colocar no lugar do outro”. Além disso, estava consciente da possibilidade de ocorrerem imprevistos, coincidências e desconfortos no contato direto com os sujeitos, pois *“toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo em que as palavras são meio de troca”*¹³⁶.

Ou seja, não se trata de um processo de informação de mão única, passando do entrevistador para o entrevistado, tampouco de uma conversação comum, mas de um confronto direto em que nem sempre é tão simples a tarefa de ganhar a confiança de “estranhos”, ainda que alguns deles fossem antigos conhecidos.

¹³⁶ Ver Becker & Geer (1997: 128).

4.2 - A aproximação com os sujeitos

A tarefa de abordar indivíduos com quem não se mantém relação de proximidade e obter depoimentos pessoais para um trabalho de pesquisa não é um exercício simples, e os obstáculos tornam-se ainda maiores quando se trata de autoridades públicas com quem jamais mantivemos algum nível de aproximação. As barreiras humanas que se impõem transpor (porteiros, recepcionistas, secretárias e outros), além da imponderável escassez de tempo dos informantes, tendem a tornar a tarefa exaustiva e de grande complexidade.

Algumas circunstâncias serviram-me como facilitadoras no contato com os informantes, a exemplo da oportunidade de recorrer à minha rede de amizades pessoais, para mediar a aproximação. A minha disposição para comparecer a eventos, formais e informais, onde presumia que negros de classe média estariam presentes também garantiu a aproximação com outros potenciais sujeitos de investigação.

Destaco a participação, em julho/2005, no “*Almoço dos negros-categoria*”, um evento de cunho privado que reuniu uma elite de negros profissionalmente “bem-sucedidos”, patrocinado por conhecida autoridade pública do Estado. Esse evento estava em sua segunda edição e tinha o intuito de congrega lideranças negras atuantes na cidade, com o objetivo expresso de ampliar a socialização e o fortalecimento entre si. Estiveram presentes militares, políticos, empresários, representantes do executivo e do judiciário, juntamente com seus cônjuges, muitos destes de pele mais clara. No decorrer do evento, me aproximei de diversos grupos e em nenhum momento percebi qualquer referência ao tema das relações raciais, embora soubéssemos a razão de estar ali. Afinal, a própria denominação do evento já demonstrava o seu caráter racializador. Por isso, considerei representativo que, em dado momento, ao anunciar-se como anfitrião do próximo encontro, um dos convivas discursou sobre a importância e a “*oportunidade ímpar de estarmos em reuniões como esta, onde podemos, cada vez mais nos fortalecer*”.

Atento às situações que se desenvolviam ao redor, fui tomado por uma série de indagações: por que apenas naquele momento isolado, quase ao final do encontro, houve uma maior explicitação da conotação racial que permeava a realização do evento? Qual a razão da sutileza para explicitar algo que era do

conhecimento de todos? Sob quais aspectos o evento sinalizava estar havendo entre os negros uma consciência de “classe média negra”? O que o evento poderia trazer-me como antecipação no tocante à vivência dessas pessoas? O que estava por trás da necessidade de se marcar um próximo encontro? Era um momento concreto de fortalecimento de laços, tomada de posições ou de possibilidade de ostentação? O que isso revelava do momento atual dos indivíduos ali presentes? Com que frequência demandavam a participação em eventos semelhantes? Como a ausência de outros eventos correlatos repercutia nesses indivíduos? Que sentimentos e reações tais encontros desencadeavam em cada um e de que modo isso estava ligado a cada trajetória individual? Em que essas trajetórias assemelhavam-se, apresentavam traços díspares, ajudavam-se ou tensionavam-se? Essas indagações, surgidas no decorrer do evento, acompanharam-me ao longo de toda a investigação.

Em eventos de naturezas diversas de que participei, pude, na prática, constatar o quão reduzido é o número de profissionais negros, bem como a interação entre eles, configurando a existência de uma “elite negra”, expressão proferida por um dos informantes, mas que, a meu ver, não se constitui enquanto grupo social. A expressão “elite negra” é também utilizada por Pereira (2001), para denominar uma reduzida parte da “população de cor” que, graças ao grau de instrução, a êxitos econômicos e profissionais, logrou distinguir-se da grande massa negra. Aqui, vale retomar Fernandes (1965: 160), ao chamar a atenção para os critérios subjetivos de autoavaliação social, adotados por negros e mulatos em ascensão, Para esse autor, tais critérios só recebem franco reconhecimento entre esses e, ainda assim, “como algo legítimo e indiscutível, apenas por aqueles que se identificam como a *elite* ou a *alta sociedade* dessa população”. Em resumo, Borges Pereira e Florestan Fernandes entendem que o grupo de negros em ascensão não chega a constituir uma camada social definida e amplamente reconhecida.

Domingues (2001) apresenta outra forma de pensar a “elite negra”, onde o termo exhibe três sentidos específicos: político, na proporção em que este grupo se configurou como dirigente político da comunidade e foi aceito como tal pelos brancos; educacional e cultural, na medida em que alfabetizado é considerado “culturalmente evoluído”. E, por último, um sentido ideológico, ao

reproduzir muitos valores ideológicos da classe dominante. Nessa perspectiva, Domingues reconhece a definição e a legitimidade deste grupo como camada social, ao especificar seus possíveis enquadramentos.

No que diz respeito à aproximação com os sujeitos, aproveitei da minha presença no almoço mencionado e ali mesmo efetuei alguns contatos. Em relação aos demais, sempre que possível, busquei obter uma introdução pessoal a partir de intermediários ou conhecidos comuns e, utilizando esse procedimento, a cooperação mostrou-se mais eficaz; quando não o utilizei, por exemplo, tinha de me apresentar diretamente e quase sempre enfrentei dificuldades, como as situações de constrangimento passadas com a secretária de uma informante. Ela insistia para que lhe fornecesse previamente o roteiro da entrevista e, com a minha recusa, dificultou ao máximo o encontro, deixando-me por vários dias aguardando uma data na sua agenda.

A aproximação só se tornou possível graças à intermediação de um colaborador, que me forneceu o número do telefone celular da informante, em cujo contato telefônico mostrou-se surpreendentemente disponível no dia seguinte o que, presumo, não teria acontecido se não tivesse obtido a ajuda externa.

A influência das apresentações pessoais e de intermediários sugere a grande significação dos laços pessoais na sociedade baiana. Nesse aspecto, nas situações que experimentei ao longo da pesquisa, os laços mostraram-se fortes o suficiente para abrir portas, ao ponto de, em pouco tempo, transformar desconhecidos em pessoas com relativo grau de intimidade.

Vale registrar que uma das pessoas indicadas previamente questionou a sua identificação como negra, ao ser abordada no contato telefônico. Denotando certo constrangimento, ela indagou se eu não a estava confundindo com outra profissional de sua instituição e, quando lhe respondi que fora aquela profissional quem a havia indicado, ela reagiu dizendo: “*Bem, eu sou mestiça, e mestiça pode ser considerada negra, né?! Então, pode vir que lhe atendo*”. Percebendo em sua fala um evidente incômodo ao efetuar essa colocação, refleti sobre o quão intrincado mostra-se o confronto entre a autoidentificação e a forma como algumas pessoas são vistas pelo outro na sociedade brasileira.

Ainda assim, fui anonimamente ao seu escritório e, após identificá-la, decidi não incluí-la no grupo pesquisado, dado o seu fenótipo de pele clara e olhos verdes, embora outros caracteres indicassem sua possível ascendência negra. Nas escolhas que fiz, excluí os mulatos ou mestiços e privilegiei aqueles que – pelos caracteres fenotípicos – pareceram-me ter menos chances de escaparem da categoria “negros” e que, afora isso, também se autoidentificavam como tal.

No primeiro contato, fornecia a explicação sobre a minha proposta de estudo e, geralmente, em algum ponto dessa troca introdutória, o sujeito já revelava algum aspecto de sua própria experiência, que eu usava como brecha para penetrar em sua história de vida. Em geral, nesse primeiro contato, não se efetuava qualquer gravação. Solicitava o preenchimento da ficha de identificação, que me permitia traçar o perfil do futuro entrevistado e da sua instituição, além de obter dados que, de outra forma, poderiam causar certos desconfortos, como a idade das mulheres, a renda familiar e o endereço residencial. Na ficha constavam dados referentes à idade, sexo, naturalidade, estado civil, escolaridade, residência, quantidade de filhos, instituição onde trabalhava, tempo de serviço, ano em que prestou concurso, postos ocupados, renda familiar e informações diversas sobre a instituição, a família construída e a de origem.

Além desses elementos, pedia ainda um *curriculum vitae*; retirava informações dele próprio, evitando possível perda de tempo com o que poderia ser obtido de forma simples e inequívoca, a exemplo da trajetória escolar e profissional. Com base no contato, na ficha e no currículo, poderia aferir se o perfil do sujeito enquadrava-se na investigação¹³⁷. Ao mesmo tempo, definia linhas de orientação para a sessão de entrevista propriamente dita que, às vezes, já se iniciava naquela ocasião, a depender da disponibilidade de ambos¹³⁸.

¹³⁷ Alguns sujeitos indicados pelos informantes, para inclusão no grupo pesquisado tiveram sua participação descartada na pesquisa, pois por meio da ficha de identificação constatei que não pertenciam aos quadros de carreira da instituição.

¹³⁸ No caso de informantes cujos perfis se assemelhem aos deste estudo, deve-se levar em conta a efetiva probabilidade de que na tomada de depoimentos ocorram freqüentes remarcações de horários ou datas previamente agendadas. Os “compromissos imprevistos” são fontes dessas constantes alterações, impondo ao pesquisador a marcação desses horários ou datas com calculada flexibilidade, de modo que tais “compromissos” não afetem as tomadas de depoimentos de outros informantes em horários seguintes.

O conhecido efeito “*bola de neve*” foi um grande facilitador da abordagem, ou seja, os primeiros entrevistados indicavam outros; isso, de certa maneira, fornecia-me duas indicações valiosas: a primeira era que havia nesses executivos um contido interesse em relatar suas trajetórias; a segunda, que o modo como eu conduzia a relação com eles estava sendo bem-sucedido, levando-me a encarar as sessões de entrevistas seguintes com menos ansiedade e afastar pré-noções que me acompanhavam desde o início da pesquisa.

Outras fontes de informações também foram utilizadas e servindo de complemento e cotejamento de fatos relatados nas entrevistas. Como os informantes eram pessoas bem relacionadas com a organização econômica, social e política local, eu acompanhava, sistematicamente, na TV, em jornais, e outras publicações, as notícias sobre eles e suas organizações¹³⁹. Esse tipo de informação mostrou-se valiosa, pois em relação aos informantes muitas das operações e atos pessoais, apesar de sua aparente privacidade, tornavam-se conhecidos, “uma privacidade que é, na verdade, sempre potencialmente e propositalmente pública”, conforme afirma Leeds (1978).

¹³⁹ Refiro-me a jornais da cidade e periódicos nacionais, bem como obras como a de Costa (1982) e Oliveira (1998), que publicaram depoimentos diversos sobre a vida de algumas dessas personalidades, bem como informações diversas sobre suas atuações.

4.3 - As pré-noções e os julgamentos

Percebi que antes de me aproximar mais profundamente dessas pessoas, e sem me dar conta, já havia desenvolvido, a respeito delas, uma série de premissas negativas, o que, conforme Bourdieu (2004), deve ser ostensivamente recusado no decorrer da pesquisa e implica em “*lutar metodicamente contra a ilusão desse saber imediato*” explicitando os pressupostos assumidos inconscientemente, a partir dos quais a “sociologia espontânea” engendra essas pré-noções.

Um outro dado importante que me preocupava é que, na minha pretensão de dar voz aos informantes e dialogar com as questões que me inquietavam eu sabia de antemão da existência de armadilhas com as quais se deparam os pesquisadores ao estudar as percepções de pessoas e grupos acerca da questão racial. Alertado por Burdick (1998), mantive-me vigilante no sentido de evitar julgar a posição e a interpretação dos indivíduos acerca do processo por eles vivenciado. Conforme recomenda esse autor, é preciso tomar cuidado para não incorrer no erro de avaliar a percepção do outro, mas tentar entendê-la dentro de suas experiências e visões de mundo.

Consciente disso, esforcei-me também para refletir sobre minhas próprias impressões e exercitei a vigilância epistemológica, procurando ampliar a consciência dos meus valores e da influência exercida tanto sobre mim como sobre a pesquisa. Mesmo sabendo que toda pesquisa é precedida de certos valores, não possíveis de se despir por completo, empenhei-me no sentido de realizar a pretensa “neutralidade axiológica” proposta por Weber (1995) e confesso não ter conseguido. Como afirma Franz Boas, antropólogo culturalista americano, “os nossos olhos são treinados para enxergar sob o prisma das lentes da nossa própria cultura”, logo, não há como retirar o olho, mas sim usá-lo como filtro, observar a realidade com luneta, e não com microscópio.

Nos primeiros contatos diretos sempre me acompanhavam certas impressões eivadas de preconceito, expressas na minha expectativa de encontrar indivíduos defensivos e formais por excelência. De igual maneira, previa enfrentar profissionais arrogantes, “escorregadios” e hábeis na dissimulação, como também “melindráveis” ou dispostos a estabelecer limitações às questões, especialmente porque, destinando-se a um trabalho acadêmico, a pesquisa, em termos objetivos, não lhes traria, aparentemente, retorno algum. Calculava, então,

encontrar sujeitos avessos a relatar fatos nem sempre confortáveis, como as relações raciais ou infâncias de pobreza. Afinal, no cotidiano, poucas vezes presenciei indivíduos dessa categoria reportando-se a tais fatos. Isso se faz evidente a seguir no depoimento de um ex-ajudante de pedreiro que se tornou comandante de importante corporação militar na Bahia.

Você está me entrevistando desde aquele dia e a primeira vez que eu estou repassando meu passado, de fato, é com você. Eu nunca fiz isso, nunca tive ninguém pra confidenciar. Até por que uma das coisas que eu pouco faço é falar sobre mim. Não é nem por modéstia, poderia ser até por medo de querer falar e de repente ser interpretado como sendo muito pretensioso, se achando demais. Então, eu não gosto de falar do passado que eu fiz, eu não falo nem pra minhas filhas, nem como vítima, nem o que eu fui. Até pelo fato de aprender a esconder o passado de vítima, pra não denotar fraqueza ou inferioridade, eu aprendi a não falar do passado. Aí, resultado: é a primeira vez e você está fazendo um grande bem pra mim. Pra mim está sendo o reconstituir da minha vida. Eu nunca tinha entrado tanto no meu passado como você está me fazendo entrar agora. Então, você está fazendo um grande bem para uma pessoa. Está me fazendo reconstituir tudo isso e talvez a partir de agora, eu não tenha mais medo de falar disso pra ninguém, até pra as minhas filhas. Está na hora de eu conversar. (RENATO, 53 anos. Mestre em Ciências Militares e. Comandante de Corporação Militar em Salvador).

Outra pré-noção estava ligada à dificuldade de agendamento das entrevistas, pois acreditava que os informantes demonstrar-se-iam, constantemente ocupados; sendo assim, não poderiam conceder mais do que breves entrevistas e que isso me imporia permanente tensão, no sentido de exercitar a máxima objetividade e o abreviamento das questões.

Em geral, desde o primeiro contato telefônico, a maioria já se mostrava cordial e receptiva, acolhendo satisfatoriamente a idéia da pesquisa como algo prestigioso e procuravam estendê-la a outros pares. Isso ficava claro quando me indicavam outros informantes potenciais, levando-me a supor que, em face da pesquisa estar ligada à Universidade, meu interesse por eles não apenas representava a legitimação da posição de prestígio que ocupavam, como também havia por parte deles uma representação positiva da instância acadêmica, como se refere uma das informantes.

Se eu tivesse outro tipo de suporte, de condições, eu teria feito mestrado, eu teria feito doutorado, eu sei que hoje seria uma excelente professora em qualquer universidade do País, eu não consegui me realizar nessa parte, mas também eu já fiz o que eu nem poderia sonhar. (VANDERLINA, 54 anos, desembargadora federal).

Dentre as pré-noções negativas que eu carregava sobre o perfil “tradicional” dos negros em posição de “prestígio” no serviço público, destaca-se a que se reportava aos militares e profissionais das instituições de segurança pública. Supunha que, principalmente a estes, incomodariam as questões sobre racismo, pobreza ou dificuldades pessoais, e a ocorrência de fenômenos dessa espécie na vida de cada um seria predominantemente negada, minimizada ou repelida.

No entanto, relatos profundos acerca da vivência pessoal foram obtidos dessas pessoas, ainda que algumas das falas fosse entremeada de exclamações do tipo “*É engraçado que eu esteja falando isso aqui agora, pela primeira vez na minha vida*”. Ou mesmo exclamações ditas com pesar, como a seguinte reflexão sobre uma situação de discriminação, ocorrida no decorrer da formação profissional:

Poxa vida! Eu, neste momento, consigo perceber algo que jamais tinha me ocorrido. Eu estava sendo profundamente discriminado naquela ocasião. Agora eu vejo isso com clareza e posso falar com você. Talvez antes eu não quisesse admitir, dizer, mas agora eu digo. (RENATO, 53 anos. Mestre em Ciências Militares e Comandante de Corporação Militar em Salvador).

Saber-se negro e os significados daí decorrentes nem sempre são o suficiente para compreender com profundidade as formas ambíguas como o racismo incide no Brasil; camuflado, isso faz com que muitas situações não sejam percebidas (ou sejam conscientemente ignoradas até mesmo pelas suas vítimas) no momento em que elas ocorrem.

A relação com os informantes eliminou muitas pré-noções, além daquelas relacionadas à idéia corrente de “autoridade pública” ou do perfil tradicional sobre negros em cargo de prestígio; levava também para o campo uma série de outras crenças, como a de que, em uma situação de entrevista, os homens, em relação às mulheres, estariam avessos a falar sobre experiências mais traumáticas¹⁴⁰. Isso também se mostrou infundado, pois, em geral, as pessoas achavam proveitosa a oportunidade da entrevista e entusiasmavam-se ao relembrar seus cotidianos de dificuldades, as estratégias pessoais e familiares utilizadas no percurso, os recuos, avanços, persistências e conquistas.

¹⁴⁰ Conforme Piccolo (2003), os homens geralmente têm dificuldade para falar sobre suas vidas pessoais.

4.4 - Os informantes da pesquisa

Houve uma variação significativa no grau de familiaridade dos informantes, desde aqueles muito falantes aos relativamente lacônicos ou “desconfiados”, cuja descontração só se consumava mediante estímulos gestuais ou orais com os quais eu tentava ganhar a confiança e fazer prosseguir os relatos. Havia também os perspicazes que, volta e meia, estavam a questionar minha presença diante deles – forçando com que eu me percebesse como sujeito objetivante – enquanto parte também significativa da pesquisa, tal como se refere Bourdieu (2004). De uma maneira geral, não se furtaram a revelar informações importantes, embora nem sempre isso acontecesse nos primeiros momentos ou de forma direta. Algumas vezes as informações eram repassadas por meio de metáforas, eufemismos e, até mesmo, por “personagens” de que meus interlocutores se travestiam.

Apresento, a seguir, uma breve caracterização dos informantes¹⁴¹, ou seja, um resumo de cada entrevista em particular, tomada como um todo homogêneo, em que são acentuados os elementos considerados relevantes para contextualizar a população. Lembrando Clifford (1998), há aqui a pretensão de que esses indivíduos não desapareçam totalmente no resultado final do trabalho, um fato que seria totalmente passível de acontecer. Tal preocupação tem um maior sentido na medida em que me refiro ao pensamento “geral” de um conjunto de agentes sociais que teve como base um processo de pesquisa, cujos dados foram tratados “fora do campo” e traduzidos em um texto que se encontra separado das situações discursivas, típicas do trabalho de campo.

Os sujeitos pesquisados localizam-se na faixa etária entre 40 e 63 anos, sendo que os dois casos extremos só ocorrem cada qual apenas uma vez¹⁴². A maioria dos entrevistados se concentra entre os 50 e 55 anos; provêm de famílias modestas, compostas em sua maioria de muitos membros (algumas delas chegam a ter 15 membros, entre pais, filhos e parentes, convivendo em

¹⁴¹ Por razões óbvias, os nomes dos informantes foram trocados. Em seu lugar utilizei nome de antigos vizinhos, com quem partilhei minha infância. A denominação do cargo foi também referenciada de modo a dificultar a identificação dos sujeitos, visando preservar-lhes a privacidade.

¹⁴² Goldthorpe et al. (1986) apontam que é a partir dos 35 anos que as pessoas atingem a fase mais estável de seus ciclos de vida.

espaços exíguos). Os chefes de família, rígidos no controle da casa, possuíam baixo ou nenhum grau de escolaridade e exerciam atividades que exigem baixa qualificação, como pedreiros, funcionários públicos de baixo escalão, motoristas, barbeiros, empregadas domésticas, lavadeiras, vendedoras ambulantes. Apenas três mães alcançaram o segundo grau; duas delas formaram-se em professora primária e outra se formou em auxiliar de enfermagem, quando os filhos já estavam crescidos. Os informantes estudaram em escola pública de boa qualidade e, em sua totalidade, concluíram o ciclo completo de educação formal, ingressando na Universidade pública em cursos como Direito, Medicina, Estatística, Oficial das Forças Armadas, Engenharia, Letras. Destacou-se o alto número de cursos de pós-graduação realizados por essas pessoas; inclusive, cinco deles fizeram mestrado e um concluiu o doutorado fora do país.

No serviço público, ingressaram via concurso e, no momento da pesquisa, ocupavam posições estratégicas em suas organizações, representando-as publicamente, controlando recursos, gerenciando pessoas e exercendo papel central nas decisões e nas ações da instituição que integravam. Nessa condição, realizam as experiências de convívio no interior das camadas médias, bem como de ambiguidade nas relações com seu mundo de origem e com os novos vínculos decorrentes da nova condição social. Os processos de mobilidade levaram essas pessoas a migrarem para logradouros de infra-estrutura melhor que a dos bairros proletários de suas origens. Também, passaram a conviver com pessoas de nível social mais elevado, abrindo caminhos para uma nova escala de vivências e experiências, nem sempre confortáveis. Contudo, por força do característico étnico “de marca”, embora tenham ascendido do nível da massa, nem por isso se integraram, automaticamente, na esfera socialmente superior e etnicamente branca.

A esse respeito, uma informante narrou o incômodo que a presença de seu grupo familiar causava aos vizinhos no condomínio onde passou a residir, enfrentando ameaças e ofensas racistas, a ponto de deixarem uma carta ofensiva embaixo de sua porta. Decidida a não mais tolerar esse tipo de atitude e “disposta a dar uma lição” em quem lhe deixou tal escrito, ela chegou a mover uma ação judicial contra o condomínio que, no período da entrevista, aguardava decisão do Ministério Público. Outra informante assim narrou sua

experiência de adaptação (ou de sobrevivência) aos padrões da nova convivência:

Ocorreram situações pontuais comigo. Se, por exemplo, me convidavam pra ir a um evento eu cansei de ir exageradamente arrumada, enquanto o evento era uma roupa mais esporte. Eu tinha medo de perguntar. Eu cansei de ir em jantares e ficar até com fome, porque quando vinha algo como aquele talher de lagosta, que eu morria de medo de enfiar o negócio e a lagosta voar, então, eu preferia não comer. Se um dos pratos era lagosta, então eu dizia que tava de dieta e tal. Então, realmente era uma dificuldade, uma pressão, muito cheia de medos, muito cheia de inseguranças. Muitas vezes deixei de comer, deixei de sair por medo de ir com a roupa inadequada, certo? Ficava sempre esperando todo mundo comer pra depois comer. Ficava com medo de falar alguma coisa errada. Então, sempre a gente passa por... por... por essas dificuldades e vai aos poucos tentando moldar. O jeito é você procurar se informar, instituir o talher dentro de casa. Instituir uma outra postura pra poder estar mais tranquila. Quando eu saí a primeira vez com meu marido foi muito sofrido. Ele é branco e tinha uma situação financeira melhor do que a minha, e as roupas?...Eu tinha medo de estar com uma roupa inadequada. Quando eu fui jantar a primeira vez, na casa dos pais dele, eu não comi. Eu não aproveitei porque eu tinha medo de ser tratada mal, eu tinha medo.... (BALBINA, 40 anos, Diretora Geral de Hospital do Estado)

À exceção dos militares, todos os demais informantes realizaram uma breve experiência de trabalhar em empresas privadas, antes do emprego público, deixando antever que a transição da escola para o trabalho formal se deu de forma automática e linear, como também a importância em suas vidas do “trabalhar para o Estado”, seja em função do caráter discricionário dessas instituições ou da segurança que atribuem a essa modalidade de emprego, mas também pela expectativa de que em relação à empresa privada haveria maiores possibilidades para ascender socialmente. Essa expectativa estimulou-os a fortalecer seus currículos, bem como a ter redobrada dedicação com as relações e atividades profissionais.

4.5 - O roteiro de entrevista

Na elaboração do roteiro de entrevistas, busquei captar o processo de desenvolvimento dos indivíduos, desde sua origem familiar até chegar à posição conquistada, com suas específicas tensões e formas de sociabilidades, averiguando os seguintes aspectos: a) *Vida pessoal* - características socioeconômicas da família de origem, influência familiar na formação educacional e profissional, trajetória escolar, sociabilidades na infância e adolescência, composição da família construída, dentre outras; b) *Vida profissional* - indicações da vivência no trabalho; c) *Visão de mundo a partir da ascensão social* - influência do processo de ascensão individual no próprio sujeito como também no seu entorno, na tentativa de apreender manifestações identitárias e de consciência étnica desses indivíduos.

Sistematizei as questões, enquadrando-as em blocos temáticos, no intuito de facilitar o recolher dos depoimentos e o registro de uma sequência lógica da história de vida dessas pessoas. Cumpre destacar que, em nenhum momento da prática da entrevista, isso foi totalmente possível, dado a variedade de informações e, principalmente, o fato de as pessoas possuírem formas diferentes de organizar seus discursos. A maioria delas enveredava por se alongar nos relatos, às vezes antecipando fatos que deveriam ser abordados na sequência.

No caso dos sujeitos que, de início, mostravam-se reticentes ou lacônicos, eu seguia mais ou menos o roteiro metodicamente. No entanto, com as pessoas mais prolixas, adotava um modo diferente na condução da entrevista: eu os deixava expressar-se livremente, efetuando pontuais direcionamentos.

Havia momentos em que o meu interlocutor – mergulhado em sua história – sentia-se perfeitamente à vontade para evocar recordações e, por longo tempo, emendava uma história atrás da outra, discorrendo sobre suas experiências, resgatando espontaneamente fatos que jamais haviam sido revelados a outras pessoas, como posteriormente me confessaram. Eu os acompanhava em seu discurso, evitando, sempre que possível, interrompê-lo em suas narrativas, mesmo considerando que algumas informações poderiam ser irrelevantes para a investigação.

Deixando muitas dessas “irrelevâncias” serem ditas, e exercitando o interesse sobre elas pude, em alguns casos, deduzir informações bastante significativas para a investigação. No entanto, houve momentos em que, para não responder a uma questão proposta, o informante, hábil e intencionalmente, desviava o assunto, passando a falar de temas de seu interesse e que fugiam ao objetivo da pesquisa, forçando-me a interrompê-lo, reconduzindo ao roteiro com a argumentação de que “aquele tema seria tratado mais adiante”.

À medida que as entrevistas se sucediam, surgiu a necessidade de mudanças no roteiro original, pois certas questões mostraram-se improcedentes, e novos questionamentos tornaram-se pertinentes. Novas pistas surgidas durante a própria pesquisa invocaram outras indagações e exigiram a reformulação de questões, no sentido de melhorar o rendimento do questionário.

4.6 - O caderno de campo

O caderno de campo foi um instrumento fundamental nessa fase da investigação, servindo de suporte à transcrição dos dados registrados no gravador, permitindo o registro das impressões ocorridas na etnografia do dia a dia e, por meio dessas anotações, foi possível reconstituir partes perdidas de algumas gravações¹⁴³.

As anotações nem sempre eram realizadas durante a entrevista pois, em muitos casos, estas distraíam o interlocutor que, preocupado com o que eu estava escrevendo, parecia perder um pouco o caráter espontâneo na exposição. Além disso, precisava estar atento à coerência de muitas das respostas, face às frequentes contradições percebidas nos discursos e que me interessavam esclarecer. Quando imprescindível, anotava os tópicos mais importantes, deixando para registrar as impressões captadas nos momentos imediatamente seguintes e fora do contexto da entrevista.

Conforme Montenegro (1992), ao rememorar acontecimentos, temos a consciência de que estamos ensinando ao ouvinte como enfrentar situações semelhantes, efetuando um convite à participação na história e ao envolvimento no que está sendo contado. Assim, era comum perceber, durante as narrativas, que o informante parecia (conscientemente ou não) incorporar um personagem que ele desejava que eu supusesse ser ele. Por isso, eu procurava estar alerta o bastante para registrar os mínimos detalhes. Mesmo consciente de que essas observações poderiam não refletir a realidade, anotava as ênfases feitas, expressões faciais, sinais de alívio, de preocupação e outros gestos, como possíveis chaves para entender situações mais básicas.

¹⁴³ Em um dos depoimentos houve total perda do registro de quase 3 horas de gravação. A pouca habilidade no manuseio do equipamento de gravação (MP3) inviabilizou o registro efetuado e resultou na perda de significativas revelações. Assim, procurava comentar no caderno desde aspectos relacionados à personalidade do informante aos sentimentos ou impressões captadas; isso, no equipamento, não era passível de ser registrado, mas acreditava ser útil para a compreensão da situação. Em média, a tomada de depoimentos durava três sessões de aproximadamente duas horas cada – ainda que um dos depoimentos se prolongou por cinco sessões em face dos imprevistos. Em geral, a tomada de depoimento produzia forte cansaço e tensão nos entrevistados. Quando eu percebia os primeiros sintomas, procurava não insistir e, antecipando-me ao informante, procurava finalizar a sessão.

4.7 - O local das entrevistas

Foi dada a liberdade da escolha do local aos interlocutores, e esta, em sua grande maioria, recaiu sobre os gabinetes de trabalho. Nem sempre esses espaços mostraram-se adequados, por conta de interrupções, como: telefonemas, visitas de terceiros à sala onde se realizava a entrevista, ou mesmo o cumprimento de afazeres profissionais¹⁴⁴. O lar do informante, embora considerado por muitos autores como a melhor opção, em alguns casos mostrou inconveniências, como a presença de familiares que provocavam a inibição do depoente, o latido de cachorros no jardim, a inesperada chegada de visitas, as interrupções do cotidiano – telefones e, até mesmo, a presença da televisão, apenas ligada e muda na sala vizinha à da entrevista. Para o pesquisador, trata-se de situações embaraçosas, cujo trato requereu certa dose de perspicácia e sutileza para minimizar os transtornos, afastar incômodos e até mesmo eliminar barulhos da rotina do lar, que interferiam na gravação.

No que tange à opção lar ou ambiente de trabalho, considero que ambos possuem prós e contras, e o melhor rendimento ocorre quando estamos a sós com o informante, em ambiente calmo, sem fatores dispersivos ou passíveis de causar interrupções (o que nem sempre foi possível). Em ambientes dessa natureza, estabelecia-se uma atmosfera de maior confiança e, por conseguinte, de maior franqueza por parte do informante. Por exemplo, em duas situações diferentes, a presença da esposa e a do filho não só inibiu a franqueza, como também provocou a dispersão e, diria ainda, parece ter exercido uma sutil pressão no sentido de o informante buscar sempre dar testemunhos “socialmente aceitáveis”. Nesses casos, adotei como estratégia voltar à questão em outro momento, dando-lhe nova roupagem, a fim de obter informações que me pareceram mais coerentes com as demais falas do entrevistado¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Conforme revelado pela grande maioria dos entrevistados, era a primeira vez que se exprimiam mais detidamente sobre suas trajetórias de vida. Isso, inicialmente os empolgava, contudo após a 2ª sessão, sempre se notava o cansaço apontado por Quivy (1992: 78), decorrente da exposição a uma situação penosa em que tinham de refletir, de reunir idéias, de pô-las em ordem e de encontrar as palavras mais adequadas.

¹⁴⁵ Por exemplo, ao retomar um importante fato mencionado pelo informante ao final da sessão anterior, percebia-se que ele, ao lado da esposa, recorrentemente buscava enveredar por outros temas.

4.8 - A tomada de depoimentos

O momento da tomada de depoimentos constituía-se em um verdadeiro espaço de observação etnográfica. As diversas dimensões da interação, para além dos dados fornecidos pelos informantes, tornavam-se elementos empíricos relevantes, me faziam conferir significados aos silêncios de constrangimento, às omissões, assim como às dispersões de narrativas. Essa mesma atitude era adotada frente aos suspiros resignados e mesmo a uma espécie de prazer demonstrado em discorrer sobre determinados assuntos em detrimento de outros.

O início de cada sessão era carregado de tensões, certamente em função das expectativas que ambos partilhávamos sobre o processo da entrevista e, para atenuá-las, começava tecendo comentários sobre amenidades, para que ficasse mais fácil passar ao registro das experiências. Na sequência, e com o devido consentimento, eu ligava o gravador, pedindo para que a pessoa falasse, inicialmente, de suas relações familiares de proveniência e de sua infância.

Nas primeiras horas, o tom de voz era sempre mais contido, e as respostas eram mais concisas. O clima tornava-se mais formal, certamente, pela presença do gravador, mas acredito também pela expectativa de incômodo frente a algumas lembranças e pela possibilidade de se verem expostos em seus passados de pobreza.

Ciente disso, deixava a conversa fluir, e o objetivo deixava de ser a busca de informações ou evidências que valessem por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo”, de como meu informante olhava para trás e enxergava a própria vida em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Prestava atenção ao modo de como falava sobre ela, como a ordenava, ao que dava destaque, ao que deixava de falar, às palavras que escolhia. Na medida do possível, sutilmente, anotava tais observações, e isso, indubitavelmente, ajudou na compreensão da complexidade daqueles percursos.

A entrevista levava as pessoas a exporem aspectos de suas vidas privadas e, por isso, eu contava com a eventualidade de ocorrer melindre ou constrangimento de algum entrevistado ao ser questionado sobre algo que lhe fosse muito doloroso revelar. As considerações de Nogueira (1985: 86)

alertaram-me para ter precaução ao abordar “certos temas” e também havia um fato concreto: em pesquisa realizada no ano de 1999, junto a instituições bancárias de Salvador, vivenciei a relutância de prepostos do Departamento Pessoal em apontar os executivos negros do corpo funcional, temendo melindres por parte desses profissionais, em razão de terem sido classificados nessa categoria racial. Pediam-me para ser cuidadoso ao comentar sobre quem fez a indicação¹⁴⁶, de modo a evitar que pensassem que estavam sendo preconceituosos.

Neste sentido, era como se houvesse um pacto de silêncio, em que nem a instituição, nem os informantes tocariam na questão racial, evitando debates acerca de temas polêmicos como a discriminação ou os seus efeitos. Isso se tornou evidente ao constatar que a totalidade dos entrevistados mostrou-se avessa e desconfortável ao tocar nos chamados “temas delicados”¹⁴⁷, e os constrangimentos daí decorrentes levaram-me a refletir sobre a perversidade do mito e da crença no paraíso racial, evidenciada, inclusive, nos “interditos”, como lembra Pereira, *apud* Barbosa (1997), ao apontar que:

O mito da democracia racial, do qual o país muito se orgulha, expressa-se e comprova-se através de certas evidências cuidadosamente selecionadas, entre elas a da existência de um sistema de etiquetas extremamente polido, que preceitua não ser de bom tom, ser indelicado com as pessoas fazendo referências a seus “defeitos” (*defeitos referem-se, nesse caso, às peculiaridades raciais ou culturais*). Nesse plano periférico, as relações sociais e individuais no Brasil são realmente muito cordiais, pois a cordialidade é um valor positivo muito cultivado no País.¹⁴⁸

No desenvolvimento desta pesquisa, presenciei respostas evasivas e silêncios que falavam por si sós. Também enfrentei situações nas quais percebi o desconforto do informante em se ver conduzido por um “intruso” a se despir, ainda que momentaneamente, do papel de “autoridade pública” que representava cotidianamente. Exercitei ao máximo o autopolicimento, fingindo

¹⁴⁶ Santana (1999).

¹⁴⁷ Os temas delicados aos quais me refiro são racismo, casamento interracial, origem familiar, dentre outros. Nesse sentido, Azevedo (1996: 72), em sua pesquisa sobre as elites de cor nos anos 50, já revelava a presença desse incômodo, pois alguns dos seus informantes se esquivavam de falar sobre os problemas raciais, desviando a conversa para outros temas, sob a alegação de que nunca repararam no assunto e que o mesmo não tinha importância para eles.

¹⁴⁸ Barbosa (1997: 217).

ignorar e/ou silenciando diante de omissões, de tentativas de suavização de passados dolorosos e de evidentes sentimentos de vergonha por humilhações sofridas. De igual maneira, assim agia quando percebia atitudes de controle sobre o que falar, como também tentativas de demonstrar prestígio, “esquecimentos” e/ou de certas contradições nos relatos.

Experimentei momentos de tensão e embaraço diante dessas ocorrências, mas também sentimentos de compaixão, ao escutar relatos de cenas constrangedoras que me incomodavam, seja pelo seu conteúdo dramático, seja por revolverem em mim indesejadas lembranças. Também tive momentos de prazer ao inteirar-me de histórias vitoriosas de conquistas dos meus informantes, assim como das inesperadas coincidências de pessoas e fatos comuns que partilhávamos em nossos percursos de vida.

Tudo isso me fez pensar sobre como os negros que ascendem ainda se configuram como um caso emblemático, considerando a tradição da Antropologia, que faz da etnografia a sua marca de distinção. A tradição da pesquisa etnográfica, dentro da qual também me formei, foi, em princípio, pensada para ser exercida entre objetos de pesquisa em situação de inferioridade em relação ao observador, diferentemente das condições em que se estabeleceu esta investigação.

Neste sentido, pude inspirar-me em poucos dos etnógrafos aqui citados, já que, por vezes, buscando atender satisfatoriamente aos objetivos da pesquisa, me vi obrigado a inventar estratégias de ação no confronto com os sujeitos investigados ou adaptá-las aos instrumentos metodológicos de que dispunha.

Houve situações em que fui instado a adotar uma postura mais ativa como entrevistador: às vezes ponderando certas declarações, outras pedindo maiores detalhes, no intuito de criar uma situação menos artificial e permitir que o entrevistado se expressasse. Em várias oportunidades, nos diálogos mantidos, tive que interpelar ou pedir mais esclarecimentos, quando presumia haver inconsistências nas argumentações. Esse procedimento, que costuma ser desaconselhado por certos autores¹⁴⁹, tornou-se imprescindível

¹⁴⁹ Como exemplo, cito Bourdieu (2005) ao recomendar evitar intervir, para não quebrar a seqüência de pensamento do entrevistado, deixando-o à vontade, a fim de que possa falar livremente sem qualquer constrangimento.

considerando que o conhecimento sobre as camadas médias urbanas e sobre a elite brasileira ainda é bastante reduzido.

Cada uma das entrevistas durava em torno de três horas, sendo que a média de sessões era de três para cada informante. O interesse de alguns informantes pelo exercício da memória gerava bastante entusiasmo neles, a ponto de parecer que queriam prolongar a sessão por mais tempo, a exemplo de um informante com o qual mantive contato durante quatro sessões consecutivas¹⁵⁰.

Alguns informantes pareciam ver na entrevista a “ocasião” para manifestar as representações sobre seus processos de existência; tomavam as “rédeas” da entrevista e produziam um monólogo que respondia às indagações iniciais, mas também me colocava outras questões. Agiam da forma que Bourdieu (1998) observou em sujeitos oriundos de patamares mais pobres da sociedade, que geralmente aproveitam a situação da entrevista para se fazerem ouvir, levar para os outros sua experiência e até mesmo uma ocasião para se explicarem.

[...] uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmo e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmo em primeiro lugar¹⁵¹.

Testemunhei interesses explícitos e satisfações evidentes em ter as experiências registradas, como também distinguidas e significadas positivamente. Pressentia a confiança deles, de que suas histórias de dificuldades ou de sucesso seriam respeitosamente valorizadas e positivamente significadas por mim. Em alguns entrevistados, parecia haver um certo afã de falar sobre algo “preso”, e que há muito queriam comentar. Por conta disso, os relatos revelam-se densos, longos e, por vezes, intensos e dolorosos. Parece haver um certo alívio em alguns informantes pela oportunidade de falar e, ao mesmo tempo, refletir sobre um assunto que

¹⁵⁰ Nesses casos, eu agia conforme recomenda Bertaux (1980), isto é, avaliava quando havia atingido o ponto de “saturação da informação” e impunha um fim à recolha.

¹⁵¹ Bourdieu (1998: 704).

sempre reprimiram. Nesse caso, chego a comparar a uma autoanálise provocada e acompanhada.

Tais observações me faziam presumir que o contexto atual representava um momento singular, em que a expressão dos pontos de vista sobre as experiências individuais dos negros em ascensão social era considerada como algo possível e até mesmo desejável¹⁵², refletindo os debates e as mudanças sociais que o país tem vivenciado no tocante à questão racial brasileira. Era como se os informantes estivessem afirmando: “*agora eu posso falar*”. A realidade da discriminação racial (ou talvez o desejo de denúncia) parece ter se imposto, superando uma eventual vergonha de confissão.

Desde os anos 90, o país tem experimentado um contexto de significativas mudanças no tocante a uma maior abertura da sociedade brasileira para a questão racial. Como resultado de acordos e compromissos internacionais e das sucessivas pressões da militância negra, o Estado tem assumido novas posturas frente a essa questão, colocada no centro de vários debates, gerando mais visibilidade e ampliando o rol de tensões, como também de tentativas de soluções. Por exemplo, em 2001, surgiram as primeiras ações afirmativas no âmbito dos Ministérios, culminando com a criação, em 2003, da Secretaria Especial para a Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) que, revelando um novo entendimento do Estado sobre o caráter das relações raciais no país, vem provocando iniciativas correlatas de governos estaduais e municipais, assim como de ONGs e diversos setores da sociedade civil. No momento presente, a adoção de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas tem sido objeto de longas e acaloradas discussões na sociedade¹⁵³.

No bojo dessas discussões, pesquisa realizada em julho/2006, pelo Instituto Datafolha, revela que a sociedade brasileira apóia as medidas de

¹⁵² A pesquisa de Cardoso (1960) revela situações em que o negro em ascensão recusava admitir ser referenciado como negro, a ponto de um mulato, em seu depoimento, admitir que preferia ser chamado de “filho da puta”, em vez de “negro”.

¹⁵³ No Congresso Nacional também tramitam, dentre outros, o projeto de Lei 73/99 e o Estatuto da Igualdade Racial, que oferecem importantes contribuições para a eliminação das desigualdades raciais no País.

ações afirmativas¹⁵⁴, dando a entender que a questão racial incorporou-se decididamente no debate e agenda pública nacional, algo que parecia pouco provável há menos de 30 anos, período em que a maioria dos informantes desta pesquisa iniciava sua vida adulta.

Em relação a períodos anteriores, houve um aumento da representação do negro no cenário político e em cargos de primeiro escalão no governo federal. Estes, desafiando o *status* subalterno a eles reservado no imaginário coletivo, distinguem-se de outras autoridades negras do passado por, frequentemente, reconhecerem sua negritude e fazerem da raça uma questão importante. Na sociedade, observa-se um maior número de pessoas discutindo sobre o racismo e se autodeclarando como negras¹⁵⁵, aumentando a visibilidade desse segmento nas estatísticas oficiais e demonstrando que o contexto exerce grande influência no processo de redefinição da cidadania e, sobretudo da identidade negra.

Consciente desse quadro, no momento das entrevistas, eu procurava demonstrar todo o respeito pelos relatos pessoais que estavam sendo partilhados, sinalizando com gestos, acenos de cabeças e também verbalmente; eu procurava demonstrar a riqueza daqueles percursos de vida e a relevância de conhecê-los, significá-los positivamente, a fim de melhor se entender a realidade social brasileira.

Enfatizava que suas experiências eram ricas e importantes, mas tendiam a desaparecer junto com seus principais protagonistas, caso não fossem relatadas. Esse argumento sempre os incitava a buscar novas lembranças e trazer mais informações para a pesquisa¹⁵⁶. Inclusive, houve depoimentos que, momentaneamente, me pareceram estar dizendo algo

¹⁵⁴ Essa pesquisa de opinião, envolveu 272 municípios brasileiros e foi divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, em 23.07.2006. Ver Santana (2006).

¹⁵⁵ Os dados da última PNAD mostram que entre 2005 e 2006, aumentou em 1,34 milhão o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.

¹⁵⁶ A esse respeito, me pareceu que alguns depoimentos foram facilitados, em face de, eu, explicitamente, tentar demonstrar o quanto entendia o “valor” de cada uma dessas histórias e das experiências a ela associadas. Eu presumia que algumas delas comportavam fatos silenciados por muito tempo. Acreditava que, a partir do momento em que se evidenciasse o grande respeito ou a possibilidade de eu ter vivenciado situações semelhantes, os relatos e a relação se sucederiam com maior confiança, conforto e naturalidade. Isso me pareceu funcionar em muitos casos, embora tenha também redundado em situações nas quais fui bombardeado com relatos muitas vezes longos, entremeados de detalhes desnecessários que ocupavam grande tempo de gravações. Em muitos dos casos, acredito que esse foi o recurso que me tornou possível obter certos relatos.

valioso, mas que foram, posteriormente, totalmente descartados, quando verificava que a generalização ou até mesmo a superficialidade das informações faziam com que pouco ou quase nada significassem para a investigação.

Contudo, sempre procurava mostrar-me impassível, até mesmo quando os fatos relatados não atendiam aos objetivos da pesquisa, ou quando percebia certos jogos de comunicação, desviando assuntos ou reforçando imagens ou fatos que queriam me comunicar. Por vezes, as opiniões do informante não me pareciam convincentes e até mesmo contrariavam meus pontos de vista, remetendo-me para aquilo que Evans-Pritchard pergunta ao escrever sobre as crenças de povos primitivos: “*será que importa saber se as consideramos válidas ou falaciosas?*”.¹⁵⁷ De igual maneira, Viveiro de Castro (2002: 135) conclui que não são nossos problemas acreditar, ou não, se peccaris, porcos ou queixadas são gente, mas levar a sério o que os “nativos” estão dizendo sobre a sua imaginação conceitual. Compartilho da idéia de que não podemos usar as nossas categorias para traduzir as nativas, destituí-las de suas subjetividades, ou mesmo perscrutar se são fatos verdadeiros ou falsos bem ao modo moderno de ser¹⁵⁸. Acredito que nos cabe apenas problematizar o que os discursos desses sujeitos estão comunicando. E, nessas situações, foi o que fiz.

A esse respeito, Berreman (1986), utilizando a metáfora do teatro, demonstra que pesquisador e informante agem simultaneamente como atores e público na montagem de um grande espetáculo, se inter-relacionando, mediados por códigos culturais específicos e de interesses diferenciados que ambos tentam preservar e projetar. Segundo esse autor, em uma situação de entrevista, os participantes (atores), ainda que brevemente, julgam os motivos e atributos uns dos outros, bem como definem a situação circundante e a imagem que lhes convém projetar. Ou seja, revelam o que acham que devem e ocultam o que desejam ocultar, cada um tentando dar ao outro a impressão do que melhor servirá a seus interesses, tal como os vê.

Era muito comum me questionarem acerca dos outros informantes da pesquisa, sendo visível a satisfação ao tomarem conhecimento de quais eram

¹⁵⁷ Evans-Pritchard (2005: 244).

¹⁵⁸ Latour (2005).

os demais pares incluídos. Era como se fazer parte de um grupo com outros negros de prestígio legitimasse o sentimento de autovalorização e os fizesse experimentar um raro prazer de se verem racialmente identificados e, ao mesmo tempo, positivamente reconhecidos em um grupo de elite negra. Testemunhei o grande esforço de todos eles em sugerir novos nomes, além dos já existentes em minha lista. A reduzida quantidade de negros em postos de prestígio na sociedade baiana ficou muito clara, a partir da repetição dos nomes na maioria das sugestões. Como eles, também me senti incomodado em constatar que, na prática, quão poucos são os negros que ocupam posições de prestígio no serviço público. Sem esconder sua indignação, um deles comentou jocosamente que *“a gente pode contar nos dedos das mãos o número de negros em posições de prestígio no serviço público, e mesmo assim é capaz de não se usar todos os dedos”*.

À medida que se desenvolviam as entrevistas, quanto mais eu demonstrava compreensão e simpatia pelos fragmentos dessas histórias pessoais, mais me davam oportunidade de saber sobre eles e de detalhes que, em muitos casos, depois confessavam nunca haver revelado a outrem.

Em relação à discriminação, a gente tem muito pouca possibilidade de compartilhar. A gente não tem com quem dividir. Nós somos muito poucos pra compartilhar e somos dispersos, por isso eu acho que de mim ninguém sabe de nada. A primeira vez que estou falando desses casos é aqui com você. Aliás, eu até queria deixar registrado aqui que a questão racial, eu mesmo só vim discuti-la mais abertamente agora, com você na sua pesquisa e com um amigo meu que me aproximou de umas pessoas, mas nessa questão eu sempre estive sozinho, eu nunca tinha ninguém que compartilhasse dessas discussões comigo e também nunca tinha tempo [...] (RENATO, 53 anos. Mestre em Ciências Militares e Comandante de Corporação Militar em Salvador).

As informações fluíam mais facilmente depois que as identidades ou relações comuns entre o pesquisador e o informante vinham à tona. Eu percebia que, na sequência, me mostravam retratos de familiares, matérias publicadas em jornais acerca da atuação profissional, mencionavam relações de amigos influentes e, sobretudo, flexibilizavam suas agendas, abreviando espaços entre as sessões de entrevistas.

A despeito disso, houve casos em que se passaram alguns meses de espera entre a abordagem inicial (por contato telefônico) e a tomada dos depoimentos. Por vezes, apelei para artifícios a fim de viabilizar o contato

direto¹⁵⁹. Esse problema foi se reduzindo à proporção que as entrevistas se sucediam, pois, se de certa forma, eu ficava conhecendo melhor certos condicionamentos locais desse tipo de informante, por outro lado, alguns dos abordados indicavam-me outros pares, além de passarem a palavra uns aos outros sobre minha pesquisa.

A prática também revelou que, após um depoimento em que o informante expunha fatos mais pungentes de sua intimidade pessoal ou das situações familiares de pobreza e dificuldades, havia, na sessão imediatamente seguinte, sensíveis modificações no seu comportamento para comigo. O informante tendia a mostrar-se retraído, apreensivo ou monossilábico nas suas respostas às questões formuladas. Era como se eu o tivesse vulnerabilizado, fazendo-o “perder o controle da situação”, e invadido sua resguardada privacidade. Nessas ocasiões, era como se estivessem sugerindo parar por ali ou não mais insistir em certo tipo de colocação.¹⁶⁰ Então, sutilmente saía do meu roteiro, mudava de tema e lançava questões em que as respostas estavam relacionadas a terceiros que compunham sua história: como o professor que o referenciava positivamente, parentes mencionados na entrevista anterior ou remetia a algum assunto mais leve.

As últimas sessões de entrevista mostravam-se sempre como uma ocasião para a troca de impressões sobre a pesquisa, de cartões de visita e de agradecimentos. Nessa oportunidade, alguns deles levavam-me a percorrer as instalações das instituições que dirigiam. Na primeira vez em que isso aconteceu quis declinar do convite, pois já me sentia cansado e satisfeito com o material coletado. No entanto, a “visita guiada” acabou se constituindo em mais que uma caminhada cansativa, pois nesse caminho foram evocadas experiências que acredito jamais teriam aflorado na entrevista formal no escritório.

¹⁵⁹ Como exemplo, cito o fato de que, por vezes, ao perceber que a identidade de pesquisador não era suficiente para me fazer ser atendido pela secretária, eu me identificava com as credenciais da entidade onde trabalho, o Banco Central do Brasil. Creio que, nos casos que utilizei tal artifício de conformar a minha identidade à situação, houve maior facilidade de contato.

¹⁶⁰ Tal comportamento também foi constatado por Azevedo (1966: 27). Como ele, eu entendia que isso podia perfeitamente representar uma reação defensiva, mas podia também ser a confirmação da afirmativa que faziam de que poucas vezes haviam pensado no assunto.

4.9 - A intimidade e a confiança gerada

A despeito de minhas pré-noções e das dificuldades comuns a esse tipo de atividade, tive a oportunidade de estreitar laços de solidariedade e reciprocidade com as pessoas entrevistadas. Cheguei, inclusive, a me aproximar de suas redes familiares e de amizades. A partir de convites dos informantes, participei de aniversários, almoços, jantares, trezenas de Santo Antônio e até casamentos, além de eventos institucionais e cultos religiosos. Em alguns casos, em nível de reciprocidade, fui também anfitrião, recebendo algumas dessas pessoas em minha residência.

A experiência do trabalho de campo ampliou minha compreensão sobre a trajetória dessas pessoas, mostrou-me especificidades do processo de pesquisa junto a indivíduos negros de camadas médias e me levou à reflexão, acerca da relação entre pesquisador e sujeito pesquisado, quando há a mútua consciência da probabilidade de terem partilhado análogas vivências sócio-raciais. O crescimento e o desenvolvimento da personalidade em uma época comum e a probabilidade de ter vivenciado situações similares mostraram-se elementos de grande importância. Foram profícuos na capacidade de oferecer certa confiança, tranquilidade e até transformar o espaço da entrevista em ocasião de revelação de competências íntimas, de valorização e significação das histórias, mas também de partilhar relatos pessoais de memórias da cidade e dos seus antigos personagens, como se a vida ganhasse mais significado, encontrando ressonância e ouvidos atentos.

Lembrando Bosi (2006:408), *“cada geração guarda a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história.... o caudal das lembranças correndo sobre o mesmo leito”*.

A cidade de Salvador guarda episódios notáveis, sempre retomados, valorizados e tornados saudosos na fabulação dos sujeitos. Por exemplo, as Olimpíadas da primavera na Fonte Nova¹⁶¹, as trezenas de Santo Antônio, os antigos carnavais na Avenida Sete, a Mulher de Roxo¹⁶², as sessões de cinema

¹⁶¹ As Olimpíadas da Primavera aconteciam no estádio da Fonte Nova e dela participava a maioria dos colégios da capital. Era um dos mais importantes eventos estudantis nos anos 70 em Salvador.

¹⁶² Personagem dos anos 70, que faz parte da história oral dos tempos áureos do centro de Salvador. Vestia-se sempre de roxo, com roupas que lembravam o hábito usado pelas freiras, e costumava perambular e dormir pela Rua Chile. Dizem que foi moça instruída, de boa família e que teria enlouquecido por causa de uma grande desilusão amorosa.

no ICBA¹⁶³, a antiga biblioteca na Praça Municipal, para onde acorriam estudantes em busca de livros para pesquisa, e muitos outros eventos que eram de um tempo em que pesquisador e informante se reportavam muito bem¹⁶⁴.

As lembranças incluíam-nos em um grupo, o qual terminava sendo visto como “familiar” e, desse modo, confiável. Essa confiança depositada em mim foi fundamental para o bom andamento da investigação. Além das entrevistas propriamente ditas, havia as conversas *em off* (quando me pediam que desligasse o gravador), nas quais colhi impressões e opiniões a respeito deles e de suas trajetórias, que acredito dificilmente me seriam passadas por pessoas de “dentro” dos seus universos relacionais (familiares, amigos ou colegas de trabalho).

Embora se tratassem de indivíduos com uma imagem “pública”, em linhas gerais demonstraram que, em suas existências, pouco falaram de si mesmos com outros interlocutores, especialmente do seu passado, do cotidiano de pobreza, inseguranças e dificuldades vivenciadas. Talvez, em certo nível, se possa falar que, nas relações com vizinhos, colegas de trabalho e até pessoas do círculo mais próximo, uma forma de interação específica se estabeleça em que, estando próximos, também são distantes, já que estes, em muitos casos, são por vezes defensivos e aqueles mal podem constituir um apoio.

Cabe registrar que, para adquirir confiança, também passei por “testes”, como em um “rito de passagem”. Não foram poucas as vezes em que percebi estar sendo conduzido a emitir opiniões ou assentir a respeito de determinados fatos, especialmente nos primeiros momentos das entrevistas. Por exemplo, uma das informantes enfatizava a importância que ela atribuía ao seu corte e formato de cabelo alisado e alourado, como se esperasse de minha

¹⁶³ Durante os anos de chumbo, década de 1970, principalmente, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) era considerado um importante pólo cultural da cidade, espaço de concentração de manifestações culturais alternativas e ambiente de resistência. Era um *point* em que os amantes das artes e da liberdade se reuniam. Na verdade, um espaço quase consular.

¹⁶⁴ Os episódios rememorados, em geral, se referem à década de 1970 – anos de grande efervescência política e cultural. É desse período a repressão militar e o surgimento de grupos organizados com a intenção explícita de oposição e enfrentamento à discriminação e ao racismo, dentre eles o MNU e o Ilê-Aiyê. A pouca ou nenhuma menção a essas instâncias nas reminiscências dessas pessoas dá indicações do pouco ou quase nenhum envolvimento – da grande maioria dos informantes – de eventos relativos a fatos importantes desse contexto histórico.

parte alguma manifestação de crítica ou desagrado. Nesse caso, interpelei-a comentando que, na minha família, havia alguém com um modelo de cabelo parecido com o dela, e assim eliminei a “provocação”.

Tais testes, na maioria das vezes, referiam-se a questões ligadas às relações raciais e, especialmente, à participação em atividades do movimento negro ou do culto afro-brasileiro. Era comum a tentativa de avaliar o meu grau de aproximação com a militância negra (eu era objetivado pelos meus informantes), mas, sempre que possível, procurava desviar para um momento seguinte as minhas respostas a questões dessa natureza, acreditando que, desse modo, minimizaria prováveis interferências das minhas opiniões sobre as dos informantes.

Nesse ponto, considero importante retomar ponderações de Schatzman & Strauss (*apud* BOURDIEU, 2005:202) que considero férteis para lidar com casos como os que são tratados nesta pesquisa. Para esses autores, existem diferenças no nível do pensamento e da comunicação entre as camadas médias e populares, que vão além do requinte da gramática ou da utilização de certo vocabulário, e explicitam-se na grande sensibilidade às reações do interlocutor. Em especial, isso se afiguraria na facilidade de se colocar no lugar do outro, como se, em situações de entrevista, um informante membro das classes médias conservasse o chamado “controle da comunicação”, sempre agindo como um intermediário entre suas próprias imagens e o interlocutor, com a preocupação de “apresentar” o seu depoimento do mesmo modo como são feitas as “apresentações” – estimando e antecipando as reações do interlocutor às suas palavras. Na perspectiva desses autores, o informante agiria como o diretor de um filme que, dispondo de várias câmeras, cada uma focalizada em um aspecto diferente da cena, controla cuidadosamente seus efeitos ao rodar o filme.

Assim, a comunicação tenderia a se tornar ritualizada e, em grande parte, feita com subentendidos, tal qual ocorre entre pessoas que se conhecem bem e têm muitas coisas em comum. Consciente disso, procurei ficar alerta, no sentido de não perder de vista as possíveis intenções dos sujeitos, presumindo que, no desenrolar de suas carreiras na vida pública, essas pessoas tivessem desenvolvido um véu defensivo para se livrar de perguntas incômodas que ameaçassem desnudar personagens que, porventura, estivessem

representando. Além disso, havia o fato de que em situações de entrevista, “o sujeito, mesmo que tente ser franco e sincero, dará, sem pensar, as respostas-chavão que foram tão convenientes em outras ocasiões”¹⁶⁵.

Vale dizer que, conforme avançávamos na conversação, a intimidade e a confiança aumentavam e, diante de fatos que vieram à tona, presenciei lágrimas e indignações. Em geral, tais emoções estavam relacionadas às lembranças de situações de humilhações decorrentes da experiência do racismo ou das histórias de pobreza. Ao falar sobre tais temas, eles, em geral, baixavam a voz ou se refugiavam em generalizações e impessoalidades¹⁶⁶, desafiando-me a entender momentos de silêncio ante perguntas que fiz e captar detalhes que não foram revelados, por escolha ou mesmo por omissão inconsciente.

Em razão de “compromissos imprevistos” dessas pessoas, as remarcações das datas ou horários das entrevistas se acumularam, e isso, em grande medida, atrasou a tomada de depoimentos¹⁶⁷, obrigando-me a manter uma calculada flexibilidade na agenda para que fatos como esses não afetassem os depoimentos de outros informantes em horários seguintes.

Em função dos nossos ritmos de vida, cheios de “falta de tempo”, foi instigante e desafiador exercitar a arte da escuta com essas pessoas, pois escutando e partilhando de suas histórias era como se, por alguns momentos, tomasse parte de vidas que, misturando passado e presente, pareciam solicitar uma espécie de apoio ou confirmação de idéias e ações. Assim, experimentei sentimentos de compaixão, de alívio, indignação e tive, por vezes, a impressão de minha história estar sendo reproduzida nas falas dos informantes, o que, em um processo de pesquisa, sinaliza a ocorrência de diálogos muito particulares com indivíduos muito especificamente situados. Como afirma Bosi (2006:408),

¹⁶⁵ Thompson (2002: 275).

¹⁶⁶ É o caso, por exemplo, de informantes que se utilizavam do artifício de usar o pronome “você” em vez de “eu” ao narrar experiências pessoais que lhes incomodavam, certamente porque afastando de si a autoria da ação ficava mais confortável efetuar o relato: “você chega em casa da escola e só tem farinha com açúcar pra comer” ou então “você vai pra escola com um pé de sapato e a sua irmã vai pro médico com o outro pé, pois só tem um par de sapatos em casa”. São depoimentos cuja “tradução” significa “eu chegava da escola e só havia farinha com açúcar para comer” ou “eu ia pra escola com um pé de sapato e a minha irmã ia pro médico com o outro pé, pois só havia um par de sapatos em casa”.

¹⁶⁷ Um bom exemplo dessa situação é o caso de imprevista remoção para Brasília de um dos informantes, obrigando-me a interromper outros depoimentos em curso para proceder à emergência desse depoimento. A partir daí, toda a ordem de depoimentos teve que ser alterada. Houve casos em que entre a primeira e a segunda sessão se passaram dois meses.

somos, de nossas recordações, apenas a testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: *“Aí está alguém que não me deixa mentir”*.

Dessa maneira, esse trabalho de campo parece ter nos conduzido a reviver o passado com uma fluência que talvez não conseguíssemos em uma evocação solitária. Enquanto pesquisador, e no decorrer das entrevistas, fui instado a refazer cenas em minha imaginação e rememorar minha própria infância, reconstruindo a minha trajetória pessoal e reelaborando minhas próprias concepções a respeito das relações raciais em minha história particular. Como adverte Lévi Strauss, é impossível atravessar a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, pois não é jamais ele mesmo, nem o “outro” que ele [o etnógrafo] encontra ao final de sua pesquisa.

Finalmente, tenho que admitir que, por mais planejado que se conceba o trabalho de campo, ele tende a levar a inusitadas situações que, via de regra, não estão e nem jamais poderiam estar previamente inseridas em qualquer manual, uma vez que obter dos informantes os seus depoimentos implica algo mais que iniciar uma sessão de perguntas e gravá-la. Mais que nunca, o trabalho de campo exige, antes de tudo, que o pesquisador demonstre respeito, interesse, bem como a capacidade de saber ouvir, atentar para o contexto e, sobretudo, exercitar o bom senso para identificar a dinâmica mais profícua, aquela que, resguardando a integridade do interlocutor, atenda aos objetivos da investigação.

V - EXPERIÊNCIAS DE ASCENSÃO: UMA GERAÇÃO DE ENTREMEIO¹⁶⁸

Até 18 anos eu era virgem, virgem mesmo na expressão da palavra. Em compensação todo o meu tempo disponível era para trabalhar, estudar, ler tudo que era possível, teve uma época até que eu fiquei doente gravemente. Havia uma força maior, uma vontade não apenas de vencer pura e simplesmente, mas uma necessidade de afirmação que me levava a essa busca, a esse quase desespero, que por um lado formava o caráter, por outro me mantinha alienado do verdadeiro problema: tudo aquilo acontecia porque eu era um negro no meio dos brancos, sem trânsito, um homem com uma carga de complexo, preconceitos, ansiedades, angústia, muitos sonhos, limitações e desejos, tudo me transformando quase num pequeno monstro. A escalada aparentemente rápida, do ponto de vista interior, foi muito sofrida, cruel mesmo.¹⁶⁹

Nas seções seguintes, com o auxílio da teoria e apoiado em observações empíricas, reflito sobre percursos trilhados por negros que ocupam posições de prestígio na hierarquia do serviço público em Salvador. Discuto questões relacionadas à subjetividade, à identidade, ao cotidiano e outras dimensões da vida social desses indivíduos, visando compreender como eles constroem representações sobre o processo de ascensão social e, de algum modo, contribuir para as reflexões sobre a relação entre a biografia pessoal, identidade negra e ascensão social dessa coletividade.

Trato de trajetórias que ainda são pouco exploradas. Trajetórias que, embora individuais – por se expressarem no âmbito familiar e da sociabilidade imediata de cada profissional –, possuem uma dimensão coletiva, pois, mesmo

¹⁶⁸ A expressão entremeios faz uma referência a “Vidas de Entremeio”, título da obra de Spitzer (2001) na qual ele analisa a ascensão social de negros, mulatos e judeus que se ergueram da escravidão e saíram do gueto para ingressar na sociedade burguesa na era próxima à época da revolução francesa. A leitura dessa obra muito me inspirou a realizar esse estudo.

¹⁶⁹ Depoimento do ator Milton Gonçalves em **Fala crioulo**. p. 228.

se admitindo uma variação individual, certas homogeneidades se acentuam. Como exemplo, pode-se citar o fato de todos saírem de “lugares historicamente determinados” e de experimentarem a mudança de classe social, além de enfrentarem as duras condições da competição pelo trabalho e as dificuldades específicas decorrentes da condição racial.

A heterogeneidade explicitou-se de diversas maneiras, a exemplo da forma como cada um lidou com o preconceito e a discriminação racial, ou como gradativa, e individualmente, cada qual percebeu o significado de ser negro no Brasil. Em face da diversidade de experiências, não tratei nenhuma das histórias individuais como um caso fechado, o que ampliou o rol de subjetividades das experiências.

Ao se aproximarem de histórias sociais dos grupos familiares de pertencimento, as lembranças demonstraram que, conquanto individualmente vividas, tais trajetórias são inequivocamente equacionadas em ações coletivas, desenvolvidas particularmente no âmbito das famílias, no círculo da vizinhança, no meio escolar e também no trabalho, com influências socializadoras determinantes na condução e no ajustamento dos indivíduos aos padrões da sociedade em que vivem.

O exercício da memória e a disposição para relembrar sentimentos, fatos e impressões muitas vezes doloridas do passado tiveram importância essencial. Ajudaram a entender o presente, como também a reviver o já vivido – o passado –, uma fonte rica de reflexões que apontam não somente para os informantes, mas também para o olhar deles, para os objetos e para o contexto em que se deram e se dão as interações com o outro.

Nesse ponto, é importante relembrar as reflexões de Goethe, citadas por Bosi (1995), alertando que *“quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças (...) Daí o caráter não só pessoal, mas familiar, grupal e social da memória”*¹⁷⁰.

Em vista disso, a noção de socialização orientou a análise dos relatos, permitindo refletir sobre os sistemas de valores, as concepções bem como a visão de mundo dos sujeitos e do coletivo que os cerca. Também contribuiu

¹⁷⁰ Bosi (2006:435).

para refletir sobre como se orientavam os projetos de ação e as estratégias desenvolvidas por eles, em seu meio social.

Compreendida como o “*processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais*”, a noção de socialização é de importância fundamental para se entender os processos do desenvolvimento humano, uma vez que todo processo social põe em jogo sujeitos agentes cujas ações não podem ser analisadas caso se abstraiam os processos de aprendizagem engendrados na socialização. Embora seja comumente associada ao desenvolvimento da criança, a socialização é um processo de vida inteira, que ocorre à medida que as pessoas adquirem novos papéis e se ajustam à perda de outros mais antigos. Com efeito, desde a infância, o processo socializador proporciona ao indivíduo a compreensão do mundo, pois, por meio das experiências, ele interioriza normas, valores e atitudes bem como assume papéis e incorpora saberes afirmados pela sociedade.

Para Berger & Luckman (1976), a socialização do indivíduo ocorre em duas etapas: a primária, estabelecida em meio a fortes vínculos afetivos, da infância até parte da adolescência; e a secundária, desenvolvida nas fases subsequentes da vida. Na socialização primária, o indivíduo se torna membro da sociedade, iniciando sua construção identitária num processo em que a família, a vizinhança e a escola se tornam mediadores primordiais. É através dessas instâncias que o mundo social lhe é apresentado/significado, levando-o a congregar modelos de interações que guiarão ações de convivência por toda a existência. Nessa concepção, os valores, a forma de compartilhar e o modo de agir resultam da experiência relacional no âmbito dessa mediação.

A socialização secundária advém da interação com outras dimensões da vida social, além daquelas estabelecidas na fase anterior. Nesta etapa, o indivíduo entra em contato com novos ambientes e objetos de conhecimento, possibilitando diferentes modos de leitura do mundo. Os “outros significativos” se ampliam - sejam eles outros indivíduos, grupos, organizações ou instituições, em um processo “dinâmico, contínuo e inacabado”, de tal forma que o indivíduo é socializado a vida toda em um processo em que, continuamente, novos papéis sociais, normas, regras e crenças necessitam ser interiorizados, se se quer participar da vida social.

Há uma enorme variação na maneira como isso realmente acontece e nos resultados que produz. Em sociedades complexas como a que vivemos, isso se deve em parte à variedade de experiências que as pessoas encontram em famílias, escolas, ocupações e comunidades, mas também ao fato de que os indivíduos não são passivos, desempenhando um papel importante em sua própria socialização, na medida em que respondem de várias maneiras às pressões e influências sociais¹⁷¹.

A seguir, com o propósito de contribuir para a elucidação das questões apontadas na introdução deste trabalho, analiso aspectos que se apresentaram comuns à maioria das histórias individuais. Estes serão subdivididos em categorias temáticas, na tentativa de promover uma reconstituição mais aproximada do percurso biográfico dessas pessoas e aumentar a compreensão sobre a forma como elas encararam tais vivências, tanto no presente como no passado.

Acredito que as dimensões de tempo e espaço onde se dá a socialização dos sujeitos fornecem indicações importantes acerca do processo de construção das identidades, por isso, reflito sobre o espaço e o tempo em que essas pessoas nasceram e viveram antes de serem alçadas às posições de prestígio social que ocupavam na época da pesquisa. Assim, a análise enfoca o desenvolvimento dos sujeitos em suas redes primárias de socialização, caracterizando seus núcleos familiares de origem e os processos de socialização configurados em outros espaços relacionais, como o bairro de origem, a escola e os deslocamentos nos espaços de moradia. Reflito sobre o mundo do trabalho e sobre os novos vínculos desencadeados a partir dele, as experiências vivenciadas no universo profissional, suas repercussões na identidade, bem como pontuo as relações de alteridade estabelecidas em outros contextos sociais.

Nesse quadro geral, vale ressaltar que o esforço de reconstrução de trajetórias particulares desses “negros bem-sucedidos” não implica em afirmação do mito da democracia racial brasileira, alimentador da “*ilusão das portas abertas*” em que a cor, desde o passado colonial, não apresenta

¹⁷¹ Johnson (1997:212).

*obstáculo intransponível à ascensão social do indivíduo, embora seja para as coletividades.*¹⁷²

Refletir sobre trajetórias tão excepcionais faz-se relevante não apenas pela possibilidade de preencher vazios da realidade social do grupo negro no Brasil como também por identificar os sutis mecanismos de discriminação racial não explicitados que, no caminho da ascensão social, se colocam apenas àqueles que nele conseguem adentrar (e não à maioria dos que ficam de fora).

¹⁷² Queiroz (1988: 635).

5.1 - O ambiente doméstico e o círculo de origem

Embora não se pretenda fazer da família o centro das discussões desse trabalho, nem analisá-la exaustivamente, acredito que focalizá-la em determinados aspectos pode ajudar a entender como se desenvolveu o processo de socialização dos sujeitos. Dada a forma como a nossa sociedade é constituída, cada indivíduo pertence a algum tipo de família¹⁷³, de forma que refletir sobre o seu papel significa pensar a origem social, ou seja, considerar a base sobre a qual os indivíduos vão construir suas trajetórias. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situar nele dentro de um conjunto de papéis socialmente definidos. Nela recebemos a primeira orientação, o estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta e também nos são transmitidos valores fundamentais para o convívio social, os quais se tornam parte do nosso legado para a construção de uma nova família.

A família, principalmente a origem familiar, é um dado de extrema importância nos estudos sociológicos sobre desigualdades, representando o obstáculo primeiro a ser vencido por indivíduos nascidos em condições de pobreza e que almejam outra condição social. Nas famílias mais pobres, são maiores as dificuldades para que seus membros permaneçam por mais tempo na escola, posterguem ou conciliem o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumentem as chances de obter uma situação econômica melhor que a de seus pais. Tais elementos concorrem para a ocorrência de uma forte tendência de reprodução de *status* na sociedade brasileira¹⁷⁴.

Talcot Parsons dá à família uma grande importância, ao considerar que esta constitui um sistema cujas relações com o indivíduo se dão de forma tanto harmoniosa quanto reguladora e tem a função de desenvolver a socialização básica numa realidade social que tem sua essência em um conjunto de valores e papéis¹⁷⁵. Nesta perspectiva, a socialização se configura como função primordial desse grupo social e, em se tratando de família negra, sua

¹⁷³ O termo família está relacionado a um núcleo de pertencimento que acompanha um indivíduo, enquanto que a origem familiar remete às condições sociais desse núcleo na fase em que o indivíduo inicia sua trajetória educacional e/ou profissional, dando a idéia de ponto de partida.

¹⁷⁴ Hasenbalg & Silva (1988).

¹⁷⁵ Parsons (1956).

importância se acentua na medida em que, além de preparar as crianças para desempenharem os papéis exigidos pela sociedade, terá que prepará-las, também, para desempenharem esses papéis em condições especiais, dado que a criança terá que *saber ser uma criança negra vivendo entre brancos e negros* de diferentes estruturas e desiguais recursos familiares de capital (social, cultural e econômico)¹⁷⁶.

O conceito de capital social tem sido objeto de discussão por diversos cientistas sociais, nas mais diversas áreas, no entanto, foram os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman, na década de 80 que o transformaram em um tópico específico de estudo, buscando entender como indivíduos inseridos em uma rede de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros. O capital social é aqui definido pela sua função e refere-se ao conteúdo de certas relações sociais: aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, que proporciona maiores benefícios para aqueles que o possuem, do que se poderia obter sem esse recurso. O capital social só existe na relação entre pessoas (atores) e permite ou facilita determinados resultados sociais.¹⁷⁷

Nesta perspectiva, o capital social das famílias constitui-se na relação entre pais e filhos, num contexto em que o capital econômico e cultural dos primeiros converte-se em condições mais ou menos favoráveis à socialização dos filhos, funcionando também como um filtro para outros capitais.

O conceito de capital cultural refere-se ao conjunto de disposições cultivadas que forma os esquemas de apreciação e entendimento dos bens culturais. Consiste de idéias e conhecimentos que as pessoas usam quando participam da vida social, Desde as regras de etiqueta à capacidade de falar e escrever bem pode ser considerado capital cultural. Esse conceito é tomado de Bourdieu (1977) que em sua formulação estava interessado na distribuição desigual desse tipo de capital em sociedades estratificada e na maneira como essas desigualdades desprivilegia as pessoas, Trata-se de fato de fácil constatação, especialmente quando nos reportamos a escolas e profissões. Nessas instâncias, o desconhecimento do que as classes dominantes definem

¹⁷⁶ É muito significativa a importância que a origem familiar tem ganhado nas discussões sobre a situação atual dos negros no Brasil. Nos estudos de mobilidade, por exemplo, é a ocupação paterna que é tomada como base para avaliar o peso da herança social.

¹⁷⁷ Coleman (1988: 100), Parcel & Dufur (2001: 882).

como tácito torna muito difícil a membros de grupos marginais ou subordinados competir com sucesso.

O capital cultural preexistente (trazido da família) indica a posse, em maior ou menor medida, de determinados códigos que potencializam, por exemplo, a apropriação da cultura escolar, transformando-se em qualificações e credenciais educacionais. Tal conceito de capital cultural inclui a idéia de aquisição de conteúdos cognitivos, porém a perpassa, apontando também para a transmissão, no âmbito familiar, de um conhecimento cultural informal – competência linguística, maneira e modos de apresentação – que, ao ser apropriado pelo indivíduo, indica sua origem familiar mais ou menos cultivada, produzindo também diferentes retornos nas trajetórias escolares, profissionais e sociais. O capital econômico está representado pela situação econômica da família. São os ganhos do chefe de família que determinam o nível de vida ou bem-estar de todo o grupo.

A seguir, analiso de que forma os informantes interpretam a importância da família de origem na construção de suas trajetórias. Vale ressaltar que esse foi um ponto importante em suas falas, especialmente nas avaliações feitas a respeito de suas condições atuais.

Um traço marcante da origem familiar dos sujeitos desta pesquisa é que todos eles provêm de segmentos muito humildes, de núcleos familiares de baixo capital econômico e cultural. Em suas falas, a família aparece como uma representação de ponto de partida e de rompimento na migração para uma situação melhor. Neste sentido, ao falarem sobre ela, professam um relato lúdico de suas trajetórias, com ênfase nas suas origens pobres, sugerindo uma manifesta intenção de conferir maior peso ao significado de sua condição atual de negro em ascensão social.

Os que migram do interior para a capital, exaltam a saga da família numerosa, ressaltando as estratégias de sobrevivência utilizadas na capital, ou seja, o emprego doméstico da mãe, o trabalho do pai na construção civil ou a vaga no serviço público, obtida através do apadrinhamento. Em tais relatos, a família de origem representa uma importante referência de mudança, ou seja, face ao movimento dos sujeitos para um outro patamar social, ela termina carregando uma imagem de rompimento com uma situação que mudou a própria vida do informante mas também de todo o seu grupo familiar, um fato

que tanto pode ser visto como fonte de orgulho pessoal, como também “um peso”, diante da situação menos privilegiada de outros parentes, que, via de regra, são auxiliados financeiramente pelos sujeitos, como será referido mais adiante.

A convivência com a pobreza e a pouca escolaridade dos que compõem seus universos relacionais mais próximos permeiam as histórias individuais, ou seja, o círculo inter e intrageracional dos sujeitos – avós, tios, tias, primos e primas – que tem pouca instrução e exerce ocupações de baixo rendimento, de exigência mínima (ou até mesmo nula) de escolaridade e qualificação. Dentre elas, destacam-se: mestre de obras e operário da construção civil (8), dono de pequeno comércio (2), funcionário público de baixo escalão (10), barbeiro (1), eletricitista (1). Trata-se de ocupações que, por diversas razões, costumam reproduzir-se dentro dos núcleos familiares das camadas mais pobres, mas que, nos casos estudados, os sujeitos contrariam essa tendência.

Referente à escolaridade dos pais, à exceção de três mães que eram analfabetas e outras três que concluíram o nível médio, (pedagógico (2) e técnico de enfermagem (1)), todos os demais frequentaram a escola, embora não tenham ultrapassado o nível elementar de escolaridade¹⁷⁸. Diante disso, constata-se que ao menos um dos pais teve algum contato com o ambiente escolar, o que indica a pertinência de alguma leitura, ao menos em nível elementar no universo cultural familiar, e, sem dúvida, a consciência de possibilidades oferecidas pelo acesso à escola.

Observa-se a predominância de um modelo estrutural comum de família em que predomina a divisão sexual do trabalho entre os cônjuges. Percebe-se também o que Zaluar (1985) denomina de “ética do provedor”, conduzida pelo cônjuge masculino, a quem cabe o provimento econômico da família, uma vez que o padrão geral de organização familiar no Brasil especifica ser essa uma função principalmente masculina. O pai representa também a “autoridade máxima” da casa e, como tal, não permite que os filhos trabalhem durante a fase escolar “*para não perder o interesse pelo estudo*”, conforme revelam os informantes a seguir,

¹⁷⁸ Atualmente se denomina 5ª série do ensino fundamental.

Lá em casa eram 12 filhos e ninguém trabalhava, porque meu pai não queria que ninguém trabalhasse, queria que a gente estudasse e então a vida era estudar, estudar(...) eu não seria honesta em dizer que a gente teve uma infância de sofrimento, de dificuldade financeira muito grande, porque a gente não teve mesmo. E se teve a gente não percebia, porque era coisa que não chegava até a gente. (MARIA ANISIA)

Meu pai era ele sozinho que trabalhava pra manter os 7 filhos. A gente morava em casa própria, mas nós nunca tivemos luxo, pois era daquele tipo, com tudo na ponta da caneta. A gente tinha era que estudar. Meu pai, com a postura machista, não permitia que a minha mãe trabalhasse e nem os filhos, então pra ter uma fonte de renda, ela espichava cabelo e fazia doces pra vender. Tinha um menino que vendia pra ela na rua. Minha mãe nunca ajudou com a renda dela em casa. Aliás, ela ajudava na parte que meu pai falhava: a de lazer, a compra de uma vestimenta melhor etc. (BALBINA)

A educação é considerada como um importante instrumento de ascensão social, para qualquer pessoa, no entanto, para os negros, esse instrumento termina ganhando uma relevância particular, considerando o leque de dificuldades que se apresenta a estes indivíduos no mercado de trabalho. O investimento em instrução amplia as possibilidades de conquista de dividendos materiais, como o ingresso em um emprego não manual, diferentemente das ocupações dos pais e da “massa negra”, mas também vantagens simbólicas, vez que o conhecimento e o saber auxiliam na construção de uma identidade mais positiva e diferenciada dos estigmatizados como “ignorantes”, mais frequentemente os negros e/ou pobres.

Na construção desse investimento, são comuns as rotinas de trabalho extenuantes que levam os pais a se ausentarem de casa por muito tempo, dificultando não somente a maior convivência no lar bem como a aproximação com os filhos, como no caso de um informante cujo pai, por trabalhar de turno, “*não tinha uma vida social. Ele chegava e ia dormir durante o dia. Não tinha esse maior convívio com os filhos*”.

As mães dedicavam-se primordialmente aos afazeres da casa e ao cuidado com os filhos. Como resultado dessa divisão de papéis, a orientação socializadora da mãe parece predominar sobre a do pai, apontando para uma forte presença da matrifocalidade que relega ao cônjuge masculino um papel secundário na inculcação de elementos socializadores nos filhos.

Vale citar que a matrifocalidade é observada não apenas nos casos de ausência masculina (por abandono paterno do lar ou por morte), mas também quando o pai e a mãe vivem juntos. Por exemplo, em nenhum dos casos de

ausência paterna, observou-se a constituição de um novo lar nem a substituição de pais ausentes por outros familiares ou até mesmo a mobilização de não parentes no preenchimento de papéis vazios na família. Em tais situações, o núcleo familiar se manteve permanente sem a figura do pai - diferentemente dos casos masculinos onde houve a constituição de novo núcleo conjugal - e, apesar de todas as dificuldades que se apresentam à chefia feminina do lar, elas conseguem atingir uma meta importante para os chefes de família, que é a de educar e fazê-los estudar. Tal constatação sugere que a presença da mãe é básica para o desenvolvimento do ego e, sobretudo, para a sobrevivência dessas famílias, dando o suporte, apoio ou refúgio, não somente em termos materiais, mas principalmente em termos psicológicos e afetivos, como esclarecem os informantes a seguir,

Minha mãe sempre foi ditadora, sempre foi (...), de estilo, mandona. Na realidade, meu pai sempre cedia aos caprichos dela, apesar de não ser subserviente. Os conselhos dela sempre foram determinantes na vida familiar e isso era com todos os meus irmãos. Ela sempre tentou trazer o pessoal na corda curta. (...), providenciou para que eu viesse morar com uma irmã dela na Massaranduba, para que eu pudesse estudar o ginásio e depois foi ela que me induziu a questão do militarismo. Ela sempre foi ligada a gostar da farda, do uniforme, talvez em razão da disciplina, da organização e da segurança. Tanto, que todo ano no carnaval ela me vestia de marinheiro, com quepe e tudo. (GILVAN)

Minha mãe era analfabeta, mas naquela dificuldade financeira que a gente vivia, ela sempre se virava pra comprar meu material escolar, pra dar o transporte. Tirava da comida, esticava, fazia render o dinheiro pouco para me manter na escola. Eu sempre fui boa aluna, e tinha que ser. Quando minha mãe morreu, meu pai não tinha nenhuma noção das minhas necessidades, você entendeu? Tinha meus cadernos e essas coisas, mas ele nem sabia de onde saía o dinheiro. Era ela quem providenciava tudo. (ANA MEIRE)

As composições familiares, quando comparadas ao atual padrão (pai, mãe e dois filhos), apontam para a predominância de famílias numerosas com oito, nove, dez, até mesmo doze filhos, ainda que a maior incidência (5) recaia em famílias com seis filhos, dando a entender que a despeito de lutarem com muitas dificuldades para dar condições de estudos para todos os membros, as famílias numerosas oferecem relevantes condições para o desenvolvimento de certo grau de cooperação e interdependência entre os filhos.

5.1.1 - A família ampliada

Como família ampliada, denomino o grupo familiar que, além dos elementos formadores da família nuclear (pai, mãe e filhos), inclui outra pessoa, parente ou não, que coabita, temporariamente, ou a longo prazo, na mesma casa. Em oito dos casos estudados, a presença desses “agregados”¹⁷⁹, coabitando na casa, indica a ocorrência da família ampliada.

Os mais jovens são do sexo feminino ou masculino, como os primos e as primas que migraram do interior ou convivem na família por morte ou abandono dos pais. No caso de adultos, são sempre do sexo feminino, como as tias, que davam um grande apoio no lar, nos cuidados com os filhos. Havia também as avós e, dentre os agregados, essas são as figuras que parecem atingir mais marcadamente o processo de socialização na família. Além de se ocuparem das inúmeras tarefas domésticas, a constância de suas presenças no lar e o convívio mais intenso com as crianças possibilitavam o acompanhamento, de perto, das atividades dos netos. Reforçavam o cuidado, o controle e a inculcação de hábitos de higiene, como mostra Dulce, cuja avó, além de cozinhar para todos, também exercia uma fiscalização severa sobre ela e seus onze irmãos, já que ela (a avó) “*não podia ouvir uma tosse e aí vinha: “não ande descalço”, “Não ande com roupa molhada, não bote o pé na água”*”. A avó de uma informante, em um momento de dificuldades da família, tornou-se vendedora ambulante de frutas, solidarizando-se com o grupo familiar, contribuindo para a manutenção da casa, ajudando nas despesas da neta “*nos cadernos, nos livros e no transporte*”. Existiam também as avós “*muito rígidas*”, como as de Alfeu, ou aquelas, como a avó de Humberto, que, além de *rígida*, “*a gente apanhava bastante dela*”.

Chamo a atenção para esse tipo de estrutura familiar, por entender que a presença desses indivíduos proporciona um número de modelos maior do que seria possível na família nuclear, o que, sem dúvida, representa uma alternativa a mais nas influências socializadoras, no âmbito do lar. Além disso, os agregados repartem, com a dona da casa, atividades como as de cozinha,

¹⁷⁹ Os agregados são parentes que, devido a dificuldades financeiras, foram viver no mesmo lar dos informantes.

costura e cuidado com as crianças, ou seja, oferecem um tipo de solidariedade doméstica que, como aponta Fernandes (1965), tem possibilitado a ascensão social das gerações mais novas no interior das famílias negras.

Nos casos estudados, esse tipo de solidariedade se mostrava relevante, pois todas as mães, além da rotina doméstica, exerciam, também, determinadas atividades econômicas. Essas atividades lhes davam certa autonomia financeira e consistiam geralmente em serviços de lavagem de roupa, costureira, doceira, venda de balas, lanches e frutas em quitandas montadas na própria janela da casa, como também alisamento de cabelo, confecção de marmitas e petiscos comercializados na rua por outras crianças pobres do bairro (nunca pelos seus filhos).

Como se pode ver, a socialização familiar dos indivíduos se deu em famílias que, em geral, apresentavam certa estabilidade, e em sua maioria, compostas por um casal e um grande número de filhos. Em alguns casos, registra-se a presença de agregados em função da precariedade da situação destes. O emprego dos pais correspondia a ocupações de baixo prestígio, mas relativamente estáveis, seja como assalariados, funcionários de nível inferior de serviços públicos (prefeitura, correios, militar) ou operários e autônomos em atividades tradicionais, como a construção civil.

Apenas quatro famílias são chefiadas por mulheres. Daí que trata-se de sujeitos que nem são provenientes da mais profunda miséria urbana, tampouco se socializaram “na rua” e entre “seus perigos”. O valor atribuído por seus pais à educação – como um passaporte necessário à ascensão – incentivou e apoiou a permanência de longo prazo na escola para a realização do ciclo completo, possibilitando o ingresso no mercado competitivo em melhores condições, dentro do possível. Dessa maneira, o horizonte profissional dos sujeitos se delineia a partir de projetos eleitos como prioridade para seus membros (sair da pobreza, ascender), elaborando-se um sistema de códigos morais que proporcionam sua adequação aos padrões instituídos pela sociedade.

5.1.2 – A responsabilidade precoce

O termo responsabilidade precoce é aqui utilizado na forma compreendida por Mazzotti (2002), como sinônimo de trabalho infanto-juvenil, mas também se aproxima da noção de trabalho precoce referida por Rocha (2004). A partir dessas duas considerações, utilizo o termo para me referir aos serviços – remunerados ou não – executados cotidianamente pelo jovens até a faixa dos 18 anos, no âmbito doméstico (onde geralmente são vistos como uma forma de “ajuda” quando exercido cotidianamente junto a familiares), ou fora dele, com implicações no lazer e no amadurecimento dos jovens.

Nas camadas pobres da população é comum que as crianças, em especial os meninos, cedo assumam compromissos, começando a trabalhar, e as meninas, antes da puberdade, já tenham deveres como auxiliares do trabalho doméstico ou da vigilância e cuidado com os irmãos menores. A responsabilidade precoce vivenciada pelos sujeitos da pesquisa se configurou na forma de compromissos e obrigações e, quando exercida no ambiente doméstico ou dos pequenos negócios familiares, é geralmente chamada de “ajuda”. Neste sentido, salientam-se as atividades de balconista no pequeno armazém da família, entrega de marmitas e a lavagem de roupas de ganho, dentre outras. Sobre essas atividades não havia um ganho direto e, como relata uma informante, tratava-se de obrigações delegadas e severamente controladas por sua mãe. Acredito que essa era uma das formas em que se inculcia a noção de responsabilidade, mostrava-se a importância da disciplina e promovia-se a consciência do valor e da necessidade do trabalho.

Eu tinha minhas obrigações pra fazer. Hora de entregar marmita, por exemplo. Minha mãe sozinha alimentava cinco filhos com a venda de marmitas e lavando roupas, então era eu quem entregava as marmitas na casa dos fregueses. e, enquanto ela estava lavando, era eu quem tirava as roupas da corda, dobrava, colocava no cesto pra ela depois passar com aqueles ferros enormes e pesados. Depois que eu fui pro pedagógico no ICEIA, eu já não podia mais fazer isso, aí ela passou a contratar meninos que moravam perto pra fazer as entregas de marmita e foi assim que, ao longo da vida, ela sustentou a família. (VANDERLINA)

A despeito dessas obrigações, os informantes, quando jovens, também realizaram serviços remunerados, a exemplo de revenda de produtos de beleza, alisamento de cabelos, e especialmente, a atividade de banca ou

reforço escolar. Esses serviços rendiam pequenos ganhos, geralmente destinados ao custeio de gastos pessoais, notadamente em vestuário, lazer ou material escolar, como também presentes para a mãe e irmãos. São atividades intersticiais, que também podem ser compreendidas como ocupações dos únicos espaços possíveis de atividades remuneradas para negros de condições menos instáveis e, naquele momento, com reduzido grau de instrução.

Em sua maioria, trata-se de atividades autônomas, e vale assinalar que o reforço escolar consta de todos os depoimentos, chamando a atenção o fato de que em nenhum dos casos as rendas auferidas fossem fundamentais para a subsistência do lar, ou seja, não complementavam o orçamento doméstico como os trabalhadores estudados por Agier e Castro (1995), nem a sobrevivência dos sujeitos era afetada pela ausência desses rendimentos. Submetidas ao crivo familiar, essas atividades constituíam, também, oportunidades de orientação para a prudência nos gastos. Os depoimentos de Josemilda e Geraldo reafirmam essas colocações:

Eu comecei a trabalhar cedo, aos 13 anos, mas sem abrir mão de poder estudar em realidade. Foi quando o meu pai deixou a casa. Eu fazia reforço escolar em casa e lá nós não tínhamos uma cadeira sequer, então eu montava os bancos dos meus alunos, utilizando alguns tijolos e uma tábua. Aí eu montava quantos bancos eu precisava fazer pra receber meus alunos. E assim alfabetizei muita gente e podia comprar minhas coisinhas. (JOSEMILDA)

Já aos catorze anos de idade, todos nós éramos encaminhados ao trabalho; assim, eu comecei a trabalhar na Secretária de Educação do Estado, como mensageiro. Trabalhava num turno e estudava no outro turno. Eu fiz a faculdade estudando à noite e, durante esse período, eu diria assim, que eu recebia um dinheirinho muito pouco. Era alguma coisa que dava para uma merenda, alguma coisa assim. Mas eu não poderia me sentir àquela altura independente, pois carecia para minha sobrevivência da renda de meus pais assim num percentual de 80% ou mais. Ah, sim! Durante o meu curso na faculdade e mesmo ainda no curso médio, eu costumava completar o dinheirinho do mês dando bancas particulares, eu me recordo (...) que ia dar uma banca para três jovens da minha idade, na Boca do Rio. Atravessava toda a cidade praticamente, para dar essa banca na expectativa de ganhar um dinheirinho. (GERALDO)

Deles os pais não esperavam e nem desejavam que se responsabilizassem com os gastos da casa. Assim, o não comprometimento com a sobrevivência física é o aspecto que marca essas obrigações e mantém relações com outros aspectos de suas condições de vida. Quando não

interferiam na rotina escolar, essas atividades eram estimuladas pelos pais, talvez por se tratar de uma forma de socialização que não se opunha à escola, todavia a complementava. Sua ocorrência parece associar-se à função da família na preparação dos filhos para o futuro, procurando desenvolver, desde cedo, a interiorização de exigências e de ideais do mundo do trabalho, como as noções de responsabilidade, disciplina, cordialidade e de zelo no exercício profissional, certamente exercendo uma forma de pressão na construção do desejo de “chegar lá”, conforme se depreende da fala abaixo:

Minha mãe lia pouco e mal sabia assinar o nome, já meu pai sabia ler. Ele aprendeu sozinho. Minha mãe incentivava a gente a sempre não ficar parado, e aí eu comecei a trabalhar com quatorze anos: eu espichava cabelo, vendia AVON, fazia reforço escolar, essas coisas que a gente faz sempre pra ajudar no transporte, na escola etc. Dei muita banca, sempre fiz alguma coisa, nunca fiquei completamente parada. Mas, aí meu pai sempre dizia vocês têm que estudar, esse incentivo eles sempre deram, estudar era assim fundamental pra ser alguém na vida, o fato de ter pessoas na família que estudaram pouco não dava um limite, eles achavam sempre que se você estudasse além do que eles estudaram já era um crescimento, mas tinha o incentivo pra que a gente estudasse mais, sempre teve. (DINORAH)

Presumo que essas atividades funcionassem também como recurso de controle e proteção dos pais sobre os filhos, no sentido de evitar o confinamento domiciliar ou a “ociosidade” nos exíguos espaços “onde nada se aprende”, como também de protegê-los do “perigo das ruas”, onde se aprende o que não se deve. Vale lembrar que a quase totalidade das famílias pobres dos grandes centros mora em casas pequenas de bairros de periferia urbana, sujeitos à frequente violência da polícia e ao efeito desagregador de comportamentos desviantes que exercem forte atração nos jovens, como a tentação representada, hoje, pelos ganhos auferidos no tráfico de drogas. O pouco tempo dedicado ao lazer e às amizades revela o sentimento de que a responsabilidade precoce, nos termos aqui definidos, parece ter conduzido ao que se costuma chamar de “perda da infância” ou de “parte da vida”, já que, para alguns desses jovens, há uma continuidade entre escola e trabalho. Isso pode ser observado em relatos, como os que seguem:

Eu sentia nossa necessidade, nossa dificuldade e aí eu já fui criando essa responsabilidade de me dedicar, de correr atrás dos projetos. Na época, enquanto meus irmãos iam jogar bola, eu estava preocupado

com os afazeres de casa, com o estudo e minha mãe comentava isso na frente dos outros. Eles aproveitaram um pouco mais a juventude. Eu não sabia tanto soltar pipa quanto eles faziam. Eu ficava tomando conta da casa, pra ajudar mais um pouco minha mãe na costura. Ela costurava e a gente colocava botão na roupa, fazia casa. Eu e meus irmãos, a gente ajudava, fazia os deveres de casa enquanto ela costurava até de madrugada (...). (HUMBERTO)

Minha infância era sair da escola e entrar no armazém de meu pai pra ajudar. Eu ficava o tempo inteiro lá ajudando. Meu pai sempre botava na cabeça da gente que tinha que ajudar. Minha mãe também mostrava que a gente tinha que estudar. Desde pequeno, eu estava acostumado a ver meu pai trabalhando dentro do balcão. Eu fazia os pacotinhos das coisas, atendendo aos fregueses. Sábado era dia de feira ainda. Domingo, era o único dia que eu tinha pro lazer. Aí eu ia jogar bola num campinho que tinha na frente, mas eu nunca fui muito bom nisso. (GILVAN)

Nas falas anteriores pode-se observar um conjunto de situações na vida da família que parece influenciar o comportamento dos sujeitos no que tange a uma maior dedicação à escola: o fato de ter sido identificado como um menino que se dedicava aos estudos, as pressões exercidas pela mãe para que não deixasse de estudar, a orientação do pai indicando que a atividade era uma “ajuda”, tudo isso parece implicar para os sujeitos uma grande carga de responsabilidade, pois todas as esperanças de promover a ascensão familiar terminavam pesando em seus ombros. Com isso, a escola termina se constituindo no espaço em que eles vão desenvolver uma luta pela apropriação do capital cultural que irá orientar as estratégias subsequentes de ascensão social.

Essas circunstâncias certamente impediam que eles se tornassem populares, cercado de amigos, como seus irmãos e como são em geral os alunos muitos estudiosos. Adotam um comportamento mais caseiro que pode também significar o reflexo de uma estratégia para preservar-se de certos comentários desagradáveis. É interessante mencionar que a mãe aparece, invariavelmente, em vários momentos das histórias, procurando amenizar o isolamento ao qual esses jovens se impunham.

5.1.3 - Família como cápsula protetora - Proteção familiar

É interessante notar que os pais e mães são sempre referidos a partir de termos como “*rígido*”, “*rigoroso*”, “*controlador*”, dentre outros, que deixam antever pais preocupados em garantir a obediência aos padrões de respeitabilidade e em infundir, desde cedo, uma “postura puritana”, o comportamento “ordeiro” e o estímulo para o estudo. Através de pequenas advertências, eles reclamavam uma imagem de recato, de asseio e limpeza, especialmente nos confrontos com pessoas brancas. Tais colocações apontam para uma forma de educação racial cujos elementos socializadores incentivam atitudes acomodadoras de submissão e conformismo, o que me pareceu constituir uma estratégia familiar para prevenir ou até mesmo fornecer referências para suavizar possíveis problemas nas relações raciais.

Certamente, baseada em experiências anteriores dos pais, tal estratégia corresponde às ponderações de Goffman (1988) ao referir-se à capacidade da família e, em menor grau, da vizinhança local em se colocarem como uma cápsula protetora para seu jovem membro. Dentro de tal cápsula, a criança, passível de estigmatização, seria cuidadosamente protegida pelo controle de informações de modo a retardar, pelo maior tempo possível, o “momento crítico” em que o círculo doméstico não pode mais protegê-la e esta se submeterá às decepções e choques.

A pesquisa de Barbosa (1987) investiga a maneira pela qual as famílias negras preparam suas crianças, quando observa a existência de mecanismos especiais utilizados para enfrentar situações adversas nas relações com pessoas brancas. Em suas análises, a presença da “cápsula protetora” surge como um dado recorrente, como uma tentativa dessas famílias para retardar ao máximo o aparecimento dos dissabores causados por problemas raciais. Para essa autora, a consciência da inferioridade sócio-racial e a previsão de prováveis dificuldades para os filhos, em decorrência desses atributos, fazem com que nessas famílias haja um recorrente estímulo para a adoção de atitudes acomodadoras de conformismo, “para evitar conflitos”, ampliando, a meu ver, o rol de dificuldades para uma identificação positiva com seu pertencimento racial.

Tinha aquelas coisas assim: “*não entre em confronto, não faça barulho, fique na sua. Não perca de vista o seu objetivo, pois assim ninguém vai mexer com você*”. Era isso que ela (a mãe) me passava e acho que em vista disso eu era muito contida, até que um dia eu vi que não era bem assim. (ANA MEIRE)

O que eu aprendi a vida toda, em casa, foi aquela coisa de “*o negro não pode fazer isso, o negro não é aquilo, o negro não pode sonhar, não tem direitos, ele não é nada*”. Eu fui desconstruindo todos esses tabus no dia-a-dia. Na prática, eu fui aprendendo que não era assim, não era verdadeiro. Foi a partir daí que eu pude me acreditar e olhar no horizonte um pouco mais distante. (VANDERLINA)

São reveladores os depoimentos acima no que se refere à tomada de uma nova consciência racial. Neste sentido, entendo que, enquanto os pais negros mantêm os filhos numa espécie de casulo, protegendo-os para que não enfrentem o problema do preconceito racial, isso não ajuda na tomada de consciência. Compartilho da idéia de que, para a consciência emergir, é necessário que haja conflito. Não existe processo de construção de identidade fora desse conflito, pois como afirma Barbosa (1987: 90), é nos momentos de embate que as pessoas vão estabelecendo a diferença entre "nós" e "eles", entre o "eu" e os "outros".

No ajustamento dos filhos aos padrões da sociedade ampla, o estrato superior, o padrão de família de classe média brasileira (ou seja, a imagem que se tem dela) é sempre tomado como “grupo de referência normativo”, seja pelos seus sistemas de valores, seja pelos padrões de comportamento e moralidade, mas também por suas aspirações.

Assim, como resposta à “situação somática”, alguns pais adotam como estratégia enfatizar o rigor minucioso de sua conformidade cultural com o grupo dominante, o que não deixa de ser um padrão condizente com a imagem de “família direita” que procuravam manter. Um dos informantes relata que sua mãe costumava repetir : “*Se a gente não pode estar com quem é melhor que a gente, a gente não deve andar com quem é pior*”, apontando uma das formas pelas quais certos valores negativos associados à condição sócio-racial vão sendo interiorizados.

No depoimento a seguir, essa informante demonstra que tal comportamento foi acionado na obediência a normas dominantes sobre o vestuário, a aparência externa e símbolos materiais associados às camadas superiores.

Éramos 10 filhos e cada qual tinha sua roupinha pra brincar o dia todo. À tardinha a gente, lá pelas 4 ou 5 horas, a gente tomava banho e mudava outra roupa. De noite, vestia o pijaminha, né? A camisolinha, flanelinha, aquelas coisinhas bem leves. Dia de domingo não era a mesma roupa da semana e se tivesse aniversário do amiguinho, já tinha outra roupinha melhor. Então, pra cada lugar, a gente tinha uma maneira de se apresentar e eu me acostumei com isso. Aprendi com ela (a mãe) que tinha que ser assim pois ela levava isso a sério e assim, a gente aprendeu a não misturar as roupas. ... (JUDITE)

5.1.4 - A tomada de consciência racial

O que se observa nas relações que se dão nos espaços de convivência familiar, não vem ao encontro da potencialização do enegrecimento que, de certa forma, está intimamente ligado ao reconhecimento e valorização das diferenças étnico-culturais, dificultando para esses jovens a busca de identidade baseada na negritude, já que vivemos numa sociedade em que a identidade branca é julgada superior.

Isso se evidencia uma vez que, para grande parte deles, a tomada da consciência racial só se dá na fase adulta, o que não deixa de ser traumático. Deparar-se com a sutileza e crueldade do racismo nunca é algo fácil, podendo resvalar para sentimentos de angústia, depressão, estranhamento e solidão. Como mostra a informante a seguir, a crua experiência do preconceito foi marcante quando ela já estava concluindo a universidade, fazendo-a mudar de postura diante da questão racial, até então nunca questionada, e até mesmo negada.

Olha, na verdade, se eu fizer a minha linha da vida do tempo, eu adquiri consciência racial mesmo em 1980, quando eu já tinha uns vinte e cinco anos. Eu já devia estar no final da faculdade e namorava um alemão com que vivi uma situação de racismo que me deixou traumatizada (...) Uma coisa básica, simples, mas que me mostrou que eu era diferente. Naquela época, havia aquele mito da mulata com um gringo, que até hoje é forte. Não era comum um gringo que arranja uma crioula. E nós tínhamos uma relação boa. Eu tinha o meu trabalho, estudava, ia pra a casa dele no fim de semana. Ele era uma pessoa super-legal e mais velho de que eu. Estávamos fazendo feira e aí eu ouvi um feirante dizer assim: "isso é só português que gosta" (...). Um comentário assim (...) grosseiro e que me

deixou deprimida. Eu nem tive ação para responder ao feirante, nem coragem de contar ao meu namorado. Isso me incomodou e eu nunca esqueço. Aí, na sequência, ele voltou pra a Alemanha, eu fiquei sozinha e foi aí que me aproximei de um pessoal na escola que estava discutindo a questão racial e passei a me integrar. (ANA MEIRE)

Quando Ana Meire remete a coisas que nunca quis discutir, sua fala reproduz o fato de que nem todos os negros se veem como tal, mesmo que fenotipicamente isto seja visível para outros. Somente após ser alvo de zombaria e comentários depreciativos por seu relacionamento com um homem estrangeiro é que ela passou a refletir sobre as razões que a haviam levado a sempre se relacionar com pessoas brancas, como também o fato de ter vergonha da mãe, do bairro e até mesmo nunca ter valorizado devidamente o lado negro da sua mãe, que tinha um terreiro de candomblé.

Fenotipicamente, ela é identificável por qualquer pessoa como negra, então não foi por mero acaso que, fragilizada, e sem espaço para poder compartilhar as vicissitudes de suas experiências, passou a se relacionar mais aproximadamente com negros e a conversar sobre coisas que nunca quis discutir. Ela iniciava, então, um processo de militância e de contestação de “valores brancos”, caminhando na direção de uma luta antirracista que a aproxima de um grupo de militância negra.

Em seu depoimento, a consciência do “pertencimento” torna-se fruto da experiência compartilhada na participação nesse grupo, mas também por alguma interlocução com a literatura acerca da temática. Entendo que não se esgotam aí as situações em que essa noção de pertencimento se forje, e não podemos deixar de relevar, no presente, a tomada de consciência da posição individual/coletiva que esses indivíduos ocupam na sociedade, tampouco a importância das orientações do meio familiar.

“A descoberta de ser negro é mais que uma constatação do óbvio”, assim se refere Souza (1990), ao discutir o custo emocional da negação da identidade negra (negação do corpo e da cultura) para seguir o modelo branco. É uma experiência em que, como mostrou a informante, se vai desvelando o preconceito e a discriminação ignorados no cotidiano de vida e profissão. Para essa autora, a constatação do ser negro(a) não passa só pela questão da cor: *“Saber-se negro é viver a experiência de ter sido massacrado em sua*

identidade, confundido em suas perspectivas, submetido a exigências, compelido a expectativas alienadas. Mas é também a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades".¹⁸⁰

Com efeito, a complexidade desses processos identitários nos faz perceber a não linearidade nesta construção, onde presente, passado e futuro não são considerados tempos-espacos estanques, mas se atravessam, resignificando o agora, momento da narrativa. Neste sentido, alguns depoimentos deixam perceber o quanto a ideologia do branqueamento impregna o cotidiano de nossa sociedade, fazendo parte da experiência dos informantes, inclusive, através da orientação familiar, onde reproduz-se uma visão negativa e desvalorizada do ser negro, extensiva aos elementos de sua cultura, a exemplo dos "espaços negros" como as religiões afro-brasileiras.

5.1.5 - A questão da religiosidade

Sobre esse aspecto, poderia se dizer que os sujeitos desenvolvem um tipo de negritude diferente da tradicional identidade afro-baiana, geralmente centrada no candomblé.

É preciso enfatizar que a religião não me pareceu um elemento preponderante para a constituição do *ethos* cultural dos informantes, pois em nenhum momento da entrevista percebi uma maior ênfase na importância da religião, no sentido de orientar a conduta desses indivíduos.

Em sua grande maioria, eles se dizem católicos (mas não praticantes), sugerindo que têm como pressupostos que o catolicismo é a opção mais adequada e apropriada - mesmo aqueles que, em suas vivências, já tiveram outras experiências religiosas, como o candomblé ou a umbanda, por exemplo. Presumo ainda que, em tal autoatribuição, esteja presente o fato de ser o catolicismo uma religião que exige menos cobrança de seus adeptos em relação a outras religiões.

¹⁸⁰ Santos (1990: 17).

O Brasil é um país de tradição católica e, certamente, pela socialização que a maioria teve na Igreja Católica, a religião dominante revela-se uma opção mais positiva para uma auto-atribuição sob o ponto de vista de facilitar a aceitação social.

No tocante às religiões afrobrasileiras, todos os informantes declaram que a “respeitam”, sugerindo uma base de consideração de viés negativo presumivelmente relacionando-as aos mitos e ideologias que cercam o universo da negritude no país.

Contudo, percebe-se que essa espécie de negação dos cultos afrobrasileiros não significa propriamente negar as origens, mas uma estratégia desenvolvida ao longo da vida para ter maiores oportunidades de sobrevivência. Nessa lógica, seriam motivados pelo fato de que, enfatizando o catolicismo, teriam maiores facilidades de serem aceitos socialmente, uma vez que as religiões afrobrasileiras ainda são consideradas práticas de segunda categoria, por serem eminentemente de origem negra.

Nos discursos, as experiências pessoais relacionadas a tais religiões são referidas a partir de narrativas que parecem evocar a negação do vivido ou a caracterização de práticas religiosas de origem pagã, com a qual têm relação distanciada, frouxa. Em geral, as relações mais fortes com essas religiões são atribuídas a parentes (tios, tias e avós), mas efetuando as “necessárias ressalvas”, que enfatizam o “pouco contato” dos sujeitos e dos membros do seu grupo familiar com esses parentes envolvidos com a “questão do candomblé”, ou com essa “coisa da religião”, como mostram os depoimentos a seguir.

Minha avó era muito católica, mas tinha o Oxossi dela e o São Cosme e Damião para quem ela fazia caruru no 27 de setembro. Ela casou no dia de São Cosme, teve três filhos homens, então a veneração dela por São Cosme era uma coisa incrível; principalmente depois de um problema familiar com a filha que teve uma doença grave. Aí minha avó passou a ter uma ligação maior com a questão do Candomblé mas, também nunca fez seita. Minha avó fazia tudo que você imaginasse pra ver tia Elza se recuperada, mas como não teve jeito, aí ela abandonou o Candomblé. Na família de meu pai tinha meu tio Eraldo que foi morar no Rio de Janeiro e se tornou um guia espiritual, com muitos adeptos. Eu não conheci o lugar que ele tinha, mas sabia que ele era um Pai de Santo muito respeitado no Rio. A gente teve pouco contato e só veio a se conhecer agora há pouco tempo, antes de ele morrer. Tem também a tia Helena, a irmã mais velha do meu pai, que era muito envolvida com as coisas do Candomblé. Ela não casou e se dedicou muito a essa coisa da

religião dela. Vivia lá com o povo do Candomblé e se afastou da gente. Nós éramos católicos mas, quando meu pai morreu, a gente já estava adulta, a minha mãe se tornou Testemunha de Jeová. (MARIA ANISIA)

Todos nós fomos criados como católicos. Agora, em relação ao candomblé, tinha uma tia minha, por parte de pai, que era ligada ao candomblé. (GILVAN)

Meus pais sempre eram católicos, mas não eram católicos fervorosos. (...) Sempre nós tivemos muito respeito pelo candomblé, aliás, eu tinha uma tia que era mãe de santo, com filhas de santo e tudo. A nossa casa era perto do terreiro de candomblé dela, mas a gente não frequentava porque meus pais não deixavam. O candomblé era tido como uma seita do mal, então eu morria de medo. Eu tinha medo, mas era medo mesmo, não sei de onde veio,. (DINORAH)

Quando a relação com tais religiões é referida diretamente ao núcleo de origem, os informantes sempre tendem a enfatizar o mínimo envolvimento ou o mostram sob a forma de breve e episódica passagem e, mesmo assim, pela umbanda ou espiritismo, para atender a uma necessidade mais imediata, como revelam esses trechos de relatos:

Meus pais eram católicos, se bem que meu pai era muito mais do que minha mãe. Ela se aproximava um pouquinho do espiritismo, embora, não professasse assim com tanto empenho. Era uma coisa assim escondida. (GERALDO)

Quando eu era criança, frequentava sessões umbandistas, com a minha mãe, pois a gente passava por alguns problemas. Por parte de pai, não tinha isso não, meu pai era católico mesmo. Aí depois, quando eu fui crescendo, eu cheguei a frequentar o espiritismo, mas hoje eu sou evangélico. (HUMBERTO)

Eu fui influenciado por duas religiões: a Católica e a Umbanda. A Católica, quando eu era criança no interior. Eu era muito católico. Quando migramos do interior para Salvador, a dificuldade era muito grande, então como tinha um terreiro do lado lá de casa, eu frequentava com minha mãe. Éramos os dois, os arrimos da família e a gente ia lá pra tentar ajuda dos céus, dos tambores pra melhorar a vida da gente. A gente ia uma vez na semana, como uma obrigação, ficava assistindo, recebíamos "passes" pra poder limpar, descarregar e assim eu fui influenciado tanto pelo Catolicismo, como pela Umbanda. Eu nunca mais fui a Umbanda, mas tenho muito respeito. (RENATO)

Evidencia-se, em todos os casos, uma preocupação em explicar a pouca aproximação e enfatizar a frouxa relação de pertencimento do núcleo familiar às religiões afrobrasileiras. Outras religiões são evocadas sem que, contudo, se ofereça qualquer justificativa ou explicação sobre tais relações de

pertencimento dos sujeitos ou de suas famílias de origem. Por exemplo, se eram católicos praticantes ou simplesmente católicos, se iam com frequência aos cultos ou se havia participação em atividades da igreja e serviços comunitários.

Sempre fomos católicos e, naquela época, não havia aproximação com candomblé, umbanda, nada. Minha mãe não achava errado, não criticava ninguém que ia, mas ela nunca ia, ela não abominava o candomblé, mas não lembro de vê-la frequentando, acendendo uma vela (...). (VANDERLINA)

A minha família, desde o meu avô, sempre esteve envolvida com a igreja presbiteriana. Éramos os “negros da igreja” presbiteriana. A minha família sempre participou do existir dessa igreja na Bahia, então não tive aproximação maior com o candomblé. (NORMA)

No único caso em que se explicitou uma maior aproximação do núcleo familiar com uma religião afrobrasileira, a mãe da informante aderiu ao Candomblé quando ela já estava cursando o 2º grau. Isto lhe causava profundo constrangimento e vergonha, certamente em razão das referências negativas que, ao longo da sua vida, acumulou em relação às manifestações do culto afrobrasileiro, ligando-o a superstições, feitiçaria e ignorância.

Minha mãe era muito popular e na comunidade tinha uma boa convivência com vizinhos. Ela era uma referência no bairro, pelo menos enquanto viva. Depois de alguns anos, minha mãe aderiu ao candomblé e teve um terreiro dentro de casa. Eu tinha a maior vergonha. Quando ela morreu, foi dentro do terreiro, o santo subiu, ela ficou e aí tudo acabou. Nessa época, eu não entendia muito, mas eu tinha vergonha, porque eu já estudava, num outro bairro melhorzinho e tudo mais. Essa coisa da religião era estigmatizada como macumba e não sei o quê. E também, a partir do ginásio, você começa a aprender sobre ciência, geografia e como é que é o sistema solar e aquela noção de mundo da religião parecia farsa a questão dos orixás e da religiosidade africana. Para mim, eu tinha certo descrédito, apesar de acreditar em minha mãe, de presenciar fatos das pessoas que vinham, que procuravam ela, que ficavam satisfeitas e voltavam, mas na minha cabecinha não combinava, Candomblé, Umbanda era um outro mundo. Eu não queria nem saber disso e só vim retomar afetivamente e respeitosamente, depois de adulta. (ANA MEIRE)

5.1.6 – A abordagem da questão racial no lar de origem

As observações referentes à abordagem da questão racial no ambiente doméstico dos informantes dão conta de que esta nunca era diretamente colocada e, na medida do possível, era evitada, indicando haver pouca abertura dos pais para abordarem essa questão. O mais comum entre os entrevistados era relatar que pouco ou nunca se tocava nesse assunto, certamente em função de uma ilusória tentativa de evitar o sofrimento de falar sobre a própria condição de inferioridade.

A abordagem efetuava-se sempre de modo subliminar, ou seja, nas entrelinhas, e sempre a partir de orientações que sugerem a busca de compensação para os “defeitos da cor”, transparecendo em exigências quanto ao esmero na aparência: *“tem que estar sempre limpa, bem apresentada, cabelo trançado, blusa engomada pra não dar o gosto de ninguém falar”*, *“você já é negra e ainda quer se apresentar de qualquer forma?”*, mas também, quanto ao rigor e exemplaridade da conduta, *“você tem que saber se conduzir, não deve deixar rastros negativos, pois o único patrimônio do negro é a honra”*, *“você tem que ser direito, tem que ter vergonha, ser honesto”*. Um dos entrevistados destaca os conselhos do tio advertindo-o para tomar *“cuidado para não ser aquele que não borra na entrada e vai borrar na saída”*. O depoimento de Balbina sintetiza o conteúdo de vários outros relatos:

Não existia, assim, um discurso claro. Era tudo nas entrelinhas. As orientações funcionavam dessa maneira, por exemplo, “que nós tínhamos que ser negros respeitados”, Meu pai dizia que negro, pra ser alguma coisa na vida, tinha que estudar. E minha mãe tinha a preocupação de que a gente fosse pra escola, todo mundo bem arrumado. (BALBINA)

Como se pode perceber na fala da informante, a cor aparece como um elemento a mais para lidar no contexto da família de negros. Os discursos dos pais e até mesmo dos entes mais próximos funcionam como um recurso de antecipação de entraves que os filhos, devido à cor, podem encontrar “fora de casa”, mas também como uma espécie de preparação para enfrentar, com menores dissabores, a competição com os brancos. O incentivo familiar e o alerta para as dificuldades que vão encontrar são aspectos salientados nas falas dos entrevistados e compõem sob a forma de pressão para uma maior

aplicação nos estudos, - *“o negro pra ser alguém na vida tem que estudar”* - ou através da exigência de um modelo de comportamento puritano, baseado em regras tais como: *“você mostra muito os dentes”, “não precisa rir tanto”, “não use vermelho”, “se trabalhar duas vezes mais que os outros, você consegue alguma coisa”. “não entre em confronto”, “não faça barulho, fique na sua”, “Cuidado onde e com quem você anda”.*

Tais constatações põem em evidência a complexidade do processo de construção de uma identidade positivamente referida para os negros em ascensão social, considerando que, historicamente, no Brasil, a imagem que se associa ao termo negro é, na maioria das vezes, de desvalorizado, estigmatizado e sujeito a toda ordem de preconceitos.

A construção da identidade é um lugar de lutas e conflitos, de encontros e desencontros, de negação e de afirmação, como mostra a história de Dinorah, dando conta do que se costuma chamar de *“negritude tardia”*, assumindo mais recentemente e autorreferenciando-se como negra. Embora fenotipicamente qualquer pessoa assim a possa identificar, ela declara que durante toda a sua juventude conviveu com a dificuldade e o desconforto de autodenominar-se como *“negra”*, - pois, *“antigamente era inferiorizante”* admitir-se nessa referência, remetendo-a a autodefinir-se como *parda*, em todas as situações em que era preciso nomear a sua cor.

O conflito racial vivenciado pela informante tem origem no mito da democracia racial, sugerindo uma atitude de fuga da realidade discriminatória. Sob tal atitude, o indivíduo escamoteia sua identidade racial, na tentativa de se aproximar do tipo ideal, valorizado e aceito socialmente, ou seja, o tipo branco, representante da superioridade racial da nossa sociedade.

Os estudos de Mattos *apud* Muller (2008) revelam que, já no período colonial brasileiro, a designação da *“cor”* da pele não informava apenas matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem. Definia também lugares sociais, nos quais etnia e condição social estavam indissociavelmente ligadas, como revelado no caso das certidões de nascimento da época, onde verificou-se existir uma forte correspondência entre a posição social dos pais e a *“cor”* com que a criança era registrada, ou seja: Filho de doutores, quando preenchida a rubrica *“cor”*, eram sempre brancos.

Não se pode esquecer que, até o início dos anos 50, a discriminação em empregos era prática corrente. Os pais dos informantes e estes, na infância, vivenciaram um período em que geralmente, nos anúncios procurando empregados, se publicavam a explícita advertência “*não se aceitam pessoas de cor*”, ou o seu epíteto mais sofisticado, “*pessoas de boa aparência*”, bastante utilizado após a Lei Afonso Arinos de 1951, que proibia a discriminação racial.

Nesta perspectiva, não deve causar espanto a constatação de Moura, com base no recenseamento de 1980, quando identificou um total de cento e trinta e seis nuances de cor, usadas pelos brasileiros para se autoidentificar.¹⁸¹

Uma informante salienta que sua tia fazia sempre questão de insistir que ela “*tinha que namorar com um branco pra clarear a família*”, numa clara alusão à ideologia do branqueamento, que preconiza a transformação física do negro como forma de escapar do confinamento de sua cor e aumentar as possibilidades de ascensão social.

Não me recordo de a gente ter sofrido alguma coisa por ser negro. Ter que sentar pra discutir esse problema em casa, nunca sentamos não. Como minha mãe, era mais pra branca,- você sabe que mulato não gosta de preto, não é? – ela tinha, às vezes, algumas restriçõezinhas, né? (...) Aqueles comentários do tipo: “não gosto de preto”. Aquelas coisas assim, né? Aquela coisa toda de dizer que não queria que a gente namorasse com ninguém da rua. (JUDITE)

Nesse ponto, cabe registrar que, ao pesquisar a maneira pela qual os filhos de pares inter-raciais são socializados, Brito (2002: 185) observou que seus pais evitavam abordar questões dessa natureza, sugerindo um tipo de socialização cuja prática não ajudava os filhos a enfrentarem tais situações, quando nelas estivessem inseridos. Além disso, esses pais negavam que seus filhos tivessem sido alvo de preconceito racial, apesar de reconhecerem que a sociedade brasileira é racista.

No presente estudo, confirmam-se as observações de Brito (2003) no tocante à evitação da abordagem da questão racial por casais mistos, como revela um dos informantes, filho de pai negro e mãe branca. Em outra passagem ele comenta que sua mãe lhe inculcava que ele tinha “*traços finos*”,

¹⁸¹ Moura, (1988: 63).

diferentemente dos “outros” que, embora da mesma cor do informante, tinham uma característica especial, ou seja: não eram “de qualidade”.

Ele relata que em sua infância e adolescência nunca tinha conversado diretamente sobre essas questões em sua casa, da mesma forma que nunca havia pensado na possibilidade de ser negro, ou de ser discriminado. Tais observações tornam-se relevantes na medida em que podem nos ajudar a perceber a complexidade das relações raciais na sociedade brasileira e como esta se reflete no interior das vivências familiares, nos contatos com a vizinhança, como também no cotidiano escolar em que essas pessoas se socializam.

Importantes avanços políticos nos últimos anos, derivados notadamente da persistente ação do Movimento Negro e de iniciativas como a implementação de políticas de ações afirmativas do governo, possibilitaram mudanças significativas para a afirmação da identidade negra.

5.1.7 - A educação e o projeto familiar de ascensão: a importância do estudo

A grande importância atribuída pelas famílias à educação escolar salienta-se em todos os depoimentos, evidenciando que o estudo tinha prioridade entre as atividades dos filhos, expressando uma crença segundo a qual a escola cria e garante oportunidades de mobilidade social, como se pode deduzir da fala de uma informante, ao referir-se a uma orientação paterna na qual *“tinha um ditado que ele sempre repetia: a rocha forte é o estudo. É aquilo que a gente consegue com um diploma aqui debaixo do braço”*.

Essa importância atribuída ao estudo conduz a orientação familiar a não medir esforços, para a educação, fazendo os filhos estudarem e lhes dando as oportunidades que não tiveram. Assim, os sujeitos permanecem por um prazo mais longo na escola. Realizam o ciclo completo que os possibilita ingressar no mercado competitivo do trabalho, em melhores condições, ainda que as dificuldades econômicas nem sempre permitam que todos os filhos tenham as mesmas oportunidades de estudo, conforme os relatos abaixo:

Meu pai era muito duro, pelas próprias condições da vida, mas isto nos deu certa disciplina e responsabilidade, pelo menos para os dois filhos mais velhos, que ele teve a oportunidade de trabalhar mais e mostrar que queria dar uma vida diferente. Pela própria contingência da vida, pela sobrevivência, já não pode dar uma assistência muito grande, aos outros cinco. (...). Em termos profissionais, a figura que mais se destacou fui eu. Eu fui mais privilegiado. Fui, com certeza. (...) O pessoal teve mais tempo também de investir em mim. Com os outros irmãos, já as necessidades da vida não permitiram. Eu levava uma vantagem muito grande em relação aos outros. Eu cheguei a estudar num colégio particular. (ALFEU)

Olha, eu acho que eu tive mais chance do que os meus irmãos de estudar. Tive mais chance sim. Eu peguei uma situação que meu pai podia me manter aqui em Salvador e eles ficaram lá em Maracangalha, no interior. Eu tive oportunidade de estudar aqui, né?. Lá, não havia ginásio e eles queriam que a gente estudasse pra ter uma vida melhor. Só havia naquela época o curso primário e quem quisesse avançar tinha que ir pra São Sebastião do Passe, Candeias ou Salvador, estudar num ginásio municipal. Eu tive a chance de vir pra Salvador custeado. Meu pai lá mandando minha despesa pra cá e eu na casa de minha tia. Os outros não tiveram essa chance. Minha irmã mais velha foi estudar na casa de uma pessoa amiga de meu pai em São Sebastião do Passe. Essa é a diferença. Os outros estudaram lá em Maracangalha.. (GILVAN).

Os relatos destacam um aspecto importante das trajetórias dessas pessoas. Em suas falas, elas ressaltam a consciência de ter havido uma maior concentração dos investimentos simbólicos e financeiros do grupo familiar na educação delas, em comparação com a chance oferecida aos demais membros do grupo. Dão a entender que tais trajetórias não ocorrem por acaso e sim como resultado de um plano previamente elaborado. Nas histórias de vida, sobressai o esforço dos pais para que seus filhos pudessem estudar, evidenciando que a ascensão social era uma prioridade nos propósitos dessas famílias e que a educação era uma estratégia importante na consecução desse intento.

Neste ponto, retomo o conceito de projeto, que considero fértil para lidar com casos como os que são tratados nesta pesquisa. Como Velho¹⁸², beneficiei-me das obras de diversos autores, mas a influência principal vem de A. Schultz¹⁸³, que define projeto como “*a conduta organizada para atingir finalidades específicas*”, sendo assim, trata-se de uma série de procedimentos organizados para alcançar certos objetivos, tendo como base os aspectos

¹⁸² Velho (2003: 40).

¹⁸³ Schultz (1970: 42).

conscientes, ou seja, um plano que é concatenado antecipadamente e que pode incluir a mudança de bairro, uma viagem ao exterior, ou a seleção das amizades.

A noção de projeto pode ajudar a entender a experiência de ascensão vivenciada por esses sujeitos, considerando-se que a existência de um projeto pensado no âmbito familiar, de sair da pobreza, ou de ter no seu meio alguém de “boa educação”, dá sentido e estabelece compromissos como também reciprocidades entre os atores.

O projeto existe no mundo da intersubjetividade, sendo instrumento básico de negociação da realidade com outros indivíduos, atuando fundamentalmente como meio de comunicação, articulando interesses, objetivos, sentimentos e aspirações para o mundo. É esse projeto coletivo que estimula, no limite das possibilidades, a mobilização de recursos familiares – em seus aspectos, material e simbólico – em prol de sua concretização. Não podemos esquecer que, no Brasil, muitas crianças pobres têm a oportunidade de ingressar na escola, mas cedo se afastam por determinação de ordem econômica e social, porque, naquele mês ou período, houve uma queda na renda da família, que tem que economizar, poupando o dinheiro do uniforme, do material escolar e do transporte.

É conveniente, aqui, lembrar Bourdieu (1997), quando ele adverte que as relações de força no interior da família têm como uma de suas características o sentido de adesão individual ao “projeto” familiar, que garante a sobrevivência do grupo e de cada um de seus membros. Neste sentido, o que orientaria as práticas sociais destes últimos seria a relação entre as expectativas dos pais (em geral calcadas em seus próprios desejos não realizados de ascensão social) e o campo de possibilidades, ou seja, as condições objetivas no espaço social, que permitem a realização do projeto pelos seus agentes. Sob tal perspectiva, as frações de classe que tiveram algum tipo de proximidade com instâncias mais ricas de capital cultural estariam propensas a não medir esforços na educação dos filhos e, conseqüentemente, ao aumento do capital cultural familiar.

Nos casos estudados, percebe-se claramente a existência de projetos familiares, no sentido de sair da pobreza, ou de ter alguém de “boa educação” e de “posição” entre seus membros. Sob tal perspectiva, a educação se

apresenta como um instrumento privilegiado que abre as portas na sociedade, oportunizando a ascensão social, pois a precariedade material e moral no meio negro seriam resultantes do baixo nível de instrução.

Sob tal conjectura, o filho que sinaliza condições para o fortalecimento das aspirações familiares de ascensão social é quem vai receber a maior carga de investimentos materiais e simbólicos. Ele é dispensado de certas obrigações no âmbito da casa, estimulado à realização do ciclo escolar regular completo, avançando até a posse do diploma universitário ou a formação militar para a obtenção de uma patente, ainda que isto possa significar a penalização de outros membros da família.

Vale ressaltar que a estratégia de não medir esforços, fazendo com que, muitas vezes, a família inteira se sacrifique para que um determinado membro possa estudar, não é uma estratégia exclusiva dos negros. Tal recurso é também utilizado por muitas famílias de baixa renda na busca de “uma vida melhor”. Um estudo feito por Pereira em finais dos anos 1950 na periferia de São Paulo, constatou a existência de um processo de seleção no interior das famílias em que seus diversos membros conjugavam esforços para que pelo menos um deles pudesse concluir o ginásio. Havia uma mobilização conjunta em razão dos limitados recursos econômicos das famílias que impossibilitava que todos estudassem. Destacar o esforço dos pais para que os filhos pudessem estudar tem a função de evidenciar que a ascensão social era uma prioridade no projeto destas famílias negras. Utilizando a educação como principal estratégia para conseguir seu intento, mobilizam-se recursos diversos, desde a ajuda de parentes para os estudos fora do local da residência até mesmo a busca de outros meios de ganho para custear a permanência dos filhos na escola. As mães passam a prestar serviços de alisamento de cabelos, doceiras, costureiras ou mesmo o emprego formal, como o fez a mãe de Balbina que, para custear seus estudos de Medicina, arrumou um emprego de auxiliar, em uma clínica de enfermagem. Os pais aumentam as cargas de trabalho fazendo jornadas duplas.

Aos filhos cumpre empenharem-se nos bons resultados obtidos na escola, cujos rendimentos são comparáveis aos dos estudantes provenientes de famílias mais estáveis e em melhores condições econômicas. Demonstram, portanto, corresponder ao investimento familiar no sonho de melhorar de vida,

com sua adesão às expectativas familiares. A fala de Vanderlina, a seguir, ilustra essa constatação e, de igual modo, comprova que um dos fatores decisivos do sucesso escolar de qualquer criança é a expectativa positiva que sua própria família possui em relação ao seu desempenho na escola.

Eu fui receptiva aos anseios da minha mãe, mas também, independente disso, eu não tinha outro caminho. Eu não podia nem pensar em não dar certo ou em ficar grávida na minha rua. Ela acreditava em mim e eu fui conduzida pra isso. Fui educada pra não pensar em outra coisa que não fosse estudar (...) Eu não tinha referência de pessoas ilustres, eu não tinha irmãos ilustres, eu não tinha tios, avós, primos, parentes nem que fossem distantes (...). (VANDERLINA)

A receptividade aos anseios é também demonstrada com o namoro tardio, o protelamento do casamento ou a permanência na casa dos pais mesmo quando a situação econômica permitia morar só. Outras formas de demonstrar o acatamento às orientações familiares se pautavam no comportamento “ordeiro” e na seleção das amizades.

Eu ficava sozinho estudando, nem namorada eu tinha. Já estava com os meus 20 anos por aí e nem namorada (...), porque eu não abria mão de ajudar a família, nem de meus estudos. Ninguém me queria, também não tinha nada pra oferecer. Não tinha nem dinheiro pra gastar. Todo o dinheiro era pra família. Eu era uma pessoa totalmente voltada para os objetivos de vida e nesse objetivo de vida não contemplava o namoro. (RENATO)

Estes e outros sinais evidenciam o esforço dos sujeitos em corresponder a expectativas dos pais quanto à concretização do projeto de ascensão familiar, e essa resposta positiva carrega-lhes certas distinções no círculo doméstico, como a poupança de certos encargos mais pesados, os elogios, o empenho e a cumplicidade dos demais membros da família na satisfação das necessidades cotidianas, como pode ser observado nos depoimento abaixo:

Uma das coisas que sempre teve de bom em casa era que quando alguém estava estudando era prioridade, então, não se fazia barulho, não gritava, a prioridade era pra quem estava estudando. (RENATO)

Eu sou a quinta filha, minha mãe era exímia cozinheira e atualmente não tenho habilidade culinária. Todo mundo diz: *não é possível, você é uma baiana, negra que diz que é de origem pobre como é que não sabe cozinhar?* Uma das minhas irmãs assumiu esse lado da família e não houve necessidade que eu fizesse. Assim, eu pude fazer meus

cursos, pude estudar sem ser obrigada a ir na cozinha. Com muito sacrifício: trocando o lado da saia que ficava mais velho de um ano para o outro, botando papelão dentro do sapato pra cobrir um rombo, costurando meia pra cobrir um buraco e etc...(VANDERLINA).

Seria importante mencionar que a interrupção dos estudos ocorreu em apenas um caso. Devido à separação dos pais, deu-se a migração da mãe e dos sete irmãos para a capital e a situação tornou-se difícil, então, o informante se afastou por um ano da escola para trabalhar, como ajudante de pintor. Nos demais casos, as descontinuidades quase sempre ficam por conta do vestibular ou da troca de horário em que se estuda, geralmente, o matutino pelo noturno, quando as condições de vida impõem a necessidade de trabalhar, antes da formatura, conforme relatado a seguir:

Meu pai sempre colocava como muito importante a coisa de estudar, tanto que ele fez muito sacrifício pra eu estudar. Por exemplo, quando eu vim estudar em Salvador e eu não queria vir, eu me lembro como hoje, eu dizia que agora já terminei o ginásio e vou procurar um trabalho pra ajudar, porque eu tinha quatro irmãs que já estavam vindo, e ele disse “não, você vai fazer o curso técnico pra continuar”. Eu disse, meu pai tem que pagar transporte todo dia, escola em Salvador, mas ele bancou esses três anos com muito sacrifício, mas foi dentro daquela lógica, eu acho que eles me deram muito apoio; no primeiro momento, apoio educacional, no segundo momento, apoio financeiro, e sempre me incentivando. Evidentemente que eu sempre fui dentro da família muito aplicado, era o melhor aluno no primário, no ginásio etc., então, nunca dei nenhum trabalho, sempre gostei de estudar, comigo nunca tiveram dificuldade, então, isso também ajudou. (NATANAEL)

Os diferentes relatos mostram que, a partir da garantia de concretização do projeto por um dos membros, as expectativas familiares em relação à ascensão social através da escola diminuem. Afrouxam-se as exigências ou a pressão da educação sobre os demais filhos que, desse modo, tendem a cumprir a trajetória modal¹⁸⁴, dedicando-se a certas atividades que atendem às expectativas da sociedade em relação aos negros pouco estudados, como funcionários públicos de baixo escalão, trabalhadores informais, caminhoneiros, domésticas ou até mesmo desempregados.

¹⁸⁴ Embora reconheça a possibilidade da existência de casos individuais que contrariam a propensão geral, Bourdieu utiliza a noção de trajetória modal, para se referir àquela que tem maior probabilidade de ser seguida pelos agentes de um grupo ou segmento social. A história individual é considerada inscrita na história coletiva, só que, no caso dos sujeitos estudados nessa pesquisa, é preciso descobrir a razão pela qual a trajetória modal não foi percorrida. Ou seja, a trajetória esperada para a maioria dos jovens negros, conforme observa Barbosa (1997).

5.1.8 - O bairro de origem e a vizinhança

Dentre os elementos com que a família se relaciona e, em razão das influências que constantemente determinam o processo de socialização das crianças, a vizinhança constitui-se em instância das mais importantes na análise das histórias de vida. Suas influências se fazem presentes desde quando as famílias permitem o contato das crianças com os vizinhos no bairro de moradia, ou até mesmo quando o evitam, devido a más influências, pouca simpatia ou desavenças.

O local de moradia, mais do que um espaço físico, é também um lugar social. No cotidiano, as pessoas, em geral, utilizam expressões do tipo “lugar de rico”, para reportar-se a áreas com residências de melhor padrão e “bairro de pobre ou área popular”, para referir-se a espaços específicos da cidade, fazendo menção a locais cuja imagem comporta ruas estreitas, sem asfalto, esgoto correndo a céu aberto, uma enorme quantidade de casas modestas e mal acabadas. Nos casos estudados, as relações de vizinhança são desenvolvidas em áreas populares da cidade, habitadas por pessoas de renda e de escolaridade baixas, caracterizadas por terem suas casas próximas umas às outras e intensa vida social nas ruas, onde muito pouco ou nenhum vestígio se poderia encontrar do proverbial anonimato das grandes cidades. Citada por uma das informantes, a expressão “*ali todo mundo sabia de todo mundo*” ajuda a pensar sobre como se desenvolviam as relações de vizinhança nesses locais, o que também é reafirmado por outros informantes.

Nós morávamos naquele tipo de avenida de bairro bem simples. Em verdade, era um beco. Mas, chamam de avenida. Descia uma escadaria e lá embaixo era nossa casa. No início da escada, bem na esquina tinha a casa de uma senhora onde tinha sessões de umbanda, mas só depois de alguns meses morando ali, nós passamos a ir pra lá. Eram todas pessoas simples, dois meses e pouco morando ali, todo mundo já cumprimentava, todo mundo já sabia que a gente tinha vindo de Jequié, sabiam toda a situação da gente, onde eu trabalhava, o que minha mãe fazia, que os meus pais se separaram e meu pai continuou morando lá. (RENATO)

Eu dormia 11 da noite e acordava 3 da manhã pra poder estudar, porque era o momento que estava tudo calmo. É que lá na minha rua tinha ensaio do bloco “Os brutos também amam”. Era um bloco de carnaval que toda sexta-feira virava a noite num batuque infeliz. Minha casa era a última da rua, então, formava um arco e era nesse arco que tudo acontecia. Meu pai brigava a noite toda, saía, gritava e aí é que eles

faziam mais ruído pra provocar, então eu ficava sem ambiente prá estudar (BALBINA)

Essas áreas eram majoritariamente habitadas por negros, pobres, que, como eles, vivenciavam a precariedade de serviços urbanos como também os estigmas que costumam reforçar diferenças e destinar estereótipos negativos aos que provêm dessas áreas. De um modo geral, as relações entre os vizinhos eram mantidas em termos de cordialidade, mas sempre de maneira formal, impondo distanciamentos e reservas. Havia uma grande preocupação com a privacidade do lar e, em geral, esta se relacionava com o controle da reputação familiar. Tal preocupação ligava-se à importância que os pais dos sujeitos atribuíam às avaliações locais sobre a família e sobre cada um de seus membros, definidas diante de um complexo “código de honra local”, como asseveram Machado (1986) e Fonseca (2000). A depender do tipo de vizinho, as relações eram totalmente condenadas, por exemplo, com aqueles vizinhos que não mantinham padrões de comportamento “respeitáveis” ou que se presumia a possibilidade de a criança sofrer algum tipo de discriminação, evitando-se qualquer tipo de aproximação. Nesta perspectiva, a família atua como uma “equipe”, no sentido proposto por Goffman¹⁸⁵, seja cuidando da privacidade na casa como também da reputação no local de residência. Aqui, como afirma Damatta¹⁸⁶, “casa, rua e outro mundo” compõem espaços específicos e complementares que pressupõem formas determinadas de agir. Não se trata de cenários ou máscaras que um sujeito usa ou desusa mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias. Não se pode esquecer que se trata de um segmento proletário de classe social e, portanto, conforme Barros (2006)⁵, os muros físicos e metafísicos que cercam esses lares delimitam apenas o que se deseja que seja visto, pois há grande dificuldade de se controlar a reputação familiar dada a proximidade física e a forma de sociabilidade desenvolvida nesses locais.

Nota-se uma forte rigidez da autoridade paterna dirigida à socialização dos jovens, como forma de garantir obediência aos padrões de respeitabilidade. Dentre outras coisas, essa socialização é fortemente condicionada pela “vizinhança”, e tal

¹⁸⁵ Goffman (1988:76).

¹⁸⁶ Damatta *apud* Barros (2006).

comportamento dos pais assinala a influência desta na preparação e socialização dos jovens.

5.1.9 – A convivência com os jovens do bairro

Na juventude, os sujeitos parecem se diferenciar dos demais jovens da mesma idade, dentre outros, por um “comportamento ordeiro”, pelo tempo maior dedicado às tarefas escolares ou uma mais longa permanência dentro da casa. Pode-se dizer que eles superam o nível de “rapazes da esquina” que, como referido por Whyte (2005), são aqueles jovens que têm suas atividades sociais girando em torno de algumas esquinas e constituem o nível mais baixo da sociedade dentro da faixa etária, em geral, a maioria dos jovens em áreas mais pobres.

Os diversos relatos dão conta da pouca convivência desses jovens com os grupos do bairro, um fato que os torna distintos dos demais jovens de sua época e os levam a explicitarem uma espécie de sentimento de “infância perdida”. Um exemplo significativo é a relação dos rapazes com o futebol na infância e adolescência. Esse esporte pouco aparece nas narrativas, quando se referindo ao lazer nos bairros. Trata-se de um esporte que, desde a década de 1940, é considerado o mais importante do Brasil, além de um tipo de lazer ligado aos estereótipos do negro, como lembram Bastide e Fernandes (1955: 113): “o futebol, o rádio e agora também o teatro constituem esferas de sucesso marcante para os negros”.

A relação com esse esporte parece curta e distante. As brincadeiras eram menos coletivas, mais solitárias ou junto aos irmãos. Como se refere um dos sujeitos, não havia grandes brinquedos, e as grandes diversões eram empinar arraia, jogar gude ou brincar com os carrinhos feitos de lata. Um outro informante revela que não chegou a jogar bola e soltar pipa com a mesma intensidade que seus irmãos, pois tinha que ajudar a mãe na costura, tomar conta da casa e se dedicar ao estudo, o que, segundo ele, fez com que seus irmãos aproveitassem um pouco mais a juventude. Um depoimento que ilustra a pouca aproximação com o mundo do futebol e da vizinhança se revela na fala abaixo:

Mainha não deixava a gente ficar na esquina, por aí (...) Sem sandália ou descalço, nem pensar !!! Ela nos castigava. Ela controlava: “Você não vai para aquele determinado beco. Você não vai sair tal hora. Você tem que

chegar em casa tal hora. Domingo de tarde você tem que tomar banho às quatro horas, se vestir, se trocar e não vai para rua peraltear.” Eu me lembro que, criança, eu cheguei a jogar bola na rua. Eu devia ter uns onze anos de idade, quando minha mãe me repreendeu com um olhar, aí eu nunca mais joguei, nunca mais joguei. Bastou ela me olhar com aquele olhar de reprovação, eu me lembro disso, nunca mais joguei bola na rua. Voltei a jogar no tempo de ginásio, no colégio, quando eu tinha essa chancezinha, coisa rápida. As mocinhas com as quais a gente conseguia manter uma relação de amizade, de brincadeira, que conseguiam ficar à vontade, diziam: *Vocês são muito metidos*. (GERALDO)

Cercadas de “não podem”, “não devem”, as jovens tinham lazer ainda mais limitado e realizado, geralmente, diante da vigilância materna a controlar as amizades, o tempo e o tipo de brincadeiras. Por exemplo, Judite e seus 10 irmãos chegavam da escola, faziam o dever de casa e, todo o restante do tempo, permaneciam em casa. Dinorah esclarece que “lazer mesmo a gente não tinha, o lazer da gente era o de toda criança pobre, ou seja: nenhum”. Como ela diz, quando pensa em lazer na adolescência, recorda-se apenas dos domingos, quando se arrumava toda para ir assistir aos cultos de uma igreja de crentes na esquina de sua rua. A revelação feita por uma outra informante, também, fornece indicações sobre o reduzido espaço ocupado pelo lazer na juventude dos sujeitos:

A gente não tinha lazer, não tinha condições de lazer, não me lembro de ir à praia, nem outra coisa assim... Brincava ali de boneca, ou de cozinhados. Eu me lembro que quando se fazia frango em casa tinha que se guardar as vísceras pra gente fazer sarapatel de vísceras de frango. Era o nosso cozinhado. Era a nossa brincadeira, e tudo era na porta de casa, brincar de cantiga de roda, de baleado. A gente sentava no passeio pra brincar de serenata, cantava música até altas horas da noite quando minha mãe chamava pra ir dormir, mas são esses os referenciais de lazer e sempre com a minha mãe na janela espiando prá ver quem estava no meio, se era confiável ou não. Era a fiscalização. (VANDERLINA)

Havia uma preocupação dos pais em adotar uma atitude de “reserva” diante da possibilidade de “mistura” ou envolvimento dos filhos com os que são percebidos como “outros” da vizinhança. Vale notar que, via de regra, em se tratando de áreas populares, esses “outros” da vizinhança correspondem aos pretos e pobres, cuja aproximação parece ameaçar o projeto familiar ou um “modelo” de comportamento no qual ao homem são concedidas certas liberdades, o que não põe em risco a respeitabilidade familiar, enquanto que qualquer desvio no comportamento feminino compromete o “bom nome da família”. Balbina relata

que quando seu pai instituiu “aquele modelo” para as filhas seguirem, não foi à toa.

Ele dizia, “eu não quero que você seja igual às outras aí da rua, que engravidam, que ficam namorando com um e com outro e não sei o quê” Então você já vê que é um outro modelo e meu pai insistia na questão do estudo: “negro, pra ser alguma coisa na vida, tem que estudar, tem que estudar”. (...) e tinha que ir pra escola, todo mundo com seu cabelo penteado, trançado, limpo, camisas engomadas, saias plissadas (...) como minha mãe vivia falando, “não quero dar o gosto (...)”. É que tinha uma família próxima à nossa que eram brancos e nós éramos negros, entendeu? (BALBINA)

Esse mesmo discurso comparece em diversos depoimentos como o de Judite, cujos pais “*colocavam uma redoma sobre os 10 filhos*”, fazendo com que pouco ou raramente participassem da vida social da rua. “*Lá em casa não se andava em casa de vizinhos nem os vizinhos em nossa casa, para evitar fofoca*”. Orientadas pelos pais, as filhas não participavam do mercado matrimonial do bairro, sendo conduzidas à evitação do namoro com rapazes do bairro, para não correr o risco de “*ficarem faladas*”.

Há um destaque, em diversos momentos das diferentes narrativas, para o fato de que eles se distinguem dos outros pares do bairro. Uma informante declara que na rua em que moravam, ela e suas irmãs eram “*muito respeitadas*”, pois “*não éramos qualquer uma*”, enfatizando a percepção de uma distância social entre sua família e os demais vizinhos (pretos e pobres, seguramente). Estes eram percebidos como “outros” na vizinhança onde, em geral, a distinção entre “gente boa” e “gente ruim” tende a ser mais importante do que entre as pessoas de cores diferentes.

Desse modo, eles vão construindo uma imagem de diferença. O esforço pela distinção e pela menor aproximação com esse mundo de pobres e pretos é recorrente nos depoimentos de todos os sujeitos. Em contrapartida, são referidos na vizinhança como: “*metidos*”, “*gás com água*” (por não se misturarem com as pessoas da rua), “*as melhorzinhas*” (referindo-se à situação econômica), “*as nequinhos do asfalto*” (pelo fato de morarem na rua asfaltada do bairro), “*as filhas do seu Francisco*”, “*as netas de Dona Alice, a parteira*”, dentre outros.

Assim, mais uma vez, sobressai a idéia de “projeto” como a capacidade de “produzir uma situação” e indica a elaboração, por parte do indivíduo, do

andamento que quer dar à sua própria dinâmica de vida, voltada a representações que ele faz acerca de estratos médios intelectualizados.

Essa idéia se contrapõe à de "destino", indicando que a vida segue a partir de um "destino", que conduz os indivíduos a despeito de suas vontades e estaria vinculada a esquemas de interpretação de uma ordem referente à imutabilidade de condição social¹⁸⁷. Nesta perspectiva, a representação do ambiente de origem estaria construída com referência à essa idéia de imutabilidade.

Para não serem fadados ao "destino", cabia evitar maiores aproximações com a vizinhança, reforçar elementos que se traduzissem na distinção e na autoimagem positiva do grupo familiar ou do sujeito perante os "outros" da vizinhança. O investimento afetivo e profissional firmemente buscado com pessoas de fora do ambiente de origem, além de outros comportamentos correlatos, propõem uma espécie de capacitação dessas pessoas e o seu direcionamento para um outro tipo de parceiro, uma opção de moradia diferente ou até mesmo rompimento com esse ambiente de origem.

O preconceito dos pais contra os "outros" próximos do entorno social, claramente assimilados pelos jovens, inclusive as restrições ao namoro com indivíduos da vizinhança podem fazer parte de um sistema de representações baseado na crítica à idéia de "destino". Por exemplo, se os elementos do grupo familiar (ou parte dele) estiverem envolvidos com a idéia de "projeto de vida" – idéia que colocaria a razão no centro ou em todos os domínios de suas vidas – seria obviamente inconcebível admitir o "desígnio" de permanecer vivendo no bairro ou casar com alguém dali, empregado numa ocupação manual (como os pais), pois isso estaria representando o lado do "destino", do imutável.

Os relatos a seguir ilustram e podem ajudar a pensar as implicações desse estado de coisas, como, por exemplo, o fato de que, embora morando longos anos no mesmo bairro, é quase inexistente a referência de "bons vizinhos" no sentido de proximidade, ou amigos no sentido de camaradagens. Tal situação parece impedir a sedimentação do passado, criando a dificuldade em lembrar de certos aspectos da trajetória vivenciada, que se perderam e que seguramente só um grupo poderia recompor:

¹⁸⁷ Sobre a discussão "projeto *versus* destino", ver Rosa (1999).

A nossa situação em relação aos vizinhos não era ruim. Comida nunca faltou e também nunca faltou um teto. Éramos os *melhorzinhos* da rua, a verdade é essa. Morávamos em uma rua pobre, mas era asfaltada, era frente de rua, era uma casa rebocada, pintada. Ficava um pouco de destaque na rua, porque, na rua em que morávamos, as pessoas eram muito pobres e sem muito princípio, e meu pai tinha muito medo que essas relações pudessem desvirtuar o que ele tinha pensado para nós, ou seja, o estudo, o crescimento com a vida digna. Então, sempre a referência da rua eram as filhas de Seu Francisco (meu pai), as filhas de Seu Domingos e as filhas de Seu Antrifo, que eram justamente as três casas em que os pais eram mais rígidos. Por exemplo, a gente não podia sentar no muro: porque “moça direita não senta em muro”. (BALBINA)

Como lá em casa tinha quintal, a gente brincava muito no quintal e não sentia muito essa coisa de ser ou não ser negro. A gente era muito respeitada na rua. Quando a gente passava, diziam “*lá vem as neguinhas do asfalto*”, porque a Curva Grande, onde a gente morava, era uma invasão. Era tudo barro e a gente morava na parte calçada, era “*neguinha do asfalto*”, porque onde o pessoal morava era lama. (MARIA ANISIA)

Onde a gente morava, o pessoal era tão pobre, que meu pai era considerado rico por ter um armazém. Era o cara que vendia fiado. Então, na cabeça desse povo, meu pai era rico só porque era o dono do armazém. Na minha cabeça também, eu era o melhor dentro daquele ambiente lá. A nossa casa, era de taipa como as outras, e só quando meu pai faliu de fato, é que a gente caiu na real. “Meu Deus! Pra onde é que nós vamos?” (GILVAN)

Tinha um destaque em relação ao restante da vizinhança, por exemplo, a gente morava num bairro pobre, mas, em relação às essas pessoas nós não éramos tão pobres assim. Ou seja, meu pai trabalhava, tinha um salário, a gente estudava, tinha o que vestir etc., então, nessa coisa, a gente não sentia necessidade, a gente ainda dava alguma ajuda para os outros. É como se fôssemos a classe média do bairro. (NATANAEL)

A identidade social é construída em referência à rejeição ao ambiente de pobreza, como também a partir da posição privilegiada que os sujeitos destacam das suas interações com os vizinhos, manifestada através de sentimentos de importância, reputação, influência, dentre outros: “*dava alguma ajuda para os outros*”, “*eram muito pobres e sem muito princípio*”, “*meu pai tinha muito medo que essas relações pudessem nos desvirtuar*”. Mostram que se destacam, são menos pobres, ou os “*melhorzinhos*”, invocando qualidades de *status* que, de imediato, os situam em um patamar superior.

Em relação à vizinhança, os informantes demonstram que eram (e se sentiam) respeitados no bairro como pessoas que conseguiram alcançar os objetivos de vida. Ou seja, viam-se e eram também vistos como “estudiosos” ou “caprichosos” (em oposição aos “outros”, “*vagabundos*” ou “*que não queriam nada*”). Considerando-se que a autoimagem de um grupo também está relacionada à percepção que se tem do mesmo, presumo que, com isso, se

sentiam mais confiantes, capazes e responsáveis em desenvolver, com relativa tranquilidade, o papel que lhes reservavam.

Em sua maioria, os informantes se referem aos vizinhos com frases do tipo “*só queria saber de bola*”, um tipo de comentário que parece buscar tornar óbvio o fato de ter conseguido sair da pobreza e que a ascensão não obtida pelos demais é legítima. Tais comentários sugerem uma certa tentativa de demonstrar que a inferioridade dos “outros” é não apenas “cultural”, mas também “moral”, como se a oportunidade estivesse aberta para todos e apenas eles quiseram enfrentar as dificuldades da ascensão.

Nesse ponto, uma relação se faz necessária ao atentarmos para o que aponta Thales de Azevedo¹⁸⁸, em sua pesquisa. Esse autor constatou que, na Salvador dos anos 1950, mesmo na camada mais baixa da estrutura social, havia subgrupos diferentes segundo o prestígio de certas ocupações do chefe da família, isto é, “numa posição mais alta, estariam os funcionários públicos, os pequenos comerciantes, os mestres de obras, os tipógrafos, *chauffeurs*; na posição mais baixa, os varredores de rua, os serventes, as lavadeiras, os soldados”.

No que tange aos pais dos informantes, tem-se que embora inseridos na camada mais pobre da população, suas ocupações relativizavam a posição deles dentro dessa hierarquia ocupacional, isto é, todos eles tinham uma renda regular e executavam tarefas que parecem menos desvalorizadas socialmente nos termos apontados por Azevedo (1996). Todos habitavam em domicílio próprio (indicando uma condição mais privilegiada entre vizinhos de baixa condição social) e também sabiam ler. Considerando-se a precariedade da situação dessas famílias, elas se distinguiam da maioria negra pelo fato de que os filhos não precisaram entrar no mercado de trabalho formal antes da maioridade civil, o que, na época, possivelmente causava uma aparente impressão de estabilidade¹⁸⁹. Como moradores de áreas populares, a condição econômica e social diferenciada dos demais moradores colocam esses jovens em uma posição destacada no seu entorno social.

¹⁸⁸ Azevedo (1996:174).

¹⁸⁹ Apenas em dois casos se deu a entrada no mercado de trabalho formal antes da maioridade legal, e isso face a dificuldades relacionadas à ausência dos pais (morte e separação). Em apenas um dos casos houve interrupção temporária dos estudos, retomados pouco tempo depois para a complementação, desta feita, no horário noturno.

5.2 - A escola e a formação profissional

A socialização na escola requer uma especial atenção, levando-se em conta sua importância na modelação dos sujeitos, proporcionando o contato com outras pessoas, mas também a aprendizagem e a prática de experiências marcantes na formação e desenvolvimento individuais. Nessa instância de socialização é que, muitas vezes, se expressam as primeiras e decisivas tensões raciais experimentadas por crianças negras. O significado conferido ao estudo faz da escola o ponto de encontro de pais e filhos, como entrada estratégica para o mundo da ascensão social, uma vez que nela se concentram as expectativas destes em constituírem um futuro melhor.

5.2.1 - Escolas públicas de boa qualidade

Das séries iniciais até o fim do ensino fundamental, os sujeitos desenvolvem seus estudos em escolas públicas, localizadas no entorno do bairro de moradia, e frequentadas, em sua quase totalidade, por pares de similares realidades sócio-raciais. É recorrente, em todos os relatos, o elogio à boa qualidade do ensino ministrado nessas escolas, como salientou Josemilda, que foi aprovada no seu primeiro vestibular, para Direito, na UFBA, imediatamente após realizar o curso médio, à noite, em um colégio no bairro da Liberdade, onde ela residia. Como ela comenta: *“Era um colégio público muito bom, que me forneceu uma base muito grande”*.

A idade da maioria dos informantes (entre 50 e 55 anos) permite inferir que estes iniciaram seus estudos em um tempo em que a escola pública ainda gozava de certo prestígio, se comparada às particulares, de baixa qualidade, que proliferaram no país, a partir do final da década de 1960. Nos anos iniciais dessa década, período em que a maioria dos entrevistados ingressou na escola, não havia escola pública de ensino fundamental em nível suficiente para todos os que procuravam escolarização. Logo, até a 5ª série ou 5º ano primário, como se dizia na época, o atendimento era maior, em relação ao ginásio, pois, para ingressar em uma escola pública nesse patamar e completar

o que chamamos hoje de Ensino Fundamental, era necessário fazer prova de seleção (admissão) nas poucas escolas públicas, mas também, de boa qualidade. Cumpre atentar que a existência de uma seleção aponta que os escolhidos tendem a ser os melhores em termos de nota e conhecimento, o que é ressaltado em falas nas quais se definem como “estudiosos” e assim também são considerados pelas pessoas de seu entorno social. Para os demais, havia a alternativa de conseguir vaga em escolas particulares, de baixa qualidade, que proliferavam nas capitais, com as mensalidades custeadas por bolsas de estudo, obtidas junto a vereadores e deputados.

A partir de 1968, com a expansão educacional, o país experimentou um incremento, ainda que lento, da instrução formal da população, contudo a qualidade do ensino se deteriorou, gerando um expressivo “afunilamento” das probabilidades de progressão educacional da maior parte da população escolar nas séries finais do Ensino Básico e na entrada no Ensino Superior.

Os estudos de Guimarães (1993) chamam a atenção para o fato de que, a partir do início dos anos 1970, a deterioração da rede escolar pública em Salvador acentuou-se, com consequências danosas para o setor educacional. Segundo esse autor, seus efeitos se mostraram notáveis tanto na perda de salários e de prestígio dos professores dos cursos do segundo grau (hoje, Ensino Médio), como na desvalorização dos cursos universitários tradicionais que formavam docentes (Letras, Filosofia, História, Matemática, Biologia etc.) e também no empobrecimento progressivo dos cursos de segundo grau nas escolas públicas.

Diante desse quadro, reconvertem-se as expectativas dos jovens de classe média de desenvolverem seus projetos profissionais via universidade. Atraídos pelos altos salários fornecidos pelo pólo industrial recém-instalado, muitos deles interromperam os estudos, abandonaram a universidade e passaram a adotar a “via do atalho”, direcionando seus anseios de realização social e profissional para a conquista de um emprego no setor industrial, ao qual se associava a idéia de prestígio, especialização e, especialmente, remuneração bastante atrativa.

É interessante observar que é nesse tempo e espaço social – em que os jovens de classe média voltam suas expectativas de ascensão profissional para a indústria – que os sujeitos desse estudo ingressam na Universidade,

preenchendo uma “brecha” deixada pela corrida em massa dos aspirantes a emprego, em direção às promissoras oportunidades oferecidas pela indústria.

5.2.2 - O ingresso na Universidade

Na grande maioria dos casos, o ingresso na universidade ocorreu no início dos anos 70, portanto quando os cursos de 1º e 2º graus, à época, nas escolas públicas, começavam a declinar de sua boa reputação em termos de qualidade de ensino.

Todos os sujeitos lograram um bom resultado nos exames vestibulares, sendo aprovados na primeira tentativa de seleção para a Universidade. Tais resultados tendem a confirmar as observações de Guimarães¹⁹⁰, no tocante à boa formação fornecida pelas escolas públicas brasileiras nos períodos que antecederam à década de 1970.

De fato, no Brasil, após o crescimento econômico do período pós-guerra, ampliaram-se as oportunidades para a mobilidade ascensional, contudo tais oportunidades distribuíram-se desproporcionalmente em favor dos brancos, apesar do aumento substancial no número de não brancos preparados para competir para as vagas oportunizadas pela crescente industrialização.

Elevou-se o número de pessoas negras com diplomas de “segundo grau” e o ensino superior também experimentou semelhante *boom*, com o crescimento do número de cursos universitários, mas também da presença dos negros nas universidades. Por exemplo, em 1950, de uma população de 16,5 milhões de pretos e pardos, apenas 48 mil graduaram-se em escolas de ensino superior e somente quatro mil concluíram formação em 2º grau. Em 1987, esses números subiram para 2,7 milhões e 485 mil, respectivamente, de uma população total de 59,3 milhões de negros.¹⁹¹

¹⁹⁰ Guimarães (1993).

¹⁹¹ IBGE, Recenseamento geral de 1950. Censo demográfico: Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1956, p. 24; IBGE, Pesquisa Nacional – 1987, v. 1, p. 8 e 10. Cabe ressaltar que se tratava de um nível de realização educacional consideravelmente menor que o da população branca, mas no mercado de trabalho sua repercussão terminava tornando-se positiva na medida em que, a despeito disso, produzia-se um número expressivo de competidores não brancos para cargos de colarinho branco, como funcionários de

Os dois informantes mais novos vivenciaram sua escolarização no período em que se acentuava a má qualidade de ensino das escolas públicas¹⁹²; percebe-se, contudo, que ainda que persistissem chances de adotarem a “via de atalho”, ingressando nas modernas e bem remuneradas ocupações do setor industrial em funções que exigiam a escolaridade de 2º grau, a expectativa de segurança que o título universitário carregava estimulou a permanência prolongada dessas pessoas no ciclo escolar regular, complementando-o com o curso pré-vestibular, em uma estratégia para assegurar o ingresso na Universidade .

Salienta-se o fato de que os informantes possuem uma trajetória de bom desempenho escolar que os aproxima das trajetórias de famílias mais estáveis e de melhores condições. Esse parece um fato que estimula a convergência do investimento familiar sobre o sujeito, fazendo-o ocupar um lugar distinto na estratégia familiar de ascensão. Mobilizam-se recursos materiais e simbólicos – no limite das possibilidades – que vão alimentar o interesse do sujeito em perseguir bons resultados escolares e, ao mesmo tempo, garantirão o sonho da família em ter no seu meio “alguém de boa educação”.

Entre os demais colegas, eles se destacavam em termos de boas notas e do bom comportamento, o que, além de influenciar na sua automotivação para prosseguir, repercutia positivamente na melhoria do “*status*” pessoal no meio escolar, nas distinções elogiosas dos professores e também dos familiares. Os relatos de Natanael, Geraldo e Dinorah, a seguir, ilustram a situação exposta e, de igual maneira, introduzem elementos que, mais adiante, ajudam a pensar sobre as implicações dessa situação.

Eu gostava de estudar, ler, matemática e sempre fui primeiro aluno. Naquela época, eu não sei nem dizer, mas eu acho que era um misto, porque eu gostava, mas também pra ser destaque da sala. É que naquela época o primeiro aluno, tinha a capa de férias era a mais bonita, recebia elogios da professora. Era o *status* nessa situação e também tinha outra coisa: quem passava no quinto ano com a média

escritório, profissionais liberais e técnicos. Ressalte-se também que, como mostram as evidências empíricas e estudos estatísticos, o preconceito e a discriminação se constituíam em grandes obstáculos para os negros conquistarem tais cargos.

¹⁹² Em geral nessas escolas a jornada é mais curta, o ensino é ensino deficitário, há um número maior de turmas, a rotatividade do professor é mais freqüente, e tudo isso implica em menores possibilidades de sucesso dos alunos – a esse respeito ver Rosemberg (1981).

alta não precisava fazer admissão e entrava direto no ginásio. Então eu perseguia isso também. Eu acabei passando em primeiro lugar. Eu lembro que, no quinto ano, eu estudava muito porque eu não queria fazer admissão, e engraçado que, mas, mesmo assim, eu fiz exame de admissão, porque meu pai me colocou pra fazer admissão, disse: “olhe é melhor você fazer logo a admissão no meio do ano”, e eu acabei fazendo, no final do ano, eu passei com nove e meio, e não precisei fazer a admissão. (NATANAEL)

Eu era assim, um aluno médio em termos de considerar a intelectualidade, e nota dez em termo de comportamento. Quando eu olho para trás, digo que seria melhor que eu tivesse nota cinco e não nota dez. Porque nota cinco significava que eu teria aproveitado em termos de lazer, de brincadeiras aquela época. E eu não aproveitei, porque só tirava nota dez, eu era um aluno que eu poderia dizer assim acanhado em termo de comportamento. (GERALDO)

Eu não sei se gostava de estudar, só sabia que eu precisava, que eu tinha que estudar, então, eu terminava me destacando sempre entre meus amigos de mesma idade por estudar mais que eles. Durante o primário, eu era aquela aluna de dez e isso me marcou muito. Nessa escola, a gente tinha uma relação muito estreita com os filhos dos generais, do major, das pessoas do exército, porque era uma escola na vila militar que apoiava a comunidade local. Como eu morava na Engomadeira, eu ia andando. Eu tinha amizade com a filha do major e a gente sentava sempre juntas – eram aquelas carteiras de dois lugares, e nós éramos as duas melhores alunas. O quartel homenageava e era assim, um mês, eu era primeiro lugar, ela era o segundo, porque as medalhinhas tinham fitinhas diferentes pra dizer quem era primeiro e segundo. No outro mês, ela era primeiro e eu era segundo, porque as nossas notas eram iguais. (DINORAH)

Um aspecto marcante da socialização na escola relaciona-se à transferência para uma escola de outro bairro o que, em geral, ocorre a partir da fase ginásial. Na escola do bairro, o contato com outras crianças se dava entre iguais e, com a mudança de espaços (geográficos e sociais), os sujeitos passam a experimentar uma forma de se relacionar diferente da que estavam acostumados no espaço de origem. Passam a conviver com um maior número de pessoas brancas e de classes sociais diferentes, como também a ter acesso a outras fontes de informação bem como a novas formas de ver a si, ao seu entorno e de por ele ser visto.

A mudança das relações sociais propõe modificações de valores e reelaborações de conceitos, que parecem influenciar não apenas a forma como eles pensam a sua própria identidade negra, mas também a identidade social e também as relações raciais. No relato de Balbina, a seguir, podemos perceber que, nesse período, sua identidade social é construída em referência à rejeição do ambiente de pobreza, fazendo da interação com os vizinhos um elemento

de distinção em que ela se situa, de imediato, em uma posição de superioridade.

Pense aí o que significa você estudar numa faculdade e todo mundo tem carro, mas você não. Você desce uma ladeira pra pegar um ônibus cheio, com um bando de gente com mocó, com galinha, com tudo ali (...) e aí você se sente como? (...) Você tem um impacto muito grande, porque você sai de um mundo em que as pessoas estão ali discutindo, um papo intelectual, pessoas cheirosas, pessoas tomadas banho, né? E você vai pra um mundo em que as pessoas são despeitadas, fedorentas, não respeitam os seus direitos básicos, né? Passam, lhe empurram, lhe xingam, lhe maltratam, né? Voltava da aula e quando chegava no bairro, o que você vai encontrar são vizinhos que falam “errado”, vizinhos brigando nem tanto dentro de casa ... Você querendo estudar e aquelas pessoas gritando. Você tem uma prova difícilíssima de farmacologia e adentram à sua casa, vizinho e vizinha, brigando, e você tem que desapatar, entendeu? E quando saía, os meninos lhe davam uma bolada. É difícil.. Então, é um mundo muito difícil. O pior era quando você saía na rua e os moleques lhe davam uma bolada, e se saía de branco prá ir pra Faculdade diziam que você era mãe de santo, que ia fazer macumba. Esses eram os dois mundos que eu vivenciava. (BALBINA)

Os contatos com o preconceito e a discriminação racial se intensificam, com o alargamento das interações pessoais, submetendo os sujeitos a experiências diversas entre si, mas que se aproximam pela singularidade do esforço individual para promover sua própria integração bem como a sobrevivência junto a indivíduos de camadas mais elevadas e de diferentes capitais (sociais, culturais, econômicos e simbólicos).

Não há qualquer referência de algum ente familiar que, anteriormente, tenha tido uma permanência mais longa na escola, o que indica ser este esforço de integração construído solitariamente. Dividindo espaços onde predominam pessoas brancas, de capitais sociais elevados e maior prática de acesso aos da cultura dominante, os sujeitos referem-se a embaraços, inibições e manifestam um sentimento de estar “fora de lugar”, senão exclusivamente pelo fenótipo, mas certamente também pelas outras características de distinção em relação aos “outros”, como o vestuário, traquejo social, postura.

Conforme aponta Velho (2003), “*podemos distinguir tipos sociais não só pelos ternos ou qualquer outra indumentária, mas também pelo modo de usá-las.*”

Quando fiz o curso de Direito, era eu o único negro na sala de aula e eu observava que, quando entrava um colega branco, sempre era aquele sorriso, aquela brincadeira amena, acolhedora, do tipo por que você chegou atrasado? Não sei o quê (...). Eu passava sem que ninguém fizesse algum comentário, naquele silêncio constrangedor. Eu percebia a pressão e aí, durante as aulas, ficava inibido, inclusive para fazer uma pergunta ao professor quando não entendia a matéria. Uma vez na faculdade de Direito, eu fiz uma indagação a um professor e ele olhou para mim de maneira claramente preconceituosa, estranha e até agressiva. E me perguntou: – Você é aluno da faculdade? Você é matriculado nessa escola? Que dizer, uma indagação dessa é chocante sobre todos os aspectos. Como se eu estivesse fora do lugar. Meu primeiro impulso era sair dali e não voltar mais, porém eu fiquei. (GERALDO)

A experiência relatada foi vivenciada já na fase da Universidade, portanto, quando o informante experimentava certo grau de mobilidade e sua importância se faz ao reafirmar observações feitas por diversos autores de que a discriminação racial ultrapassa os limites da condição social, não desaparecendo mesmo quando o indivíduo ascende socialmente. No caso relatado, ela persiste e “pressiona” o informante, intimidando-o e gerando inibição, vergonha, dentre outras tensões pessoais.

5.2.3 – A reserva e o silenciamento das vivências de pobreza

Neste tópico, reflito sobre a racionalidade de determinados comportamentos que, embora aparentemente não se relacionem às situações referidas, guardam com ela estreita ligação. Por exemplo, no relato a seguir, a adoção de um comportamento de reserva nas relações desenvolvidas no ambiente escolar expressa um mecanismo interno de enfrentamento, racionalmente desenvolvido para lidar com o racismo, mas também com a vida em sua complexidade. Mostrar-se reservado configura um “estado de alerta” e medida de autoproteção contra possíveis ataques racistas, ou seja, um “pára-choque” advindo de sua consciência dos estigmas associados à imagem dos negros e de que a imagem de sociedade aberta que se prega no país não é assimilada nem pelos “negros que se ajustam às regras”.

Eu tinha uma postura de evitar falar muito. Eu sempre fui muito observador, de ver e só falar quando fosse chamado ou fosse necessário. Isso foi um grande trunfo meu e eu diria que foi um recurso. Por quê? A minha turma, pra você ter idéia, só tinham três negros, mas eram pessoas com uma situação melhor do que a minha, com certo recurso e eu me sentia o pobre – como se fosse o tabaréu do interior chegando na cidade grande. Então era uma forma de me defender. Eu estava sempre me preparando pra (...), porque sempre tinha aquela história que “*preto tem que ser melhor*”, “*quando não faz na entrada, faz na saída*”. Aí eu ficava muito na minha que era pra não aparecer muito, pra não dar chance de ser vitrine. (HUMBERTO)

Na escola, a vida dos sujeitos é marcada pelo silenciamento acerca das vivências de pobreza, dando a entender que esse mutismo se constitui em uma estratégia de proteção frente à desvantagem cultural e social na inserção desses indivíduos no ambiente escolar. Assim, o silêncio encobriria as fragilidades a que os sujeitos se sentiam expostos nesse meio.

Eu me lembro de uma certa feita, numa tempestade, e a parede láde casa na Massaranduba caiu. A parede passou a ser uma lona preta da Codesal. Foi aí que eu percebi, realmente, que era pobre. Pra sorte minha, eu já estava no Curso Preparatório de Alunos da Corporação e recebia um salário mínimo por mês. Isso me permitiu conseguir um empréstimo em 60 meses na Sociedade Beneficente da Corporação pra levantar as paredes da casa. Essa história nunca contei pra ninguém. Pra mim, era uma vergonha ser pobre e estar daquele jeito lá, dependendo de um bocado de coisas, comendo farofa de ovo com chuchu, com mamão verde. Contar isso seria potencializar a inferioridade que poderia ainda lhe prejudicar mais ainda. Carimbar-se pro outro. Você conta uma história dessa e o camarada dá aquele sorriso, né? (...) Você já está fragilizado por que caiu, e o outro coloca: “É pouco!” Então, são histórias que a gente termina ficando em conflito o tempo inteiro entre o que você é, entre o que você tem que aparentar que é. Essa história da casa, alguns colegas meus souberam e passaram a fazer algumas brincadeiras de mau gosto Diziam: “Gilvan não pôde vir hoje por que a ponte caiu.” A casa onde eu morava ficava no bairro de Alagados. Bem em frente a minha casa, já eram as casas de madeira. As palafitas de Alagados. Eu morava no seco, realmente, já no terreno. Mas a casa em frente era palafita. Aí os meus colegas fizeram essa brincadeira cruel. Mexia. Doía. Eu tinha que fingir que não me aborrecia senão era pior. Eu sabia que se eu me aborrecesse com algum tipo de brincadeira dessa, eles iam “tomar conta” (GILVAN)

Eu trabalhava de dia e estudava à noite e, pra não ficar discriminado na escola, eu nunca falava que era ajudante de pedreiro, até porque quem estava na sala, todo mundo trabalhava no comércio etc. O único trabalhador braçal era eu, então eu não deixava ninguém saber no que eu trabalhava. Eu tinha vergonha de falar sobre o que trabalhava (...), mas era a maneira de ficar, de me socializar, porque senão não seria aceito pelo grupo. (...). Na minha vida, quase não tive confidentes. Alguns chegavam a confidenciar pra mim. Por exemplo, eu tenho um amigo que vem desde os tempos de estudante o e esse foi o maior confidente que eu tive dessa trajetória toda. Ele, às vezes, falava das coisas dele pra mim, da família, dos projetos de vida dele. Tinha uns projetos de vida muito parecidos e nós chegamos até a morar, dividir um apartamento. Só que eu tinha uma batida muito diferente da dele, quer

dizer, ele tinha melhor condição do que eu, porque a família dele, ele tinha mais condição. Dele eu sabia, porque ele me falava, mas eu não falava muito da minha história, não. Isso é verdade. A gente não conta muito as coisas, até pra não (...), até pra não se sentir inferiorizado. (RENATO)

Quando eu comecei o ginásio, fui para uma escola pública num outro bairro, que já era melhor do que onde eu morava. Tomava um ônibus, andava 30 minutos de ônibus até chegar na escola. Você sai do bairro mais humilde, onde o pessoal está ali vendo a vida passar e vai para um bairro de nível mais elevado, os colegas da escola moravam em casas ótimas. Aí tinha os dois mundos, mas eu sempre vivi os dois mundos, o meu mundo, a minha casa, o jeito que eu vivia e o outro (...) Eu não andava com as pessoas do meu bairro e também passei o ginásio todo e nunca levei qualquer colega na minha casa. (ANA MEIRE)

As causas concretas desse comportamento parecem não estar ligadas apenas à pobreza que aproxima a vida de todos os sujeitos, mas também à ascendência africana, tendo em vista que, no Brasil, os significados sociais criados a partir da cor e do baixo padrão de vida tornam o fenótipo negro um indicador do *status* inferior (social e econômico). Em seu depoimento, Dinorah reconhece que, nos documentos escolares, ela sempre se definia como parda, pois “*era inferiorizante dizer que se era negro*”, expressando a violência simbólica que perpassa a vivência desses indivíduos. Ao recusar admitir seu padrão de vida inferior, ou a sua ascendência africana, estes incorporavam como verdadeira a identidade que, *a priori*, lhes era atribuída pela sociedade e tentavam inutilmente negar as evidências, objeto de estigmatização, omitindo-as, ora através das suas condições de moradia, ora através da negação da sua cor.

Sobre o assunto, Neusa Santos Souza lembra como, de muitas maneiras, o negro rejeita o aspecto exterior de seu ser-negro, disfarçando-o quando pode. Para ela, é preciso um raro grau de consciência e valor de identidade para que essa rejeição assumida ou sofrida em silêncio se inverta, e a cor e o corpo do negro venham a ser sentidos como valor de beleza, sem o dever do disfarce¹⁹³.

¹⁹³ Souza (1990).

5.2.4 - A integração nos grupos

Um fato interessante sobressai das falas referentes às trajetórias escolares e relaciona-se ao perfil dos companheiros mais íntimos. A representação destes nunca se refere aos mais estudiosos da classe, além de indicar a pouca simpatia dos sujeitos pelos pares raciais. Estas representações estão sempre associadas a indivíduos de melhores condições financeiras ou, em outras palavras, “brancos”, dada a característica da sociedade brasileira em que o fenótipo quase sempre indica posição social. Em nenhum dos casos, percebe-se a busca de identificação na escola, com o grupo com o qual os sujeitos possuem uma afinidade de cor, e do qual, posteriormente, conseguem distanciar-se social e economicamente, com evidente sucesso. A relevância da transcrição da fala de Dinorah a seguir, embora longa, está no fato de ela mostrar, com clareza, a noção que tinha da situação.

Muito cedo, eu adquiri essa consciência de que era capaz. O fato de eu sentar, de conviver com as pessoas que estavam "lá em cima" em relação a minha classe social, como a filha de um major, e o fato de eu estar sempre disputando notas com ela na sala era uma forma de eu provar que eu podia e essa relação tinha uma estratégia de: deixa eu ficar perto, ficar junto, se misture com os bons que um dia será um deles. Ela era branca. Existia também isso. Tinham outros negros na sala com que eu falava, mas eu não andava assim junto. A gente tem sempre isso e é até uma questão de defesa mesmo. Eu nunca tive a discriminação racial, mas tinha a discriminação social. Eu não estou falando do outro em relação a mim, mas é de mim em relação ao outro. Minha mãe sempre dizia: “olha, vocês têm que andar com pessoas que sejam melhores do que vocês” e tinha uma coisa que ela dizia também: “quem se mistura com porcos farelos come”, querendo dizer que era pra evitar andar com pessoas que tinham hábitos ruins e procurar andar com pessoas melhores. Essa era uma aproximação que a gente fazia mesmo, e essa era a convivência que eu tinha com essas pessoas, principalmente durante a minha vida de escola primária, foi muito de defesa – pois, também na época, a gente tinha muitas dificuldades, daí que o fato de me aproximar dessas pessoas me dava um *status* maior. Na verdade, a discriminação que eu fazia era racial também, pois os melhores eram sempre brancos. Ficar perto dessas pessoas era uma estratégia de se defender, de abrir caminhos e até mesmo estudar na casa delas pra poder merendar (...) eu sempre era convidada pra comer aqueles deliciosos pudins que as empregadas preparavam. Lá em minha casa não tinha isso, não. (DINORAH)

Como se pode ver, havia uma aproximação dela com alguns pares raciais na sala, mas era uma relação frouxa em que, certamente, a questão racial nunca aflorou. Ao recorrer aos estudos de Goffman (2005), algo parece se

explicitar na fala da informante. De acordo com esse autor, existe um jogo de interações que ocorre a partir daquilo que cada um representa e que se vê no outro, ou seja, existe uma percepção entre as pessoas sobre quem elas são e sobre quem são os outros que as levam a se agruparem.

No caso de Dinorah, mesmo que nessa percepção não estivesse presente um componente conflitante, no sentido da relação com o outro grupo (no caso, os demais alunos negros e brancos da sala), já existia uma possibilidade de que os alunos negros se agrupassem entre si, pois já teriam um componente de identificação no grupo.

Conforme seu relato e o de outros informantes, os negros nunca se agrupavam entre si, e ainda que algumas vezes eles ficassem juntos, não havia explicitamente uma motivação racial, questão que, inclusive, nunca aflorava entre eles. Havia uma afinidade e o componente racial poderia até repercutir na interação, mas não era a essência que orientava a união.

A integração dos sujeitos se realizava preferencialmente em equipes com maioria de componentes racialmente brancos. Diversos estudos têm levantado a ocorrência de uma certa rejeição da negritude por parte de jovens negros, que devido à força da ideologia do branqueamento e a internalização da idéia de inferioridade negra, buscariam a “salvação”, utilizando-se de artifícios que, de alguma forma, acreditam minimizar o “problema da cor” como, por exemplo, através da socialização com outras crianças de pele mais clara¹⁹⁴.

Convém assinalar que, conforme mencionado anteriormente, os sujeitos também se percebiam fragilizados no ambiente escolar diante da consciência do baixo aporte cultural e das pressões que este exerce sobre eles. Assim, presume-se que a maior proximidade com indivíduos das camadas mais altas é algo desejado (e estimulado por seus pais), na expectativa de obtenção dos benefícios simbólicos que acreditam advir dessas relações.

Para entendermos mais profundamente essa condição, é importante a análise que Bourdieu (1982) faz sobre tendência de reprodução cultural e social do sistema de ensino, quando este opera com os supostos mecanismos universais de reprodução da cultura e certificação do conhecimento na sociedade capitalista. Para Bourdieu, esse sistema mostra-se, ideologicamente, como uma instituição democrática, em que o acesso à cultura é garantido a

¹⁹⁴ Oliveira (1999); Ribeiro & Cardoso (1997).

todos aqueles cujas competências individuais possibilitem adquirir o capital cultural e *habitus* da cultura legitimada pela sociedade. Entretanto, esse autor mostra que aquilo que o sistema de ensino reproduz como universal, na verdade, é a cultura da classe e dos grupos étnicos dominantes, e, mesmo que os indivíduos sejam tratados igualmente pelo método de avaliação, a desigualdade da hierarquia já pré-estabelecida na sociedade permeia o universo escolar. Assim, quando o indivíduo de uma camada social mais baixa e de um grupo étnico e racial marginalizado compete com outro de uma camada mais alta e do grupo dominante, ele já entra em desvantagem cultural e social. Isso ocorreria porque esses últimos, no mínimo, já detêm os códigos de acesso à cultura dominante além de outras possibilidades decorrentes de sua identificação racial e social com o grupo estabelecido.

Nos depoimentos, observa-se claramente que o relacionamento com os “outros” de camada mais alta exige um esforço adicional dos sujeitos que, lidando com expectativas negativas geradas a respeito deles, empenham-se, a partir de estratégias individuais, na construção de uma representação positiva, confiável e passível de aceitação pelo grupo sobre o qual recaem as pretensões de inserção. É fato recorrente que os informantes procuravam meios alternativos para serem reconhecidos ou elogiados, mas também tidos como prestativos ou solícitos. Tomando como exemplo a história de Norma, a atitude de estar sempre disponível, mostrar ares de constante alegria, dentre outras formas de afabilidades que a fizeram, conscientemente, até se passar por “bobo da corte”, deve ser interpretada também como tentativa de formar, dentro do próprio ambiente em que ela atuava, elos de amizade que lhe pudessem ser úteis também no futuro.

Fisicamente, eu nunca fui uma pessoa atraente como mulher. Eu sempre fui magra, 38 quilos, perna fina, negra, então, eu procurava me mostrar sempre uma pessoa positiva. A minha vida inteira foi assim. Minha alegria e meu discurso. Era com isso que eu negociava. Eu não transava com ninguém. Não tinha esse negócio de transar, na época, não. Eu sabia que não fazia parte do padrão deles, mas não ficava de fora. Talvez até as pessoas usassem isso de mim pra atrair outros, sabiam que eu não estava competindo e se aproximavam de mim para conquistar outros. Eu sempre fui esperta e permitia, porque também estava tirando outras coisas, ou estava ganhando pelo menos a companhia de quem estava me usando, não é isso? A gente tem uma época que a gente anda com muita gente branca e que você passa determinado período como bobo da corte. Então, eles usam essa nossa simpatia, por quê? Eles ficam perto da gente pra se aproximar de outras coisas. Eu era simpática, eu era atraente no meu discurso e

isso foi em todo o meu tempo da adolescência, e do colégio no ICEIA. Se pediam: “Leva ali um bilhete”, eu ia e levava. (risos) (NORMA)

Os argumentos da informante fornecem indicações que confirmam as observações de Sansone (2004: 82) quanto ao fato de que quanto mais negróides os traços de uma pessoa, especialmente quando ela não tem um rosto ou um corpo atraentes, mais ela terá que tentar compensá-los com outras “qualidades”, tais como elegância, cortesia, simpatia, bondade, uma conversa interessante etc, dando a entender ainda que, em geral, ao namorar, uma moça negra, igualmente “sensual” e “bonita”, tem que fazer muito mais esforços que a branca.

A principal estratégia utilizada para aproximação com os indivíduos de camadas mais altas consistia na utilização do estudo como moeda de barganha. Aplicando-se nos estudos, os sujeitos obtinham boas notas nas avaliações escolares, sinalizando para seus pais condições para progredir e merecer a continuidade do investimento familiar. Oportunizava, ainda, uma imagem positiva no meio escolar que, conseqüentemente, facilitava sobremaneira a inserção nos grupos pretendidos. Os relatos de Renato e Balbina demonstram claramente como tal recurso funcionava.

Eu sabia que era só o aluno ser bom demais que todo mundo passava a valorizar aquele aluno e isso ocorreu comigo na Faculdade, vieram as primeiras provas e trabalhos e eu passei a rever bem e me destaquei na turma e aí esse rapaz ficou amigo meu e, como ele sabia de minha condição familiar, morava num cubículo, ele me chamava pra, no final de semana, ir estudar na casa dele, porque lá tinha mais espaço, o pai dele era Coronel. (RENATO)

Eu era a melhor aluna da minha turma e era muito querida pelos colegas e respeitada pelos professores. Tinha uma boa convivência com todos e sempre procurava ajudar, aliás, eu sempre gostei muito de ajudar meus colegas. Eu fazia questão. Na terceira unidade, eu sempre já estava passada, então eu dava banca pra eles pra eles poderem passar de ano. Então, eu tinha muito respeito dos meus colegas por conta disso. (BALBINA)

Estratégias como as mencionadas acima ampliavam a visibilidade desses indivíduos no meio escolar, facilitando a aceitação em grupos de estudos e a aproximação com as amizades pretendidas. A partir destas, os sujeitos convivem com novos estilos de vida, passando a transitar entre os dois mundos: de sua família e dos colegas de escola. São mundos diferenciados, com padrões contrastantes, concepções particulares, olhares e prioridades distintas, contudo

eles aprendem a lidar com essa situação, desenvolvendo não só estratégias racionais, mas, sobretudo, uma capacidade de adaptar-se às circunstâncias. Vale ressaltar que, muito embora provenham de classes diferenciadas, as escalas de valores da sua família e a de seus amigos não são antagônicas, ou seja, apenas lidam com aspectos diferentes da realidade, estabelecendo recortes próprios nas suas visões de mundo.

A maneira como foram orientados familiarmente no grupo de origem os estimulou a uma maior imersão na atmosfera burguesa das amizades de classe média. Isso configura o que Albert Memmi indica, em seu livro *The Liberation of The Jew*: a conversão que exigia a passagem irreversível de uma comunidade para outra, de um universo ideológico para outro, eliminando em um golpe o grupo do qual era o convertido originário¹⁹⁵.

Contudo, essa conversão tem também seu preço. Ocorre atomizadamente, em universos, por vezes, constituídos exclusivamente por brancos, onde os sujeitos também experimentam uma forma diferente de relacionar-se com a qual estavam acostumados nos grupos de origem (família e vizinhança). Nesses ambientes, como regra geral, há pouco ou nenhum espaço para compartilharem suas vivências, embaraços e os constrangimentos sofridos em decorrência de sua condição sócio-racial.

A situação relatada abaixo, e ocorrida com Balbina, se deu já no ambiente universitário, mas pode ilustrar o aspecto que se pretende enfatizar aqui. Como ela diz:

Eu, sempre fui bem querida, amada na escola, inclusive eu tenho uma amiga, que foi um separador de águas na minha vida: Adriana. Ela era uma das meninas mais ricas da minha turma. Um dia ela resolveu me levar em casa de carro, quando entrou na minha rua, disse: “Poxa, sua rua é feia” e eu disse: “É melhor você dizer que é pobre, porque é o lugar que eu moro”. Então ela disse para mim: “minha mãe é que nunca pode vir nessa rua, porque senão nunca mais vai deixar eu ser sua amiga”. A mãe dela era bem posicionada na sociedade, e inclusive, quando ela me conheceu, me olhou assim, meio (...), sabe como é? Mas, aos poucos, eu fui conquistando seu respeito. Só que no casamento do irmão dessa minha amiga, ela ficou de me pegar em casa e, de repente, me ligou dizendo: “Amiga, tem uma bronca. Minha mãe decidiu que vai passar aí comigo. Você não quer vir pra cá e sair daqui? – Ela não queria que a mãe dela soubesse onde eu morava, porque ela ficava inventando mentiras sobre mim: que eu era parente de fulano, beltrano. A mãe dela resolveu ir com o motorista, na minha rua, num Santana Quantum. Ela tinha um cachorrinho poodle, (risos) e

¹⁹⁵ Memmi (1966)

os meninos da rua começaram a gritar (risos) e a correr, atrás do carro. Coisa de pobre, quando chega alguma coisa nova e aí, quando viram aquele poodle, todo arrumado, com as unhas pintadas para fora do carro, começaram a gritar: "olha!!!, uma ovelhinha" – e a se acercar do carro gritando, gritando. A mãe dela estava apavorada, achando que o povo ia invadir o carro. Quando eu vi aquela situação, eu nem quis sair de casa, morrendo de vergonha e minha mãe disse: "Você vai. Eu vou lhe levar até lá, e ela que não diga que *você não vai entrar no carro, porque se ela disser algo, aí vai ter uma briga de mães*". Eu entrei no carro e fui embora, sem falar nada. (BALBINA)

Em outro trecho do seu depoimento, a mesma informante relata experiência similar nesse sentido, dando a entender a frequência com que esses constrangimentos ocorriam nos relacionamentos com indivíduos de outras camadas sociais.

Às vezes eu tinha o dinheiro prá comprar as coisas, tinha a roupa adequada, mas eu ficava tão tensa diante daquele mundo que não era meu, era uma tensão tão grande que eu não aproveitava o passeio. Por exemplo, quando minha amiga Adriana me chamava para ir pros jantares do Rotary Clube, eu ia, porque na minha rua; eu não tinha outros amigos, não tinha namorado e ficava sozinha, então eu ia e aí, passava aqueles vexames da mãe dela ir me buscar em minha casa e os vizinhos abordarem o carro e tudo mais. Às vezes ela me chamava pra casa dela e queria sair e quando eu ia olhar as roupas, eu me perguntava: Quais as roupas que eu tenho, né? Ela saía pra lugares arrumados, chiques, de pessoas da alta sociedade de Feira de Santana. A Mãe de Adriana era uma pessoa fina, que saía em coluna social e coisas assim. Então, você imagine viver nesse mundo? Em um final de semana que eu estava lá ela estava oferecendo um jantar para o pessoal do Rotary Clube. E aí, eu disse: meu Deus, eu não trouxe roupa e fiquei naquela angústia.. Aí eu inventei mil desculpas pra não sair do quarto e como eu era gorda e ela era magra, não tinha como ela me emprestar roupa; não tinha como emprestar sapato, porque ela era alta, tinha o pezão e eu tinha o pé pequeno. E aí, dentre as roupas que eu tinha, eu botei as mais arrumadinhas e assim, me sentindo péssima, e esse jantar de não sei quantos pratos e eu percebia que as pessoas me olhavam de forma estranha, porquê assim, eu a única negra e ainda vestida daquela maneira. Aí, Adriana me apresentava: "aqui é minha amiga." E a mãe dela: "ó, essa aqui estuda com minha filha é uma grande amiga nossa.". Eu sabia que a mãe dela estava fazendo aquela preleção toda pra compensar o defeito genético e evitar a cor e também evitar que as pessoas questionassem muito. Eu sentia isso. Ela era uma pessoa polida, óbvio, e eu imaginava isso como uma forma de carinho. Inclusive, assim, ela sempre botava a cadeira dela próximo, botava Adriana e me botava de junto, sempre assim, como a dizer: tô aqui, tô perto, tô protegendo, sabe? Sempre foi assim. Então, eu, no início, me sentia muito constrangida, mas depois, aos poucos, eu fui me habituando por conta do carinho deles. (BALBINA)

Em geral, a participação nesses relacionamentos desenvolvia-se dentro de padrões de subalternidades, em uma fidelidade acrítica, diante de realidades que, via de regra, não ousavam tensionar, como a sugerir um jogo em que, para

os sujeitos, as recompensas apresentavam-se-lhes suficientemente altas para que nele se dispusessem a permanecer. Aqui não vejo como evitar mais um longo relato, de Ana Meire, sob pena de perdermos de vista a força de sua descrição. Tratando da situação, ela expressa:

Eu tinha uma grande amiga na época de escola: estudamos juntas os quatro anos de ginásio, os três de colégio e até a faculdade fizemos também juntas. Ela era de família branca, e de mais posses do que a minha – aliás, eu sempre fui a mais pobre, mas nós éramos muito unidas e a mãe dela confiava em mim. Gostava que eu fosse amiga dela, me achava ajuizada, estudávamos juntas e tudo mais. Pra mãe dela, eu era interessante, porque eu não ameaçava em nada, Eu era direita, comportada, quer dizer, era como se eu tomasse conta da filha dela. (risos). Pra mim, também tinha aquela questão: a casa dela era melhor do que a minha e melhor do que a casa de muitas outras. Então, na minha vizinhança, ela era a única amizade que eu tive durante os anos, Ela, muitas vezes, me ajudou me emprestando o passe escolar. e dividindo a maçã comigo na hora do recreio. Como ela comprava todos os livros, a lista completa, a gente estudava junto, Eles tinham um fusca e, na época do ginásio, tinham aqueles bailes preparatórios pra a formatura, pra arrecadar dinheiro e a mãe dela só deixava ela ir no baile se me levasse junto, então eu me virava pra arranjar roupa pra ir. Muitas coisas de lazer eu só tive acesso por causa da amizade com essa família. Na verdade, tinham condições que eu soube aproveitar muito bem. Eu sempre vivi os dois mundos: o meu mundo: a minha casa, o jeito que eu vivia – e o outro mundo - inclusive, só essa amiga frequentava minha casa e mais ninguém, porque eu pouco socializava: Com os amigos mais ricos, eu não podia interagir mais do que no ambiente escolar e aquela comunidade dos vizinhos eu evitava. porque eu, mesmo sem demonstrar, sempre fui meio interesseira, de procurar me aproximar de pessoas com melhor nível, essa coisa de estar sempre perto do poder, da liderança. (ANA MEIRE)

A fala de Ana Meire se torna relevante na medida em que mostra o modo subalternizado como ela se percebe no ambiente escolar, sugerindo a composição de um código de interpretação desse espaço social que, por força do seu empenho escolar e comportamento “puritano”, oferece-lhe também um “paternalismo maternal”: *“A mãe dessa amiga foi como uma mãe prá mim”*. As atitudes de reciprocidade, por se mostrar sempre disponível e solidária, levam-lhe a uma qualificação moral positiva, e as ações do “outro” em resposta às suas atitudes são percebidas como uma “bondade”. *“A mãe dessa minha amiga era muito boa comigo”*.

Na escola, essas pessoas integravam grupos mais restritos, porém com uma participação subsidiária: não exerciam qualquer tipo de liderança e tinham representação secundária na imagem dos grupos que frequentavam, como revela Renato e Ana Meire, acerca de sua turma da escola:

Tinha aquela turminha, que se reunia no final de semana para bater papo embaixo do poste, tinha sempre aquelas coisinhas ali, eu não era nenhum líder, ao contrário, eu via os outros como líderes, porque todo mundo tinha condições melhor do que eu, então eu ficava olhando os caras ali que namoravam. Todos conseguiram namorar as meninas, e eu só ficava ali, quieto, sem ninguém e não seguia eles por completo, porque eu tinha meus propósitos, queria estudar e tudo, Eu não tinha assim nenhuma aproximação com outras pessoas na época. (RENATO)

Eu nunca estive na frente do grêmio ou qualquer posição de liderança na escola, vamos dizer assim, não é que eu estivesse totalmente por fora. Tinha a comissão de formatura e eu não participava dela, mas eu acompanhava de perto. Eu sempre pegava alguma coisa pra fazer, (...) sempre que tinha uma festinha, eu ajudava a organizar, sabia onde é que encontrava alguma coisa, tinha uma contribuição a dar, e aí você se projeta, não é? Porque você participa. Quando a gente começou a acampar, eu era quem levava mais coisas, dominei a logística do acampamento, então eu que tinha o fogão, eu ajudava a fazer uma lista legal, pra cada um levar uma coisa. Aí, eu acabava aparecendo... (risos). Por isso é que eu acho que se eu fosse mais atirada, mais ousada, eu teria chegado mais longe, eu teria tido mais referências positivas, melhores influências e, provavelmente, teria feito coisas mais interessantes nesses meus 50 anos. (ANA MEIRE)

Reproduzimos a seguir, a experiência vivenciada por Antonio, a qual certamente o preparou para embates similares futuros e fornece elementos para se refletir acerca das dificuldades que permeiam o processo de formação desses jovens. Ele tinha as suficientes credenciais formais para chefiar as equipes na escola. Era bom aluno, tinha bom relacionamento com todo o grupo, mas a existência de critérios subjetivos de escolha - nunca explicitados – levavam os outros a preterirem a sua representação.

Eu tinha boas notas, mas tinha outros colegas que eram bons também e que não eram negros, eles apareciam muito. Eu não aparecia. As pessoas brincavam comigo me chamavam de CDF, diziam que eu era inteligente e tal (...), mas eu não aparecia como liderança e o maior exemplo que tive de nunca ter sido essa liderança, foi esse: numa certa ocasião, a professora de matemática, escolheu os quatro melhores alunos para serem chefe de equipe e eu fui um deles. Na hora que ela perguntou a cada um com quem queria ficar, todos foram escolhendo e ninguém ficou comigo. No final, sobraram umas pessoas e foram essas as que ficaram comigo (...). Você imagina o que isso significou na época pra mim. Elas não tiveram nem coragem de escolher (risos). Mas você sabe que isso foi bom? Eu estudei muito e

fizemos o melhor trabalho. Também, tudo caía na minha cabeça, porque aquelas pessoas que sobraram, realmente, não eram bons alunos, eram fracos, em notas baixas e tudo. (ANTONIO)

O mesmo tipo de relações de convivência na infância e juventude reproduz-se na universidade. Nesse ambiente, repete-se o esforço para compensar a origem social, perto da pobreza (além da condição racial socialmente desvalorizada). Os sujeitos empenham-se no bom resultado escolar, ampliando também o nível de aproximação com indivíduos de melhor condição social (brancos). Compartilham momentos de lazer e de estudos conjuntos, frequentam as residências dos colegas e alguns dos seus espaços de convívio, o que explicaria a incidência maior, nessa fase, de narrativas ligadas à discriminação racial.

5.2.5 - A participação no ativismo social e político

Outros elementos também se apresentam para caracterizar a socialização dessas pessoas no ambiente universitário, como a participação delas em grupos representativos mais amplos, a exemplo dos diretórios acadêmicos. Estes grupos compõem uma das mais antigas tradições da juventude universitária brasileira, tendo cumprido um importante papel na formação de grande parte desse segmento e representando, para muitos jovens, os primeiros passos na vida social, cultural e política.

Refletir sobre a participação nessas instâncias de socialização se torna importante não apenas pelo que elas representam na transmissão do saber, de conhecimentos e de atitudes ou comportamentos, mas, sobretudo, pelos seus possíveis efeitos diante da convivência entre indivíduos de classes, tendências e discursos diferentes, notadamente nos “anos de chumbo”. Nesse período, a grande maioria dos informantes frequentava a universidade e o meio estudantil nas principais capitais do país, oferecia grande resistência ao regime militar, funcionando inclusive como principal porta-voz dos descontentamentos da sociedade.

O discurso estudantil falava por e para toda a sociedade, em um ambiente em que se convivia com o ativismo direto de alguns estudantes. O militante era fortemente valorizado por sua aura de representatividade ou de heroísmo, como também pela sua exposição aos riscos e perigos diante da conjuntura militar repressiva. A esse respeito, os informantes, quando muito, experimentavam outras formas de reação mais moderadas, como “espiar de longe as manifestações” ou apoio pacífico às greves, e a forma mais generalizada, que era a total evitação de envolvimento nos embates.

Tais considerações tornam-se particularmente importantes pois, enquanto estudantes, a maioria dos informantes vivenciou diretamente esse período de grande efervescência social e política. Contudo, nos depoimentos, é fato comum a escassa ou mesmo nula presença dessas pessoas nos movimentos coletivos das representações estudantis, especialmente os que punham na ordem do dia a contestação ao regime militar.

É representativa a resposta enfática de um dos informantes à pergunta sobre a sua participação nas atividades culturais do grêmio em sua fase escolar: *“Participar de grêmios? Nem pensar. Não, eu nunca participava”*. Eles também não participavam das atividades associativas promovidas pela escola, alegando falta de tempo diante da dura rotina diária que experimentavam. Provavelmente, também contribuía para isso o desconforto decorrente do sentimento de inferioridade e da própria relação subalternizada que marcava a integração desses indivíduos. Em geral, nesses grupos, sentiam-se desconfortáveis e inibidos para se manifestar, em função da ausência de uma prática discursiva, nesse sentido.

De grêmios de escola, não participava, não, porque eu não tinha tempo. O problema é que eu trabalhava e estudava, então não tinha tempo de nenhuma outra atividade, não tinha direito. Eu me tornei arrimo de família, tinha que trabalhar.. Então, meus horários eram muito apertados. O dia amanhecia já tinha que estar na rua e, quando sobrava um tempinho à noite, era de estudar, de ir pra escola, quando acabava dava dez e meia da noite eu, estava morto de cansado. Então,... era dormir pra no dia seguinte, recomeçar. (RENATO)

Na escola, nunca participei de grêmios, diretórios, essas coisas (...). Eu trabalhava durante o dia, estudava à noite e era muito preocupada com a família. Além disso eu sempre fui muito tímida, ainda mais nesses ambientes. Eu sempre tinha uma postura reservada e desconfiada, até por não querer me expor, entendeu ? Repare!! Também eu nem tinha tempo. (JOSEMILDA)

Grêmio? eu nunca me meti nessas coisas. Eu cheguei no Instituto Normal, naquela época de 74,78, e eu tinha muito medo até por causa de meu pai, porque ele dizia: “não se meta” (...) e eu tinha medo de acontecer alguma coisa. (JUDITE)

A ausência ou a escassa participação nos quadros e nos eventos organizados pelas associações estudantis evidenciam a existência de dificuldades de integração dessas pessoas nesses grupos. Certamente percebiam-se secundariamente representados na identidade grupal (na condição de pobres e pretos, convivendo em uma maioria de classe média e de brancos com voz, “presença”, além de outras distinções materiais e simbólicas).

Conforme já mencionado, as diversas manifestações coletivas e públicas que ocorriam no período não têm a participação desses indivíduos que invocam o “medo” (ou a consciência de serem os mais vulneráveis) frente à probabilidade de ocorrer uma situação adversa que os poderia expor a uma situação em que não teriam com quem contar e, portanto, tinham que ser cautelosos e prudentes.

Não se pode esquecer que o período vivenciado por essas pessoas nas universidades coincide com os anos mais duros da repressão militar no Brasil e com as proibições de qualquer tipo de participação política. A mera menção de raça ou racismo resultava em sanções sociais, pois feria os princípios da segurança nacional, e, frequentemente, qualquer pessoa que mencionasse a questão poderia ser rotulada de racista e atrair o poder de repressão militar para si¹⁹⁶. Daí que, para essas pessoas, que já conviviam com o trauma de lhes serem atribuídas posturas negativas face às suas características raciais, participar de movimentos sociais, especialmente no período da ditadura militar, soava como algo perigoso que poderia trazer complicações que eles não gostariam de vivenciar. Afinal, já lhes bastavam as da adolescência e da infância e, além disso, os sujeitos tinham sobre si a força de uma socialização familiar com um projeto de ascensão social que, se centrando neles, invocava atitudes acomodadoras, de conformismo e de evitação do tensionamento, especialmente diante da questão racial. O conteúdo dos depoimentos de Vanderlina e Dinorah,

¹⁹⁶ Antes do fim da década de 70, as associações de negros no país tinham uma tendência culturalista e objetivos assimilacionistas. Com a redemocratização, no início dos anos 80, os objetivos e os métodos políticos para alcançá-los mudaram de enfoque. Uma nova geração de ativistas, em geral mais jovens que os das gerações anteriores e com maior grau de educação, passou a enfatizar a identidade negra, além de denunciar a democracia racial como mito (TELLES, 2003: 70).

abaixo, fornece importantes indicações do comportamento dessas pessoas em sua trajetória na universidade

Na época estudantil, eu não participava de nenhum movimento social. Por exemplo, eu fiz Faculdade de Direito, de 70 a 74 e lá tinha o Diretório Acadêmico que mexia muito com questões políticas e reivindicações para o próprio curso. Eu não frequentei. Nunca participei de grêmios, nem tive atividade política na escola. Não tinha vez, nem tinha voz, nem me vestia bem, nem tinha condição de estar me deslocando pra cima e pra baixo, não tinha carro. Também não tinha dinheiro pro transporte, aí eu não podia frequentar as coisas. Eu ia a pé pra faculdade. Morava no fim de linha do Tororó e eu ia todos os dias andando, porque tinha aula de teoria geral do Direito e era sete da manhã e o primeiro ônibus passava às sete da manhã, então, eu tinha que ir andando às seis que é pra poder às sete horas, quando o professor entrasse na sala, eu já estar lá dentro e também, quando não era dia dessa aula, eu tinha que ir mais cedo pra poder pegar os livros na faculdade pra ser a primeira da fila na biblioteca pra pegar os livros mais difíceis pro empréstimo. Eu também nunca fui alertada pra isso. Era época do regime militar e havia também o medo de ser presa. A verdade é essa (...). Tinha um medo (...) e também isso ia me dividir, podia atrapalhar minha vida. Nunca teve também um apelo pra que eu participasse do Movimento Negro, na verdade, esses movimentos todos tinham uma conotação política muito forte de que eu procurava fugir. Minha mãe não tinha esclarecimento necessário pra me orientar nessa base, então, eu procurava não ficar próxima desses movimentos por isso. Hoje, eu não sou associada a nenhum clube, não faço parte de nenhum terreiro, não faço parte de nenhum grupo religioso, eu posso dizer que, eu não sei se isso é bom ou se isso é ruim, mas eu transito em todos os lugares sem me envolver. (VANDERLINA)

A gente viveu aquelas décadas feias e eu era muito medrosa. Nessa época, quando via na rua queimando a bandeira dos Estados Unidos, eu já estava correndo, porque eu tinha medo de tomar porrada da polícia, Eu sabia que não tinha ninguém para me amparar se alguma coisa acontecesse. Eu não participava do movimento estudantil, na minha época, tinha o centro cívico, mas também não participei. (DINORAH)

Certamente, aí está uma das razões pela qual se observa o pertencimento precário desses estudantes à coletividade estudantil. Eles não desenvolvem a participação política ou algum tipo de militância especialmente em se tratando de um período de grande efervescência social, tampouco exercem algum tipo de liderança na trajetória universitária. Por exemplo, em meados dos anos 1970, os debates sobre as questões raciais se intensificam nas grandes capitais brasileiras, atingindo seu ápice em 1978, quando o Movimento Negro Unificado se tornou o fórum privilegiado de debates sobre a discriminação racial. O grupo estudado possui escassa participação no universo da militância negra, nos debates relacionados a questões raciais e pouca proximidade com certas mobilizações culturais ligadas ao “protesto negro

moderno”¹⁹⁷. Embora entendessem a importância da atuação nessas entidades e mobilizações da sociedade civil, na opinião deles, a situação de evidência em que se colocam aqueles que atuam politicamente lhes parecia algo negativo e perigoso. Esse comportamento arredio e defensivo também estaria ligado ao temor da possibilidade de uma maior conscientização sobre essas questões e conseqüentemente, do confronto que tende a advir dessa situação. O apelo ao subjetivismo torna-se, então, a melhor saída para a resolução dos conflitos, ou seja, como se refere uma informante: “tudo seria melhor se cada um procurasse cumprir a sua parte, *se todos olhassem mais para si mesmos, procurassem agir de maneira mais harmônica com mais sanidade e estabilidade emocional. A discriminação deixaria de existir*”. As falas de Renato e Balbina, mostradas a seguir, ajudam a refletir sobre tais argumentações

Estava começando ainda esse negócio de Movimento Negro, eu não tinha assim nenhum contato com ninguém do movimento negro na época. Muito tempo depois, é que eu fui algumas vezes ao Olodum, Gandhi, essas coisas assim, eu fui algumas vezes, mas sem (...), quer dizer, eu fui como uma pessoa qualquer (...) só chegava pra ver o que é que era, porque eu admirava aquilo. (RENATO)

Minha irmã sempre foi mais militante do que eu, que sempre vejo as coisas e procuro ver de maneira mais harmônica, dentro do meu eu, por mim, não pela sociedade, mas por mim. Até para manter minha sanidade e estabilidade emocional. (BALBINA)

A deliberada evitação do confronto nas interações pessoais parece ser a marca das experiências de vida da quase totalidade dos informantes. Nas declarações sobressaem as autodefinições que os caracterizam como observadores, passivos, corteses com os indivíduos em posições superiores e avessos a qualquer movimento reivindicatório, seja político, estudantil ou outro ativismo social. Como se refere um dos entrevistados, “*eu sempre ficava na minha*”.

Contudo, mesmo não tendo participado de modo efetivo dos movimentos políticos e de cunhos étnicos, os indivíduos participaram da nova visão de mundo que caracterizou a população negra dessa época. Esparsamente e sem maiores vinculações ou compromissos, alguns até chegaram a frequentar algumas reuniões, levados por amigos. Mas, ao que parece, isso se deu da

¹⁹⁷ Como exemplo, pode-se citar o caso do Ilê Aiyê, um grupo de negros de Salvador que, em resposta à exclusão racial, fundou um bloco de carnaval exclusivamente para negros.

forma como antigamente eles iam às igrejas, em busca de verdades e de melhor entendimento das injustiças do mundo. As inconformidades que cada um experimentava eram sempre represadas neles mesmos ou expressadas nos seus pequenos círculos.

Em seu conjunto, apenas três informantes (todas elas mulheres) tiveram uma incursão mais aproximada com o ativismo social negro. Os demais demonstraram ter conhecimento do protagonismo da militância no avanço das discussões sobre a questão racial, alguns até já participaram de palestras realizadas por militantes, achavam importantes as atividades protagonizadas pelo Movimento Negro mas, em geral, eles evitavam a abordagem da questão racial em suas discussões. Esse tipo de distanciamento se reproduz nas fases subsequentes da vida e também ocorre no que tange a outras práticas políticas, a exemplo da atuação em sindicatos ou nas discussões por eles desencadeadas.

É interessante notar que a participação, mesmo que limitada, em entidades do movimento negro e até mesmo a consciência da atuação destas através de relatos de parentes e amigos, faz a diferença entre os informantes, permitindo àqueles que realizaram essa experiência a construção de um discurso sobre o negro e a questão racial permeado de análises críticas. Por exemplo, levada por uma colega, Maria Anisia frequentou algumas reuniões do Movimento Negro, nos idos de 1977, em Salvador, porém se afastou logo depois de formada, pois considerava que ter sua imagem associada à militância atrapalharia sua carreira profissional. Ela se refere, também, que se sentia discriminada no grupo em razão do seu cabelo alisado e de frequentar as reuniões sempre bem trajada, diferentemente dos demais, que usavam tranças, cabelos *blackpower* ou indumentárias africanas, estilo que ela nunca cogitou aderir, embora atualmente perceba a importância das atitudes daqueles mulheres negras na reversão “daquele padrão estético” no qual não se viam inseridas.

O caso de Ana Meire não foi muito diferente, pois ela também logrou participar das reuniões do MNU nos seus primórdios. Levada por um amigo nos últimos anos de faculdade, sua convivência foi mais duradoura e de maior envolvimento que a de Maria Anisia. Participou de eventos sociais e de cunho reivindicatório e, como ela reconhece, foi aí também onde começou a refletir

especialmente sobre as razões que a haviam levado a sempre se relacionar com brancos, e também a se empenhar na produção de mudanças desse quadro, agregando novos amigos negros e adotando uma estética mais africanizada nos cabelos¹⁹⁸. Na atualidade, sem uma militância mais participativa, ela alimenta laços de proximidades com algumas entidades, participando de eventos ou contribuindo com esparsas colaborações. Sobre sua experiência junto à militância negra, ela diz:

Eu adquiri consciência racial mesmo, aos 25 anos de idade, em 1980. Então, já estava concluindo a faculdade, no seu finalzinho. Eu conheci um pessoal do meu bairro que estava discutindo a questão racial e começava a fazer um trabalho no bairro, de reunir jovens pra discutir a questão racial e formar um grupo com pretensões políticas. Na verdade foi assim: eu encontrei um amigo de infância, que me convidou pra ir à reunião em que se discutia a questão racial. Eu me arrumei muito bonitinha porque estava muito interessada nesse negão e fui pra essa reunião. Aí foi a primeira vez que eu sentei num grupo de pessoas que (...), tinha negros como eu e isso me trouxe um deslumbramento por estar entre negros. (...) Olha, eu tinha 25 anos e foi a primeira vez que eu me sentei com um monte de negros interessantes. Negros que tomavam cerveja, que conversavam coisas inteligentes e durante um bom tempo continuei participando das atividades. Atualmente, sou apenas simpatizante, pois não consigo viver o dia a dia dessas organizações. ANA MEIRE

Em relação à vivência em espaços políticos de discussão da questão racial, o caso de Norma se mostra singular, pois se observa uma experiência mais efetiva de militância negra. Como ela diz: “*Eu fui fundadora do Movimento Negro em Salvador, fui a primeira secretária e fiz a primeira ata.*” Trata-se de uma relação que difere de todas as demais, pela sua vinculação no passado e no presente às instâncias do Movimento Negro e ao prestígio, visibilidade e posição de liderança alcançadas junto à comunidade negra. Arrisco dizer que, em grande medida, isso se deu pela diferença de estilos familiares, no que contêm de práticas e representações de formas de sociabilidade. O núcleo familiar de Norma mostra-se atípico em relação aos demais, caracterizados pelo baixo nível de escolaridade em todo o entorno familiar.

¹⁹⁸ Vale ressaltar um componente que comparece regularmente nas histórias das informantes e parece marcar a história de todas as mulheres negras. Trata-se do cabelo crespo, um atributo que ocupa um lugar importante na reconstrução das histórias individuais, pontuando histórias de discriminação ou de estratégias de evitação da exclusão na infância, na escola, nos diversos grupos de convivência e até mesmo na própria família.

Minha mãe era professora primária; meu pai só cursou até o quarto ano primário, mas tinha um nível de (...) quer dizer lia jornal e se interessava em aprender. Ele foi diretor da Associação dos Enfermeiros e Auxiliares na Bahia e chegou a se candidatar a vereador no interior. Meu avô paterno era auxiliar de enfermagem num hospital de pronto socorro e professor leigo. Na família de minha mãe tem professora de nível universitário; na família de meu pai, só tinha uma irmã que era professora e foi também polícia feminina. Essa minha tia era uma pessoa muito engajada e era ela quem mais conversava comigo sobre racismo e um monte de coisas. (NORMA)

A informante provém de um entorno familiar com melhor nível de instrução e de consciência política, onde havia espaço para discussões mais abertas sobre a questão racial, oferecendo-lhe algum respaldo assim como uma condição diferenciada de inserção nos grupos e também de engajamento nas discussões.

5.2.6 - As escolhas profissionais

No tocante à formação profissional, a maior incidência das “escolhas”, no caso masculino, recai sobre a carreira militar (4) seguido de Engenharia Civil (2), Direito (2), Ciências Contábeis (1) e Economia (1). Quanto às mulheres, há um maior número delas com formação em cursos de licenciatura (7), voltados para o ensino, tais como: Letras (5), Ensino da Administração (1) e Comunicação (1). As demais formaturas femininas são em Medicina (1) e Direito (6), revelando-se uma patente preferência pela área de humanidades, apesar de serem as carreiras mais desprestigiadas socialmente e terem salários comumente mais baixos. A esse respeito é importante levar em conta que a escolha da profissão se realiza dentro de um campo de possibilidades onde, por exemplo, cursos de alto custo e exigências de dedicação exclusiva, como Odontologia, Medicina e Engenharia ficam fora do alcance de grande parte dos alunos que concluem os cursos de ensino médio, pois muitos deles necessitam viabilizar a possibilidade de conciliar trabalho e estudo. Assim, a escolha dos sujeitos pelos cursos na área de humanidades seria influenciada pela origem social, ainda que outros fatores também ofereçam contribuição importante, tais como a busca de aquisição de *status* e as influências de outras pessoas.

Em relação à quantidade das informantes que cursaram Direito, caberia aqui uma ressalva, para esclarecer que quatro delas concluíram anteriormente o curso de Letras e reingressaram na Universidade, na carreira jurídica, “para ampliar as oportunidades no trabalho”. Embora o viés de gênero não seja particularmente tratado aqui neste estudo, é pertinente refletir sobre esse fato. As possibilidades dos concursos públicos, especialmente na área do Direito, em que a questão de gênero não interfere na contratação, somadas ao elevado número das profissionais que se graduaram em Direito, parecem confirmar as observações de Carvalho de que o aumento do número de mulheres no Ensino Superior e, mais particularmente, em determinadas carreiras, estaria relacionado com uma visão pragmática das limitações ainda persistentes no mercado de trabalho para as mulheres, mesmo aquelas com formação mais elevada.

Um outro dado, sobre o qual vale refletir, estaria ligado à relação entre escolhas profissionais, situação econômico-social e pertencimento racial. Os relatos dos sujeitos propõem que a escolha profissional é orientada pelo caminho possível. Neste sentido, entendo que o acesso à educação leva a uma série de escolhas racionais, diante de objetivos muito bem definidos pela condição social dos sujeitos, mas por vezes pela condição racial também. O caso de Raimundo se torna exemplar, na medida em que a opção pela carreira militar é orientada, principalmente, pela possibilidade de poder avançar na formação escolar e, ao mesmo tempo, receber um salário que permitisse custear os estudos e ajudar na manutenção da casa. Havia a possibilidade e intenção de prestar concurso para a Marinha, mas essa idéia foi deixada de lado, diante dos comentários que lhe apontavam ser esta uma corporação racista, imputando aos negros grande dificuldades de ingresso e progressão na carreira.

Ao estudar a ascensão social entre os estudantes da Universidade Federal Fluminense, Teixeira (2003) constatou que os alunos negros tinham uma presença mais acentuada nos cursos de Química Industrial, Serviço Social, Ciências Sociais, Enfermagem, Biblioteconomia, Arquivologia e Pedagogia, sendo tais escolhas baseadas não apenas na aptidão, vocação ou simpatia mas, sobretudo, na avaliação das possibilidades de êxito, tanto no exame vestibular como no seguimento futuro da carreira pretendida. Ainda assim, um outro componente era a necessidade de alguns de conciliar estudo e trabalho. Por sua vez, em cursos como Medicina, Informática, Farmácia, Ciências Econômicas,

Psicologia, Odontologia e Nutrição, os negros existiam em proporção bastante reduzida.

Nesta perspectiva, as carreiras “escolhidas” pelos indivíduos negros e pobres seriam aquelas “possíveis”, dentro de certas condições, como as que levariam as mulheres a buscarem profissões ditas “mais femininas”, como o magistério (que reconhecidamente é uma das principais carreiras “escolhidas” por mulheres negras). Essa tendência se confirma neste estudo, pois constatou-se entre as informantes do sexo feminino uma maior incidência de “escolhas” para as carreiras do magistério.

Meus pais sempre foram humildes, mas acreditaram que a gente tinha que estudar pra vencer e assim eu sempre achei que podia vencer se estudasse (...). Quando eu concluí o ginásio e minha mãe chegou até a sugerir que estava bom, que eu podia trabalhar como caixa de supermercado, esses eram exemplos que ela dava, que eu podia trabalhar em loja, até porque eu tinha chegado a um topo que nenhum da família havia chegado ainda, mas ela demonstrava também que eu devia continuar, porque ela tinha o maior prazer de ver a gente na escola. Só que ela ficou doente e eu tive que ficar com ela. Meus irmãos mais velhos estavam casados, moravam fora e eu tive que tomar conta da minha mãe. Quando ela faleceu, eu disse: agora vou ter que continuar estudando. Naquele momento, eu terminava o ginásio, a tendência era que eu entrasse pro curso normal, porque, como eu estudei no Iacea, havia uma certa pressão, *“essa menina é muito estudiosa, vai fazer o normal pra ser professora”* (DINORAH)

Minha mãe sempre falava “você não é melhor do que ninguém, mas também ninguém é melhor que você, você vai poder ser alguém na vida e ter aquilo que você planeja a partir dos seus estudos, você tem que saber aonde quer chegar, você tem que fazer o seu planejamento e foi assim que, quando eu quis fazer o ensino superior, ela disse assim “primeiro, você vai ter que tirar sua carta de professora, porque isso vai dar a base pra você trabalhar e nunca morrer de fome, uma professora pode ganhar pouco, vai ter sua profissão sempre em primeiro lugar, você vai ter sempre onde trabalhar, depois você faz o que você quiser”. Minha mãe não tinha nem o primário completo e ela, dentro do sonho dela, que também sonhava alto, ela colocou e o que era alto pra ela é ser professora e também não podia sonhar como juíza. Era uma realidade fora (...). (VANDERLINA)

Cabe registrar que, dentre as dez mulheres entrevistadas, seis fizeram duas graduações (além das diversas especializações que seus currículos registram). Tal constatação pode estar ligada ao fato de que a condição da mulher permite-lhe manter-se na escola por um tempo maior que os seus irmãos, reproduzindo uma tendência comum no Brasil: as mulheres atingem níveis de escolarização mais elevados que os homens, certamente, devido ao papel que elas ocupam na divisão sexual do trabalho. Desde cedo, elas

contribuem para a organização da vida e da reprodução familiar, realizando atividades do trabalho doméstico o que, em geral, dispensa de uma inserção precoce no mercado, reduzindo-lhe um dos obstáculos mais usuais à escolarização mais prolongada.

Quando minha mãe morreu, eu tinha 15 anos e, com toda a dificuldade que eu, meu pai e meu irmão passamos, eu não interrompi meus estudos em nenhum ano. Depois que ela morreu, aí eu assumi as tarefas de casa. Prá meu pai não era negócio eu trabalhar fora, porque se eu fosse, quem iria cuidar da casa, lavar, passar, cozinhar? Então era melhor eu ficar em casa. Aí fui até dezenove anos quando eu terminei o terceiro ano colegial. Aí comecei a trabalhar. (ANA MEIRE)

Para os informantes masculinos, enfrentam a cor é um elemento relevado, na definição da escolha profissional, embora em sua totalidade eles reconheçam o peso das dificuldades derivadas da situação de classe. Tais questões se explicitam no depoimento de Renato, para quem a “escolha” da carreira militar está relacionada à sua condição de classe. Como ele diz:

Eu me inscrevi para todos os concursos públicos e todos os vestibulares em Faculdade pública. Aí passei em todos. A carreira militar era mais fascinante. Na verdade, o vestibular que eu fiz pra Forças Armadas era mais uma questão de saída, para que eu pudesse fazer um curso superior, até porque eu não podia deixar de ganhar dinheiro. Minha mãe precisava desse dinheiro e eu não tinha quem me sustentasse. Na Academia eu era pago pelo Poder Público pra estudar e sinceramente, se não fosse isso eu nunca poderia migrar, ter oportunidade de estudar. Eu não podia nunca parar de ter dinheiro pra dar pra família, porque senão seria impossível minha mãe sozinha sustentar os outros 7 irmãos e mais a minha avó. que morava conosco. (RENATO)

A “escolha” da profissão de farda nos moldes expressados por Renato é recorrente nos depoimentos dos demais militares entrevistados. Em geral, tais escolhas se relacionam a situações em que eles se tornaram arrimo de família, pela ausência paterna (por morte ou separação) ou grandes dificuldades financeiras enfrentadas no lar. No Brasil, as “carreiras de uniforme” têm constituído, para os negros, uma saída tradicional de condições adversas ou de situações de pobreza, destacando-se como importante veículo de mobilidade social, em um processo em que a “raça” e a classe se interligam de forma bastante estreita.

A esse respeito, vale lembrar que o ingresso na Marinha possibilitava aos escravos escaparem de sua situação pois, se tornando marinheiros, tinham

a proteção de capitães que, frequentemente, os escondiam da polícia ou dos mercenários dos senhores de escravos. A Polícia, assim como outras milícias, oferecia refúgio a alforriados durante a escravidão e aos brasileiros negros após a abolição da escravatura, em 1888. A Polícia, o Exército e o funcionalismo público são reconhecidos como vias importantes de mobilidade social para os brasileiros negros, especialmente a partir da ditadura de Vargas, na década de 1930, quando foram criadas cotas no serviço público e nas empresas estatais para os brasileiros natos, predominantemente pretos e pardos, em contraponto à grande imigração europeia que se verificara naquele período.

Outro dado comum dos depoimentos é a elevada quantidade de cursos de especialização e extensão profissional registrados nos currículos pessoais, sugerindo a utilização de uma estratégia já observada anteriormente junto a executivos negros de organizações bancárias, que consiste no esforço redobrado de ser o melhor para minimizar o “defeito” da cor, e ser aceito como igual.¹⁹⁹ Uma das informantes registra seis cursos de especialização *lato-sensu* e cinco cursos de extensão, em seu *curriculum vitae*, sendo grande parte deles realizada com seus próprios recursos. Outros quatro informantes concluíram mestrados e 01 deles o doutorado, no exterior. Sob tal perspectiva, a posse de diplomas torna-se recurso fundamental, para aumentar o poder de articulação dessas pessoas na sociedade, no intuito de influenciar sua posição no mercado de trabalho.

¹⁹⁹ Santana (1999)

5.3 - O ingresso no serviço público e a construção da carreira

A grande maioria dos informantes passou a integrar o serviço público entre os anos de 1971 e 1979, um período em que, no Brasil, a economia crescia em ritmo acelerado. Os estudos de mobilidade ocupacional confirmam que, até 1980, estimulada pelo crescimento do setor público na economia, a sociedade brasileira vivenciou um processo de mobilidade ascendente, que atingiu diversos estratos sociais. Experimentando um amplo desenvolvimento de novos setores na economia, “o país viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 70%”.²⁰⁰

Na Bahia, a formação de um vasto sistema industrial, concentrado em empreendimentos como a Petrobrás, o CIA, o Complexo Petroquímico de Camaçari, constituiu-se no elemento motor das aceleradas mudanças econômicas e sociais que ocorreram nesse período. Em relação às décadas anteriores, os dados gerais da economia baiana se inverteram, passando de uma produção principalmente rural (cacau, algodão e gado) e secundariamente industrial (sobretudo alimentícia e têxtil) para uma economia cujo esteio era um complexo de indústrias ditas “dinâmicas” (petrolíferas, químicas, metalúrgicas, químico-têxteis, plásticas etc.). Esse dinamismo impulsionava o desenvolvimento de outros setores, como a construção civil-habitacional, ou de estruturas industriais, além de diversos serviços relativos à comunicação, bancos, administração civil e pública, voltados ao atendimento das necessidades do crescimento industrial e demográfico da cidade.

Nascidos, em sua grande maioria, entre o final dos anos 40 e meados dos anos 50, os sujeitos cresceram e elaboraram seus projetos pessoais em um tempo social de rápidas e profundas mudanças, quando a indústria, com sua imagem de futuro e seus apelos de modernidade tecnológica, apresentava-se como uma nova e importante via de mobilidade social.

O emprego industrial centralizava representações profissionais socialmente construídas, partilhadas por indivíduos e coletivos. Suas novas ocupações – tanto de escritório, como de produção – garantiam altos salários em relação ao restante do mercado de trabalho regional. Também

²⁰⁰ Baer (2002: 418).

oportunizavam benefícios extra-salariais elevados e de difícil acesso para trabalhadores dos setores de emprego tradicionalmente mais acessíveis às camadas mais pobres da cidade, como o comércio e a função pública.

O sistema de recrutamento de empregados na indústria, em seus momentos iniciais, mostrava-se fortemente seletivo, em função do perfil de trabalhador requerido no processo produtivo. Havia uma seleção por concurso, na qual jovens de maior escolaridade formal eram beneficiados, muitos dos quais buscando o seu primeiro emprego. Com o passar do tempo, o quesito de escolaridade relaxou-se, passando a recrutar-se também com base em redes informais de relações, apoiando-se em entrevistas que, em função do preconceito racial vigente na sociedade, tendiam a deixar os negros de fora das ocupações e dos postos mais valorizados. Os estudos de Guimarães apontam que, na indústria, a progressão dos brancos e dos mulatos era maior que a dos negros, sugerindo que a cor era um discriminador importante na progressão das carreiras na indústria.

No Brasil, não são poucos os indivíduos negros que passaram por desastrosas experiências à procura de emprego em empresas privadas, mas é especialmente relevante o depoimento de Dinorah que, mesmo tendo realizado um curso de formação técnica voltado para o setor industrial, sentia-se insegura quanto às possibilidades de sua contratação.

O serviço público não foi só uma opção. Na verdade, eu fiz um curso técnico, pois na época, eu achava que ele me daria algumas oportunidades, pois estávamos exatamente vivendo um momento muito bom de empregabilidade na indústria. Foi por isso que eu optei pelo curso técnico ao invés de Pedagógico, onde me formaria professora. Quando eu me formei, eu tive a oportunidade de ir pra empresa, mas eu queria continuar estudando e só quem dava essa oportunidade era o serviço público, porque eu tinha um horário que me dava condições de estudar numa faculdade pública já que eu não tinha condições de pagar. Naquele momento, a minha justificativa era essa, mas hoje eu tenho certeza que tinha uma outra que era a insegurança, tinham as entrevistas. Eu não me sentia segura pra trabalhar numa empresa privada. Eu era mulher, era preta e eletrotécnica, então não precisa dizer muito (...). No ideal de meus familiares o emprego público sempre foi status. Eu tinha feito um curso de eletrotécnica, que não era adequado na época pra mulheres e, quando eu terminei o curso, eu disse: "Eu não vou ficar nisso". Um professor me convidou pra estagiar na escola. Era o ano de 73, começando 74, um momento que a gente tinha uma demanda de empregos muito grande. Muitos da minha turma foram procurados pelas empresas, mas eu optei a continuar na escola, a minha desculpa era que eu queria continuar estudando. Foi bom porque se tivesse ido pro Pólo Petroquímico, talvez não tivesse o tempo pra me

dedicar aos estudos. Naquele momento, se implantava a lei 5.692 que obrigava todas as escolas de ensino técnico a expandirem o ensino técnico e aí, em 75, fui contratada e fui pra Universidade, que era uma condição pra se ficar como professor. (DINORAH)

As ações da informante desenvolviam-se a partir da consciência de existirem dificuldades específicas para sua inserção no mercado profissional da indústria, que se acentuavam em face de impossibilidades naturais de acionamento de relações pessoais, que garantissem a “entrada pela janela”, contornando as formas normais de seleção.

Como mencionado anteriormente, uma outra forma de inserção profissional e promotora de possível ascensão social era a atividade de comércio varejista, um ramo bastante competitivo e difícil de ser implementado em um país onde o custo do dinheiro é alto (daí se pode dizer que “aplicar é melhor do que investir”), dificultando a obtenção de empréstimos para a montagem de negócios. Havia, ainda, o baixo capital econômico das famílias e o fato de que, em geral, essa atividade não fazia parte das disposições herdadas pelos informantes. Junte-se a isso o fato de que as condições de trabalho dos empreendedores brasileiros geralmente são marcadas pela informalidade, fragilidades ou por baixos rendimentos e, quando o empreendedor é negro, a precariedade é ainda maior.

Para os informantes, restaria, então, o serviço público, cujo ingresso não requer experiência anterior de trabalho e, por vezes, nenhuma familiaridade com saberes técnicos, contabilidade, informática etc. Tampouco exige redes informais de relações pessoais, o chamado “pistolão”. Preenchida por concursos, a função pública permite ao negro capacitado evitar a “desagradável” experiência das entrevistas, em que é levada em conta a “boa aparência” pessoal, uma subjetividade que, por princípio, exclui o negro das ocupações de maior prestígio e remuneração. O depoimento de Balbina, expressando sua experiência ao candidatar-se a uma vaga de residência médica em um hospital privado, torna-se exemplar, neste sentido:

Eu fui para a entrevista da residência médica, no Hospital Espanhol e o professor virou para mim e falou assim: “você tem certeza que é a pessoa desse currículo?” (riso seguido de ar de tristeza e silêncio), e eu disse: por quê? “Você sabe falar inglês fluentemente?” Eu disse: me falta apenas conversação e treinamento, pois eu estudei no ACBEU com bolsa e fiz até o 6º ano. E ele começou a fazer diversas perguntas sobre infectologia, sobre doença médica, sobre minha vida

peçoal, até se eu teria condições de comprar livros e roupas e se eu sabia que teria que me apresentar adequadamente. Que ali era uma residência, mas que era um hospital privado e que tínhamos que ter uma postura de hospital privado. O que ele quis me dizer? “Você é negra, e ir para um hospital privado para um médico negro vai ser complicado.” Foi essa a tradução que eu senti no olhar e na postura dele. Quando eu saí da sala, todos os candidatos estranharam por eu ter ficado 1h15min nessa entrevista. Nenhum tinha passado por aquela sabatina, mal passavam 15 minutos. A única diferença é que eu era a única negra, e que não tinha inserção no grupo – as outras não. As outras já eram conhecidas, tinham familiares médicos, eram brancas, a diferença era essa. Na prova escrita, acertei 92% e o 2º lugar ficou com 64%. Acredito que se eu tivesse acertado 70%, essa diferença seria muito pouco para eles abrirem mão da outra candidata. Eles dariam um jeitinho de aumentar os pontos dela na oral, no currículo. Fariam qualquer coisa. (BALBINA)

Como demonstra a informante, ela foi sabatinada exaustivamente, lançando-se dúvidas sobre sua capacidade para ocupar a vaga. Sua fala revela uma dificuldade corrente e nem sempre enfrentada por profissionais negros, ao disputarem as posições do mercado de trabalho com os profissionais brancos. Eles não têm a seu favor os recursos étnicos de que desfrutam outras minorias²⁰¹, mas o racismo da sociedade brasileira contra a sua ascensão, o que os faz ter constantemente de dar provas da sua capacidade profissional.

A orientação para o serviço público como ocupação principal foi um momento marcante da pesquisa, remetendo a Fernandes (1972), que destaca a importância dessa atividade para a formação da elite negra paulistana na década de 1920. Para o autor, essa atividade assegurava não apenas um emprego estável, mas, também, a possibilidade de exercer cargos que não estavam contaminados pela instituição da escravidão, a exemplo das funções manuais.

A opção pelo serviço público leva a outros questionamentos, a exemplo de: Como se coloca para esses negros a opção de ser funcionário público e em que horizontes ela aparece? Para refletir sobre tais questões, os depoimentos de Ana Meire e Vanderlina mostram-se bastante significativos, ao lembrarem episódios ocorridos no âmbito de seus lares e que as impulsionam a aspirarem o serviço público como uma forma de “vida diferente”.

Minha mãe e meu pai só tiveram dois filhos: eu e meu irmão, mas a minha mãe fez a minha cabeça de tanto sofrer em casa de família, ela

²⁰¹ Refiro-me a um certo tipo de solidariedade que, em geral, se desenvolve entre patrícios, como observado entre os sírios, libaneses, armênios, em São Paulo, e os espanhóis, na Bahia.

me dizia muitas vezes chorando no fogão, na pia, no tanque, que se ela tivesse uma filha não ia ser como ela. Ia ter uma vida diferente, ia estudar e ter um emprego fixo. Ela dizia isso pra mim, naqueles momentos difíceis, na frente do fogão, chorando, pelas humilhações e tudo o mais que ela passava. Ela dizia que ela fez uma promessa de que a filha dela ia ser diferente. Então ela me criou no sentido de que eu tinha que buscar um emprego seguro, tinha que estudar e me fazer na vida. Ela morreu quando eu tinha 15 anos. Ontem completou 35 anos que ela morreu, mas ela me deixou com a cabeça feita, a ponto assim de, naquela dificuldade financeira que a gente vivia, ela sempre se virava pra comprar meu material escolar, pra dar o transporte. Tirava da comida, esticava, fazia render o dinheiro pouco pra me manter na escola. Então eu sempre fui boa aluna e foi a minha salvação, pois só tenho um irmão que até hoje nunca trabalhou com carteira assinada e se sustenta “fazendo bicos”. (ANA MEIRE)

Desde o primeiro momento, eu entendi que alguma porta só abriria pra mim na via do concurso público. Minha mãe sempre mostrava a importância de ter um trabalho seguro. Quando as pessoas do meu bairro diziam: “esses concursos são todos de carta marcada”, que nem iam tentar, eu pensava: “Eu posso ficar prejudicada na hora de uma classificação, na hora de uma análise subjetiva de títulos ou de uma entrevista, mas numa prova objetiva, eu vou fazer a minha parte e depois a gente vai ver o que vai dar.” Todos os postos que eu conquistei foi por concurso público, até seleção por conta do estágio. (VANDERLINA)

Como se pode perceber, o trabalho mostra-se relevante para os indivíduos pesquisados. Para essas pessoas, provenientes de famílias humildes de bases profissionais mais ou menos instáveis e de precárias condições de escolarização, conseguir uma ocupação não manual era uma forma de ascensão, prestígio e distinção no meio em que vivem. Representava a concretização e a segurança do projeto familiar de ascensão.

Mesmo assim, caberia ainda questionar: Será que a escolha pelo serviço público é mesmo uma opção? Em que horizontes ela aparece? Com que escolhas é confrontado? Qual o grau de liberdade de sua opção? O que representa para a família negra e pobre ter um parente funcionário público? Ao analisar os motivos da escolha do serviço público, os depoimentos me levam a pensar que não se trata de uma escolha, de fato, mas a alternativa viável de realizar o projeto de ascensão social, de superação e diferenciação da sua condição de origem, a partir do rompimento com uma história de exclusão de classe, de raça e, inclusive, de gênero.

Retomando Fernandes, suas pesquisas revelaram que, entre indivíduos pretos e mulatos de mesmo nível social, havia uma tendência à escolha realista das profissões, encaminhando-se na direção de ocupações acessíveis de tal modo que, em sua grande maioria, as profissões ideais preferidas foram as de

motorista e a de mecânico, vindo, a seguir, em proporções três vezes inferiores, as de médico, comerciário e advogado.

Nesta perspectiva, para o/a jovem negro/a, a chegada ao serviço público seria a culminação de múltiplas rupturas e afirmações: a luta pela continuidade dos estudos, um fato que até hoje se coloca como um complicador na história da maioria dos indivíduos negros; a busca de uma atividade que garanta um espaço no mercado de trabalho; a mudança de *status* no meio social em que vive a maioria dessas pessoas.

Os relatos fornecem indicações importantes para se entender o processo de construção dessas trajetórias, a partir de sua situação no tempo e no espaço. Por exemplo, a situação de desvalorização do serviço público enquanto campo profissional e a sua baixa remuneração foi um ponto destacado nas falas dos entrevistados. Na época em que os sujeitos ingressaram no serviço público, os salários não eram tão atrativos como os da indústria. Embora alguns dos informantes o considerassem promotor de *status* social, eles também sabiam que esse *status* não era o mesmo de décadas passadas, face à concorrência no setor industrial. Contudo, além do menor efeito discriminatório protagonizado pelo concurso, as atividades aí desenvolvidas também possibilitavam o prosseguimento dos estudos, visando a promoções de carreira.

Nesta perspectiva, para o/a jovem negro/a, a chegada ao serviço público seria a culminação de múltiplas rupturas e afirmações: a luta pela continuidade dos estudos, um fato que até hoje se coloca como um complicador na história da maioria dos indivíduos negros; a busca de uma atividade que garanta um espaço no mercado de trabalho; a mudança de *status* no meio social em que vive a maioria dessas pessoas.

No discurso delas, chama a atenção o fato de que a valorização do trabalho no serviço público se faz primeiramente em termos da segurança e da estabilidade, parecendo guardar forte relação com as vivências de dificuldades históricas enfrentadas pelos sujeitos no seu entorno de socialização primária.

Eu acho que o primeiro pensamento foi a estabilidade no emprego. Meu pai tinha um armazenzinho lá no interior e veio à falência. A própria situação que o meu pai ficou por não ter um emprego fixo foi exemplo terrível de instabilidade. Ficamos numa situação complicada. Aí eu nem pensei muitas vezes quando surgiu a oportunidade de

ingressar no serviço público. Vi a porta e entrei. E a idéia era que o serviço público era onde eu podia ir mais adiante. (GILVAN)

Cabe ressaltar que o emprego público não era novidade em algumas dessas famílias, pelo fato de algum parente ter exercido alguma função, em geral, subalterna. A diferença estava no fato de que a inserção dos sujeitos nesse mercado de trabalho ocorreu de modo diferente, já que não se dá por benesse ou concessão dos dominantes. Além disso, ingressando com uma formação educacional mais avançada, o posto no emprego público não tinha o componente que tinha para seus pais, de não apenas auferir os benefícios oferecidos, mas também o *status* e a respeitabilidade que, no meio mais pobre, significava ser empregado de uma repartição. De fato, pertencer ao serviço público, mesmo nas posições subalternas, já denotava alguma forma de prestígio no pós-abolição, indicando, no mínimo, que havia boas relações com os donos do poder político.²⁰² Dinorah, uma das informantes, comenta que, para seus familiares, ter um emprego público era fonte de *status*, e isso era compartilhado no entorno da vizinhança.

É interessante notar que, em nenhum dos casos, se observou referência a algum tipo de “problema sério” que pudesse ter ocorrido com os pais em suas atividades nos serviços em que atuavam, traduzindo certamente um comportamento em que tinham um nível de aspiração mais baixa que o dos filhos, já que o padrão vigente naquela época era o de que “negro conhecia seu lugar” e, dessa forma, os pais não enfrentavam a concorrência, aceitando simplesmente a situação.

Destaque-se também que, ao ingressarem no mercado formal, esses indivíduos não o fizeram a partir de empregos precários, de muito pouca ou má remuneração, tal qual ocorre com indivíduos de classe baixa e de famílias de reduzido capital social ou escolar. Eles não entraram pela “porta dos fundos” (em postos de auxiliares, serviços gerais, limpeza) para, posteriormente, uma vez estabilizados, tentarem a passagem para funções mais valorizadas. Ingressam em cargos especializados de técnicos de nível superior: analista, auditor, professor, médico, advogado etc. O bom currículo e a boa base obtida em escolas públicas de reconhecida qualidade permitem a conclusão do ensino

²⁰² Bacelar (2001: 78).

universitário em tempo regular e – imediatamente, ou quase – a obtenção de emprego mais categorizado, pois, ao chegaram ao mercado de trabalho, apresentavam-se com algum poder de barganha construído no ambiente dos grupos familiares de origem, expresso na posse de um ou mais diplomas que os credencia à atuação em postos e em cargos especializados, para os quais tinham se graduado e prestado concurso.

Comecei a trabalhar aos dezenove, depois do 2ºano colegial. Por minha própria conta, tirei meus documentos e me inscrevi num curso de datilografia, do Senac. Aí, quando eu ia para a aula de datilografia, eu andava pelo centro de São Paulo e, quando eu via um prédio com a placa de uma empresa grande, eu entrava e perguntava onde era o departamento de pessoal, preenchia ficha e tudo mais. Depois de uns três meses que eu estava nessa jornada, a Rhodia do Brasil, divisão cosméticos, me chamou e, logo depois eu fiz concurso público na Receita Federal. (ANA MEIRE)

Fazia um estagiozinho, mas aquela coisa de advocacia, pobre advogando é muito difícil, a gente, pra advogar, mesmo tendo competência, mesmo dominando o Direito, a gente tem que ter alguém que nos ajude. Primeiro, tem que ter uma sala, um escritório pra receber o cliente, porque senão não adianta, aparência também ajuda muito nisso pra a gente ganhar (...). Aí resolvi fazer um concurso pra delegada. Meu pai era militar de caserna, trazia a gente naquela educação, aquela coisa assim, eu sempre fui muito cumpridora dos meus deveres e aí eu fui pra Polícia e me dei bem. (JUDITE)

À exceção dos informantes militares, todos os demais passaram pela experiência de trabalhar em empresa privada, antes do emprego público, indicando que a transição da escola para o trabalho formal se deu de forma automática e linear. Nesses casos, a experiência foi breve, deixando antever a importância, em suas vidas, de “trabalhar para o Estado”, seja em função do caráter discricionário dessas instituições ou da segurança que atribuem a essa modalidade de emprego, como também pela expectativa de maiores possibilidades para ascender socialmente. Esta meta os estimula para o fortalecimento dos currículos bem como para a redobrada dedicação às relações interpessoais e atividades profissionais.

Assim, quando se apresentam no serviço público, esses indivíduos já chegam munidos de algum saber profissional, como também dotados de valores em relação ao trabalho, inculcados no ambiente de socialização primária. Ou seja, chegam no mercado de trabalho em idade mais avançada

que muitos jovens de sua geração e de seus pais, bem como a partir de um grau de escolaridade mais alto.

A consequência disso é que esses jovens se apresentam no Serviço Público com personalidades mais bem formadas e cristalizadas. Isso inclui idéias relativamente claras dos próprios direitos trabalhistas ou dos deveres aos quais estão afeitos, assim como maior sensibilidade para linguagens e comportamentos associados tradicionalmente às posições de mando no Brasil.

A esse respeito, as atividades de responsabilidade precoce, comentadas anteriormente, parecem ter cumprido importante papel na socialização, no trabalho, configurando-se em espaço formador das disposições, da identificação com a cultura do trabalho e da sua disciplina metódica (responsabilidades, rotinas e horários) ou até mesmo do desenvolvimento da liderança.

A conquista da vaga no serviço público coroa os esforços dos sujeitos na condução do projeto familiar de ascensão. Possibilita-lhes pensar em termos de estabilidade e de melhoria de qualidade de vida da família. Alimenta expectativas de continuação dos estudos, de realizar uma atividade respeitada e de progressão na carreira em condições menos insidiosa do que nas empresas privadas. Contudo, o processo que conduz à progressão na carreira não se efetua de modo tão simples, pelo contrário, põe em evidência uma penosa e não menos dura etapa da socialização dos sujeitos, com muitas barreiras a serem transpostas e privações de prazeres de várias ordens. Uma luta dura e, por vezes, difícil de se travar.

Como se refere o pesquisador Rafael Guerreiro Osório, “*ingressar no serviço público é uma coisa, outra é, uma vez dentro dele, seguir uma carreira, ganhar promoções que se traduzirão em aumentos de salários ou ocupar cargos*”²⁰³, indicando que ultrapassada a barreira do ingresso outras mais difíceis se apresentam. Nesse aspecto o pesquisador mostra que os servidores pertencentes aos distintos grupos de sexo e raça se diferenciam, pois existe associação entre esses grupos de pessoas e a ocupação de cargos ou recebimento de funções gratificadas. Ao se considerar simplesmente a probabilidade de ocupar um cargo ignorando o nível hierárquico deste, ele constatou a existência de diferença entre negros e brancos, mas não entre

²⁰³ Osório (2006: 59).

mulheres e homens do mesmo grupo racial, Mas, quando o interesse se deslocou para o nível do cargo, ele observou que há uma limitação que se coloca ante a ocupação dos cargos mais elevados, indicando a existência da barreira de gênero para ascender na hierarquia, estabelecendo a desigualdade racial no favorecimento dos homens.

Não faz muito tempo que vigorava nas repartições do governo brasileiro uma velha tradição patrimonialista, baseada na troca de favores, na prevalência da lealdade e de compromissos políticos, para o preenchimento dos cargos públicos. Nessa condição, as posições mais valorizadas eram sempre destinadas àquelas pessoas ligadas a determinados círculos de relações, o que geralmente deixava de fora aquelas de reduzido capital social, uma desvantagem crônica dos negros brasileiros.

Com a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), em 1938, o Presidente Vargas introduziu mudanças, institucionalizando o sistema de recrutamento por mérito, regulamentando o acesso por concurso público como também definindo um padrão de carreira para os servidores baseado em critérios de eficiência e em princípios da ascensão por merecimento. Contudo, o êxito dessas medidas foi relativo, pois as reformas atingiram apenas uma parte da administração pública, prevalecendo um sistema híbrido, caracterizado pela coexistência de um segmento que funcionava segundo os padrões meritocráticos, enquanto outros setores persistiam abertos a práticas clientelistas.

A obrigatoriedade do concurso para ingressar no serviço público é relativamente recente e só foi estabelecida a partir da Constituição de 1988, portanto os funcionários que ingressaram em anos anteriores nem sempre foram selecionados seguindo critérios de mérito, mas no âmbito de redes de contato ou de parentescos fortalecidos no dia a dia.

Esta situação não se aplica aos informantes deste estudo, pois estes ingressaram na carreira pública, mediante concurso. Muitos daqueles funcionários ainda investidos de forte poder, permaneciam nos cargos, diminuindo o número de vagas e a possibilidade dos sujeitos de concorrer a eles, já que estavam preenchidos por pelo menos 25, 30 anos, até que esses funcionários se aposentassem.

Cabe lembrar que os informantes provinham de núcleos familiares de origens humildes, com reduzido capital social, o que, via de regra, os deixava à margem das mencionadas redes de contato facilitadoras no processo de ascensão na carreira, como revelam Vanderlina e Renato:

Olhe, eu, na minha família, não tinha referência de pessoas ilustres, não tinha parente político, nem que fossem distantes, (...) não tenho sobrenome importante, não sou mulher do tipo corpo exuberante pra vender a imagem e, ainda que tivesse, eu não venderia, eu só tinha um único caminho pra mim que era o caminho do concurso público e lá dentro era eu e a minha dedicação. Foi com esse pensamento que eu passei a estudar pra o concurso de Juiz do Trabalho. Levei um ano e meio estudando todos os dias das seis à meia noite na minha casa, durante a semana, porque, de oito da manhã até as seis da tarde, eu estava todos os dias na Rede Ferroviária trabalhando normal. E final de semana, eu estudava o dia todo, minha irmã ajudando, fazendo em casa o trabalho que era meu (...). Se não fosse a ajuda da família, eu não tinha conseguido. (VANDERLINA)

Toda vez que alguém teve que escolher, sem considerar méritos acadêmicos, méritos outros, e que eu estava lá no meio, eu nunca era o escolhido. Isso aí eu não tenho dúvida. Isso se for falar de exemplos, olha, são tantos que eu não me arriscaria a dar um. Toda vez que alguma escolha teve que ser feita pra alguém, coisa e que não tinha mérito, não tinha uma medida de mérito, uma medida pra definir quem era o quê, eu fui preterido, isso aí, sem dúvida. (RENATO)

Nesse ponto, vale a pena reproduzir a fala do Professor José Jorge de Carvalho, uma vez que ela ajuda a perceber melhor a desproteção e a condição desvantajosa em que se desenvolvem essas carreiras individuais, pois, como ele diz: *“alguém que é branco e que vai prestar o concurso já tem amigos na rede. Às vezes na própria família, ou parentes, ou pessoas próximas, que vão ajudar a pessoa a se preparar para aquele concurso. Em geral, o negro está chegando de uma situação muito desprotegida diante de um concurso desses. Ele não tem rede de apoio. A rede de apoio é algo que está em volta do mérito. Uma grande parte do mérito de qualquer um de nós é a rede de apoio que temos, uma coisa difícil de mensurar”*²⁰⁴.

Não podemos esquecer também que os sujeitos, em sua maioria, são os primeiros (na família ou mesmo no entorno mais próximo) a ingressarem no serviço público em “igualdade de condições”. Foram aprovados com boas classificações na seleção, entretanto carregam consigo uma desvantagem que

²⁰⁴ Trecho de entrevista do professor José Jorge de Carvalho ao jornal do Sindjus e intitulada “O Brasil é um país racista”, datada de 27.01.2006.

parece crônica em relação aos negros: o ingresso no serviço público com o aporte de reduzido capital simbólico. Por exemplo, os relatos apontam que, em relação à maioria dos seus concorrentes – brancos e de classe média -, os sujeitos não tiveram condições de aprender línguas na juventude, nunca haviam viajado ao exterior e certamente assistiram menos a filmes. Pouco conviveram em círculos de pessoas influentes ou cuja experiência fosse colocada ao dispor deles, facilitadoras na construção da ascensão.

Em relação à construção da carreira, outro ponto a se considerar é que os cargos diretivos no serviço público não são preenchidos por critérios meritocráticos, mas por “confiança”. Geralmente, no acesso a tais cargos, a competência ou a experiência ficam em segundo plano, conferindo-se maior importância às relações sociais, ou seja, os vínculos de amizade com pessoas que têm poder de decisão, ou apadrinhamento político.

Esse critério tende a influir negativamente na construção da carreira dos negros, que, além do racismo, têm contra si a falta de um capital social adequado, configurado na ausência dessas redes de relações, isto é, eles não têm essa “confiança”.

Há também que se considerar a solidez de preconceitos que, apresentados no plano das relações interpessoais, de forma disfarçada ou subliminar, são experimentados ou percebidos pelos sujeitos ao longo do percurso de ascensão. Estes parecem cumprir uma função de relevo no processo de constituição da identidade dos sujeitos, ao fazerem com que não se esquecessem de que eram negros e de origens pobres, mesmo que se inclinassem a tanto, omitindo ou mascarando suas origens sociais, exacerbando o esmero na aparência, o rebuscamento no modo de falar, o afastamento dos “espaços negros” e dos grupos referenciais de origem, um processo que alguns autores costumam denominar de “branqueamento”, como uma possibilidade de aceitação social.

Por maior que fosse a aculturação ou o conformismo às práticas e valores culturais de seus modelos (brancos e ricos), as características físicas externas distinguiam-nos de maneira indelével como racial e socialmente “diferentes”, predispondo-os a se tornarem alvos de atitudes racistas ou objeto de práticas discriminatórias de motivação racial e também social, na instituição.

No Brasil, os negros herdaram um fato histórico do qual não podem fugir, considerando-se que o passado desses indivíduos reporta-se, no presente, a representações e ideologias que ganham um caráter mitológico. Estas terminam sendo usadas como combustível subjetivo, marcando posturas de preconceito racial que, no imaginário coletivo, institucionalizam e legitimam o lugar de poder para ser ocupado pelo branco. Ainda que se observem negros aceitos e incorporados nas relações de poder, como os sujeitos estudados, a ascensão a tais postos conduz-se através de estratégias individuais, no sentido de dar maior visibilidade às ações do informante, como a superdedicação.

Este é um recurso que comparece em todos os depoimentos, revelando que os sujeitos são movidos pela crença de que o sucesso se deve ao mérito pessoal, conseguido geralmente diante de esforços e de abstinências. Assim, o trabalho árduo torna-se ingrediente central na estratégia de ascensão dos sujeitos e, como se reporta um informante, “não bastava apenas ser, mas tinha também que parecer”, referindo-se ao complemento dessa ação: o deliberado esforço de chamar a atenção de seus superiores sobre si e sua efetiva dedicação.

Tais comportamentos se constituem a partir da adoção de jornadas extensivas de trabalho, elevado aprimoramento na formação profissional, perfeccionismo no desempenho das atividades, forte esmero na aparência pessoal, rigor na moralidade das condutas e alto comprometimento com a instituição, inclusive em sacrifício até da própria vida familiar e da convivência com os amigos. Pode-se verificar na fala de Gilvan, a seguir, que o “apadrinhamento na carreira” mostra-se um padrão que parece não apenas aceito, mas também valorizado. Este tem consciência disso, sem se insurgir contra a sua prática, mesmo encontrando dificuldades em ser beneficiado por ela exatamente por participar de um círculo restrito e pobre de relações sociais, no qual não comparecem “pessoas influentes”, com capacidade de “pressionar” ou mesmo de apoiá-lo em suas pretensões de ascensão.

Havia aqui uma cultura de apadrinhamento político muito grande. Tinha que promover fulano de tal passando por cima de tudo e de todos. Então, como eu não tinha padrinho político, a única forma era chamando a atenção pra que dissessem (...) “Pô! Esse cara trabalha pra caramba! Então merece ser promovido”. Eu me tornei um autodidata em tudo aquilo que eu fazia, pois percebi que se eu fosse fazer um curso fora da Corporação eu ia chamar sobre mim a atenção

de forma contrária. Naquela época, havia – e ainda há hoje – bem menos, um conceito na oficialidade superior de que os oficiais que estudavam fora faziam outros cursos em universidades, não queriam nada com a Corporação. Estavam apenas fazendo da Corporação uma escada para um sucesso lá fora, usando a Corporação apenas pra estudar e, depois que conseguiam alguma coisa, saíam. Havia esse preconceito com o pessoal que estudava. É a cultura da Corporação: Se você é dedicado, você consegue promoção. Então, eu procurei seguir a risca as normas culturais e eu pensei: Então eu tenho que me dedicar sozinho e ser um autodidata nas coisas que eu tava fazendo em termo de planejamento, lendo livro de tudo quanto é coisa e (...) para preparar os projetos e tudo. Não tinha uma equipe que pudesse ajudar e o grupo que eu tinha de oficiais era um pessoal disperso. Então, eu dediquei aqui o meu tempo mais do que os outros tanto que, desde que assumi o primeiro posto pra cá, eu saio de manhã cedo e nunca volto pra casa antes das 10 horas da noite. Até hoje, se eu chegar antes desse horário, meu filho me pergunta se eu não estou doente. (risos) Mas é porque eu me acostumei realmente a me dedicar inteiramente a isso. Eu entendia que já que eu não tinha e nem tenho apadrinhamento político a minha estratégia para ser promovido tinha que ser: eu trabalho aqui, passo do horário, e logo vou chamar a atenção do meu chefe, que também todo comandante tem que sair mais tarde. Eu não saía antes do Comandante Geral. Toda vez que ele passava, ele via a luz acesa e procurava saber quem tava lá dentro. Era eu que tava trabalhando, então toda vez que o comandante me procurava, me encontrava no trabalho. Essa foi a minha estratégia pra ser promovido. (GILVAN)

No processo de ascensão social, a condição de ser negro é vivenciada na esfera subjetiva como uma “diferença negativa”, ou mesmo “um lugar de inferioridade”. A resposta a essa situação é sempre individual, repousando na busca de uma espécie de compensação que busca transformar o sujeito em um padrão de aceitação a partir de um acentuado esmero na execução das atividades, adoção de uma postura puritana de comportamento e desempenho fora do normal. Bosi (2006) pondera que uma das características de nossa sociedade é a de que nela os fracos não podem ter defeitos, portanto, os negros, estando aí incluídos, não podem errar.

Souza (1990) nos ajuda a compreender as estratégias utilizadas pelos informantes para sobreviver em uma sociedade em que precisam provar que não têm defeito, quase que se desumanizando, mostrando sua excepcionalidade e superando-se para tentar igualar-se ao outro. Como ela afirma: “*Ser o melhor? Na realidade, para se afirmar, para minimizar, compensar o “defeito”, para ser aceito. Ser o melhor é a consígnia a ser introjetada, assimilada e reproduzida*”²⁰⁵. A fala de Renato fornece uma boa ilustração desse comportamento de buscar “ser o melhor para ser considerado

²⁰⁵ Souza (1990: 40).

igual” nas situações de competição com indivíduos brancos e de classe superior.

O negro tem que buscar um diferencial, porque se você tiver nas mesmas condições dos outros, você não será indicado, mas se você tiver com a condição diferencial muito grande, e tem que estar muito grande, só aí você será indicado, quer dizer, só tem probabilidade de ser indicado, se tiver o diferencial muito grande. Sempre foi assim comigo. (RENATO)

O investimento educacional em cursos de especialização ou em uma nova graduação (geralmente com recursos próprios) configura-se uma das estratégias mais utilizadas pelos sujeitos para conseguirem tal diferencial. Dessa maneira, constroem currículos notáveis, com variada gama de cursos, no intuito de potencializarem as chances de ascensão às posições mais valorizadas na instituição. Para uma melhor compreensão do esforço educacional realizado por pessoas negras na busca de ampliar as chances de progressão nas carreiras no serviço público, torna-se exemplar o caso de Maria Anisia, que cursou uma nova graduação em Direito e, em seguida, mais seis pós-graduações, o que, certamente, eliminou possíveis resistências à sua indicação para ocupar diversos postos de chefia intermediária na instituição, antes de chegar ao posto de dirigente máximo do órgão em que atua.

Interessante notar que a busca do “diferencial positivo” faz parte de uma estratégia potencialmente conduzida por todos os entrevistados. Conscientes da desfavorável condição de ingresso no serviço público, como mencionado anteriormente, eles procuravam se manter dentro de comportamentos de discrição e modéstia calculadas, investindo no relacionamento interpessoal menos conflituoso, evitando, sobremaneira, os desafetos e as situações passíveis de veladas manifestações de racismo, como demonstram Renato e Gilvan, a seguir:

Essa posição modesta de falar assim: “não, eu não aspirava muito”, na verdade, era parte de uma estratégia. Estratégia de quê? De você não despertar ninguém sobre o que você está querendo, pois aí, quando ele percebesse, você já tinha conseguido. Era também o medo intrínseco de esbarrar nos limites da sua própria capacidade, e não conseguir, ou das oportunidades se fecharem, (alguém fechar as oportunidades, porque você está falando demais, você está pretendendo demais). Então essa coisa funcionava assim. É uma espécie de comportamento que a gente que é negro vai fazendo e

aprendendo como fazer na vida pra não despertar obstáculos, não despertar reações e fazer parte dos grupos. (RENATO)

Meus concorrentes não me viam como tal. Eles brigavam entre eles mesmos, um pedia ao deputado fulano de tal, o outro pedia ao deputado cicrano pra ver quem é que tinha mais peso político pra poder disputar as vagas na promoção. Eu trabalhava na área de planejamento e tinha uma visão de tudo, daí eu percebi que a única forma de enfrentar a minha falta de apadrinhamento era me empenhar o máximo pra chamar a atenção sobre mim, sem criar qualquer tipo de aresta, quer dizer, inimigos. Eles não me viam como concorrente assim (...) direto. (GILVAN)

As trajetórias profissionais dos informantes, dessa forma, são marcadas por obstáculos a que precisaram ficar atentos no sentido de superá-los e construir suas carreiras no serviço público, espaço escolhido para realizarem o sonho de ascensão projetado por eles e seus familiares de origem.

5.3.1 - A presença atomizada no círculo profissional

O ingresso e a presença atomizada no serviço público tendem a acentuar as dificuldades experimentadas pelos sujeitos no desenvolvimento da carreira. A consciência da fragilidade decorrente dessa presença solitária e do baixo capital social que eles aportam tende a conduzir os sujeitos a manterem-se na defensiva nos processos de disputa profissionais. Uma das formas em que esse comportamento se manifesta fica sugerido no controle ostensivo sobre as informações do passado de dificuldades e até mesmo do universo de pessoas e situações que gravitam em seu entorno, a exemplo dos membros da família que estão desempregados, outros que atuam no mercado informal como também dos fatos adversos ocorridos no interior do grupo familiar. Esse comportamento defensivo configura uma estratégia adotada pelos sujeitos, no sentido de evitar a associação de sua imagem aos estigmas e estereótipos de pobreza e inferioridade comumente referidos aos negros e tal estratégia torna-se enigmática, por ocorrer em fase justamente na qual o sujeito se apresenta com elevadas condições de competitividade.

Pra um ou outro no quartel, é que eu soltava alguma coisa da minha vida. Eu nunca confidenciei meu passado até por uma questão de não querer me sentir inferior. O nosso passado de labuta pode ser visto como uma coisa bonita, mas pode ser visto também como uma coisa inferior: “Olha, o cara foi ajudante de pedreiro”. Tem gente que pode ver isso como uma coisa bonita: “Olha, o cara trabalhou pequeno, quer dizer, trabalhou e chegou aqui por trabalho, por mérito”. Mas tem gente que pode não ver assim, pode dizer: “Pôxa! O cara foi ajudante de pedreiro, comia na marmita, trabalhou em obra, mão-de-obra não qualificada”. Na hora da promoção essa é a marca que fica. (RENATO)

Muitas dessas situações eu não compartilhava com ninguém. Só, às vezes, quando batia muito forte, aí eu comentava em casa: “Olha, cheguei chateado por causa disso, disso, disso.” Por exemplo, qualquer tipo de comentário em relação à cor eu só abordava com minha mulher, que também é negra, ou com minha irmã mais velha. Eu tinha certeza de que elas iam entender. Os outros não, poderiam usar isso de forma negativa. (GILVAN)

Na construção da carreira no serviço público, um outro comportamento mostra-se frequente e se relaciona ao enfrentamento das situações, nem sempre sutis, de racismo ou discriminação racial. Esse comportamento perpassa a fase de construção da carreira e, quando solicitados a falar dessas situações, era comum que, no início, os informantes adotassem uma postura de demonstrar não perceberem ou terem dado pouca importância à discriminação sugerindo, à primeira vista, a absorção da ideologia da democracia racial. A sequência dos depoimentos evidencia, nessa atitude, uma espécie de estratégia de sobrevivência na qual, fingindo que a ideologia racial teria sido absorvida, o sujeito se esquivaria de reportar-se a dificuldades e limitações geralmente impostas aos negros em suas ambições profissionais e pessoais. Certamente, acreditavam que, esquivando-se de qualquer manifestação, contemplassem para si a imagem da “exceção”, reproduzindo, também para si, uma visão diferente da imagem negativa e subalternizada em relação ao grupo étnico dominante.

A gente não pode deixar que os outros vejam que você percebeu o racismo na atitude de alguém. Tem sempre de fingir que não viu nada, e que (...) até pra ficar bem no grupo, senão, além de outras coisas, você é quem vira o racista, um complexado; por exemplo, em relação à discriminação. Da forma como foram acontecendo, eu não ficava falando pra todo mundo. Era pra um ou outro que eu soltava alguma coisa, até porque eu sempre fui sozinho, nunca tinha ninguém pra compartilhar essas discussões comigo e nunca tinha tempo também. (RENATO)

Ao longo da pesquisa dos relatos dos cotidianos profissionais são abundantes as referências a comportamentos sutis e aparentemente inexpressivos mas conflituosos e de difícil mensuração cujas repercussões negativas no dia-a-dia dos sujeitos requerem encontrar alguma forma de aferi-los. Esses comportamento manifestam-se sob a forma de olhares, gestos, tons de voz, tipos de tratamento e atitudes de “má vontade”, “descasos”, “boicotes”, “impaciências” e tantas outras que, sem fazer relação à cor da pele, são tão discricionárias e tão dificultadoras do progresso profissional quanto manifestações racistas diretas. Não raro costumam sugerir a reprodução de um estereótipo muito comum no início do século e que tem vigência até hoje na sociedade brasileira: “*negros deviam aprender qual era seu lugar*”²⁰⁶ como bem o demonstra, através de seu duplo, o escrívão Isaías Caminha Lima Barreto, ao reproduzir o drama daqueles que aspiram ingressar no mundo letrado e encontram toda sorte de resistências, de “má vontade” velada. “*Verifiquei, que, até o curso secundário as minhas manifestações, quaisquer; de inteligência e trabalho, de desejos e ambições, tinham sido recebidas, senão com aplauso ou aprovação, ao menos como cousa justa e do meu direito; e que daí por diante, dêis que me dispus a tomar na vida o lugar que parecia ser de meu dever ocupar, não sei que hostilidade encontrei, não sei que estúpida má vontade me veio ao encontro, que me fui abatendo, decaindo de mim mesmo, sentindo fugir-me toda aquela soma de idéias e crenças que me alentaram na minha adolescência e puerícia.... Cri-me fora de minha sociedade, fora do agrupamento a que tacitamente eu concedia alguma cousa e que em troca me dava também alguma cousa*”.²⁰⁷

A exposição a situações como as mencionadas no parágrafo anterior tem, na fala da informante abaixo, um exemplo de como tais indivíduos se acham expostos a esse comportamento. Em seu depoimento, ela comenta que:

(...) na residência médica, eu passei a ser retaliada por uma colega e mais e outras duas que eram também brancas e tinham melhores condições que eu. Eu fazia as coisas e elas boicotavam ou tentavam desfazer, então eu concentrava meus esforços e me esmerava no meu serviço para não dar margem a nada que pudessem falar contra minha integridade, minha responsabilidade e menos ainda da minha

²⁰⁶ Fernandes (1965: 269).

²⁰⁷ Barreto (1987: 37).

capacidade técnica. Outra maneira de evitar que elas me derrubassem era procurar ser cordial, fingindo ignorar o que elas faziam comigo em termos de combate, porque senão elas me retaliariam ainda mais. (BALBINA)

Conforme pode-se inferir dessa fala, a consciência da inserção atomizada e a vivência no meio profissional fizeram-se determinantes na forma de reação de Balbina às atitudes que lhe eram dirigidas. Assim, na relação conflituosa com o outro, sobressai mais uma estratégia de sobrevivência, configurada na pretensa cordialidade, na dissimulada indiferença e até mesmo no silêncio que os sujeitos aprenderam a exercitar, um silêncio que aparentemente acomoda, não gera conflitos, não reivindica e tampouco radicaliza, mas pode significar resistência contra atitudes racistas. Neste aspecto, chega a lembrar o silenciamento utilizado durante muito tempo pelos adeptos das religiões afrobrasileiras para fugir da perseguição: o silenciamento de sua condição de membros da umbanda e do candomblé. Silêncios esses que garantiram, em muitos casos, a existência dessas práticas religiosas, quando eram legalmente proibidas.

5.4 - Estilo de vida e comportamentos

Neste tópico, analiso como os negros em ascensão social vivenciam a nova condição, pensam a questão da identidade racial e também quais fatores são articulados na construção desse pertencimento social. O objetivo é analisar a percepção dos sujeitos no que tange aos efeitos dessa mobilidade sobre suas vidas e de seus familiares, e até que ponto os sujeitos constituíram ou não um sistema de atributos específicos em relação à massa dos negros.

Na leitura que Maria Helena Trigo faz de Bourdieu, ela lembra que, para entender o comportamento dos agentes de um determinado campo, é preciso que se conheça a trajetória percorrida até a ocupação de uma determinada posição em um momento dado.²⁰⁸ Nos casos aqui apresentados, o que interessa e também marca o limite dessas reflexões é o momento da atuação no posto de prestígio na instituição pública. Por se tratar de profissionais com largo tempo de atividade, suas trajetórias expressam percursos mais acabados, em relação a gerações mais jovens, permitindo observar melhor os processos de formação de identidade e outros aspectos pontuais de cotidianos mais consolidados, tais como lazer, família construída, vínculos sociais, vestuário, postura pública, relação com a família de origem, como vemos a seguir.

É o próprio Bourdieu quem fala da possibilidade de se considerar uma trajetória modal como aquela que tem maior probabilidade de ser seguida pelos agentes de um grupo ou segmento social. Entretanto, este estudo oferece a possibilidade de discutir as razões pelas quais determinados sujeitos fogem da trajetória modal do segmento a que pertencem, ampliando o conhecimento sobre como e por que desenvolvem trajetórias particulares, em meios onde forças contrárias, nem sempre explicitadas, conspiram contra seus desejos e os orientam para seguirem um fluxo comum.

²⁰⁸ Trigo (2001).

5.4.1 - Os novos vínculos

Provindo de famílias de baixos *status* sociais, os sujeitos protagonizaram um processo de mobilidade profissional na instituição em que ingressaram. A ascensão social daí decorrente possibilitou realizar sonhos materiais, dar conforto e segurança à família, mas também a formação de novos vínculos pessoais e profissionais. Neste sentido, ampliou-se a convivência dos sujeitos com indivíduos de camadas sociais mais elevadas, assim como a presença deles em espaços de prestígio e poder na sociedade, ou seja, cenários majoritariamente frequentados por brancos, e onde os negros ainda são raros.

De fato, no topo da hierarquia social, as posições mais elevadas têm sido tradicionalmente ocupadas por brancos, em geral, provenientes de camadas médias da sociedade, um segmento de classe de reconhecidas tendências à formação de grupos fechados de solidariedade, com laços que, por vezes, repercutem em diversas gerações²⁰⁹.

No que tange aos sujeitos estudados, estes constituem a primeira geração familiar a chegar à classe média, o que sugere a precariedade de laços no interior desse estrato social. Eles chegam ao “mundo dos brancos”, a partir de trajetórias complexas - de forma isolada ou por vezes pioneiramente em termos de proveniência grupal -, juntando-se a uma diversidade de “outros” já estabilizados profissionalmente ou socialmente integrados aos requisitos do novo espaço social. É nesse espaço e tempo social que, não raramente, os sujeitos se percebem submetidos a quadros de “resistências”, por vezes sutis, à sua “inesperada” presença no interior desses grupos, como sugere Gilvan, ao reportar-se à sua primeira investidura em um cargo de importância em sua instituição.

Quando eu cheguei prá assumir o departamento de planejamento, o camarada que eu ia substituir chegou pra mim perguntando quem eu era e de onde eu estava vindo num lance de me desclassificar para a função. Ele deveria me passar as informações só que “em vez de me

²⁰⁹ Conforme Guimarães (1995: 175) esses grupos se configuram como equipes que, desenvolvendo fortes relações pessoais e de amizades, terminam funcionando como um escudo de proteção para seus pares e, sobretudo, como uma estratégia de ascensão social.

ensinar, se trancou na sala fez o plano e me devolveu ele todo pronto. Ele era superior a mim e eu lhe disse: “Major, eu preciso aprender fazer, senão eu vou ter que voltar de novo. No mês que vem, tem um novo remanejamento e vou ter que voltar aqui”. Aparentemente ele parecia que estava me protegendo, mas eu percebia que na realidade ele não queria ensinar. Era como a minha presença ali não fosse o que ele esperava. Eu achei aquilo um desafio, então eu fui procurar numa outra repartição uma pessoa que pudesse me ensinar - e aprendi a fazer. Quando ele viu o plano assinado por mim, ele, meio incomodado, perguntou: “Quem lhe ensinou?”. A partir daí comecei a tomar mais cuidado, até porque quanto mais você cresce, se eleva nas funções, o ambiente se torna mais poluído, de pessoas que procuram se aproveitar de determinadas situações, se aproximar de você com segundas intenções. Aí você tem que detectar... essa preocupação o tempo inteiro de quem é que vem com boas intenções. Em relação ao passado você não tinha essa preocupação. É que hoje as pessoas que estão a sua volta, muitas pessoas estão querendo puxar o seu tapete pra assumir o seu lugar, pra tentar lhe derrubar. (GILVAN)

Numa alusão a Simmel (1983), a presença de sujeitos como Gilvan, em esferas tradicionalmente ocupadas por indivíduos brancos e das camadas médias, se enquadraria nas configurações utilizadas por esse autor para referenciar o “*estrangeiro*” - não no sentido do viajante que chega hoje e parte amanhã, mas no sentido de uma pessoa que chega e deverá ficar numa posição, no grupo que passou a integrar –, numa referência ao fato de não ter pertencido ao grupo desde o começo ou de introduzir qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo. Os estrangeiros são elementos pertencentes ao grupo, que, se de um lado são imanentes e têm uma posição de membro, por outro lado estão fora dele e o confrontam, ao intrometer-se como uma peça extra, por assim dizer, em um grupo em que as posições já estariam ocupadas, ou seja: são submetidos a experimentar a sensação de “fora do lugar”.²¹⁰ No caso em estudo os negros estariam fora de um lugar sociologicamente construído e simbolicamente determinado.

Em estudo junto a trabalhadores do Polo Petroquímico em Camaçari (BA), Guimarães (1995) também fornece elementos que denotam a vivência da condição de estrangeiro por negros em ascensão profissional no setor petroquímico. Ele constata que nem os bons salários, tampouco a elevação do

²¹⁰ A leitura dos estudos de Cardoso (2004), sobre professores homens na docência com crianças, e os de Figueiredo (2003) sobre os negros de classe média em Salvador, ajuda a entender a noção de “estrangeiro” a que me refiro. Embora não seja explicitamente utilizada pelos autores dos estudos mencionados, o confronto das experiências por eles relatadas bem como das observadas nos meus informantes parecem traduzir o que Simmel traz à luz com essa noção.

status profissional dessas pessoas repercutiram em sua maior integração com grupos de estratos médios.

Suas observações apontam que, ao contrário dessa integração, uma das consequências mais aparentes da melhoria de vida foi o fato de favorecer um processo em que esses indivíduos passaram a orientar seu círculo de amizades para uma esfera mais marcadamente familiar, sugerindo um comportamento de contra-resistência às barreiras colocadas à sua integração. Como se os ambientes mais marcadamente familiares funcionassem como uma espécie de "*zona de conforto*"²¹¹, em que havia uma sensação mais forte de "pertencimento" que eliminava o sentimento de "fora de lugar".

Ao analisar o processo de ascensão social dos negros no trabalho radiofônico, no período de 1959 a 1963, Pereira (2001) faz considerações que também caminham nessa direção. Por exemplo, entre a maioria dos profissionais que ele entrevistou, as prioridades em suas vidas se relacionavam à aquisição do automóvel, casa, vestuário, dentre outros bens e comportamentos que conferiam *status* social.²¹² Para esse autor, isso se devia à idéia corrente de que ingressar no espaço identificado como "mundo dos brancos" era apenas uma questão de tempo e dinheiro. No entanto, ele constatou que a maior aproximação com os brancos nunca extrapolava o campo das relações profissionais, mesmo os indivíduos realizando os sonhos materiais que supunham promover a maior integração nos espaços almejados.

No que se refere a esta investigação, os diferentes relatos mostram que a ascensão tende a levar tais indivíduos a uma espécie de isolamento geográfico e social, com o afastamento dos círculos de maior presença de negros como também das pessoas de seus círculos de socialização primária. Trata-se de um processo de afastamento que se inicia na juventude; por exemplo, na vida da comunidade nos bairros a que pertenciam esses indivíduos, não desempenhavam qualquer papel ativo, da mesma forma que, em suas falas, não transparece guardarem sentimento especial de amizade para com os "outros" dessas comunidades da época da juventude. Conforme demonstram, seus pais e irmãos chegaram a estabelecer vínculos mais

²¹¹ Zona de conforto é uma expressão que, no senso comum, costuma-se reportar a espaços da vida nos quais nos sentimos mais integrados, mais seguros e à vontade fazendo algo.

²¹² A exemplo do "vestir-se com aprumo" para demonstração pública do novo *status*, ostentação de acessórios pessoais, a mobilidade residencial para bairros melhores. Pereira (2001: 238).

próximos de amizade nos bairros pobres em que moravam, ao contrário deles, que pouco se relacionaram e, ao deixarem permanentemente os confins dos bairros de origem, praticamente cortaram os parcos laços que chegaram a manter com essas comunidades, ao que parece, de maneira irreversível, como mostram Balbina e Ana Meire. Suas falas, corroborando as observações de Levi Strauss, deixam antever que *“todo retorno à casa, desde que você a tenha deixado realmente, sinalizará algum tipo de movimento de identidade”*²¹³.

Quando eu voltei à rua onde eu morei em Cosme de Farias eu fiquei arrasada ao ver que a única melhoria visível era o fato de alguém ter suspenso um andar pra o filho que já tinha outra família e já está morando ali. O outro vizinho, tinha uma filha de 15 anos que já estava grávida. Uma outra menina que era uma gatinha com um corpo lindo, agora estava gorda, toda largada, cheia de filhos, lavando roupa na frente da porta. E a minha tristeza é justamente essa, porque eu vejo que as coisas se perpetuam. Numa rua que tem mais de cem casas, como a que eu morava, as únicas pessoas que conseguiram mudar alguma coisa na vida foram da família de Seu Domingos, da nossa família e da de Seu Aquiles. Eu só tenho uma geração, mas lá têm pessoas da minha idade lá que já construiu outra geração. São avós aos 39 anos de idade, vivendo no mesmo lugar, da mesma maneira ou em situação muito pior, desdentados, acabados. Então, me dá tristeza, ver aquela realidade que não muda. Eu não tenho vontade de voltar lá (BALBINA)

Eu não andava com as pessoas do meu bairro e hoje, essas vizinhas de infância, algumas ainda estão lá. Não estudaram, estão com 20 quilos a mais, sem dentes, com um monte de filhos adolescentes caminhando prá miséria também. Quando eu apareci por lá, elas comentaram: “olha! Mas você não casou e não teve filhos, não é? Ah! Que pena.” Isso me machucou e hoje eu consigo entender. Elas tinham uma birra comigo porque eu nunca fui da turminha. Era “a neguinha doce”, como me chamavam, a “neguinha boba” e hoje é como estivessem dizendo: você não aceitou o seu mundo nem o que você procurou lhe aceitou. Você também saiu perdendo, por querer se diferenciar de nós. Não voltei mais lá. (ANA MEIRE)

A longa fala de Renato, mostrada a seguir, revela que a ruptura também tem o seu preço, vez que parece gerar nos sujeitos uma espécie de ressentimento pela ausência do “outro qualificado” para compartilhar de acontecimentos que, em geral, permanecem como pontos de demarcação na história de cada um. Remetendo a Bosi²¹⁴, é como se em relação às recordações, o sujeito se tornasse *“a testemunha única que, às vezes, não crê em seus próprios olhos”*, fazendo apelo constante a um outro para confirmar certas versões de fatos realmente acontecidos: *“Aí está alguém que não me*

²¹³ Strauss (1999: 103).

²¹⁴ Bosi (2006:408).

deixa mentir". Assim, o retorno "à casa", ou seja, ao antigo bairro, ou aos antigos companheiros, decorre muitas vezes de um esforço dos sujeitos para negar que se tenham afastado tanto e até mesmo para impedir outra defecção, como explicita Renato,

Às vezes eu me sinto muito solto mas a gente acaba também aprendendo a conviver com essa dificuldade. É como se eu fosse separado do meu passado e privado de todos aqueles amigos que eu fui convivendo ao longo da minha trajetória. Por exemplo, os amigos do bairro da Soledade: hoje eu tenho apenas dois que eu consigo encontrar, mesmo assim, de vez em quando.... O Lino que você conhece é um deles. Ele é um caso à parte e soube até que ele faleceu. Eu fui amigo dele com 16, 17 anos, trabalhamos juntos e eu o reencontrei já intelectualizado. Então esse eu conseguia encontrá-lo no mesmo ambiente que eu estava e conviver com ele com muito mais facilidade do que o outro amigo meu que não conseguiu ascender. É bem diferente do que vejo acontecer aqui com as pessoas que sempre foram de classe média. Elas já vêm vivendo com aquele grupo ali e quase não se separam, quando ficam velhas. Tem sempre o "fulano", que estudou junto, que está por perto, que se ajudam. Eu vejo isso muito. Grupos que a gente encontra frequentemente e quando vai ver, o Fulano, conhece o Beltrano, que conhece o Sicrano, aí o Fulano tem uma empresa, e aquele outro tem outra empresa que complementam e se juntam. Grupos de velhos amigos que almoçam e se encontram sempre, pra poder ver como é que podem se ajudar. Isso, eu, particularmente, não tenho. Com meus amigos de infância, praticamente não tenho convivência nenhuma. Se eu quiser estar com algum deles eu vou fazer um esforço de tentar encontrar um ou outro. As vezes quando encontro falamos alguma coisa rápida e acabou..., porque... é até forçado, pois a vida não é mais a mesma. Eles têm uma vida totalmente diferente da minha e por mais que queira conviver, acaba sendo meio difícil além do que a vida profissional, o dia-a-dia da gente é totalmente diferente. Isso pra mim, me soa como uma negação, um apagamento do meu passado. Por exemplo, eu estou falando aqui do meu passado e se você me pede assim, "eu quero uma testemunha do seu passado Renato, cadê?" Eu não sei lhe dizer de imediato e é difícil conseguir. Agora, se você pegar alguém que nasceu na classe média e pedir isso, vai ser diferente. Por exemplo as minhas filhas. Elas continuam tendo os mesmos amigos que tinham desde pequenas e estão fazendo faculdade juntos e tudo. Se perguntar a uma filha minha agora cadê o seu passado?, ela fala, "Ah !, tem Fulano aqui, A prova de como é que eu era, está aqui: a Fulana, que vem comigo desde aquela época e a gente continua amiga até hoje." E eu? Se me pedirem: Renato, me mostre alguém que conviveu com você no ICEIA, de alguém que trabalhou com você na obra ou em qualquer lugar desse aí. Cadê essas pessoas? Onde é que estão? Quem lembra de uma história minha, quem conviveu comigo pra contar uma história desse período? Por exemplo, eu de vez em quando me pergunto, cadê meu amigo de infância pra sair comigo? jantar comigo? Cadê? Eu tenho certeza que se eu fosse criado na classe média, tivesse tido uma infância de pais que tivessem dinheiro pra me criar, eu estaria aqui em Salvador, hoje, e com certeza ia pegar meu telefone, ligar pra uns dez amigos de infância: *Fulano, eu estou aqui hoje. Vou lhe pegar aí agora com meu carro. Vamos agendar uma reunião com a turma pra a gente conversar um pouco?*. Isso eu não tenho. Nós fomos trabalhar em outro Estado e quando

nós fomos transferidos pra cá minha filha telefonou pras amigas e conseguiu reunir todas, de uma vez só. Foi uma coisa mágica, todo mundo de classe média, com o mesmo nível de vida e ela voltou a sair com essas meninas novamente. Já eu há muito tempo perdi contato com todo mundo. É irrecuperável e não é só classe média que se encontra e volta a falar e tem amigos no passado, mas, também as pessoas que têm poder aquisitivo baixo. Elas vivendo ali no mesmo lugar, ainda conseguem reunir amigos de épocas passadas e outras coisas assim, porem a gente que migra de classe, acaba perdendo esse passado e não é porque a gente não quer voltar ao passado, não quer conviver com aqueles amigos, é porque a vida impõe isso não é ?. A gente não morre cedo por causa disso não, a gente acaba também aprendendo a conviver com essa dificuldade A rotina deles é totalmente diferente da sua e pra você encontrar você tem que fazer esforço, tem que localizá-los, marcar o dia, reservar algum lugar e almoçar - normalmente você banca o almoço sempre porque as pessoas não têm poder aquisitivo pra almoçar junto com você num restaurante. Essa é a única forma, mas chega lá as brincadeiras já são diferentes, o apronte da vida é diferente, a conversa é diferente, a maneira de sentir o mundo é diferente e a gente termina saindo com uma sensação também diferente. Mesmo assim acho que a gente deveria fazer isso pra poder de vez em quando falar assim: não, não esqueci minhas origens. Isso é complicado. No início desse ano, falei com um dos meus irmãos lá em Jequié e ele reuniu um grupo de parentes mais uns conhecidos de lá - alguns bem humildes mesmo. Fomos todos para um restaurante e pra eles foi um dia mágico porque era um restaurante que eles não estavam acostumados a ir. Aí você reúne todo mundo, fica ali, no bate papo, mas também experimentando um sentimento difícil de explicar meio de alegria e meio. (RENATO).

Vale ressaltar que, no cotidiano, os sujeitos mantêm um relacionamento com “ricos” e “pobres, contudo tal convivência é geralmente limitada à relação profissional, onde não é possível fazer escolhas, até porque a função desempenhada no serviço público dá margem ao contato com pessoas de diversos níveis sociais.

Na convivência com os colegas de trabalho, eles ressaltam manterem um bom relacionamento, embora enfatizem ser a convivência considerada como relações de coleguismo (e não de amizade), por limitar-se ao local de trabalho. Referem-se ao fato de quase nunca serem convidados a frequentar a casa dos colegas de trabalho, confirmando um padrão verificado por Pereira (2001) entre negros em ascensão social na década de 1960, e também Soares (2004), em pesquisa recente sobre negros da classe média paulistana: Há uma relação cordial com os colegas brancos e negros no trabalho, sendo que dificilmente esta proximidade ultrapassa os limites da empresa.

Quanto às relações no mundo profissional e nos diferentes espaços de atuação extrafamiliar, percebe-se que a aproximação com o novo universo decorrente da ascensão não se dá sem conflitos, sendo acompanhada de

certas subjetividades, em que quase sempre sobressai o sentimento de perda da espontaneidade, algo que se revela dramático nos diversos depoimentos:

Me tiraram isso. Roubaram a minha espontaneidade. Esse é o preço que eu estou pagando pela minha ascensão. Você não pode ser uma pessoa risonha, um negro simpático, uma pessoa dada, porque toda vez que você se mostra assim, você é desrespeitado, vão lhe dar tapa nas costas, lhe chamar de minha comadre, ou de “minha filha”. Você deixa de ser doutora, Senhora. ... No ciclo de pessoas com quem eu convivo hoje eu não sinto fidelidade na amizade. Eu vejo assim: Se você está no poder, tem os seus amigos do poder, mas eu não me iludo que se eu não estivesse no poder eu teria esses amigos. São pessoas que lhe toleram, mas não lhe aceitam na maioria das vezes. Eu já passei por situações espinhosas em que pude constatar isso e por conta disso a gente vai aprendendo ao longo da vida que ainda existem ressalvas desses novos amigos em relação a nós - mesmo na condição que a gente já está incluída. Então não é uma aceitação plena por exemplo eu sei que eu não era pensada prá estar aqui, e agora estou. (BALBINA)

Eu não posso ir num boteco de rua, eu não posso colocar uma sandália de dedo e vestir uma camiseta, nem coisa nenhuma. Se alguém me encontrar numa situação dessas eu posso ser criticada, então, eu só posso fazer isso entre os amigos e dentro da minha casa ou dentro da casa de um amigo. Nem no clube eu posso me comportar com certa..... espontaneidade. O ônus do erro prá nós negros é muito alto. É irreversível. (VANDERLINA)

Cheguei a ter um grupinho de samba em que eu era *crooner* e mantive esse lazer até antes de ser Comandante. Aí, a coisa mudou. Já haveria censura. Tem que ter determinada postura, principalmente a gente que é negro, não é? (GILVAN)

Entrar em lugares que são assim maisem lugares em que eu sou a única.... Eu aprendi a administrar isso e às vezes questiono isso em relação às minhas irmãs. Eu tenho vontade de levar elas comigo a determinados espaços e elas não vão. Eu sei que elas têm medo ou vergonha de entrar ali e isso, às vezes, mexe comigo. Eu procuro sempre mostrar a elas que a única coisa que nós devemos fazer ao decidir ir a um lugar desse é estar de acordo com o ambiente e entrar nele com firmeza. Mesmo que não esteja com tanta firmeza, a gente deve dizer: “eu vou entrar”. É um exercício que eu faço e não é fácil: carregar na postura, na forma de entrar e principalmente, - é uma coisa que eu faço muito, - colocar o chamado nariz empinado, que nada mais é do que entrar com a cabeça erguida, sem olhar ninguém. Aí, as pessoas já irão lhe ver com respeito, pela segurança que você entra em determinados ambientes e que para alguns dos nossos irmãos de sangue não é espaço próprio. (JOSEMILDA)

Estes indivíduos ascendem isoladamente e, em geral, sem suportes políticos ou mesmo sem modelos de outros pares do mesmo grupo sócio-racial que os tenha precedido na ocupação dos espaços ou postos conquistados. Presumo que em algum momento eles tendam a ressentir-se de suportes em determinados mecanismos que o todo social dispõe para reforçar o poder

dessas autoridades, tais como riqueza, *status* de família e efetivas relações igualitárias com pessoas importantes.

Hoje há um monte de coisas que você até tem acesso hoje, que você pode pagar por elas, mas meu colega vem tendo acesso àquilo desde o avô dele. Desde o tio dele. Por exemplo lá na escola de medicina você vai encontrar pessoas que tem laços com a escola há quatro gerações. Então, quando ela chega na escola de medicina, é como se a escola fosse dela, Ela está só há três anos ali, mas o professor quando chega pra cumprimentar diz: “*Eu dei aula pro seu pai. Como é que ele está?*” Então, essas coisas, eu acho que cria certas distinções. Isso acontece até aqui no Hospital, o profissional chega precedido da fama do pai ou um outro parente que já ocupou uma posição. (BALBINA)

Com efeito, por circunstâncias históricas, o domínio de tais mecanismos sociais está associado ao grupo racial dominante, e o manejo de técnicas de infiltração social associado a eles pode ser considerado privativo da camada branca da população brasileira. No que toca aos negros, o florescimento desses tradicionais esteios de sustentação social foi inibido por um passado de submissão legal e de confinamento do grupo dentro de uma sociedade estratificada em termos estamentais²¹⁵. Assim, sob tais condições, consigna-se a limitada experiência de convivência no interior de grupos de estratos sociais médios, como também uma reduzida intimidade com certas disposições e regras de funções integrativas nesses meios. Dentre eles, podemos destacar a familiaridade com a etiqueta, o *savoir faire*, o traquejo social, sem falar na riqueza da vivência social e na desenvoltura em penetrar ou se movimentar em determinados círculos sociais. Como disse uma informante, “*não basta a disposição para lutar (ou “jogar”), é preciso ganhar intimidade com as regras do jogo*”, dando a entender que apenas o empenho no aprendizado não basta, necessitando, sobretudo, da utilização de estratégias individuais para o êxito e a boa convivência no “mundo dos brancos”.

Não podemos esquecer que, além da origem pobre, eles são negros, ou seja, são parcela de um grupo em cuja representação coletiva recaem estereótipos e rótulos negativos que não apenas marcam historicamente suas vidas, como também demarcam espaços sociais. Ou seja, os negros são depreciados em alguns aspectos de seu comportamento como também

²¹⁵ Pereira (2001: 134).

desvalorizados intelectual e moralmente. Face a seus traços negróides, costumam ser considerados física e esteticamente feios ou exóticos, assim como rudes ou não elegantes, diante do padrão de beleza branca. Sendo assim, é de se perguntar: como deve ser sentir-se negro nessa sociedade? Isso me vem à tona ao lembrar a situação vivenciada por Balbina que, mesmo tendo condições de adquirir o bem em uma loja, esbarrava em uma barreira simbólica que a impedia de se manifestar por medo do preconceito e discriminação, conforme relato a seguir.

eu tinha um sonho de ter uma mochila da “*Company*” e eu...eu...juntei o dinheiro que dava pra pagar a mochila da “*Company*”, mas tinha vergonha de entrar na loja, Isso foi há 20 anos atrás.... (esse trecho acompanha um silêncio de constrangimento)... Eu fui por três dias no Iguatemi: rodava pela frente da loja e não conseguia entrar. Rodava (risos desconcertados) e não entrava, até que um dia, imbuída de coragem, eu entrei e falei de uma só vez “*eu quero uma mochila daquela*” apontando para a prateleira. Em razão do meu nervosismo a vendedora não entendeu nada e eu repeti duas vezes até que ela conseguiu entender e respondeu: “*qual a cor que você quer ?*” e eu disse “*Qualquer cor*”. Aí, depois eu tentando consertar: “*Não. Qualquer cor não. Eu prefiro cinza*”. Ela me olhou assim... embrulhou a mochila. Eu contei o dinheiro, rapidamente, paguei e saí quase correndo. Foi uma coisa tão estressante e.... Eu tinha medo, eu tinha medo, eu tinha medo da mulher não olhar na minha cara, de me achar.. , de pensar queme botar prá fora da loja, dizer que eu não tinha dinheiro pra comprar uma mochila daquela, sei lá.... Eu não gosto nem de me lembrar disso.. (BALBINA)

Situações da espécie, em que os sujeitos negros se veem diante de específicas barreiras simbólicas ou mesmo de decisões difíceis não são raras na vivência profissional, contudo, por se encontrarem esparsamente localizadas em diversas instituições, isso leva a pensar quão difícil ou raramente se dá a troca de experiências sócio-raciais entre esses pares, ou mesmo em que medida se percebem (ou são percebidos) com autonomia suficiente para negar ou autorizar e, por que não dizer, subverter o que é esperado.

Esse fato se tornou emblemático em uma situação presenciada pelo pesquisador em uma das sessões de entrevista. Estávamos em pleno período eleitoral quando a informante, uma conhecida autoridade baiana, foi “convidada” a gravar depoimento expressando suas opiniões acerca de determinado candidato ao governo do Estado. No depoimento a ser

reproduzido em toda a mídia televisiva, a informante, emprestando a sua imagem negra e de grande credibilidade, declarava suas “impressões”, logicamente enaltecidas, sobre o candidato, visando à conquista de votos na comunidade negra. Esta situação parece que ocorreu totalmente contra a sua vontade. Tinha procrastinado ao máximo aquela gravação, alegando “falta de tempo”, inclusive porque não era o candidato de sua escolha tampouco o de seu grupo de pares mais próximos. No entanto, tratava-se de indivíduo proveniente de tradicional família de políticos, apoiado por um grupo de grande influência política na cidade. Era o candidato apoiado pelo governador da época e que os institutos de pesquisa da cidade apontavam como praticamente eleito. Sua recusa em gravar as declarações que prestara poderia lhe “custar caro”, em face de não possuir suporte para ampará-la em caso de contrariar esses grupos de poder²¹⁶. Algumas portas importantes poderiam se fechar, como ela comenta abaixo:

O que você presenciou aqui na minha casa: as fotos que tiramos (*ela e o candidato*), toda aquela equipe de gravação registrando as minhas declarações, para muita gente aquilo seria o auge, o ápice da credibilidade, de prestígio, sei lá... mas isso, não era nem pra mim nem pra quem me convidou. Ali era um aproveitamento da minha situação atual como mulher negra e autoridade, para que o candidato que me solicitou ganhasse pontos. Só que naquela situação, eu não vou ganhar nada, pelo contrário, mas minha perda seria maior se eu me recusasse a gravar aquelas declarações, se eu, não comparecesse naquela situação. Eu teria perdas de qualquer forma. Não tinha mesmo nada a ganhar, só tinha mesmo a perder. Seria muita ingenuidade, pensar que ao estar naquela situação você iria ganhar. Você não vai ganhar de qualquer jeito, porém você tem que fazer o balanceamento da perda. Pra muita gente, estar naquela situação, próxima daqueles sujeitos, poderia sugerir que a partir dali as pessoas sobre quem eu estava dando declarações seriam minhas aliadas e me dariam todo o apoio, o suporte, necessário que em geral nós que viemos de baixo esperamos deles -, isso se chama ingenuidade, coisa que eu não me permito mais. (NORMA)

O depoimento de Norma deixa transparecer a consciência da vulnerabilidade e das limitações a que essas pessoas se veem expostas em decorrência da ascensão isolada e do tênue suporte político e social oferecidos pelo seu entorno social mais próximo. Pelo que pude observar no plano associativo ou profissional - em que os contatos se dão em uma dimensão

²¹⁶ Ressalve-se que esse candidato foi derrotado nas eleições, e o seu adversário, vencedor do pleito, talvez nunca saiba que foi ele quem teve o voto do informante, pois na mídia sua imagem ficou gravada como apoiando o candidato perdedor.

mais formalizada -, tal situação é recorrente no depoimento de todos os informantes. Presumo daí derivar uma forte influência para que estes se revelem como profissionais em que à lisura e ao zelo no cumprimento das normas se associe um certo tipo de “autoridade” ou “poder” que pouco ou nunca “subverte”. Sobressai o esforço solitário dos sujeitos em aprender o “jogo”²¹⁷, manter suas “portas abertas”, evitando contrariar ou se expor a situações que, eventualmente, possam trazer constrangimento ou reforçar estereótipos e antigos rótulos negativos que, no Brasil, ainda recaem sobre a representação coletiva dos negros, geralmente associados à capacidade intelectual, a traços de personalidade como também a características físicas individuais.

Eu quase não bebo pois acho que seria extremamente constrangedor, na minha posição hoje, todo mundo ver que eu fiquei bêbado e outras situações que eu não lembro agora. Essas coisas todas comprometem a imagem da gente, sabe? Eu acho que, nós negros, principalmente que chegamos as essas posições não podemos dar mau exemplo. Beber não é nada demais. Porque que o beber, ficar bêbado qualquer um pode ficar, é direito da pessoa ficar bêbada. Já pra nós que servimos de exemplo, é constrangedor. Qualquer um outro pode, menos a gente, entendeu? Eu não posso contrariar aquilo que é esperado pelos valores da sociedade: Eu não posso praticar um atozinho qualquer que não seja legal. (RENATO)

A gente termina ficando muito atento pra tudo, porque a gente sabe que é sozinha nesse *status* mesmo, porque na verdade, tenho consciência que só tenho a mim prá defender. O fato de ter uma reunião de representantes de outras instituições e só ter eu de negra isso já me põe em estado de alerta e essa é a agonia de cada dia: ter que ficar prestando muita atenção no que as pessoas falam, no que reparam. Então, nesses ambientes ao mesmo tempo em que você se sente orgulhosa por estar ali, tem também um desconforto, uma tensão psicológica de ter que ficar com muito mais atenção com as pessoas e com a gente mesma. (DINORAH)

Nos depoimentos anteriores, as referências à convivência com os “outros” nesses novos círculos (pessoal e profissional), exteriorizam certas avaliações e comportamentos bastante eloquentes, entrevendo-se a presença de certa tensão psicológica, quase cotidiana, que decorrendo da consciência

²¹⁷ Utilizo a palavra “jogo” para me referir a habilidades técnicas e comportamentais que facilitam o aprendizado e a prática da vivência em grupos de classes sociais mais elevadas, a exemplo de saber quem é quem, o traquejo social etc. Nesses grupos, em geral, o conhecimento de tais habilidades é apreendido a partir de experiências transmitidas na própria família e nos demais círculos de pertencimento ligados à origem.

de uma condição sócio-racial problemática, regula a adoção de posturas ou comportamentos dos sujeitos, como expressa Gilvan:

A gente que é negro e vem de baixo, nunca tem ninguém na família ou no nosso meio que alerte para certas situações que pegam a gente de surpresa e, então prá nós tudo vai ser sempre mais difícil, pois é a escola da vida quem ensina, observando muito, perguntando aqui, imitando ali, evitando isso e aquilo. Não tem outro jeito. É assim mesmo, mas nem sempre é tão simples como parece. (RAIMUNDO)

Com efeito, na vida em sociedade, essas pessoas estão sempre propensas a enfrentar dimensões inéditas de convivência, cujo trato nem sempre é tão simples. Em muitas situações, elas tendam a se valer de antigas experiências - por vezes dolorosas - para pautar as suas reações. Experiências que, servindo inclusive como advertências, ou pontos de referência, lhes permitem situar-se melhor no “mundo dos brancos” como também estabelecer critérios de avaliação para si e para os outros. Minhas considerações a esse respeito advêm da percepção de que, sob variadas formas, os depoimentos refletem atitudes de autodefesa e comportamentos outros como os mostrados abaixo:

Na minha vivência tem algumas complicações e até um sentimento de traição, entendeu? Nesses ambientes mais refinados há sempre aquele sentimento de desconfiança, uma desconfiança permanente, até mesmo em razão das minhas experiências passadas. Estando o tempo inteiro num meio branco eu muitas vezes não vejo com sinceridade o beijo que me dão, o abraço. Entendeu?, É isso que é a tônica e incomoda sim. Eu diria que de certa forma é até desconfortável. Desconfiar na maioria das vezes. Viver eternamente vigilante e justamente por essa desconfiança, eu já tive situações até, de me pedir perdão por em determinado momento ter duvidado de outros. Não quero dizer que todas as pessoas que eu desconfio ou desconfiei falharam comigo, mas eu já estou escolada. Eu vivo em permanente estado de alerta mesmo(JOSEMILDA)

Eu acho que eu desenvolvi uma armadura... me armei, pois de certa maneira, eu nunca espero ser aceita de pronto, em nenhum desses ambientes que eu costumo me apresentar. Eu acho que desenvolvi isso para me proteger contra alguma reação que possa ocorrer e eu não estar preparada. É como se eu montasse uma armadura pra ir pra uma guerra. Por exemplo, em alguns lugares que eu vou ou que eu convivo durante o meu dia-a-dia, eu não me iludo de que as pessoas vão ter sempre um comportamento adequado comigo, mas mesmo assim eu antes já me preparo também pra evitar problemas surpresas ou até eu ter uma conduta muito inesperada que não seja adequada àquela situação, entendeu? Infelizmente, a gente passa muito tempo convivendo com essa situação: armado Então, eu, na verdade, sempre estou procurando me preservar, me proteger, e nunca descarto a possibilidade de ser tratada com uma atitude racista, mesmo por pessoas que comparecem aqui, porque essa é a

realidade. Por isso eu não dou abertura. Aqui nessa terra, a cor da pele, é também a possibilidade de ter boas condições sociais e boa educação. Quando chega um branco engravatado, ele é o cliente; se é um negro engravatado ele pode ser o motorista, entendeu? É diferente. Essa é a visão, até que você prove o contrário. Então eu procuro chegar provando o contrário, pois sempre estou esperando ser tratada com visão racista. No seu ambiente familiar e entre seus velhos amigos você faz o que você quiser. Você relaxa. Bota as pernas pra cima, conversa, mas nos ambientes outros, não. Não é nenhum comportamento 100% nem que você vive todo o tempo, porque ninguém consegue viver assim. Ao chegar num ambiente que você não conhece, você deve chegar preparado para qualquer tipo de reação esse é o melhor comportamento. Uma vez você sentindo que está tudo dentro do seu esperado da tranquilidade você relaxa. Você deixa de ser espontâneo. Eu já estou calejada de chegar desprotegida, vir uma mão prá lhe barrar a entrada e depois, você não saber nem o que fazer. (BALBINA)

Os relatos trazem à tona a ocorrência de persistentes embates, pessoais e silenciosos, decorrentes da vivência nos novos círculos de relacionamento. Sua constância nos diversos depoimentos faz supor que a escalada acentua a dimensão, como também o peso, de ser negro. É interessante registrar que a ausência de outros negros em postos de comando na própria instituição é observada por eles, porém nunca ou raramente se constitui em tema de conversa entre seus pares raciais, indicando a ausência de preocupação coletiva sobre a ampliação desse quantitativo. Nesse ponto, caberia refletir sobre certas crenças, oriundas do senso comum, informando que o aumento do grau de escolaridade leva o indivíduo a pensar com mais desenvoltura sobre tais problemas.

É muito claro prá mim que uma boa parte das pessoas que convivo atualmente, não me aceita. Me tolera. Ate porque não era eu - ou gente como eu - que estava sendo esperada para estar aqui nesse lugar. Esta instituição existe há cem anos sem que tenha tido anteriormente nenhum negro na direção e olhe que essa é uma escola técnica, uma escola originalmente voltada para filhos de operários e trabalhadores. Ela nunca foi dirigida por um filho de trabalhador, ou alguém oriundo dessa camada e eu sou a primeira mulher dessa historia a ocupar a direção nesses cem anos dessa escola. E ainda por cima negra. Você pode imaginar o sentimento ou constrangimentos que eu tive e que ainda tenho que enfrentar. (DINORAH)

Então essa pessoa que às vezes se aproxima de você, você pensa que é seu amigo, é o cara que pode lhe desgastar profundamente. Então não posso fazer determinados tipos de comentários que antes fazia abertamente e brincava. Era um pessoal mais confiável, porque não havia disputa pelo poder, mas mesmo assim eu já passei por muitas...*(coisas)*. Hoje eu estou num grupo em que a disputa pelo poder é grande. Porque comandante geral é o cargo mais disputado dentro da minha instituição. É o cargo máximo, e nesse ambiente

tenho de ficar mais vigilante, que em qualquer outra função. A falsidade campeia, e muito, nesse ambiente de agora. Você passa a olhar as pessoas a maior parte das pessoas como um quase inimigo e não como amigo. Isto no próprio ambiente de trabalho. Você tem que estar sempre com o pé atrás, tipo o cara chegar e você se questionar “bem, será que esse cara...?”. É terrível isso, deixa a gente muito estressado. O tempo inteiro você está tenso porque normalmente ao assinar qualquer despacho que trazem pra assinar... Você fica tenso, sem saber até que ponto você pode confiar naquela informação que o camarada está passando. E quando a gente é negro é mais complicado (...) Ao longo do tempo a gente desenvolve também um senso de reconhecimento do perigo à nossa volta, por exemplo, saber quando o cara vem pra tentar lhe ferrar, como também pra lhe paparicar. Eu acho que aprendi bem cedo a perceber essas pessoas. Como esse senso veio desde cedo, hoje talvez seja mais difícil se utilizarem muito de mim sabe? Uma das razões é porque eu me policio muito. (GILVAN)

Os depoimentos mostram-se elucidativos ao demonstrar que, valendo-se de dolorosas experiências - que não querem ver repetidas -, os sujeitos desenvolvem uma espécie de hipersensibilidade, quase um faro, para saber onde ou com quem podem, ou não devem estar; o campo que é mais conveniente tentar entrar e qual o que devem evitar. É como se passassem a mapear o mundo em que estão em áreas proibidas e não proibidas; os sujeitos são levados a adotar comportamentos que denotam para si uma certa espécie de rigor na conduta individual mas também elevada desconfiança e cautela nos contatos com o “outro”, como observaram Florestan Fernandes²¹⁸ e João Batista Borges Pereira²¹⁹, em seus estudos sobre os negros em processo de ascensão social e que os informantes desta pesquisa relatam enfaticamente.

5.4.2 - As relações com a família de origem

Em sentido inverso do que ocorre com os demais grupos de socialização, há uma maior aproximação com o grupo familiar de origem e os sujeitos sempre se apresentam como o eixo aglutinador. Em razão da melhor situação econômica, estes se constituem no promotor maior desses eventos

²¹⁸ Fernandes (1965:5 97).

²¹⁹ Pereira (2001: 258).

familiares, como se refere Dinorah, ao imputar a si mesma uma “tendência” para promover a aproximação do seu grupo de origem: *“Eu tenho uma família de oito irmãos e busco sempre reunir todos, sempre estar próxima, nos aniversários etc. Por exemplo, natal, reveillon, semana santa, é tudo muito em minha casa. Eu tenho essa tendência de juntar todo mundo”*.

Na mesma direção do que informam os depoimentos anteriores, Judite também mostra haver uma maior convivência com a família de origem em detrimento dos círculos sociais emergidos da nova posição de classe. Como ela expressa, *“o meu lazer é muito limitado, é ali em Arembepe na casa da praia junto com os meus familiares, ou a viagem com meu companheiro, ou ficar em casa assistindo os meus filmes, aquelas coisas todas, sem essa espalhão maior”*.

A tendência de vivência social mais reservada e, sobretudo, voltada para uma esfera mais familiar é recorrente nos depoimentos, dando a impressão de que isso possa se constituir em uma postura típica dos negros de classe média. Esses indivíduos, tendo clareza da existência de “certos problemas” nos contatos junto às camadas médias, buscam ficar longe deles - por exemplo, da discriminação em espaços públicos de classe média -, evitando se expor a situações que eventualmente possam trazer algum tipo de constrangimento, uma atitude que também é muito comum nos relatos dos negros em ascensão estudados por Florestan Fernandes²²⁰ e João Batista Borges Pereira²²¹. Esses autores deixam antever a ocorrência de comportamento similar quando se referem aos “negros ordeiros” e ao modo como eles, no processo de ascensão social, desenvolvem um tipo de comportamento puritano, de maiores prudências e de procura de distinção da “massa negra”. Contudo, embora não tenham sido abordadas por esses estudiosos, certas subjetividades se apresentam no contexto da relação dos negros em ascensão social com o seu grupo familiar de origem. Nesse complexo processo, pode-se notar a presença de discursos que, não raro, pontuam intensos e cotidianos conflitos pessoais, estabelecidos diante do acentuado desnível social entre os sujeitos e seus entornos parentais mais próximos. Em tais discursos, sobressaem o incômodo e o constrangimento ante o fato de serem os únicos que ascenderam no círculo

²²⁰ Fernandes (1965: 597).

²²¹ Pereira (2001: 258).

familiar, como revela Vanderlina: “*sinto um incômodo, um sentimento que não diria que é de culpa, quando eu vejo que enquanto eu avanço, está todo o resto lá,.... parado: irmãos, tias, primas*”. Trata-se de um conflito cujo desconforto perpassa todos os depoimentos e, ao mesmo tempo, parece encontrar alívio ou compensação na solidariedade familiar.

Quantas vezes já me vi em determinados espaços pensando: Poxa! meus irmãos e meus sobrinhos poderiam estar aqui. Que bom seria se eu os tivesse trazido. Podia ter trazido eles. Existe esse sofrimento, de não estar compartilhando, de eles não terem avançado até onde eu cheguei, então, a forma de compensação disso é nas festas de fim de ano. O *réveillon* é lá em casa. A ceia de Natal é lá em casa. Ali eu posso levar todo mundo, aí eu posso convidar a família toda... (DINORAH)

Eu tenho um irmão apenas e um monte de sobrinhos. Mensalmente eu mando um salário mínimo pra ajudar- isso é uma coisa que eu já admiti como uma obrigação, uma necessidade e receio, que se agrave, porque meu irmão não tem plano de saúde, nem faz um check-up anual. O jeito é pedir a Deus que ele tenha muita saúde, pra continuar se virando com os “bicos” que faz, porque se a situação piorar ele não tem com o que contar. Os sobrinhos agora também já estão na fila de pedir dinheiro. São também instáveis economicamente, porque vida de pobre não tem jeito, é necessidade mesmo e dos familiares não se têm como fugir. Não ajudar, dá um complexo de culpa e a gente sempre tem isso. Eu dou uma pequena ajuda e eles me vêem como a irmã, a tia rica, porém o fato de morar longe já me alivia, porque de certa forma eu fico afastada das necessidades do cotidiano. (ANA MEIRE)

Contudo, a dimensão dessa solidariedade, por sua vez, leva também a outros conflitos, dando lugar a novas subjetividades. Com as melhores condições de vida e renda dos sujeitos em relação aos demais membros da família, reforça-se o *status* de liderança que eles já gozavam na estrutura do grupo familiar. Fortalece-se, ainda, um tipo de representação em que, no meio de origem, eles são percebidos como referenciais positivos e exemplos a serem seguidos pelas novas gerações mas, também, as instâncias primeiras, ou seja, aqueles aos quais o grupo tende a recorrer nos momentos mais adversos.

A esse respeito é interessante notar que tais representações são percebidas positivamente pelos sujeitos, estimulando-os a assumir papéis que os identificam como uma espécie de suporte no meio familiar de origem, certamente cumprindo um dever assumido (implicitamente ou não) na definição do projeto familiar de ascensão, como parece revelar a fala de

Josemilda, ao lembrar um compromisso por ela assumido ao início de sua trajetória ascensional: “*meus irmãos, nunca vão passar o que eu passei*”. “Contudo, embora nos discursos tais ações e sentimentos assumam generalizadamente um caráter de “orgulho” e de dever cumprido, outros sentimentos contraditórios, e que parece inevitáveis, definidos através de termos como “peso”, “transtorno”, “é uma barra!”, oferecem elementos importantes sobre o significado da ascensão social para indivíduos negros.

Poder ajudar a família, me verem como exemplo, dá um certo orgulho, mas isso também me traz transtornos. É um orgulho mas que tem o seu preço. O peso de ser considerado o responsável pela felicidade de todo mundo, pra resolver os problemas de todos. Tanto dos amigos mais próximos quanto da família, tudo realmente é canalizado pra mim. Problema dos filhos, problemas emocionais, de veículo que é apreendido, briga de família, necessidade do vizinho, caso de assalto, falta de policiamento na rua de fulano. Então, todo esse manancial aí de problemas. Eu tenho que ser um cara forte pra eles o tempo inteiro. Tenho que resolver. Tenho que ter dinheiro pra ajudar.. Pra tudo. Muitos deles não compreenderão se eles chegarem com uma dificuldade e eu disser que não tenho como resolver. Isso às vezes pesa e muito. Porque você tem que está também se policiando pra não perder a paciência, com pessoas que às vezes são reincidentes. Tem gente que só me fala de problema. Que toda vez que liga é pra falar de problema. E aí de vez em quando, de repente você se vê rejeitando a presença e até mesmo prá atender a ligação daquela pessoa que foi sua amiga durante muito tempo. Às vezes, além de resolver os problemas dessa pessoa, ela quer ainda resolver os problemas do vizinho, dos parentes e todos são canalizados pra você. Eu tenho também que ser político pra não dizerem “Olha aí ó, ficou metido a besta.” ”Tá vendo? Chegou ao poder já mudou. Não dá assistência. A gente chega lá, liga e ele não atende. As vezes eu tenho que me isolar em determinados momentos, em determinadas situações por que eu não posso resolver determinado tipo de problema e tenho que me manter afastado num momento de lazer, por exemplo, num final de semana que eu teria, num sábado ou num domingo pra me distrair um pouco. De repente chegam pessoas da família ou amigos mais próximos e vão lá pra casa da praia. Me localizam de alguma forma e de repente vem me trazer problemas que eu poderia até resolver durante a semana. Aí o camarada espera, justamente no final de semana pra me trazer um tipo de situação dele. Por que ele acha que é um meio mais fácil de falar comigo. Tem dificuldade de vir pro quartel por causa de agenda ou se sentem inibidos ao chegarem lá, esse negócio todo, aí o meio mais fácil de falar comigo é no final de semana. Esse tipo de relação transtorna sim e é uma situação que não é fácil. (GILVAN)

Cada vez que um irmão melhora de vida, que um sobrinho arruma um emprego, pra mim é um problema a menos e uma ajuda a mais, é uma noite dormida. (JUDITE)

É um peso! É um peso! Eu daria tudo pra me desvencilhar do encargo da responsabilidade... tudo. . Eu me lembro que quando comecei a trabalhar, num momento, eu disse: “Meus irmãos nunca vão passar o que eu passei!” e isso fez que com que os dois irmãos menores,

estudassem até em colégio particular. - coisa que eu nunca tive e, diferentemente de mim, a eles nunca faltou um caderno, um material escolar, nada. Eu quis preencher a lacuna do meu pai, por inteiro, e isso eu acho que tem seu preço.. (JOSEMILDA)

A sensação de impotência para ajudar, a tantos da família que precisam e eu queria dar a mão, isso pesa, pesa muito... Na minha idade mais bonita eu não tive lazer, não tive direito de fazer viagens, nada disso, a minha vida era voltada exclusivamente pra família, tinha pouco dinheiro, eu não ganhava bem. Hoje, tudo que ganho gasto, seja na manutenção da minha família, entenda-se filhos e irmãos que eu ajudo e também, do ex-marido, primos e sobrinhos... (VANDERLINA)

No que tange ao apoio à família, um dado invariável em todas as histórias, e que será tratado mais adiante, corresponde ao investimento e transformações na moradia dos pais ou mesmo à manutenção desse lar, contudo o apoio não se restringe a esses dois aspectos. Ele se afigura também sob outras formas, sendo as mais frequentes o incentivo e o investimento na educação dos irmãos menores e até mesmo dos sobrinhos, como mostrado anteriormente na fala de Josemilda. Haja vista que essa oportunidade é sempre concedida a uns poucos sobrinhos, seria pertinente indagar sobre os critérios utilizados para a escolha dos contemplados para esse investimento educacional. Seria o parente que apresenta maior possibilidade de retorno? Nesse ponto, vale reproduzir um trecho da fala de Balbina, que apresenta uma situação típica de apoio prestado ao grupo familiar. A relevância da transcrição dessa fala, embora longa, está no fato de mostrar a clareza que a informante tinha da situação, o que acredito poder ajudar na compreensão da forma e do significado desse apoio.

Atualmente, eu pago a mensalidade da escola de um sobrinho. Eu já paguei a pensão de meu irmão durante um ano e meio. Enquanto ele esteve desempregado, era eu quem pagava a pensão que ele dá pra filha dele. Pago algumas coisas pra minha mãe, aí tem uma tia que liga dizendo que não tem gás, que o gás acabou. Então, esse é um peso enorme. O salário que eu ganho hoje daria pra eu ter uma vida espetacular, mas, se eu for fazer as contas, cerca de 30% desse meu salário eu dou pra família, praticamente como uma filantropia. Eu sempre digo que não preciso fazer caridade externa, porque eu já faço dentro da minha própria família. Às vezes, dá uma revolta, porque isso me sobrecarrega, mas às vezes isso é gratificante, porque se eu não tivesse na posição que estou, eu não poderia ajudar, eu seria mais um igual a eles pra estar na mesma situação, dependendo, às vezes, até de uma ajuda externa que não seria uma ajuda digna, seria um ajuda humilhante. Então, eu acredito que pra eles é muito pior do que pra mim. É difícil a gente ver a nossa família numa situação dessas. É difícil. Tem hora que me dá uma tristeza muito grande em ver uma irmã minha precisando que eu lhe leve

alimentos. E aí eu me vejo com carro, com casa, com minha filha fazendo *ballet*, natação, ou podendo ir, numa tarde, gastar R\$ 50,00 de lanches, e depois saber que minha irmã não tem nem dinheiro de transporte para ir trabalhar. É uma distância social muito grande e isso conflitua a pessoa. Então o jeito é auxiliar mesmo, por exemplo, eu, durante muito tempo, paguei a escola de outra sobrinha. Eu penso que nós temos que nos comportar como uma rede, não é? Enquanto a gente que está numa situação melhor não se comportar como uma rede, fortalecendo um ao outro, a gente não consegue sair desse emaranhado. Então, eu não consigo fazer isso com um amigo meu externo. Eu faço na minha família. Eu vejo uma amiga próxima a mim, ela tem dois filhos, é separada do marido e tem uma irmã. O salário que ela recebe e a vida que ela tem é voltada pra ela e pros filhos. O pai dela tem uma boa situação social, fez um bom patrimônio, então ela não tem uma preocupação como hoje eu tenho que, às vezes, eu fico até em crise por conta disso. Eu digo assim: se eu morrer hoje, o que é que vai acontecer com a minha família? Eles vão conseguir se manter? Então, eu não me permito ficar doente, eu não me permito trabalhar menos, eu tenho de me preocupar em fazer seguro de vida, em fazer uma coisa e fazer outra que permita a minha filha manter um padrão que ela consiga ter um crescimento vertical, entendeu? Meus amigos podem pensar em viagem à Europa, em viver a vida deles, porque se eles morrerem têm um patrimônio que vai mantê-los: têm avô, têm irmão e tal. Eu não. Meus irmãos pouco estão conseguindo tocar a vida, pagar as contas deles. Até hoje, todo mês, eu tenho que ajudar e colaborar em várias coisas e a maioria deles estão nessa situação. Você imagina pra mim, uma vez eu me deparei entrando na Vitor Hugo. Eu namorava uma certa bolsa. Era doida pra ter uma bolsa daquela e custava quinhentos e oitenta e cinco reais. Eu não poderia me dar uma bolsa desse valor? Lógico que eu poderia, mas aquilo me vestiu de tanta culpa, porque eu estava num *shopping*. Já ia entrando na loja pra comprar a bolsa quando minha irmã ligou aos prantos pra dizer que a luz dela estava sendo cortada – a dívida dela, acho que era de cento e dezoito reais, em razão de três meses de atraso e eu pensava que ela e a filha iam ficar no escuro e estava anoitecendo. As duas sozinhas. E aí, você compra a bolsa? Eu trabalhei tanto, eu batalhei tanto, eu suado minha camisa, mas será que é justo eu pagar por isso e deixar a luz de minha irmã cortar? Você está entendendo? Então, é isso, é um questionamento duro, não é? Então, isso choca. Isso choca de você chegar e encontrar sua irmã, um parente seu sentado na sala e você chegar com um supermercado de mil reais. Aí você chega no trabalho e está lá cheio de *status* e o parente lhe liga pedindo dez reais pra comprar o pão do dia. Como é que uma pessoa convive com essa dicotomia, esses extremos tão próximos? E tem que conviver psicologicamente bem, socialmente bem. Então, você tem que despertar mecanismos interiores pra você suportar, porque senão a carga é muito grande. Agora, se você tiver de escolher entre comprar a bolsa e ajudar, eu não vou lhe mentir, eu vou ajudar. Eu prefiro ficar sem a bolsa, porque o meu consciente não ia permitir que eu comprasse a bolsa e deixasse minha irmã sem luz, com a casa dela desabastecida. Isso aí eu sei que não conseguiria. (BALBINA)

A transcrição desse longo depoimento é duplamente útil pois, além de fornecer elementos indicativos de que o apoio econômico à família de origem

perdura ao longo da vida, destaca outras dimensões desse apoio²²²: desencadeia situações de desconfortos e constrangimentos, repercute no padrão de vida dos sujeitos bem como no potencial de consumo, pondo, inclusive, em xeque, a capacidade de acumular bens e transmiti-los às gerações seguintes.

Como demonstrou Balbina, o apoio familiar – que em verdade inclui parentes próximos e distantes (tios, primos, avós) ou até mesmo antigos vizinhos e conhecidos – é assumido como um dever, certamente inculcado na socialização primária no grupo familiar de origem.

Na verdade, isso é bem claro na minha vida, eu não poderia nunca pensar em mim isoladamente. Tudo o que eu pensei pra mim tinha um reflexo de que isso poderia representar uma melhora para as pessoas que conviviam comigo. Uma casa melhor para minha mãe. Uma condição de vida melhor para os meus filhos, para minha irmã e para outras pessoas que dependam de mim, sobrinhos, todo mundo. (VANDERLINA)

Isso dá margem a uma forma de repartição dos ganhos do informante no círculo de convivência de origem. Seu efeito mais visível se instaura na redução dos efeitos da elevação no padrão de vida individual dos sujeitos. Ou seja, embora recebam remunerações similares aos seus pares profissionais, estas repercutem menos, no cômputo de suas rendas individuais, face à diluição, no conjunto familiar.

5.4.3 - Mobilidade residencial do grupo de origem: o retorno do investimento

Sob formas diversas, a ajuda econômica aos familiares permeia as histórias individuais, destacando-se entre elas a mobilidade residencial efetivada junto aos pais dos sujeitos. A esse respeito, observa-se que a extensão da permanência na casa dos pais confere aos sujeitos a possibilidade de maior preparação para projetos pessoais, como o matrimônio, e de partilharem da convivência familiar por um tempo mais largo. Oportuniza efetuarem uma espécie de retorno do investimento familiar, seja através da

²²² Refiro-me ao desconforto ou constrangimento, e diria até certo complexo de culpa que emerge dos relatos de todos os indivíduos em decorrência da acentuada desigualdade de condição social que se estabelece entre esses indivíduos e todos os seus familiares.

aquisição de bens de consumo, até então inacessíveis (Tv, som, ventilador, geladeira, conjunto de sofás), ou de promoção de outras melhorias na qualidade de vida do grupo familiar. Sobre esse aspecto, é importante mencionar um dado que, pela constância em que aparece nos relatos, parece marcar essa fase que ocorre entre o ingresso no serviço público e o matrimônio. Trata-se da mobilidade residencial proporcionada pelos sujeitos ao seu grupo familiar de origem.

Esta se configura, com frequência, na reforma da casa dos pais a partir da execução de benfeitorias no imóvel da família, dando evidência a um jogo de reclassificação social em que a casa tende a se distinguir das demais no ambiente urbano desvalorizado, como sugere o relato seguinte:

A vida melhorou mesmo quando eu comecei a trabalhar. Já tinha um outro padrão de vida, no DNER. Meu salário era bem melhor que o de meu pai. Eu me lembro que no primeiro mês, eu comprei uma geladeira. Meu pai comemorou. Depois comprei uma televisão, e ele ficou deslumbrado. Os vizinhos iam lá pra janela pra assistir televisão e diziam: "*Luis (o pai) agora está rico*". Depois eu fui juntando o dinheiro e reformei a casa toda. Contratei um mestre de obras, remodelei tudo e dei uma condição de vida maravilhosa pra meu pai. Eu tenho orgulho de dizer isso. Fiz tudo que eu pude. Depois comprei um telefone e coloquei lá pra ele e ele ficava com medo de discar, porque dizia que ia ficar muito caro - não tinha o hábito, coitado. Depois, ajudei meu primeiro irmão que foi pra Petrobrás a se formar. O outro também se formou e nós ficamos com Lausalina, a caçula, que chegou e encontrou tudo pronto. (MARTA)

A mobilidade residencial apresenta-se, também, sob a forma de migração do grupo de origem para bairros melhores ou imóveis em condições superiores à habitação anterior. O caso de Renato é típico dessa situação de mobilidade e deixa entrever que esse processo é construído passo a passo, como ele revela a seguir:

Depois que eu me formei, as coisas ficaram melhores, porque aí o dinheiro foi maior e eu pude ajudar melhor a mãe e os irmãos. Eles também já estavam trabalhando. Eu me formei na Academia da Aeronáutica e todos nós, quando nos formamos, vamos pra Natal (*Rio Grande do Norte*) fazer o estágio que vai até o mês de agosto quando se é promovido a Tenente. Antes de se formar, você é cadete e depois vira aspirante, fica quase 9 meses como aspirante pra poder ser promovido a Tenente. Só aí então, você é oficial. Todo mundo já tinha seu carro e eu comprei um com o dinheiro da formatura. Era um Passat amarelo e foi uma festança porque a família nunca teve carro e agora tinha um. Com esse dinheiro, eu ainda pude levar toda minha família de ônibus pra assistir à formatura que foi em Natal. Arrumamos o dinheiro, "nos viramos", mas todo mundo estava lá,

minha mãe, meus irmãos. Quando eu cheguei de volta, nós já alugamos um apartamento melhor. Esse não era um cubículo, não. Era um apartamentozinho melhor num conjunto de edifícios perto da Baixa de Quintas. A família toda foi morar lá. Era uma moradia mais confortável, na Caixa D'água e foi aí que eu vim conhecer minha atual esposa que morava ali no Barbalho. (RENATO)

A recorrente mobilidade residencial que acontece, após ingressarem no trabalho, fornece indicações da existência de uma forte articulação entre a morada e o emprego. Ou seja, as reformas e reconstruções (pinturas, abertura de garagem, construção de andar etc.), as aquisições de bens de consumo e outros elementos que refletem o novo *status* parecem tornar essa mobilidade a representação da modificação das condições materiais do padrão familiar, mas também uma expressão, em termos weberianos, das necessidades objetivas de modificação dos estilos de vida.

A migração da família de origem para outros bairros se dá em geral para o que Agier²²³ chama de zonas de baixa classe média, como os bairros da Caixa D'água, Brotas, Federação, mas também da periferia urbana, como Cabula, zona de vastos conjuntos verticais e onde eram maiores as possibilidades de que pessoas das camadas de renda baixa e média se tornassem proprietários ou pagassem um aluguel mais barato. O que importa ressaltar é que o grupo familiar de origem dos sujeitos está longe dos locais mais periféricos marcados pela precariedade em termos de qualidade de vida. Acredito que essas migrações representassem também uma tentativa de essas pessoas se desfazerem de marcas simbólicas da pobreza urbana, a exemplo do valor negativo normalmente conferido aos seus bairros de origem, em termos sociais, raciais, arquitetônicos, de equipamentos urbanos e mesmo de saúde pública.

Embora as migrações em geral sejam traumáticas em algumas famílias, nesses casos parecem ser menos perturbadoras, pois, embora mudassem o quadro de vida do grupo familiar, especialmente dos pais, distanciando-os geográfica e socialmente de suas antigas redes de socialização, o *locus* da nova convivência vai se dar com pessoas de semelhantes condições de classe, estilo de vida, nível de renda, de escolarização e tipo de organização familiar.

²²³ Agier (1995: 91).

Vale enfatizar que os casos relatados de mobilidade residencial sejam as reconstruções ou as migrações, não se apresentam como mudanças realizadas subitamente. Pelo contrário, denotam ser uma operação construída passo a passo no bojo do projeto de ascensão familiar. Neste ponto, tomo emprestada a expressão “mobilidade antecipada”, utilizada por Rosa (1999), ao descrever os processos que envolvem o casamento de estrangeiros com jovens cariocas em busca de ascensão social.

Acredito que a retomada da expressão “mobilidade antecipada”, nos moldes concebidos por esse autor, possa ajudar na compreensão do significado do processo de mobilidade residencial que, invariavelmente, ocorre após o ingresso dos informantes no serviço público. Por exemplo, supondo-se que “a diferenciação” – constantemente reforçada pelos informantes ao descrever suas relações com os seus pares do bairro de origem – seja o *locus* da ascensão social, em realidade, o desejo de mobilidade social dos sujeitos se manifesta antes, e muito antes da conquista de qualquer posto de mando no mercado de trabalho, na medida em que, na comunidade onde viviam, eles sempre foram (e se percebiam) respeitados como pessoas que estavam conseguindo alcançar os seus objetivos de vida. Eram os “melhorzinhos”, “os estudiosos”, “os caprichosos”, sempre em oposição aos outros, que “não queriam nada”. Assim, a mobilidade antecipada ocorreria como um movimento necessário de prévia preparação dessas pessoas para chegar ao ponto em que elas estão. Ou seja, para que se tornasse possível chegar onde estão, foi necessário que antes adquirissem uma série de posturas, hábitos e conhecimentos que destoassem do comportamento típico das pessoas do bairro de onde provêm.

Como se pôde observar, isso foi efetivamente feito pelos informantes. Eles começaram se diferenciando dos roteiros e formas de lazer de seu próprio bairro e, conseqüentemente, se desviando de possíveis parceiros e parceiras de vizinhança, adotando um estilo de vida totalmente diferente dos outros pares do bairro, e inclusive dos irmãos, voltado para outras zonas de nível social mais elevado, frequentando teatros, fazendo amigos que moravam em zonas de classe média, etc.

Em outras palavras, desde cedo, essas pessoas já eram vistas pela família e pelos vizinhos como pessoas em “ascensão social”, por terem

ingressado em universidades, serem “educadas” e manterem laços de amizade com pessoas de fora da vizinhança. Assim, a saída do bairro era um passo perfeitamente esperado, até diria inevitável e nem tanto traumática, pois já tinha havido uma preparação anterior, com a "mobilidade antecipada". Trata-se de pessoas com projeto de vida montado desde cedo.

5.4.4 - A família construída

A família construída, no que se relaciona ao processo de mobilidade dos entrevistados, ocupa pouco espaço em suas falas. Os casamentos aparecem mais como derivados de uma escolha pessoal e, em geral, isso ocorre na faixa dos 30 anos. Ou seja, casam-se em idade mais avançada do que os jovens de sua geração (a exemplo dos irmãos – que, em larga proporção, antecipam-se aos informantes no tocante ao casamento e à saída da casa dos pais). Neste sentido, configuram-se casamentos tardios, mas que ocorrem sempre no início das carreiras profissionais, com cônjuges que, também, são originários das camadas populares da sociedade, atuam no mercado de trabalho formal, exercendo funções de menor prestígio e, diferentemente do informante, nem sempre possuem grau universitário.²²⁴

Estudos clássicos sobre ascensão social dos negros indicam que o apadrinhamento e o casamento inter-racial constituem estratégias determinantes nesse processo de mobilidade.²²⁵ Nos casos estudados, tais observações não se mostraram procedentes, ao contrário, parecem confirmar as conclusões de Sansone (2003: 266) em seu estudo junto a jovens negros e pobres, apontando que tais estratégias deixaram de se configurar como as

²²⁴ As maiores frequências de ocupação dos cônjuges dos informantes correspondem a funções como funcionários públicos, professora, bancária, comerciários etc.

²²⁵ Havia um consenso entre diversos autores acerca de três mecanismos de ascensão social utilizados pelos negros, a saber: o casamento inter-racial, principalmente entre o homem negro e a mulher branca, o apadrinhamento de indivíduos negros por famílias brancas e o embranquecimento, referindo-se à adoção de valores e comportamentos ou relacionamentos identificados como brancos. Fernandes (1972) ressalta a importância de os negros serem criados numa família branca, de melhores condições e com capacidade para produzir efeitos socializadores e aspirações ascensionais. Azevedo (1996), por sua vez, destaca o casamento como um dos meios de acesso e de integração dos indivíduos não brancos nas camadas superiores da sociedade.

mais viáveis para a grande maioria desses indivíduos. Tais constatações me levam a acreditar na ocorrência de certo esgotamento na utilização de estratégias como o apadrinhamento e seus correlatos²²⁶.

Cabe mencionar que, dentre os vinte informantes, foram referidos oito casos de casamentos inter-raciais. Em razão dos informantes terem conhecimento prévio dos objetivos da pesquisa, é possível que alguns parceiros tenham sido “enegrecidos”, ainda assim revela-se bastante significativo o índice de pessoas que afirmaram ter casado com negros (60%). Não tive qualquer pretensão de discutir esse aspecto no tocante ao grupo estudado, uma vez que no processo das entrevistas não foi possível um maior aprofundamento dessa questão junto aos informantes. Contudo, os depoimentos se mostraram importantes ao evidenciar que não se trata de união de pessoas que, pelas condições econômicas ou pelos meios em que se deu a socialização, frequentassem exclusivamente espaços sociais onde a presença dos negros não era significativa e, portanto, não tivessem outra escolha, como aventado por uma das informantes. Percebe-se, contudo, que os casamentos se realizam com os parceiros possíveis dentro do próprio segmento de classe em que os sujeitos se situam, apresentados por primos e amigos ou em aniversários, festas de formatura, casamentos, entre outras ocasiões sociais propiciadoras de alianças.

Conhecendo o efeito do racismo em nossa sociedade e a sua forte influência na vida das pessoas, é perfeitamente possível que o fato de alguns negros preferirem brancos para estabelecer relacionamentos amorosos possa também estar relacionado à construção de uma identidade racial fragmentada e à procura do outro, o branco, como o modelo ideal a ser perseguido e conquistado. Não se pode desconsiderar que a introjeção de valores racistas é um fator que afeta as diversas escolhas de sujeitos negros e brancos.

Todos os informantes masculinos continuam casados com as mesmas parceiras. No caso feminino, entre as dez mulheres, apenas três permanecem casadas, e uma delas nunca constituiu algum vínculo conjugal. A maioria é de divorciadas (seis das informantes), as quais não voltaram a constituir outro

²²⁶ Típicas do Brasil oligárquico, estas estratégias se constituíam através das ligações pessoais e até mesmo íntimas entre pessoas de camadas sociais bastante diferentes e se baseavam nas relações de *status*, na reverência diante dos poderosos e em um conjunto de pequenas obrigações destes para com os subordinados – situação que Gilberto Freire enfatizava como uma das possibilidades de ascensão social.

matrimônio, sugerindo a existência de certas dificuldades das mulheres negras em ascensão social de encontrarem parceiros, ou manterem vínculos afetivos mais duradouros, como mostrado a seguir.²²⁷

Eu tive um relacionamento de trinta e dois anos, ele foi meu primeiro namorado, ficamos dez anos entre namoro e noivado e vinte e dois anos de casamento. As pessoas dizem que ele não suportou meu sucesso, que ele não progrediu profissionalmente, não se encontrou. (VANDERLINA)

Todo mundo quer ter um parceiro, pra ajudar a vencer os objetivos, mas o problema é que sempre as metades da laranja nunca se complementam, não é? Tem uma visão romântica do casamento que eu já perdi. Quer dizer, não dá pra coincidir sobre esses aspectos, porque ainda mais já na minha idade. Aí vem a questão econômica, as pessoas mais acessíveis são as que ainda estão batalhando e não podem se dar ao luxo de ficar dez dias em Caraívas olhando a natureza, pagando pousada, porque o cara não tem uma poupança, e não tem bens, não pode sair pra viajar, ou (...) tem o maior trauma de ter que ficar comendo em restaurante, porque tudo é despesa pra ele. A pessoa está lutando pelas necessidades primárias, básicas, não está preocupada com a cachoeira linda, aquela queda d'água, aquela pousada linda no alto da montanha. Então dentro dessa realidade, há dificuldade de encontrar parceiro sim. Se ele é negro, a união resolve o lado emocional do vínculo afetivo, de você estar com alguém que tenha mesma problemática e tudo mais, mas realizar as minhas vontades, os meus desejos, o meu objetivo, nem sempre é possível. Se o meu sonho era escalar uma montanha, o Pico da Bandeira, por exemplo – o dele era conseguir um emprego fixo. E isso não deixa de ser uma coisa difícil. A grande parte dos negros não está nesse patamar de efetuar essas realizações. Eles estão na fase da sobrevivência. Eu tenho amigas negras com a vida organizada, que também estão solteiras e sem namorado há um monte de tempo, sem sexo, sem nada, mas elas têm aquela mentalidade burguesa, elas não dividem uma conta com um homem negro, não querem pagar uma cerveja. Dizem que não querem dar dinheiro pra homem, como se isso fosse motivo de exploração, espoliação. Essa é uma questão que “pega” pra muitas mulheres negras. Acho que a gente tem que se arriscar e analisar que tipo de pessoa, que tipo de personalidade, se o cara está trabalhando, se é esforçado. Então, o meu namorado atual estuda e eu pago a Faculdade. Se eu parto do princípio de que só vai prestar pra mim um homem negro bem sucedido, que ganhe mais do que eu é quase que impossível... (risos). E eu tenho minhas carências afetivas. Então, eu pago mesmo. A questão não é dinheiro, é o emocional, não é? (ANA MEIRE)

Fiquei casada dez anos, com um homem de nível de escolaridade menor e não deu certo. Me divorciei e tive que assumir o lado homem-mulher, já que o ex-marido sempre ganhou menos que eu e nem sempre eu podia contar. Então é isso, porque você tem que ver quando você tem que fazer uma opção entre uma executiva e uma esposa, a mãe e a mulher. Eu costumo dizer que no lado homem e mulher, eu não fui feliz, porque nenhum homem, digo, a maioria dos homens não aceita mulheres que exerçam cargos maiores do que

²²⁷ Confirmando essa colocação, os estudos de Berquó (1988) apontam que quando comparadas com as mulheres brancas, as negras têm maior dificuldade de encontrar parceiros.

eles, então não têm homem que tenha cabeça pra segurar isso, então eu já descartei a possibilidade de outro relacionamento (...). (NORMA)

Houve um momento em que eu me anulei em prol da família. Não tenho arrependimento, porque eu colhi os frutos disso. Pra você ter uma idéia, eu abri mão de um casamento, porque eu tinha de viajar e pedir demissão no trabalho. E eu imaginava como manter a família. Porque eu estaria lá com meu noivo, né? Ou já casada. Porque ele era engenheiro. E eu não podia, porque nessa hora, embora gostasse muito dele, eu pensei na família, eram 11 pessoas, que dependiam de mim. E entre a minha felicidade e a de minha família, eu fiquei com a família e não me arrependo disso. Depois disso, ninguém mais deu a ousadia de querer casar comigo não (...), e também quem iria querer casar com uma pessoa que tava o tempo inteiro voltada pra família? Então (...) o importante é que isso me ajudou numa atitude que contribuiu pro fortalecimento de meus irmãos nas famílias que eles construíram. (JOSEMILDA)

A fala de Josemilda se mostra significativa em razão de chamar a atenção sobre certos aspectos que, predominando em todos os depoimentos, sugerem ser parte indissociável dos processos de mobilidade social de negros, especialmente esses que compõem a primeira geração familiar a ascender socialmente. Refiro-me à protelação do sonho do casamento e constituição de uma nova família. Este é um fato cuja ocorrência parece afetar as mulheres e relacionar-se a um compromisso pessoal de priorizar a promoção do bem estar do grupo como uma espécie de retorno do investimento familiar na formação dos sujeitos, mas também o resultado de excessiva dedicação à carreira.

Uma coisa que eu não consegui foi ser mãe, mas sabe por quê? Quando eu conheci meu companheiro, eu já tinha 32 anos. Eu não sou casada, mas vivo há 26 anos com essa pessoa que é branco, ele me respeita e não é à toa que eu estou com ele 26 anos. É um companheiro, é realmente um companheiro, me entende, entende a minha profissão, não precisa de mim. Ele é branco, e vive às suas expensas. Como você vê, eu já não casei tão cedo e depois eu achava: ou seria mãe, ou seria uma boa profissional, eu não saberia como chegar numa delegacia pra dar um plantão sabendo que meu filho estava em casa sozinho e eu não seria uma boa profissional deixando o serviço pra ficar com meu filho em casa. Então, ou uma coisa ou outra, e a profissão falou mais forte, porque aí eu fui adiando, adiando e, na hora que eu poderia realmente me tornar mãe, já era tarde. Quando eu joguei a toalha, pendurei a chuteira, foi com 42 anos, aí eu disse: “não tem mais jeito”, e fiz uma esterectomia, porque eu estava com mioma. (JUDITE)

Minhas observações empíricas apontam que é apenas ao constituírem suas próprias famílias que os informantes saem da casa dos pais, e isso acontece, no mínimo, a partir do quarto ano de sua entrada no serviço público,

ou seja, quando já alcançaram a estabilidade no emprego e findado o ciclo completo de escolaridade, como se pode depreender dos relatos a seguir:

Quando eu casei em 83, eu tinha três anos de namoro, meus irmãos já estavam trabalhando e todos já tinham condições de ajudar. Eu com 29 anos estava na hora de eu me casar. Eu ainda fiquei em casa ajudando a família um pouco. Aí eu vi que estava todo mundo se formando e outros já haviam casado. Eu então falei: *“agora é a vez de vocês assumirem a responsabilidade porque eu estou saindo”*, aí eu saí e parei de ajudar. Aliás, parei de ajudar a família, fiquei só pagando o aluguel. Assumi o aluguel, pra minha mãe ficar morando com os filhos. Mais adiante, eu parei de pagar o aluguel, mas de vez em quando minha mãe ligava, me pedia alguma coisa e eu mandava. (RENATO)

Tive poucas namoradas. Namorei sim, mas, namorar, (...) namorar no sentido de guardar um compromisso só aconteceu com uns 22, 23 anos e só saí da casa de minha mãe depois de casado. Quando casei, eu já estava com 30 anos de idade. Já era delegado de polícia (...). Aí eu casei, mas continuei morando lá no Tororó, na casa de minha mãe durante algum tempo. (...) Depois que me tornei juiz, fui pra casa nova. Então eu saí do Tororó casado, meus irmãos com a vida mais ou menos organizada (...). (GERALDO)

Me formei em medicina em 93 e, logo depois, no dia seguinte, meu pai disse que a missão dele tinha sido cumprida, que ele tinha formado a filha dele e que, na hora que Deus quisesse levá-lo, poderia levar que ele iria alegre, feliz e satisfeito. Ele morreu em outubro de 94 e aí nós mudamos de casa para morar em apartamento. Nessa época, alguns irmãos já tinham casado, inclusive o caçula. Eu vim casar tarde, já com 36 anos, porque eu era obstinada pela minha profissão e, por isso, eu sempre relegatei minha vida emocional, minha vida de namoro, tive pouquíssimos namorados. (BALBINA)

As famílias construídas pelos informantes apresentam diferenças notáveis em relação às suas famílias de origem, especialmente no que se refere aos recursos culturais e econômicos de que dispõem os chefes de família. Em relação às gerações anteriores, eles possuem nível de escolaridade mais elevado, ocupam posições de prestígio na sociedade e maiores recursos de socialização para os jovens, uma vez que a maior autonomia da renda e da organização familiar possibilita a elaboração de projetos familiares como a aquisição de bens, a limitação do número de filhos e a educação, como também o planejamento do futuro de acordo com as possibilidades econômicas.

As referências a esses novos núcleos familiares dão conta de que estes se restringem ao par conjugal e aos filhos, em geral, poucos²²⁸. Não se afigura ocorrência do que chamamos de “família ampliada”, diferentemente do que se passou na infância da maioria dos sujeitos, quando era comum a presença (temporária ou não) de parentes coabitando no mesmo lar. O colapso da estrutura salarial, a redução dos tamanhos das moradias ou o mesmo estilo de vida atual em que ambos os cônjuges trabalham, tornam menos comum, em relação ao passado, que pais abdicuem de seu tempo livre e de parcela de sua renda para aceitar a presença de agregados, coabitando no mesmo lar.²²⁹ Perde-se, então, toda uma parentela próxima (de tias, primas, avós) que, no passado, rodeando o núcleo conjugal, ajudava nas tarefas do lar e na formação dos filhos, oportunizando um número maior de modelos de socialização, no âmbito do lar, e que fazia os jovens se sentirem parte de um todo maior.²³⁰ É importante assinalar que a queda da taxa de natalidade decorrente da revolução demográfica causou a redução no tamanho das famílias. Contudo, na atualidade, os pais são compelidos a contratar serviços de babá, ou de creches, que antes eram efetuados por membros ou afiliados da família.

As migrações residenciais levaram os indivíduos a mudarem dos bairros proletários para logradouros de melhor infraestrutura, com moradores de nível social mais elevado que o de suas origens, abrindo caminhos para uma nova escala de vivências e experiências, nem sempre confortáveis, como mostrado mais adiante.

Em termos de domicílios, essas novas famílias concentram-se, em sua maioria, na orla de Salvador ou nos bairros de classe média em suas proximidades. Morar nesse lado da cidade confere vários significados materiais aos seus moradores, como melhor qualidade na infraestrutura de serviços

²²⁸ A diminuição no tamanho das famílias, além de se configurar na ausência de agregados coabitando na mesma casa, é evidenciada pelo número de membros em coabitação que não ultrapassa seis, aí incluídos os pais. A maioria dos casais (45%) possui dois filhos e 15% não têm filhos (nesse caso, se trata de informantes mulheres). 5% têm apenas um filho. Apenas um caso de família com três e quatro filhos.

²²⁹ Havia também os vizinhos de confiança que, quando necessário, faziam a guarda e a fiscalização das crianças nas pequenas e prementes ausências dos pais, como a ida ao médico, por exemplo.

²³⁰ Nas palavras de Bosi (2006), “a família, nos moldes de hoje – em estrito senso – rema contra a maré de uma sociedade concorrencial, onde a perda de um de seus poucos apoios é absoluta e irremediável. Falta-lhe o envolvimento da grande família de outrora em que o bando de primos fazia as vezes de irmãos, e onde tios, parentes e agregados acompanhavam a criança desde o berço”.

urbanos, proximidade do lazer praiano, maior conforto das moradias e significativos ganhos simbólicos pelo fato de ali morar, como se expressa um informante: *“diga onde você mora que eu digo quem você é”*.

Em investigação junto a um segmento das camadas médias do Rio de Janeiro, Velho (2002) observou que, no imaginário dos moradores de Copacabana, a sociedade não estaria dividida entre pobres e ricos. Esta era, principalmente, hierarquizada entre aqueles que moravam na Tijuca, Ilha do Governador, Ramos, etc. Ou seja, o lugar de moradia fazia referência ao lugar do indivíduo na sociedade, de maneira que um morador de Ramos e outro de Copacabana eram inconfundíveis, pois sua identidade social estava vinculada ao bairro em que moravam.

De fato, os informantes desfrutavam de um espaço privilegiado e de um estilo de vida distinto dos de seus pares de origem. Estão mais assistidos pelo poder público em termos de equipamentos urbanos e partilham a vizinhança com uma população cuja maioria é de pele mais clara e de similaridades nas condições de classe econômica e culturais. Contudo, as migrações para esses espaços urbanos mais nobres apresentam, também, aspectos bastante traumáticos, quando comparadas àquelas direcionadas para zonas de baixa classe média, protagonizadas pelo grupo familiar de origem e comentadas anteriormente.

Nesses espaços nobres de moradia, não é incomum que os sujeitos sejam submetidos a constrangedoras ações racistas e discriminatórias, ou confrontados com estereótipos que marcam os pertencentes ao seu segmento racial. Dentre muitos outros casos relatados, vale citar o drama vivenciado por um informante que, confundido como porteiro, foi tratado grosseiramente por um visitante no prédio em que morava. Outra informante narrou o incômodo que a presença de seu grupo familiar causava ao frequentar a piscina do condomínio. Na sequência desse episódio, uma carta anônima – com ofensas racistas e ameaças – foi deixada sob sua porta, motivando-lhe a mover uma ação, junto ao Ministério Público, apontando para uma nova postura dos negros, inclusive os de classe média, relacionada a uma cada vez maior intolerância contra atos de discriminação racial, conforme ela mostra a seguir:

Se você ler a carta que eu recebi, você vai se “arrasar” pro resto de sua vida. Foi logo quando eu cheguei e só tinha três

meses no prédio. Meu filho fez um churrasco na beira da piscina na churrasqueira do condomínio e no outro dia de manhã a carta já estava em baixo da minha porta. Dizia “vá se catar, você nasceu pra ser marginal, você tem má índole mesmo, nasceu pra isso, isso, isso e isso; você tá perdendo tempo, porque jamais vão deixar de ser marginais, perversos e etc., etc. e etc.” (...). Me intimavam pra que eu ficasse quietinha, que eu me comportasse direitinho pra que a máxima, “negro quando não caga na entrada, caga na saída”, não se tornasse verdadeira. Minha filha mais velha, que é mais forte da casa, foi quem recebeu de manhã cedo e aí começou a chorar pedindo pra sair daqui. Eu disse, vamos sair daqui pra onde, se eu comprei minha casa pra morar?”. Aí, no mesmo dia, eu fui ao Ministério Público e dei queixa de racismo contra o condomínio pra saber quem era o racista. Daí em diante, ninguém mais se “botou”. Ainda não deu em nada, não descobriu quem era e eu nem acredito que vão descobrir. (NORMA)

A presença dessa família de negros, em um espaço tipicamente de classe média, gerou incômodo na vizinhança, na medida em que “fugia à regra”, com posturas e atitudes que não correspondiam àquilo que era considerado como o perfil e comportamento esperado dos negros, motivando a hostilidade, voltada para manter a família no “seu lugar”, controlá-la e adverti-la pela ousadia de “invadir” esferas que no Brasil sempre foram consideradas redutos dos brancos, como os espaços residenciais de classe média.

No que diz respeito à comparação das famílias construídas com as famílias de origem, nota-se que os informantes constroem novos modelos de famílias. Ambos os cônjuges acham-se integrados no mercado de trabalho formal, suas proles são menos numerosas e, tanto os pais como os filhos, possuem maiores ganhos de escolaridade – seja em anos de estudo ou em qualidade da educação recebida – como também melhor condição de socialização para as crianças e adolescentes.

De fato, beneficiados pela expansão educacional ocorrida no país nas últimas décadas, os jovens foram socializados por pais mais educados que os das gerações anteriores. O menor número de dependentes nesses núcleos tende a reduzir a diluição dos recursos familiares entre os seus membros, potencializando a sua melhor distribuição e aumentando a segurança econômica para que os filhos construam suas trajetórias galgando novos postos, ou mesmo mantendo a mobilidade social alcançada.

O ciclo fundamental de ensino dos filhos, cursado em escola privada, é um dado invariável nas histórias das famílias construídas. Na fase universitária,

esses jovens estudam ou graduaram-se em Direito (3), Medicina (1), Nutrição (1), Arquitetura (1), Comunicação (2), Turismo (2), Ciência da Computação (1), Publicidade (1), Administração (2), Psicologia (2), Terapia Ocupacional (1). O ingresso dessa nova geração na universidade pública (4) mostra-se bastante reduzido quando comparado ao número dos que estudam ou graduaram-se em faculdades privadas (13), porém o dado importante a se observar é que todos os entrevistados conseguiram fazer com que seus filhos ingressassem na universidade, o que indica terem conseguido transmitir seus *status* educacionais aos descendentes, um fato que auxilia na redefinição do *status* social dessas pessoas.

É incontestável que houve um grande aumento do nível escolar no grupo familiar, contudo, observa-se também que, por maior que isso tenha ocorrido em relação aos próprios pais, não compensou o aumento cada vez maior da seletividade que acontece no mercado de trabalho. A crescente especialização das novas profissões junto à grande oferta de trabalho tem levado ao fenômeno da "inflação do diploma" ou seja, a saturação do mercado de trabalho para quase todas as categorias, e isso tem se refletido negativamente para essa nova geração. Em sua grande maioria, os jovens graduados enfrentam trabalhos "precários" em relação aos conseguidos por seus pais após a graduação universitária. Alguns ainda encontram-se desempregados e sobrevivem às custas dos pais, geralmente estudando para concursos públicos. À exceção dos dois mencionados filhos que fizeram curso de mestrado, todos os demais ainda vivem com seus pais.

A moradia em zonas mais nobres da cidade, as viagens e possibilidades de um novo padrão residencial de consumo e de gostos os aproximam da classe média²³¹, estabelecendo uma nova configuração para essas famílias de negros.

Hoje minha filha tem acesso à internet, tem tudo; eu não tinha um computador, eu estudava nos livros velhos da faculdade, enquanto as pessoas compravam já os livros novos ou pegavam de seus familiares, então, é a diferença e é a diferença histórica no caminho. É muito grande! Você só vê a Europa pela televisão e pelos livros ou você nem ter imaginado que, eu vou lhe ser sincera, quando eu fui pro cursinho eu nem imaginava o que era Europa, saber o que era o continente, mas imaginava o valor histórico da Europa em peso.
(BALBINA)

²³¹ Esse contexto de modificação da identidade social não é exclusivo dos negros em ascensão social, sendo também verificado por Agier & Castro (1995: 146), em pesquisa junto a líderes sindicais operários em Salvador.

A primeira viagem internacional que eu fiz foi em 1996, já com quarenta e cinco anos e mais de vinte anos de trabalho. Meus filhos, ao contrário, puderam ir à Disney com quinze anos de idade, e à Europa com dezoito, então, você veja a diferença, eu sempre procurei propiciar a eles e nisso em muita coisa eu posso ter me equivocado. Eu sou fruto da dificuldade, da batalha diária e eu sei que tirei deles algumas dificuldades e, por isso, meus filhos têm uma visão diferente de mim, eu não tive muita chance de sonhar, em chegar muito longe e é por isso que na minha vida eu sempre preferia a segurança e é o que eu passo pra eles. (VANDERLINA)

Hoje eu vejo meu filho abrir a boca e dizer: “*eu vou ter uma Ferrari*”. Eu nunca sonhei assim não. Eu sonhava aos poucos tipo, “*eu quero ter isso e eu vou trabalhar pra ter isso*”. Eu sempre fui muito de planejar as coisas, trabalhar e raciocinar com aquilo: “*o que é que eu vou ter que abolir ou fazer pra chegar lá?*” (HUMBERTO)

A convivência mais duradora na casa paterna e as situações de desemprego enfrentadas pelos filhos fornecem indicações de que o padrão obtido pelos pais torna-se cada vez mais difícil de ser mantido nessa nova geração. Se imaginarmos que teremos mais pais do que hoje com menores padrões de vida e consumo para acolher parentes ou filhos desempregados, o que poderá acontecer na próxima geração?

Conforme Sansone, na atualidade, o papel das famílias de origem na transição da escola ao trabalho mudou e, em geral, tornou-se menos central²³². De fato, o movimento de valorização da individualidade, com seu culto de dignidade derivado do poder escolher individualmente o que fazer da própria vida, tem enfraquecido o poder de censura e de sanção dos pais. Reduziu-lhes o poder de encaminhar os filhos a uma trajetória profissional e, certamente, de conduzi-los a um projeto em contraposição a um destino que se pretende evitar. A esse respeito, seria pertinente indagar: que perspectivas se afiguram no sentido de que esses filhos possam reproduzir a experiência de seus pais, galgar novos postos ou mesmo manter a mobilidade social alcançada?

²³² Sansone (2003: 269).

5.4.5 – As relações raciais na família construída

Nas famílias construídas pelos sujeitos, as relações raciais estão postas no dia a dia, contudo parece haver uma recusa em discuti-la abertamente no ambiente familiar. Na orientação dos filhos para os problemas raciais, salienta-se certa preocupação em descobrir uma fórmula socializadora em que se prescindia falar sobre isso e, ao mesmo tempo, prepare os filhos para enfrentar "situações desagradáveis". Em seu conjunto, as falas dos informantes sugerem que tais orientações são fornecidas apenas à proporção que os problemas aparecem, como se eles estivessem pretendendo não antecipar a consciência racial dos filhos.

Isso transparece mais claramente nos depoimentos dos sujeitos provenientes de casais racialmente mistos, cujo comportamento aponta para o que constatou Oliveira (1999), junto a casais de classe média dessa natureza, ou seja, estes frequentemente evitavam as discussões relacionadas a questões raciais.

Tudo indica que, em grande parte, isso se deve ao receio de que as discussões sobre o tema possam explicitar certas situações de desconforto e sofrimento enfrentadas pelo parceiro de pele mais escura, o que reforçaria as vantagens de ser branco. Assim, quando o par do informante é branco, é comum observar situações expressas de desconfortos quanto aos quesitos referentes ao tratamento da questão racial na meio familiar, especialmente em relação às perguntas: *Como é tratada a questão racial no seu meio familiar?*, *Que tipo de conversação ou atitudes você adota com seu filho em relação ao racismo e à discriminação racial?*

As respostas, em geral, eram sempre negativas e curtas, a exemplo de: *"Nós nunca conversamos sobre isso"*. Expressavam também uma leve tensão para que o assunto não se estendesse, indicando ser esse um "tema delicado" para ser tratado com informantes dessa natureza. As respostas mais alongadas eram recheadas de preâmbulos que, em grande medida, sugeriam a tentativa de encobrir ou possibilitar ao informante um possível desvio de foco para não discorrer sobre um assunto que ele sempre tentou evitar: a educação racial dos filhos.

A fala do informante a seguir mostra-se típica dessa situação.

Em relação à criação de meus pais tem uma diferença. Hoje existe uma conversa: “*olha, você vai, faz isso, se preocupe com o futuro, veja a área que você vai estar se especializando*”. Eu converso com meus filhos sobre qual o melhor caminho pra eles adotarem, as vantagens e desvantagens daquilo que eles estão pensando fazer. Na minha época, não existia essa conversa, se o caminho que eu estava tomando era bom ou não, uma orientação sobre outra opção a ser tomada. Não havia essa necessidade. Já a questão racial aqui em casa, a gente nunca abordou, não. Eu acho que a minha filha sente um pouquinho isso, porque ela é mais achegada à minha cor, então ela ficava meio preocupada. Não sei se ela sentiu algo na escola, porque a gente nunca fez um comentário, um alerta de como se comportar, como agir por ser negro ou filho de negro, ou se for discriminada. Esse assunto a gente não conversa. (HUMBERTO)

Outro informante expressa uma certa consciência das mudanças que a sociedade tem atravessado no tocante à questão racial, invocando a importância da orientação e discussão desses temas para a autoestima das pessoas negras. No entanto, ao comentar sobre a prática dessa orientação com os filhos, sua fala sugere mais a formulação de um comportamento ideal, e não o que ocorre em realidade.

A gente tem evoluído com as questões raciais no Brasil. Ainda existe muita discriminação, mas essa geração que vem já está se fazendo aceitar, melhor do que nós. Então, eu diria que meu filho vai sofrer menos, mas ainda vai sofrer racismo sim. Então a primeira coisa que eu aconselharia para ele seria o seguinte: “*Seja negro desde o início. Não tenha medo de ser negro mais*”, porque nós, na nossa geração, às vezes pra chegar em determinado ponto, a gente não assumia a negritude. Hoje, como a questão negra está na pauta das discussões, quem é negro está perdendo a vergonha de se revelar. E então, eu diria para ele “*seja negro desde o início, seja negro mesmo, negro no sentido assim de assumir a negritude, no sentido de não ter vergonha em qualquer lugar que chegar. Chegar como negro e não se furtar às discussões do racismo*”. Porque antes, na nossa geração, quando jovens, a gente ficava com vergonha de discutir racismo. Então, hoje, não é pra ter mais vergonha, é pra se discutir racismo, é pra falar, é pra encarar. Não necessariamente fazer disso um fim, mas não abdicar do direito, do dever de jogar na mesa a discussão do racismo. (RENATO)

O confronto dessa narrativa com outras falas posteriores do mesmo informante deixa transparecer que tais colocações traduzem mais um discurso dentro do que se costuma chamar de “politicamente correto”, consumando, em verdade, uma atualização do “preâmbulo” mencionado anteriormente para mascarar a ausência da questão racial nas conversas familiares.

Em vários relatos, fica evidente que esse informante não fala aos filhos sobre suas dificuldades, sobretudo acerca de questões que envolvem o racismo e situações correlatas, como observei na prática, no decorrer da sessão de entrevista realizada em sua casa. A presença repentina da esposa, ou das filhas²³³, nos instantes em que abordávamos a temática racial, gerava um evidente desconforto ao informante, que passava a tergiversar, desviando o tema da conversa. É nesse sentido que vale a pena reproduzir sua fala em entrevista posterior, quando já havia maior intimidade entre pesquisador e pesquisado, refletindo a sua dificuldade em tocar nesse assunto.

... Você está me entrevistando desde aquele dia, e a primeira vez eu estou repassando meu passado, de fato, é com você. Eu nunca fiz isso. Nunca tive ninguém pra confidenciar. Até porque uma das coisas que eu pouco faço é falar sobre mim. Então, eu não gosto de falar do meu passado, do que eu passei. Eu não falo nem pra minhas filhas. Nunca reporte pra ninguém, nem pra familiares. Nada, sabe? Até pelo fato de aprender a esconder o passado de vítima, pra não denotar fraqueza ou inferioridade, eu aprendi a não falar do passado. Aí resultado: essa é a primeira vez e você está fazendo um grande bem, Ivo! Eu nunca tinha entrado tanto no meu passado como você está me fazendo entrar agora. Então você está fazendo um grande bem pra uma pessoa, porque está me fazendo reconstituir tudo isso e talvez, a partir de agora, eu não tenha mais medo de falar disso pra ninguém, até pras minhas filhas. Está na hora de eu conversar. Então, eu queria que ficasse registrado no seu doutorado, o bem que isso me trouxe – como fez essa pessoa se abrir, como ela teve coragem de falar do passado, como ela não escondeu. Já teve medo de falar de passado em qualquer lugar, pra poder não denotar inferioridade até diante dessas questões culturais de discriminação e das pessoas terem o negro na cabeça como um ser inferior. Dentro desse contexto todo que eu vivi, eu nunca falei do passado. (RENATO)

No tocante à orientação dos filhos e à abordagem da questão racial no ambiente do lar, o caso de uma informante apresenta contornos diferentes dos demais entrevistados. A maior aproximação dela e do marido com o Movimento Negro tornou o diálogo menos tenso, pois como afirma: *“Eles já foram crescendo sabendo. Todos os meus filhos têm nomes africanos, então todos três já nasceram nessa proposta de conscientização africana”*. Contudo, isso não significa garantir o banimento de ocorrências de discriminação racial da vida dos filhos. Chama a atenção o fato de que essa informante foi a única a relatar experiências de discriminação vividas por seus três filhos.

²³³ Como sua cônica, suas filhas têm a pele mais clara do que ele e idades de 19 e 21 anos.

Meus filhos, os três já foram discriminados na escola e em escola que eu tive o cuidado de escolher. O pior foi (...) porque enquanto os outros dois falaram, uma das minhas filhas não me contou que um menino se recusou a sentar junto dela porque ela era preta. Um dos casos eu só soube porque um aluno contou prá a mãe dele que me colocou a par da história e aí eu fui lá, conversar serio na escola. Atualmente eu sei que eles sabem assumir o papel. Um é mais combativo do que o outro, mas, em situação de confronto hoje, sei que todos sabem se compor. Quando eram crianças, uma de minhas filhas chegou em casa dizendo: *“mãe, minha colega disse que se eu passar areia na cara eu vou ficar branca.”* e o meu filho também chegou um dia da escola revoltado. *“Eu não quero mais ser preto não, porque todo mundo na escola é branco e só eu que sou preto.”* Já com a mais velha foi um problema de exclusão mesmo. Estava tendo um torneio na escola dela e eu comprei todo o material, só que eu percebi que ela nunca jogava. Quando eu lhe perguntava ela dizia: *“É porque um dia a gente é da torcida e no outro dia a gente joga”*, e nunca chegava o dia dela jogar, então eu fui na escola saber porque é que minha filha não jogava e a professora dela me respondeu: *“Ah, mãe, é porque eles têm que aprender a ser escolhido, a escolher e a ganhar e perder.”* Aí eu disse, *“mas eles só podem aprender a ganhar ou perder quando você colocar ela em situação de igualdade pra competir, e como ela não teve nem oportunidade para competir, ela não vai saber o que é ganhar nem o que é perder. Qual é o critério de escolha de quem vai jogar e de quem não vai?”* A professora respondeu: *“Ah, é o coleguinha que escolhe e aí joga”*. Então eu perguntei qual era o critério do coleguinha pra escolher, e ela se atrapalhou. Então eu disse: *“eu quero que minha filha jogue, não quero saber de menino escolhendo não, porque eu não sei o critério dele. Vocês não estão dando oportunidade a minha filha de escolher nem de competir e eu quero que minha filha jogue, porque ela se preparou pra jogar! Todo mundo tá jogando, porque ela não vai jogar? Está errado isso”*. E eu disse mais: *“Eu sou professora há não sei quantos anos e sei qual o critério de menino pra escolher as amiguinhas dele: primeiro são as branquinhas e as pretinhas vão ficando prá trás, e como a minha filha é preta, ela não vai levar nunca”*. A professora se incomodou e disse: *“ah, não é isso, não é isso não.”* E eu lhe disse: *“Me prove que não é”* e ela não teve mais argumento. (NORMA)

Ao relatar experiências de discriminação vivenciadas por seus filhos, a informante não apenas dá conta dos constrangimentos enfrentados por eles em sua inserção nos ambientes de classe média; outras dimensões do cotidiano de jovens negros se expressam nessa fala, a exemplo do silêncio da criança negra posteriormente à situação de preconceito.

O estudo de Cavalleiro (2001) constatou que muitas das crianças negras que passam por conflitos raciais no cotidiano escolar não levam o problema para o lar, para os seus familiares. A autora chega a inferir que esse comportamento das crianças, de não comentar com seus familiares os conflitos na escola, poderia estar ligado à costumeira ausência desse assunto no meio

familiar. Ou seja, a ausência poderia dar às crianças a idéia de que esse assunto deveria ser trancafiado, escondido. Ainda que entenda a pertinência dessa colocação, considero que outros elementos concorram para a explicitação desse silêncio, vez que, conforme se observa na fala da informante, no ambiente doméstico havia espaço para discussão da questão racial.

Um outro fato que marca a fala anterior refere-se à manifestação de admiração e aspiração de uma estética branca, invocada pelos filhos que, assim, revelam o desejo de mudança do próprio corpo, ligado a um sentimento de recusa ao seu grupo racial. O desejo de pertencer ao grupo branco aponta para um sentimento de vergonha de ser (negro) do jeito que é, ou até mesmo a recusa por certa forma de tratamento dispensado às crianças negras no contexto escolar.

Em um outro estudo Cavalleiro (1999: 40) constatou a existência, na escola primária, de um tratamento diferenciado e mais afetivo dirigido às crianças brancas na escola, tanto no comportamento verbal, como no não verbal que ocorre nas interações professor/aluno branco. Suas observações dão conta de que, nesse caso, o tratamento caracterizado pelo natural contato físico é quase sempre acompanhado de beijos, de abraços e de toques. Ela chegou a contabilizar um número três vezes maior de crianças brancas sendo beijadas pelas professoras, em comparação com as crianças negras. O contato físico é mais escasso na relação professor/aluno negro, pois as professoras, ao se aproximarem das crianças negras mantinham, geralmente, uma distância que inviabilizava esse contato.

É interessante notar que, embora os informantes pontuem que seus filhos desenvolveram uma maior preparação para possíveis confrontos, os relatos posteriores indicam que, como seus pais, nenhum desses jovens desenvolveu qualquer vínculo ou aproximação com atividades do movimento social, tampouco com atividades de militância no Movimento Negro. Ainda que isso possa ser explicado por uma maior convivência em círculos de classe média, onde a presença de outros negros é ínfima ou inexistente, caberia investigar como reage à discriminação racial, essa geração sem envolvimento direto com militância nos movimentos negros, e sem orientações mais

específicas ou discursos mais fortalecidos sobre esse aspecto da questão racial.

Tais constatações deixam entrever que, embora disponham de recursos para melhor preparar seus filhos como negros que devem viver em um mundo onde certamente serão discriminados, esses chefes de família se debatem com um emaranhado de incoerências, contradições e ambivalências que, ainda assim, produzem uma nova feição da família negra, já que, apesar da convivência mais detida em meio de classe média, interagindo com brancos, essa nova geração assume com mais propriedade a sua condição racial.

5.4.6 – A identidade de classe, identidade negra e identidade social

Os informantes foram enfáticos ao se autoclassificarem como negros, muito embora alguns tivessem declarado que, no passado, havia por parte deles uma grande rejeição desse termo para se autorreferirem, preferindo o termo pardo ou moreno, ainda que os caracteres fenotípicos que os singularizam, tais como os cabelos crespos, a tez mais escura, os lábios grossos, o nariz achatado etc, tendam a fazer com que sejam também assim classificados como negros por outros indivíduos. Contudo, essa autoclassificação parece conduzir a outros significados sociais, sugerindo que o termo “negro” é também proferido como uma categoria política que faz referência a pessoas que têm em comum uma determinada origem, que compartilham determinados aspectos fenotípicos e que se percebem como grupo discriminado na sociedade. As falas que se articulam à autoclassificação explicitam a consciência de pertencimento a um grupo que necessita se organizar para ocupar espaços sociais, tentar mudar sua imagem perante a sociedade e alcançar uma visibilidade que proporcione aumento da sua autoestima.

Referindo-se ao passado, algumas dessas pessoas declararam que preferiam o termo “pardo” para se autoclassificarem e “moreno” para serem referidos, contudo, no presente, rejeitam aquela classificação. Reconhecem as

dificuldades impostas pelo preconceito e pela discriminação mas, apesar disso, consideram que o “ser negro”, atualmente, é algo positivo.

Assim, a autoclassificação como “negro/a” é sempre afirmada com determinada altivez, explicitando um certo orgulho e sugerindo que ser negro não passa apenas pela questão da assunção da identidade negra, mas que é preciso afirmá-la para contrapor-se aos estereótipos imputados aos negros e, neste sentido, o orgulho estaria também vinculado ao maior nível de escolaridade, ao *status* social alcançado e à melhor qualidade de vida em relação à grande maioria de seus pares raciais.

Por sua vez, face ao lugar de onde eles falam, essa afirmação sugere, ainda, nas entrelinhas, uma referência às suas próprias trajetórias de vida, consideradas por eles como vitoriosas, na medida em que, suplantando barreiras raciais, econômicas e escolares, reverteram a trajetória modal de pessoas com semelhante origem sócio-racial. Conquistaram espaços que historicamente sempre foram reservados aos brancos, ou seja, transformaram-se em “negros que deram certo”.

Conforme mencionado, realizei 20 entrevistas abordando 10 mulheres e 10 homens com idade média entre 50 anos. Todos têm curso superior complementado com cursos de pós-graduação, o que mostra um diferencial em relação ao conjunto da população negra no país²³⁴.

A maior parte dos entrevistados é casada, tem 2 filhos, em média, e mora em residências com um número de pessoas entre 3 e 5, tendo como padrão a família nuclear. Apenas em dois casos registram-se agregados residindo com os informantes. Em um dos casos trata-se da irmã e da sobrinha que residem com uma informante que é solteira; e o outro refere-se a uma informante divorciada cuja irmã mais velha também reside no mesmo lar, ajudando na organização da casa e no cuidado com os filhos adolescentes.

Os informantes não se concentram em determinados locais da cidade, espalhando-se pelos diversos bairros: Itaigara, Pituba, Piatã, Brotas, Cabula, Garcia, Rio Vermelho, Ondina, Federação, Imbuí. Como se sabe, o local de moradia representa o *status* social de seus moradores, com implicações diretas na qualidade de vida destes. Assim, alguns dos sujeitos dessa pesquisa,

²³⁴ Conforme os dados do Censo (2000) os pretos e pardos possuem média de estudos entre 4 e 6 anos, e os brancos em torno de 6,6 anos de estudo.

embora não morem em bairros da alta classe média de Salvador, como Graça, Horto Florestal, Vitória, também não estão concentrados próximo aos bolsões de pobreza, como grande parte da população negra.

No aspecto intergeracional, obtiveram elevada mobilidade social ascendente, quando se compara ao nível de escolaridade e ocupação dos pais. Estes, em sua quase totalidade, exerciam ocupações manuais, atuando em postos de trabalho geralmente desprestigiados no mercado profissional na condição de: dona de casa, empregada doméstica, pedreiro, mestre de obras, operário, auxiliar de enfermagem, feirante, faxineira, motorista, lavadeira, proprietários de pequenos comércio, servidor público. Vale citar que os pais, em grande maioria, mantinham atividades paralelas como carvoeiro, taxistas, pequenos biscates ou pequenas vendas na porta da residência.

O grupo pesquisado diferencia-se da massa por ocupar posições socialmente valorizadas, ter acesso a espaços geralmente permitidos para uma elite econômica e cultural, possuir formação escolar e padrões de consumo mais elevados, além de desfrutar de vantajoso poder aquisitivo.

Ainda que as classes sociais não se distingam apenas pela posse (ou não) de bens, mas também pela maneira de usá-los²³⁵, no Brasil, a renda familiar é considerada um referencial importante para pensar as classes sociais. Por exemplo, a pesquisa realizada pela agência publicitária Grotterra destacou, em 1997, que, no Brasil, cinco milhões de negros percebiam renda familiar acima de vinte salários mínimos e que, pelos padrões nacionais de consumo, poderiam ser classificados como classe média²³⁶.

Nos últimos dez anos tem surgido na mídia diversos produtos editoriais e de consumo chamando a atenção para essa camada da população, a exemplo de cosméticos voltados para uma classe média negra com poder aquisitivo para consumir produtos supérfluos. Diversos jornais e revistas

²³⁵ Conforme Bourdieu, os estilos de vida distinguem as classes sociais pois, através do consumo, os bens são transformados em distinções significantes, ou seja, *às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência*" (BOURDIEU, 1983: 82).

²³⁶ A pesquisa da Grotterra apontou que a classe média branca do país era constituída por sete milhões e meio de indivíduos. Figueiredo (2003), mais recentemente, utilizando-se de dados recentes referentes à população ocupada nas atividades não agrícolas da pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), afirmou que a classe média brasileira equivalia a 30,3% de negros (6.697.440 pessoas) e 68,6% de brancos (15.146.649). Ela define a classe média a partir de certos critérios objetivos, tais como escolaridade, ocupação e renda.

exibem matérias abordando negros que alcançaram o sucesso na vida profissional (artistas, jogadores de futebol, empresários, intelectuais, executivos), fortalecendo a idéia da existência de uma “classe média negra” e oferecendo uma visão alternativa à que costumeiramente tem sido conferida aos negros na mídia.

A revista VEJA chegou a publicar, em 1999, uma edição que tinha como matéria de capa a expressão “classe média negra”, com depoimentos de vários de seus representantes, fazendo referência ao nível de renda e de formação educacional e destacando o seu crescimento nas capitais do país.

A esse respeito, valeria retomar aqui a discussão efetuada por Figueiredo (2002), ao considerar inadequada a expressão “classe média negra” na referência a esses indivíduos. Em suas ponderações, ela alega que estes não constituem um grupo hegemônico com interesses específicos de classe vinculados à identidade racial. De fato, acredito que a mobilidade individual dessas pessoas dificultou a consolidação de uma classe média negra. Elas não chegam a constituir iniciativas vinculadas a ações coletivas dos negros que ocupam a mesma posição de classe tampouco qualquer outra visando à defesa de interesses do grupo, com fundamento na identidade negra. Dessa maneira, também compartilho da idéia de que o termo “negro de classe média” melhor se adequa para referirmo-nos a esses negros que experimentam uma mobilidade social ascendente, sem ligação orgânica entre eles, necessariamente.

É interessante notar que, embora os sujeitos possam ser identificados dentro da estrutura de classes como “classe média”, em face de certos atributos como: estilos e gostos, nível de renda e consumo, ou mesmo vestimentas e adereços, eles, em geral, não se definem como tal. Quando questionados sobre a identificação de classe, sempre davam a entender que preferiam não falar sobre isso, como se referiu um dos informantes. “*Essa é uma questão muito complicada*”. Quando tal autotransclassificação ocorria, era quase sempre acompanhada de uma distinção em relação a outros indivíduos assim considerados pela posse de bens, pelo estilo de vida proporcionado por condições econômicas ou mesmo pela tradição familiar.

A dificuldade em autorreferenciar-se como classe média já havia sido registrada por Hasenbalg¹(1983) em um estudo com estratos médios da

população negra do Rio de Janeiro²³⁷. Somente 20% dos seus entrevistados se autoclassificaram como classe média.

Barcellos (1996) também constatou essa dificuldade em pesquisa realizada em Porto Alegre junto a negros que, embora estivessem conscientes de possuírem um padrão de vida muito mais elevado do que a maioria dos negros, furtavam-se a admitir essa classificação, pois tinham como referencial a classe média branca e a pressuposição de que ainda faltava muito para “chegar lá”.

Nesta investigação, ainda que não tenha havido a pretensão de questionar a percepção dos sujeitos quanto ao pertencimento de classe, vale citar que a referência de “classe média” era sempre referida a “outros” ou a algo externo, nunca em referência a si próprios ou aos seus familiares: “os amigos classe média dos meus filhos”, “o apartamento que a gente mora é num prédio de classe média” etc, denotando também uma espécie de evitação em atribuírem-se tal classificação.

Diante disso, caberia indagar: o que poderia significar o fato de os sujeitos furtarem-se a admitir o pertencimento à classe média? Afinal, eles são assim referenciados por diversos pesquisadores e também pela mídia, seja em face da renda e consumo familiar elevados em relação à maioria da população brasileira, seja pelo estilo de vida que possuem.

O estudo de Hasenbalg (1983) aponta que a precariedade é um caráter que singulariza a trajetória dos negros de classe média, oferecendo indicações que ajudam a pensar essa questão. Segundo ele, mesmo transpondo os obstáculos que os impedem de ultrapassar a linha das ocupações manuais, os negros encontram fortes impedimentos para transmitir às gerações seguintes as posições por eles alcançadas. Por exemplo, em relação aos brancos, a reduzida quantidade de negros que consegue transpor essa linha encontra na geração dos filhos uma maior possibilidade de descenso na direção das ocupações manuais. Assim, para esse autor, tal geração não consegue consolidar a condição social dos pais, o que lhe permite afirmar que uma pequena classe média negra é o resultado de um processo constante de

²³⁷ O estudo considerou como classe média as pessoas que se classificaram como pretas e exerciam funções não manuais.

circulação social ao redor da linha manual/não manual, em que os movimentos para cima são compensados por outros descendentes.

O fato de negros em processo de ascensão social não se atribuírem a condição de classe média pode ser consequência de se perceberem com certa fragilidade nessa situação de classe e uma efetiva insegurança em relação ao futuro.

Quanto a isso, é importante lembrar que esses indivíduos são majoritariamente filhos de trabalhadores manuais e, em geral, são os únicos a experimentar esse tipo de mobilidade no grupo familiar. Constituem a primeira geração a ascender socialmente, portanto não foram socializados em ambientes de classe média, fato que sugere uma certa precariedade de laços no interior desse estrato social. A nova condição de classe foi consolidada em um curto espaço de tempo, de apenas uma geração, e é presumível que, embora o breve período promova mudanças nos padrões individuais de comportamento e consumo, talvez não seja suficiente para alterar radicalmente práticas e referenciais simbólicos que marcam sua condição anterior, compartilhando a mesma visão de mundo daqueles que ocupam a mesma posição social ou, como nos mostra Bourdieu, submetido ao mesmo *habitus* de classe.

Assim, podemos dizer que eles têm marcantes diferenças em relação aos “estabelecidos”, numa alusão a Elias & Scotson (2000: 20), que assim se refere para caracterizar grupos consolidados cujas pessoas se veem (e são vistas) como “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal ou de uma virtude específica compartilhada por todos os seus membros e que falta aos “outros”.

É preciso ressaltar que desde o seu processo de proletarização, no início do século XX até os dias atuais, apenas alguns negros conseguiram ultrapassar a “barreira da cor”, alcançando posições de prestígio na sociedade, portanto, não tivemos a ascensão social de grupos de negros. A mobilidade deles sempre teve um caráter individual, a maior parte da população negra ainda está confinada nos estratos mais baixos da estrutura social, como se pode constatar em relação aos sujeitos estudados nesta pesquisa. Em função dessa baixa condição social, eles não herdaram bens imóveis ou outro tipo de realizável financeiro, portanto sobrevivem exclusivamente do salário; e, dada a

ascensão isolada destes no conjunto familiar, esse salário, via de regra, supre também carências financeiras de outros parentes.

No que tange a este estudo, cabe aqui uma digressão para chamar a atenção sobre o fato de que, como já mencionado anteriormente, os entrevistados são servidores do quadro de carreira de instituições públicas, possuem estabilidade no emprego, condição que os torna menos expostos às constantes ameaças de desemprego no mercado de trabalho. Ocupam cargos de prestígio e auferem rendas em torno de 21 e 60 salários mínimos, portanto muito acima da média salarial da classe trabalhadora. Assim, desfrutam de uma condição econômica que possibilita a realização de determinados sonhos materiais, como dar conforto e segurança à família, promover sua inserção no espaço social da classe média e o acesso a cenários do mundo dos brancos.

Possuem formação educacional mais avançada que a maioria dos negros e seus filhos encaminham-se rumo à universidade (alguns até já concluíram pós-graduações), demonstrando que seus pais, ao menos, vêm transmitindo o *status* educacional aos descendentes, ainda que o mesmo não se possa dizer no que se refere ao *status* ocupacional; até porque esses jovens ainda se encontram em início de suas carreiras profissionais, muitos ainda encontram-se fora do mercado formal de trabalho, desempregados ou mesmo exercendo atividades precárias. Apenas três desses jovens atuavam regularmente em suas profissões (dois eram professores e um promotor público) e não mais habitavam com os pais.

A singularidade do grupo de informantes estaria justamente no fato de que eles se distanciam socialmente do “negro massa”, mas também do branco pobre, pois adquiriram maior capital escolar econômico e cultural, desfrutam de um melhor poder aquisitivo, como também construíram um estilo de vida diferenciado nos moldes vivenciados pela classe média (moradia de melhor qualidade, consumo mais elevado, viagens periódicas, escola particular para os filhos etc). Ainda assim, conforme mostram em seus relatos, isso não significa que usufruem das vantagens sociais dessa situação de classe da mesma forma que os brancos, pois as recompensas pelo sucesso escolar e profissional estão aquém daquelas obtidas pela classe média branca - eleita como o “outro” – não apenas porque obteve a possibilidade de consolidar-se desde o início do processo de industrialização e urbanização do país, nas

primeiras décadas do século passado, mas também por gozar de reconhecimento social e de privilégios procedentes de seu *status* racial.

A recusa dos entrevistados em referenciar-se como classe média permite refletir sobre o significado da ascensão social dos negros no tocante à socialização dos resultados financeiros dessa ascensão, que para eles não significa acumulação de riquezas no mesmo nível de pares de diferentes etnias. É fato comum que, atrás de cada um desses sujeitos, existe normalmente uma família ou grupos de pessoas dependentes deles, na maioria das vezes, parentes de primeiro grau.

As observações efetuadas neste estudo sugerem que seus informantes estão em processo de formação/afirmação identitária no que se refere à sua autoidentificação como membros de uma classe social, buscando para si e para seus descendentes formas de relações e políticas, posições sociais e estilos de vida vinculados a um padrão de consumo diferente das condições de vida dos seus pais. Reconhecem-se como negros, provenientes de um estrato específico, referindo-se como parte de um grupo reduzido que, individualmente, durante suas trajetórias de vida, conseguiu mobilidade social e isso se mostra significativo na proporção em que em épocas passadas não havia possibilidade do autorreconhecimento desses pares como um grupo. Entretanto, percebem também a incipiência e a instabilidade dessa ascensão individual, construída sobre bases nem sempre fortes o suficiente para fazer face às específicas e variadas dificuldades que se apresentam para manutenção na posição de classe. Isso permite que os consideremos como uma camada social em formação na cidade de Salvador, a partir de sua inserção no espaço social e político da cidade como negros de classe média.

5.4.7 - Vestuário

No que tange à aparência pessoal, a preocupação em vestir-se bem é recorrente na totalidade dos relatos, revelando um certo apuro na apresentação, com a preferência recaindo na sobriedade dos trajes sociais, em contraponto à informalidade dos *jeans* e de outros adereços. A importância

conferida ao vestuário fornece claras indicações de que há a consciência de viverem em uma sociedade que valoriza a exterioridade e faz da roupa um dos sinais exteriores mais significativos nos contatos e apresentações, permitindo que o indivíduo exiba a forma como deseja se ver ou ser visto, como também, revelando estilos pessoais construídos no cotidiano (sóbrio, “casual”, “brega”, “perua”, “descolado”, “esportivo”), além de servir de referência para a posição das pessoas na estrutura social.

Mais do que proteger o corpo, a roupa faz referência a determinados “estilos de vida, gostos específicos e juízos de valor”. Reflete padrões sociais e, através da moda, expressa também o desejo de distinção social. A esse respeito, Souza (1987) aponta que, na França do século XVI, o uso da cor vermelha nas vestimentas somente era permitido aos príncipes e às princesas, da mesma forma que se proibia o uso da seda às pessoas mais modestas. A classe média poderia usar veludo, contudo, apenas na parte das costas ou mangas do vestuário.

A moda é influenciada pelos padrões culturais. Assim, existem vestuários específicos para homens e para mulheres, jovens e idosos, como também para as diversas instâncias do cotidiano (dia, noite, trabalho, lazer, escola). Sahlins (1979) aponta que, nos Estados Unidos, existem diferenças entre o modo de vestir de um negro e de uma mulher branca, assim como entre pessoas de classes sociais diferentes, ou seja, há uma preferência por cores tênues e mais suaves nos indivíduos de classe alta em contraste ao uso de cores mais fortes e acentuadas, pelas classes trabalhadoras.

Retornando a esta pesquisa, chama a atenção, nos discursos, o cuidado e a atenção dedicada pelos informantes ao vestuário, como se vê a seguir:

Em casa eu aprendi que em primeiro lugar estava sempre a apresentação, principalmente para nós. Aprendi que tinha que ser assim e hoje eu sou uma pessoa que não misturo minhas roupas. São roupas de trabalho, são roupas de sair, roupas de ficar dentro de casa. São poucas, mas que quando a gente chega num lugarzinho, todo mundo nota a presença da gente. A maneira de se vestir conta muito. Não quero dizer que a pessoa deve chegar aqui cheio de ouro, mas apresentação é importante. O conhecimento, o preparo, a condição de desenvolver aquele cargo que está se propondo, é importante, mas você tem que mostrar uma roupa que condiz com a posição e postura pra poder ser respeitado. Isso sempre cobre de mim e cobro do pessoal que trabalha comigo. Digo sempre às pessoas que trabalham comigo aqui: “nunca trabalhei na Polícia com

uma roupa sem manga. Entrei aqui com 25 anos, novinha, bonitinha, magrinha. Hoje eu estou gorda, mas nunca vesti uma roupa que não condissesse com a minha posição. Sempre me vesti como manda o figurino. Porque eu vou chegar num lugar, num cargo de corredeiro de camiseta, de sandália? Porque a pobreza não tem nada a ver com isso, não é verdade? A gente tem que ter cada qual no seu cada qual. Você tem uma roupa pro trabalho, você tem sua roupa pra passear, tem a roupa da praia, você não pode misturar. Isso aqui eu cobro muito do pessoal, apresentação, postura pra poder ser respeitado. Se você chegar aqui arrastando o chinelo, dizendo com que quer falar com o doutor fulano, você se arrisca a não ser atendido. (JUDITE)

Minha irmã usa trancinha. Ela gosta, ela se sente bem com roupas mais étnicas; eu não gosto, nunca gostei. É um estilo meu, eu gosto de usar roupas mais sóbrias, eu visto preto, eu gosto de usar saia, eu gosto de usar... e eu sempre faço palestras, então você tem o perfil de palestrante. (BALBINA)

Mais do que uma simples preocupação com a sobriedade ou com a posição ocupada, o “vestir-se bem” expressa também outros significados quando relacionado aos negros em ascensão social. Salienta-se como uma tentativa de resgate da autoestima, mas também uma estratégia em que através de uma aparência “condizente com os padrões sociais”, os informantes buscariam certa respeitabilidade, a construção de uma identidade positiva, assim como a compensação simbólica das desvantagens decorrentes da discriminação racial.

Nas falas dos negros em ascensão social, “estar bem vestido”, comparece também como um símbolo de distinção, informando a condição social diferenciada desses indivíduos em relação à massa dos negros. Tal constatação indica a consciência de que, para a sociedade global, o vestuário faz parte de um sistema simbólico que reforça as distâncias sociais, como observa Fernandes²³⁸; “vestindo-se bem” e “agindo como pessoa educada” o negro em ascensão social estaria, de imediato, antecipando que “é gente”, “pessoa distinta” ou “de consideração”.

Assim, a tentativa de simbolizar a sobriedade, usando cores discretas, roupas sem manga, ou mesmo roupas mais formais, pode representar uma forma de buscar se contrapor aos estereótipos de “mal-apresentado” ou “espalhafatoso” atribuídos ao negro, assim como à imagem estigmatizada vinculada ao lúdico, refletindo sua posição de inferioridade.

²³⁸ Fernandes (1965: 248).

5.4.8 - Relação com coletivos de negros

Em geral, os estudos acerca dos negros em ascensão social têm enfatizado a ocorrência de certo isolamento desses indivíduos da massa negra, o que também se confirma neste estudo. Os depoimentos dão conta de que o cotidiano dos sujeitos é vivenciado dentro de um leque de relações bastante limitado. Ou seja, fora da atividade profissional, é incomum a participação em eventos populares (carnaval, festas de largo), assim como o pertencimento a associações ou a qualquer rede de relações sociais do “mundo negro”, em especial dos movimentos coletivos de reivindicação política. Isso se torna bastante evidente no processo de construção da carreira e, de certo modo, reproduz a imagem do “novo negro” utilizada por Florestan Fernandes, para se referir a um pequeno grupo de negros que passou a integrar as camadas médias a partir da década de 1940. Caracterizavam-se por uma postura na qual proclamavam a conquista da igualdade social como um processo natural, buscada no esforço pelo seu próprio refinamento, na consolidação da família, na educação dos filhos, no afastamento dos “negros inferiores” e, sobretudo, em um certo distanciamento em relação ao protesto racial, sindical ou outros movimentos específicos. Como se a defender a idéia de que “os movimentos dão azar”, como podemos inferir dos depoimentos abaixo.

Eu já fui chamada pra fazer aula inaugural em curso pré-vestibular pra negros carentes, pra falar num Congresso de afrodescendentes e eu fui. Agora, eu já posso participar tanto de Movimento de Negros, como de Movimento de Mulheres, porque eu já cheguei, já estou fortalecida e já posso dar a mão a outros segmentos que precisem de mim. Eu sempre procurei colaborar, mas procuro ficar sempre à distância. Antes eu não podia fazer nada. Eu não queria ficar estereotipada. Não queria me comprometer com certos ideais que eu via grassarem lá dentro e também não estava preparada para aqueles embates. Eu admiro muito as pessoas que foram com a cara e a coragem, que se dedicaram, mas eu tinha outros objetivos e eu me dirigi pra aquelas atividades que se transformou a minha vida, fazendo questão da independência de movimentos tanto de mulheres quanto de movimento negro. Eu fui com a cara, a coragem e com os meus estudos. As minhas armas eram essas e com elas eu fui procurar ser a pessoa mais competente, isso foi muito bom e muito ruim. (VANDERLINA)

Eu nunca me aproximei do candomblé, embora minha tia fosse mãe de santo. O terreiro era perto de nossa casa, mas eu nunca tive aproximação. Hoje, eu tenho respeito e tenho vários amigos que são do candomblé. Eu acho linda a manifestação, mas, é uma coisa

minha de não querer participar... Varias vezes, achei linda a dança, mas eu não sou de acreditar não, eu até queria ter fé. (DINORAH)

Não sou do candomblé, mas gosto de saber alguma coisa, apesar de toda minha formação ser católica - inclusive se minha mãe me ouvir falar sobre isso, ela morre, porque ela odeia candomblé. (BALBINA)

A grande maioria dos informantes (80%) afirmou não participar de qualquer coletivo de negros, tais como associações recreativas, grupos culturais ou núcleos de religiões de matriz afrobrasileira; em termos gerais, quando há alguma aproximação, existe um relacionamento frouxo, em que essas pessoas pouco se envolvem ou circulam pelo “mundo negro”²³⁹, sendo citados: o acompanhamento da saída do bloco Ilê Aiyê no carnaval, a presença em um ensaio do Olodum acompanhando amigos de outros estados, a frequência esporádica a um culto de candomblé ou umbanda, a visita a uma instituição negra como convidada para ministrar uma palestra, o fazer parte de uma comissão julgadora de um programa de ação afirmativa de uma entidade do Movimento Negro.

Também não mantêm um contato muito intenso com pessoas de outras classes sociais (exceção feita às relações de trabalho), de modo que o leque de relações limita-se a um universo pouco abrangente e, em grande parte, circunscrito aos familiares.

Assim, acabam formando um microcosmo que, por um lado, não estabelece vínculos com o “mundo negro”, de forma mais ampla, e por outro, têm dificuldade de participar do “mundo branco”. Eles acabam configurando um espaço social bem delimitado, como definido por Soares “*um mundo paralelo dentro do mundo paralelo*”.²⁴⁰

²³⁹ A expressão “mundo negro” foi tomada de Pereira (1983) e refere-se ao sistema de relações sociais estabelecido a partir das instituições negras como escola de samba, religiões afrobrasileiras e associações culturais que promovem a sociabilidade entre os negros, permitindo o resgate da autoestima, além de funcionarem como um microcosmo paralelo no qual seus integrantes estariam “protegidos” da discriminação.

²⁴⁰ Soares (2004:145)

5.5 - A consciência e experiência do racismo na prática cotidiana

A consciência do racismo e a experiência da discriminação racial aproximam as histórias de todos os informantes. Surgem diante das lembranças familiares, dos relatos da infância, da vizinhança ou da escola, como também no cotidiano mais recente dos sujeitos, nas variadas esferas da vida social. Trata-se de situações constrangedoras, em grande medida expressando realidades em que, para ser aceito pelo outro, desde muito cedo eles aprenderam a negar a si mesmos.

Assim, em momentos diversos, observam-se reações diferentes quanto à abordagem da questão racial, desde a dificuldade de falar da experiência vivenciada à sua própria confirmação, passando por declarações de nunca terem percebido qualquer forma de preconceito contra si, reações indignadas, silêncios, manifestações de ressentimento, angústia ou mesmo revolta.

Um dado que se mostrou comum em todos os depoimentos é que sempre havia um constrangimento inicial ao enfrentar as perguntas relacionadas à experiência do preconceito racial, dando a entender o quanto essas pessoas não estavam acostumadas a tocar nesse assunto. Isso se mostrava mais evidente quando se reportavam à esfera profissional. Evitavam ao máximo identificar o preconceito nas suas relações de trabalho, seja explicitando um discurso ameno ligando a questão racial ao êxito individual de cada um, seja dando a entender que existia o preconceito racial na instituição, mas não na sua área de trabalho.

Assim, ao descreverem as situações, estas eram majoritariamente ligadas a eventos fora do ambiente profissional, tais como: perceber que, depois de alguns segundos andando atrás de alguém, a pessoa segurava a bolsa mais fortemente; sentir-se olhado com desconfiança ao entrar em estabelecimentos comerciais; ser confundido com porteiro, segurança ou garçom, por estar trajado a rigor em certas esferas sociais, dentre outros.

Outro dado que se mostrou recorrente nos depoimentos foi a menção a expressões de “surpresa”, quando anunciados na condição de autoridade pública em determinados ambientes. Também comparece nos depoimentos a

percepção de uma espécie de "discriminação positiva" com que se sentem tratados em muitas esferas sociais. Esta se configuraria nas frequentes "ressalvas", enfatizando o *status* profissional dos sujeitos nas apresentações informais, assim como a individuação, à luz de um critério essencialmente branco, com tratamentos do tipo: "*Esse é o Doutor Fulano, uma pessoa muito especial!*"; ou mesmo exaltado por expressões "*é a negra mais elegante dessa cidade*". Como se refere Kaly (2001), é "*um tratamento como se fosse branco*", dando conta de uma tensão subjacente a esses referenciais ou às exageradas amabilidades e liberalidades que, em regra, provocam ressentimentos, já que tratar alguém "*como se fosse*" é, em certo sentido, o mesmo que declarar-lhe que "*não é*".

Os relatos indicam que o preconceito racial no Brasil está embebido de uma forte associação entre cor da pele e condição social esperada ou desejada. Mostram ainda que tal correlação atua nos diversos momentos da vida social, econômica ou institucional, por vezes de forma bastante cruel, a ponto de a reação a uma atitude racista ensejar argumentos contrários, igualmente racistas, que terminam "informando" ao/à agredido/a que é ele/ela é quem é racista, com um jogo retórico que, muitas vezes, deixa a vítima sem argumento.

Não é tarefa fácil nem consensual detectar o preconceito específico de cor e seus efeitos, contudo, uma tentativa foi feita pelo sociólogo Alberto Almeida, quando investigou a opinião dos brasileiros sobre diversos temas, enfocando os principais valores presentes no cotidiano social, econômico e político nacional.²⁴¹ Essa pesquisa traz os resultados da Pesquisa Social Brasileira, um levantamento que ouviu 2.363 pessoas em 102 municípios do país. Em vez de perguntar diretamente aos entrevistados se eles tinham preconceito, o autor apresentou fotos de pessoas identificadas como pretas, pardas ou brancas e, a partir daí, lançou várias questões acerca da imagem que se fazia de cada uma delas. Em alguns casos, a foto era associada a uma profissão e, nessa condição, quase metade (43%) dos brasileiros demonstrou preferir que sua filha se casasse com um mecânico de carros, branco, do que com um professor, preto, do ensino médio (27%).

²⁴¹ Almeida (2007) .

Almeida (2007) também pediu aos entrevistados que atribuíssem qualidades ou defeitos aos indivíduos brancos e negros retratados nas fotografias, constatando que qualidades positivas, como inteligência, honestidade e modos educados eram mais atribuídas aos brancos, ou seja, os negros estavam mais relacionados a características negativas, denotando uma maior carga de preconceito em relação a eles.

Pode-se dizer que, em alguns casos, trata-se de discriminação estatística, ou seja, o entrevistado deduz que o branco tem mais estudo, por saber, de antemão, que, em média, brancos são mais escolarizados no país. No entanto, quando se trata de questões como ser mais honesto, preguiçoso ou malandro, não há uma aparente lógica de dedução aplicável, sendo notório o preconceito.

Com base nos dados levantados e em cruzamentos mais específicos, como o que relaciona a cor da pele a profissões de maior ou menor prestígio, a pesquisa mostra, ainda, que os brancos são associados às mais prestigiadas. Foram mostradas fotos de uma mesma pessoa não branca, mas em trajes diferentes e associados a profissões de mecânico, professor e advogado, sem que houvesse diferença significativa nas respostas. Um dado relevante é que a percepção das outras pessoas com relação à cor não muda, mesmo com a ascensão social, demonstrando que na sociedade brasileira há uma representação de lugares estabelecidos para os negros, mas, sobretudo, que o negro que ascende socialmente está saindo desses lugares²⁴².

A sobrerrepresentação dos negros em determinadas ocupações tende a criar uma referência de que aquela ocupação é tipicamente negra, a exemplo da associação entre ser negro e exercer uma ocupação subalterna. Essa associação entre cor e ocupação pode ser bem explicitada nos relatos de informantes que revelaram terem sido abordadas como empregadas domésticas em suas próprias casas, ou dos homens confundidos com serviços do seu condomínio, ou mesmo lavadores de carro. O fato do emprego doméstico e não especializado ser um grande nicho ocupacional dos homens e mulheres negras que possuem baixa escolaridade e reduzida experiência

²⁴² A expressão “ponha-se no seu lugar” demonstra não somente que há lugares, mas também que cada um sabe qual é o seu – um “lugar” que tem a marca da cor. Nesse sentido, o lugar do negro no mercado de trabalho tem sido o das ocupações de menor prestígio, baixa escolaridade e remuneração. Os conceitos nativos de “no lugar” e “fora de lugar” são objeto de interessante discussão em Silva (2001).

profissional resulta nessa associação, como revela o depoimento de um informante, citando fato ocorrido com um seu colega.

Ele já era coronel e estava no condomínio lavando o carro dele com o maior capricho quando um cara branco chegou e falou: “Ô *negão*, quanto é que você cobra pra lavar meu carro?”, aí ele disse: “*pode trazer ele aí amanhã*”. No dia seguinte o cara trouxe o carro e ficou apavorado, pois o coronel o recebeu fardado, com as medalhas e tudo. Ai, o cara entrou em desespero. (risos) (HUMBERTO)

Esse depoimento torna-se instigante não apenas pela situação constrangedora vivenciada por ambos, mas pela forma como foi apresentada. Instado a falar sobre suas experiências em relação ao preconceito racial, Humberto, inicialmente, declarou ter dificuldades de lembrar uma situação pessoal, mas que relataria uma situação “*engraçada*” ocorrida com um seu colega e que ele “*sempre gostava de relembrar*”. O fato não ocorre diretamente com o indivíduo, mas ele o interpreta como uma situação preconceituosa, elegendo-a para referenciar sua vivência com o preconceito. Esse comportamento se mostrou recorrente nos diversos depoimentos, fazendo supor que esta seja uma estratégia utilizada pelos sujeitos que, agindo assim, acreditam falar mais abertamente sobre o assunto “sem que se exponham”.

Lidar com o preconceito passa, antes de tudo, pela percepção que os indivíduos têm daquela situação e da forma possível de contorná-la ou revertê-la. O processo de reconhecimento de ter vivido uma situação de preconceito não é um exercício fácil para o indivíduo que ascende socialmente, produzindo um movimento em que ele tem de se deslocar para fora, rememorar uma situação dolorosa que já viveu, interpretando-a e narrando-a para uma outra pessoa. Isso, indubitavelmente, é motivo de sofrimento, sendo compreensível que em muitas das questões relacionadas a preconceito, alguns dos informantes tivessem um “não” como resposta imediata, informando não tê-lo presente em sua trajetória ou, ainda, dissimulando sua ocorrência como sendo uma simples dificuldade encontrada pelo caminho, tratando-o como um fato circunstancial.

Deixe eu lhe dizer com sinceridade: eu nunca me liguei nessas coisas, nunca me preocupei, acho que não ficou gravado, deletei. Se pelo fato de eu ser preta alguém já me disse: “voce é feia”, eu passei por idiota, pois eu não me apercebi. Passei por burra nesse ponto, administrei não é? Nunca fui barrada em lugar nenhum, já frequentei

muitos lugares, ninguém nunca me barrou, porque as pessoas falam que barram. Nunca tive esse tipo de problema, portanto não tenho nem o que me queixar. (JUDITE)

É importante frisar que em nenhum dos casos pesquisados tais negativas ou dissimulações se sustentaram pois, no decorrer da conversa, as pessoas iam contando histórias que contradiziam suas falas iniciais. Por exemplo, essa mesma informante alega que, por conta do rigor familiar, desde a adolescência, sempre foi muito caseira, pouco ia a eventos. Na fase mais adulta, o efeito dessa socialização a faz reproduzir discursos como “*quem vai sem ser convidado, volta sem ser mandado*”, “*não costumo ir onde não sou chamada*”, sugerindo a prática de estilo de vida com evidentes mecanismos de “autoexclusão”, como quando se evita frequentar locais, a exemplo de espaços de lazer, sabendo-se de antemão que a recepção poderá ser negativa. Admitindo-se tal presunção, sua fala seria então relativizada, se entendemos que em qualquer espaço só pode se sentir discriminado quem teve a oportunidade de frequentá-lo e, assim, sua fala, produto de um comportamento de exclusão “autoimposta”, levaria a uma visão diferente da apresentada pela informante.

Em outro caso, ao ser questionada sobre o tema, a informante foi enfática em afirmar que nunca havia sido vítima de preconceito racial, numa espécie de resistência em assumir que viveu situação da espécie. Entretanto, mais adiante, relatou que ela procurava não dar lugar para que isso acontecesse e que já tinha presenciado tal situação com terceiros, creditando o acontecimento a alguém que “*não sabia se impor*” e, por isso, foi alvo de atitude preconceituosa. Esse relato se mostrou interessante, pois revela um comportamento ambíguo, mas bastante comum nos depoimentos: o sujeito se coloca como exceção, demonstrando reconhecer a existência do preconceito na sociedade, mas evita personificá-lo, ou marcar alguém, especificamente, que tenha passado por isso.

No que tange ao presente estudo, as entrevistas revelaram que as manifestações de preconceito racial são sempre causadoras de conflitos. No cotidiano, elas são percebidas pelos sujeitos em momentos diferentes na vida de cada um, sendo também diferentes as formas de vivenciá-lo, assim como as reações individuais provocadas. Essas manifestações dependem da

experiência de cada um como pessoa negra e são solucionadas pelos próprios sujeitos que, geralmente, buscam um caminho onde haja menos conflito e menos exposição²⁴³.

Sobre esse aspecto, percebe-se que, em geral, as pessoas não estavam acostumadas a refletir ou falar naturalmente acerca desses conflitos. Demonstravam estar muito pouco à vontade para falar dessas questões e, algumas delas, encontravam dificuldade para se expressar, como no caso dessa informante, comentando um episódio ocorrido durante o período de residência médica em que ela teve sua competência posta em dúvida e sutilmente afrontada, em razão de sua pertença racial.

Eu fazia o 4º ano de enfermagem, com 18 anos, próximo a me formar, cansada dos desmandos desse curso porque infelizmente, é um curso cheio de preconceitos. Na minha época era assim: as enfermeiras eram tidas como de uma classe menor que os médicos. e ainda haviam os comentários de que as enfermeiras nada mais eram do que amantes dos médicos e que estavam sendo enfermeiras para conseguir um médico para casar. Essa era a visão que se tinha. Houve uma situação extremamente constrangedora, no centro cirúrgico. Estavam dois médicos comentando um caso que tinham mantido com uma enfermeira e eu ouvi quando um deles falou: “É...Enfermeira só serve mesmo para ser comida pelos médicos. É só estalar os dedos que elas correm pra cima da gente.” Aí eu falei assim: “Nem todas as pessoas pensam assim.” E um deles respondeu “Ah! Você está falando assim porque sabe que ninguém vai lhe querer.” - fazendo alusão que pela cor da minha pele, eles não iam me querer. E ele ainda falou mais: “porque a gente só gosta das mais bonitinhas, e das mais gostosinhas.” Isso me constrangeu bastante e eu então tomei uma posição e disse: “*vocês vão escolher outra comedilha*” e saí da sala de cirurgia. O que me angustiou mais foi que minha professora, depois, me chamou a atenção, porque ela recebeu uma advertência, informando que eu fui desrespeitosa com os médicos e que eu abandonei a sala de cirurgia. Então, isso me chocou muito mais, porque eu tinha sido ofendida e ainda tinha que continuar ali ouvindo aquelas ofensas. Eu não tive nem o direito de responder e ela ainda me sugeriu para que eu pedisse desculpas a eles pela maneira que eu tinha me posicionado, porque eles fizeram isso num tom de brincadeira e que eu tinha levado muito a sério. Foi muito chocante para mim quando ela me disse que eu teria que pedir desculpas e eu disse que não pediria desculpas porque eu não tinha feito nada de errado e que quem merecia desculpas era eu, porque quem tinha sido ofendida era eu e aí, criou um mal estar. Nessa

²⁴³ A opção por esse caminho poderia explicar a razão do reduzido conhecimento acerca da forma como os negros que ascendem lidam e reagem com as situações de preconceito. Essa questão se mostra relevante se considerarmos que a forma como cada sujeito vivencia a discriminação racial e as reações daí advindas oferecem importantes contribuições para a compreensão dos processos de constituição da identidade negra, informando se há algum tipo de postura diante do racismo e qual é essa postura.

situação eu mudei de turma, fui ficar com outra professora, porque ela passou a me ignorar, a ter um comportamento que eu não gostei. Eu já tinha sido discriminada pelo fato de ser negra, de não corresponder a um padrão de beleza e não ia aceitar ser discriminada por minha profissão, que era a única coisa que me garantia uma força para lutar contra aqueles paradigmas em relação ao negro. Eu já era uma mulher, negra e eu disse: não vou suportar passar por terceira situação de preconceito, que era o fato de ser enfermeira. Naquele momento eu me vi realmente sozinha e atribuí que não teria forças para lutar contra essa três situações, que eu teria que fazer algo para me tornar mais forte e ter uma voz mais ativa, que eu pudesse mostrar que um negro, que a mulher tem seu lugar na sociedade e não, simplesmente, era uma comedilha. Quando cheguei em casa afirmei para minha mãe: eu não quero mais fazer enfermagem. Foi minha primeira atitude. Ela disse: “porquê?” Eu conversei com ela e ela comentou: “minha filha, você vai abandonar a luta?” Eu disse: não, eu vou começar uma outra luta, que eu deveria ter começado desde cedo. Naquele momento, eu despertei e achei que tinha, durante todo o tempo, me diminuído. Não que eu ache que enfermagem é uma profissão diminutiva, mas no momento que eu fiz o vestibular achando que não ia passar para medicina, já comecei um processo de destruição na minha auto-estima, porque eu achava que não era capaz. Quando passei pelas matérias, continuei achando que não era capaz e essa situação, me disse: você tem que provar que é capaz. Não para eles, mas para você mesma. E isso estava fazendo com que eu estivesse aceitando vários tipos de situações que estavam acontecendo em minha vida e eu não podia aceitar. E aí, minha mãe acreditou nisso e por meu pai ser muito rígido, achou que era melhor guardarmos isso como um segredo. Ela arrumou um emprego como auxiliar de enfermagem no Hospital Jorge Valente e disse que ia trabalhar ali para pagar meu cursinho. Aí, eu ficava um turno indo para a faculdade, para não abandonar de vez e à tarde ia para o cursinho. Fiz dois meses de cursinho e disse: *não vou mais para a faculdade, não é isso mais o que quero. Vou fazer meu curso pela manhã, porque agora eu tenho que juntar todos os cartuchos para passar naquilo que quero. E a partir daí, eu sofri, porque eu abandonei no último ano, mas fiz o vestibular e passei em Medicina.* Não foi fácil, porque nós estávamos passando por um momento familiar difícil, meu pai se descobriu com doença de chagas, numa forma arritmogênica de coração e já não tinha mais forças para o trabalho. Se aposentou e se desenrolou uma série de situações..... Eu nunca compartilhei esse tipo de sentimento com ninguém porque, de certo modo, em primeiro lugar, eu tinha vergonha desse tipo de comportamento das pessoas em relação a ... Eu tinha vergonha do que eles... eu não estou sabendo me explicar, mas. Porque eles tinham esse comportamento em relação a mim? Eu não sentia vergonha de ser negra, quero deixar claro isso. Esse comportamento me constrangia, porque eram situações muito doloridas e que me magoavam demais. Há dez anos, se você me perguntasse isso, eu não conseguiria falar sem chorar, sem a emoção deixar de contagiar, porque é inadmissível que as pessoas sejam julgadas pela cor da pele, pela raça que pertencem, serem discriminadas e humilhadas a esse ponto, simplesmente pelo fato de ser negro. Essas coisas doem e marcam demais. e eu acho que toda essa minha reação de querer ser a primeira na escola tem a ver com isso; Eu queria ser a primeira como uma necessidade para as pessoas não me humilharem mais, não me avaliarem pela cor da minha pele, não achar que eu era menor, por causa da minha pele, porque eu tenho o meu valor. Infelizmente tive que ter essa reação para me manter em pé. Conquistar as minhas coisas, o meu trabalho, minha profissão, minha

vida de maneira digna (voz com tom de satisfação e tristeza ao mesmo tempo). (BALBINA)

As experiências derivadas do preconceito e da discriminação se afiguram dolorosas, marcando os sujeitos ao longo da vida, como no caso de Balbina, pois, mesmo passados muitos anos após vivenciar uma situação preconceituosa, sua lembrança ainda provocava sofrimentos tipicamente nunca compartilhados. Esse fato também comparece nos depoimentos dos demais informantes: sofrimentos traduzidos em “silêncios” que parecem gritar inferioridade, desrespeito e desprezo, mas também a demonstração de impotência frente ao forte e hostil racismo da sociedade. Silêncios que parecem reproduzir um comportamento apreendido na socialização no lar, onde o silêncio “silenciava” a dificuldade de se falar em sentimentos ou situações que remetiam ao sofrimento e ao despreparo do grupo familiar para o enfrentamento do problema, expropriando dos filhos o direito de reagir e de indignar-se, como revela um informante “*numa postura até para me proteger, dizendo “não era bem isso, você se equivocou”, ou seja “era uma forma de preservação”*”. Trata-se, na verdade, de uma expropriação dos filhos do direito de reagir e de indignar-se diante de um sofrimento que fatalmente virá ao seu encontro.

Na infância alguns fatos eu relatava com a minha mãe. Outros eu encarava isoladamente, buscava superar pra não passar pra ela essa dificuldade. Então eu não passava pra ninguém. Pra ninguém! Eu estou relatando isso pra vocês depois de mais de trinta anos. A gente absorve isso isoladamente, não costuma dividir com outras pessoas essas angústias, esses problemas. Não é? No passado por que ainda era muito embrionária a consciência de negro mesmo, encarar a sociedade, ter objetivos comuns, saber que temos problemas comuns. E isso era uma coisa muito rara. Se hoje em dia têm muitos que negam a sua condição de negro, imagine algum tempo atrás. (risos) Então, a gente sempre absorvia isso isoladamente. Não, não me abria assim como deveria. Mas a mãe e o pai percebiam as angústias, incentivava no caso, quer dizer tentavam amenizar a situação sem tocar diretamente no assunto..... por exemplo, no bairro mesmo onde morávamos, nossa casa era de um lado e do outro lado só famílias brancas. Então eles se contactavam uns com os outros, mas sem ter contato conosco. Tínhamos isto, de não ter contato com os outros. As festas de aniversário, que era comum naquela época fazer festinhas de aniversário de criança, nós nunca éramos convidados. (GERALDO)

Ainda que houvesse um mínimo de abordagem desses assuntos no próprio núcleo familiar de origem, essa discussão era ainda mais distante em

outros espaços de socialização²⁴⁴. Como exemplo, pode-se citar o ambiente universitário, onde a integração dos sujeitos, efetivada em círculos de amizades preferencialmente cultivadas com brancos de classe média, permeava-se de contradições e dificuldades para abordagem de questões raciais. Daí porque o mencionado compartilhamento tornava-se difícil e, portanto, praticamente inexistente, como se pode verificar nos depoimentos a seguir.

Na faculdade, eu percebia que as pessoas com quem eu andava os professores tinham uma relação mais próxima. Sempre indicavam elas para alguma coisa, um estágio, uma monitoria. Nunca me convidavam. Por exemplo, a única monitoria que eu fiz foi num concurso, mas não por me convidarem, apesar de ter boas notas e isso me incomodava e eu nunca falava prá ninguém. Alguns professores utilizavam critério de beleza ou escolhiam alunos que tinham pai médico “fulano de tal”, Esses eram sempre convidados, para assistir cirurgias, já no 2º ou 3º ano de medicina quando você tem um afã, uma necessidade de ter pacientes - já quer ser médico. Eu nunca tive esse tipo de convite para mim. Sempre eram as pessoas mais bem posicionadas e em termos de cor que eram as convidadas. Por exemplo eu tinha uma colega chamada Vera que nunca foi uma aluna brilhante - eu sempre tirei boas notas e andávamos, estudávamos sempre juntas, então, porque ela era convidada e eu não era? Estávamos às vezes juntas e os professores perguntavam: Ah! Você quer um estágio em meu serviço? E eu estava junto dela, mas isso nunca me era perguntado. Isso me arrasava. Era um sentimento tão horrível. Eu, não tinha com quem dividir essas coisas e às vezes, pensava até em desistir e dizia: Meu Deus !!!, porquê?. Aí, vinha a motivação de estudar mais, no sentido de “provar” ou aquela coisa de: Vou jogar lá para a frente e vou provar que mesmo eles me discriminando, eu vou conseguir. E isso era a minha mola propulsora. (BALBINA)

Eu era um bom aluno e me esforçava prá isso, mas eu recordo que nunca fui muito enturmado. As pouquíssimas vezes em que era convidado prá alguma coisa, era porque não tinha outra alternativa, quer dizer, eu estava junto da pessoa que ia ser convidada. Era como algum convite chegava para mim. Eu nunca me esqueço (*em tom de forte ressentimento*), quando no Colégio da Bahia, uma colega me convidou para o seu aniversário de dezoito anos. Era uma data assim natalícia importante e eu me atrevi a ir, mas o fato é que não tive coragem de entrar na casa dela, com receio de sofrer uma discriminação racial. Fiquei duas horas observando quem chegava e não vi nenhum negro chegar, então eu seria o único. Permaneci ali por perto, rodando, até desistir. Não tive coragem de ingressar e voltei para casa. Eu me recordo disso, mas nunca comentei com ninguém De vez em quando um, ou outro colega, me convidava, mas a maioria dos convites não chegavam até mim, principalmente prá essas festas mais importantes. Eu normalmente só tomava conhecimento das coisas na segunda-feira, na sala de aula, quando já tinha acontecido, Só aí quando todo mundo falava do ocorrido é

²⁴⁴ Vale ressaltar que, muitas vezes, no lar, nessas abordagens, as informações são passadas juntamente com os preconceitos e estereótipos adquiridos pelos adultos em sua trajetória de vida.

que percebia que tinha sido deixado a margem daquela convivência. Então eu não tinha liderança nenhuma. Claro! Não podia exercer liderança nenhuma, apenas ficava buscando seguir caminho com as dificuldades corriqueiras. Eu me sentia realmente ressentido, rejeitado e frustrado. Todavia, essa circunstância nunca tirou o meu entusiasmo, jamais tirou a minha vontade de superar aqueles problemas. Hoje a gente encara com mais tranquilidade, mas naquela época eu não tinha o preparo que eu tenho hoje. Você imagine num curso de Direito, o que é entrar numa sala de aula em que o único negro era eu !!! (GERALDO)

Como se pode observar, os sujeitos, em geral, se sentiam “desenturmados” e, portanto, distanciados dos variados círculos de discussões. A integração nos grupos se realizava de forma subalternizada, o que remete à dificuldade ou mesmo à ausência de espaços permeáveis à colocação de assuntos relacionados às “questões de negros”.

Nos depoimentos anteriores, salienta-se o esforço adicional de cada um na direção de “*ser o melhor para se sentir igual*”, de “*agir como branco*”, ou até mesmo de “*administrar*” dissimulando ignorância ante uma possível ameaça de manifestação de racismo. Contudo, como se perceberá a seguir, tais comportamentos não conseguem apagar marcas do preconceito da mesma forma que silenciar diante dessa realidade também não faz desaparecer magicamente as razões que levam as pessoas a agirem preconceituosamente.

Situações de preconceito racial envolvendo negros que ascenderam socialmente não são incomuns na esfera social, mas pouquíssimas delas são dadas a conhecer. Suas vítimas tendem a evitar a maior divulgação de tais atos, dando a entender que sob tal atitude delinea-se uma estratégia no sentido de evitar expor-se em relação a essa questão, acreditando que seu destaque poderia provocar um ainda maior sofrimento individual, com possíveis embaraços e constrangimentos na vida social e profissional. A atitude de não expor-se pode, também, representar uma estratégia de evidenciar a diferença do sujeito em relação ao “negro massa”²⁴⁵.

Ainda que não expressem a verdadeira realidade no que tange ao seu quantitativo, algumas dessas situações são veiculadas na mídia, revelando

²⁴⁵ Não podemos esquecer, também, que esses indivíduos provêm de uma socialização familiar em cuja educação estimulava-se as atitudes acomodadoras ou de silenciamento ante conflitos especialmente aqueles relacionados à questão racial. “*Não se exponha*”, “*A corda sempre parte do lado do mais fraco, portanto evite discussões*”; “*Não vá pela cabeça dos outros*”, são expressões utilizadas nesse contexto.

fatos que, em sua quase totalidade, ocorrem fora do âmbito profissional, especialmente nas relações de consumo ou com as forças policiais.

Não são poucos os casos de negros de classe média e elevada que afirmam ter sido parados, sem qualquer motivo, por forças policiais. Quando dentro de um bom carro ou ostentando sinais de riqueza, eles são alvo de suspeita, tanto pela população como também por muitos policiais. O Secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, Edivaldo Brito, conseguiu o feito de ser parado quatro vezes pela polícia depois que assumiu o cargo. O pitoresco é que o fato justamente aconteceu com ele, um professor de Direito, empresário e secretário da maior prefeitura do país. Em todas as vezes ele estava em carro oficial, com segurança e motorista, também negros. Isso estaria a indicar que, paradoxalmente, quanto maior é a ascensão econômica ou cultural dos negros, mais eles estão expostos à discriminação, sendo esta de um tipo diferente daquela que atinge os negros de condição mais baixa. Mostra-se sempre mais sutil, quase imperceptível para alguns, mas nem tanto para os sujeitos, a exemplo do caso vivenciado pela informante abaixo, cuja colega fingia não notar sua presença em um razoavelmente pequeno e famoso restaurante de classe média da capital baiana.

Uma situação de Impacto racial na minha vida, aconteceu quando eu já era juíza. Estava no restaurante Alfredo de Roma aqui em Salvador, e tinha uma outra autoridade presente. Era vinte e oito de maio de 92 e eu tinha ido comemorar meu aniversário de casamento. O restaurante estava cheio quando eu cheguei e tive que ficar no American Bar aguardando até vagar uma mesa, lá dentro do salão. O pessoal do restaurante sempre me tratando muito bem. Quando eu entrei, é claro, éramos dois negros eu e meu marido e chamamos um pouco a atenção. Eu percebi que no meio de um dos grupos presentes tinha uma pessoa conhecida com quem eu convivia quase todos os dias na Justiça Federal. Parece que estavam comemorando alguma coisa. Eu me encaminhei pra cumprimentá-la com o sorriso nos lábios e ela, simplesmente virou a cara, me ignorando, fingindo não me ver. Então, na minha opinião, isso foi o caso de maior impacto na minha vida toda com relação a discriminação racial, porque ali eu tive a certeza que a condição social não era o mais importante, eu era Juíza Federal. Era mais importante funcionalmente do que essa pessoa, no entanto, ela me rejeitou de público, não porque eu estava mal vestida, nem sozinha. Eu estava acompanhada, então, eu não estava fazendo nenhum risco pra ela, nenhuma vergonha pra ela, ela me rejeitou porque eu era negra e não por questão social. Ora estávamos as duas, dentro de um restaurante de luxo, as duas bem vestidas, numa ocasião festiva, não tinha motivo nenhum pra ela me ignorar. Eu nem precisei falar nada com meu marido. Da mesa em que estávamos ele viu tudo e numa postura certa, ele me disse: *“olhe estamos aqui comemorando nosso aniversário de casamento e eu não admito que você se deixe entristecer, nem se arrasar por conta*

de comportamento de terceiros. Ao contrario você vai ignorar, pois, a careta fica na cara de quem faz. Morreu. Acabou por aí. Não quero que esse fato venha prejudicar a nossa noite, a nossa comemoração". Depois disso já encontrei com ela por varias vezes e recentemente ela me procurou pra pedir ajuda pra um parente que estava sem cargo, sem função. Queria que eu ajudasse e eu tive o prazer de dizer que todos os meus cargos estavam preenchidos e não tinha vaga pra absorver essa pessoa. Não foi nada planejado. (VANDERLINA)

A fala de Vanderlina mostra-se interessante ao chamar a atenção para questões chaves nas discussões a respeito das relações raciais: as diferenças socioeconômicas e as situações de preconceito. Neste sentido, os elementos levantados nesta pesquisa indicam que o racismo em relação aos negros no Brasil, e em Salvador, em particular, não é apenas um problema provocado pelo pertencimento dos negros às classes sociais populares, como muitos ainda acreditam, mas é resultado de preconceitos raciais arraigados, como observa Praxedes (2006), em sua pesquisa junto a negros de classe média no Paraná.

Com efeito, o discurso de que o preconceito no Brasil é basicamente de classe, sempre teve um peso significativo na compreensão das relações raciais brasileiras, porém ele tem perdido espaço para uma visão diferente: o reconhecimento de que no país as pessoas negras são alvo de preconceito racial e que não é a origem, tampouco a situação de classe, mas é a aparência o dado "racializado" que gera mais preconceito. No caso citado, nem o fato de serem antigas conhecidas ou de Vanderlina exercer posição social hierarquicamente superior à colega foi capazes de fazer com que sua colega manifestasse qualquer atitude de cordialidade. Diante de outros pares brancos, a colega dissimulou não ter notado sua presença, certamente, , pelo embaraço que a sua apresentação aos demais lhe causaria. Referindo-se ao episódio anterior, ela comenta:

Eu era negra e acredito que ela não queria que aqueles amigos dela ficassem sabendo que ela tinha uma amiga negra e superior a ela. Tem isso ai também - agora é que eu estou avaliando. Era desconfortável prá ela ter que dizer: essa aqui é doutora Vanderlina, Juíza Federal, ou seja, doutora Vanderlina é funcionalmente superior a mim. Como ficaria ela me apresentando ao grupo de amigos todos de paletó e gravata, ela de roupa de brilho. Parece que estavam comemorando alguma coisa. A situação ficou bem clara, bem evidente. (VANDERLINA)

A dificuldade para o negro ascender vem do fato de que ele sai de um lugar, onde não é percebido por conta de sua posição mais subalterna, para um lugar onde sua presença é algo incomum, ficando mais exposto ao preconceito nesse movimento de ascensão. Uma situação típica de quem ascende socialmente está ligada aos constrangimentos enfrentados nas relações de consumo. Diversas pesquisas acadêmicas e um variado número de relatos apresentados na mídia demonstram quão frequentes são as surpresas e os constrangimentos que a presença negra ainda causa em certos ambientes de classe média, onde são considerados “fora de lugar”. Na pesquisa de Soares (2004), negros de classe média reportam-se a situações em que se sentiam observados com curiosidade quando participavam de atividades sociais em ambientes de classe média, e tratados com desconfiança em suas investidas para adquirir ou desfrutar de bens sociais e simbólicos associados a pessoas de poder aquisitivo mais elevado, como mostrado a seguir.

Eu me lembro que quando eu voltei de Angola, entrei na loja prá comprar meu carro e ninguém me deu atenção, Eu entrava pra comprar. uma roupa, o pessoal ficava assim, aí quando vinha: “*olha, isso aqui custa tanto*”, e eu dizia: “*eu não estou te perguntando o preço, eu estou perguntando se você tem*”. Eu me lembro que em uma outra vez eu estava viajando já com o carro e aí na estrada o cara perguntou assim: “*o senhor é jogador de futebol não é ?*”.. e eu falei: “*sou*”... e ele: “*no Botafogo né?*”...quer dizer, o cara até me viu jogando bola... Então você vai sentindo essa coisa. Quando eu comprei esse meu último carro, eu levei na oficina pra trocar o pneu, o cara chegou assim pra mim: “*esse carro é seu?*”, eu falei “*é meu sim*”. (HUMBERTO)

Às vezes as pessoas se surpreendem, quando me vêem, Eu passo ali, as pessoas não me atribuem quem eu sou. A gente percebe que se fosse uma mulher branca que tivesse ali não teriam determinado tipo de reação. As pessoas às vezes se surpreendem quando eu... eu sou uma pessoa simples nos meus hábitos, então eu frequento um salão simples e uma vez uma manicure nova me maltratou e a dona do salão repreendeu ela, e é lógico que fez a “ressalva”. Dizendo o que eu sou e o que faço e a manicura só passou a valorizar quando soube que eu era diretora, que era médica e tal, porque pela associação da cor da pele ela achava que eu era qualquer uma e ela poderia me tratar de qualquer maneira. Você está entendendo?. Então, você nota isso no dia-a-dia, quando você entra numa loja chique pra comprar um vestido, quando você chega numa academia prá fazer ginástica, num bom restaurante da cidade. Só começam a lhe tratar melhor quando você chega com seu lindo carrão, com sua linda roupa e você se posiciona, porque se você chegar desarmado, como um bobo alegre, as pessoas chegam a lhe maltratar, a achar que está lhe fazendo um favor, não lhe prestando o serviço que deve prestar. Lógico que eu sou contra chegar ostentando título, mas muitas vezes isso ainda é necessário para que as pessoas mudem

seu comportamento e nos tratem bem. Recentemente eu fui comprar um apartamento no Horto Florestal e quando o corretor viu, uma negra querendo comprar um apartamento no Horto, ele começou a se dirigir a mim, falando que era especializado em trabalhar o pessoal de banda de axé provavelmente, insinuando que eu deveria ser tocadora ou cantora de bloco de axé, ou sei lá que diabo... Então, eu disse, você não serve pra mim, e saí. E depois ele voltou a ligar, mas eu não quis mais negociar com ele (BALBINA)

As falas apresentam vários pontos interessantes, dentre eles o fato de explicitar a presença de poucos negros no mercado de consumo ligado às classes médias, além da descrença de certos vendedores quanto à condição financeira dos negros para adquirir determinados bens. Também dão conta de que isso não é o bastante, pois mesmo a posse desses bens ainda os deixa susceptíveis a constrangimentos decorrentes de questionamentos diversos acerca da efetiva possibilidade de que estes venham a ser os verdadeiros proprietários ou de possuírem suficientes recursos financeiros para arcar com dívidas porventura contraídas.

Outro ponto que se explicita nas diversas falas diz respeito à tendência da sociedade brasileira de marcar o mundo artístico e o esportivo como dois lugares naturalizados e estereotipados como os efetivos canais de ascensão do negro no Brasil. Assim, Humberto e Balbina foram considerados nos lugares de jogador de futebol e cantora de banda, os lugares possíveis de ascensão social para os negros.

A esse respeito, a revista VEJA publicou, em junho de 1998, uma reportagem tendo como matéria de capa o título “*A questão da ascensão social dos negros no Brasil: do preconceito ao sucesso – a discriminação racial vista por quem venceu a barreira e chegou lá*”. Nela, diversos negros relatam fatos de suas histórias ascensionais, sendo bastante significativo que dos dezessete negros que figuram na capa da revista, cinco são atletas, cinco atores, três cantores de grupos de pagode, dois modelos e apenas um desembargador. A imagem da capa, em grande medida, ganha expressão ao fornecer indicações que confirmam a existência de canais tradicionais de ascensão social para os negros, informando a existência de fortes obstáculos para essa mobilidade em outras áreas do mercado de trabalho.

Sob o título de “*Racismo Cordial: - a mais completa pesquisa sobre o preconceito racial no Brasil*”, a Folha de São Paulo publicou, em 1995, diversas reportagens e o resumo de uma investigação jornalística na qual entrevistou

pessoas de vários estados brasileiros buscando identificar a existência do preconceito no país e as situações em que este se manifesta²⁴⁶. O resultado dessa investigação pode ser sintetizado em três números básicos: 1) 89% dos brasileiros afirmam a existência do preconceito de cor contra negros no país; 2) 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito; 3) 87% revelam, de forma indireta, algum preconceito, ao proferir, concordar ou admitir enunciados preconceituosos, assim como comportamentos de conteúdo racista em relação a negros.

A investigação revela que os brasileiros admitem a existência, negam ter, mas demonstram, em sua grande maioria, preconceito contra os negros. Uma maioria absoluta negou sua contribuição para o fenômeno: considerando ser este um problema "dos outros", projetando o preconceito de cor, bem como o racismo para o conjunto da sociedade, uma atitude que deixa à mostra o temor e desconforto dos brasileiros com o estigma de ser preconceituoso, como também a dificuldade de encarar o próprio preconceito.

Ao identificar as situações onde ocorre discriminação racial, a investigação da Folha de São Paulo mencionada concluiu que elas são mais frequentes no mercado de trabalho, incidindo tanto na base do emprego quanto na tentativa de conseguir uma promoção. Concluiu, ainda, que a educação é fator decisivo para expressar as diferenças percentuais entre quem percebe ou não a discriminação, ou seja: quanto mais alto o nível de escolaridade, maior é a referência dos sujeitos a situações de discriminação nesse mercado. De fato, o acesso à informação assim como a própria permanência nos bancos escolares podem ter colocado esses indivíduos mais freqüentemente em contato com situações de preconceito. Diante de tais constatações, torna-se oportuno refletir sobre em quais circunstâncias, na esfera profissional, os negros em ascensão social vivenciam situações de preconceito.

²⁴⁶ Folha de São Paulo (1995)

5.5.1 -O questionamento da posição

Na esfera profissional, a dificuldade de reconhecer o sujeito em uma posição superior - tanto através de determinada forma de questionamento quanto através do não reconhecimento - é a situação mais correntemente identificada como preconceito contra negros que ascenderam socialmente. Trata-se de situações que, em sua grande maioria, não são objeto de compartilhamento, mas quase sempre vivenciadas solitária e silenciosamente²⁴⁷, sendo muito freqüente, nessas circunstâncias, despontar a referência à cor como dado substancial de uma espécie de preconceito silencioso, que nunca aparece sob a forma de uma hostilidade e agressão explícita ao negro, mas que está presente enquanto discurso, falando pelo silêncio, pelo gesto, pelo comportamento, pelas atitudes, pelo tom de voz, pelo tipo de tratamento ou até mesmo pelo papel e o lugar do negro na sociedade. Ocorrem, quase sempre, de modo indireto, sendo geralmente interpretadas apenas pelo indivíduo no seu cotidiano. Isso transparece notadamente quando os sujeitos se reportam às dificuldades de promoção na construção da carreira ou às “surpresas” de clientes externos, ao se darem conta da função que desempenham na instituição. Referem-se, também, aos questionamentos de suas posições e às tentativas de não reconhecimento da autoridade ou do lugar por eles ocupado, revelando atitudes que demonstram haver, na sociedade brasileira, uma visão estigmatizada entre ser negro e realizar determinadas funções.

Em relação a esses conflitos, percebe-se que são situações que marcam muito os sujeitos. Ao reproduzir algumas falas de informantes a respeito, espero que isso possa ajudar a refletir sobre as consequências desse tipo de ascensão isolada no cotidiano de indivíduos cujas experiências tendem a desaparecer junto com seus protagonistas, caso não sejam registradas, e se fazem importantes para ampliar o conhecimento de tais realidades.

Eu já me submeti muito. Eu pelo menos me lembro de um caso, de uma funcionaria branca que se arvorava de ter sempre razão e que sabia de tudo. Depois eu descobri que - com muita competência - ela utilizava alguns meios e modos - com alguns subterfúgios para que

²⁴⁷ A consciência desse viver solitário e silencioso talvez possa explicar a razão pela qual a ascensão individual é recorrentemente exaltada por alguns deles, como se ocorresse apenas graças ao seu próprio esforço pessoal.

no final das contas tivesse o resultado que ela sugeria” entre aspas”. Então, quando eu percebi que ela procurava minar minha autoridade e que muito tempo eu aceitara aquilo... eu, cortei de vez. Percebi que estava me prejudicando. Suas sugestões não eram meras sugestões, mas situações em que dada a condição subordinada, ela não poderia me tomar o cargo mas poderia me criar uma situação adversa. Questionava minha autoridade e se colocava como se fosse ela fosse a juíza. Ai eu cortei de vez. Era cargo de confiança e dei prazo pra ela pedir pra sair. Subliminarmente a questão racial estava ali colocada no sentido que ela era branca, loira, olhos verdes e tentava demonstrar que ela era quem decidia administrativamente, que a responsabilidade com os servidores era dela. Me impedia de ter um acesso direto. Não permitia que o servidor tivesse acesso a mim. Ela cortava tudo e era só ela quem falava comigo. Eu ficava sem saber de muitas informações diante do quadro de servidores.... Eu já tinha dezoito anos no cargo de Juíza Federal, prestes a passar pra Desembargadora e eu cheguei no Palácio do Planalto pra falar com umas autoridades. Fui solicitar apoio pra minha campanha pra ser escolhida pelo Presidente Lula e quando cheguei lá o rapaz que trabalhava na guarita de identificação, no computador conseguiu escrever na ficha o meu nome, CPF e RG, mas não conseguia colocar que a minha profissão era Juíza Federal. Ele demorou muito e eu na fila esperando até que eu perguntei: "*meu irmão o que está acontecendo*", porque a outra fila já tinha andado bastante e ele ali preenchendo meus dados sem sair daquilo. Ele aí me perguntou: "*a senhora é Oficial de Justiça não é?*" , ou seja, na cabeça dele tinha alguma coisa errada eu não podia ser Juíza Federal e eu respondi pra ele: "*eu poderia ser Oficial de Justiça é uma profissão digna, honrada,. Eu tenho muitos amigos oficiais, mas no entanto, eu preferi ser Juíza Federal - Juíza Federal exatamente como está escrito aí nessa carteira que está em sua mão. Essa carteira bem grande com esse enorme brasão da República* ". Ele não concebia que eu pudesse ser Juíza Federal. (VANDERLINA)

Numa dessas situações uma senhor ao entrar na minha sala para ser atendido, disse: "*Minha filha, eu vim aqui falar com um delegado!*" Eu respondi secamente: pode dizer! E ele repetiu: "*Eu vim falar com um delegado!*" Eu falei já com impaciência: Pode dizer. Eu sou a delegada! "*Você?*" com ar de surpresa - quer dizer, com isso ele não precisa dizer mais nada. Era como se ele estivesse dizendo: "*É essa insignificância aí?*" "*É você?*" Eu sei que ele esperava e certamente preferia encontrar uma pessoa com outro perfil. Então aí minha presença desmontou a pessoa, né?. Tem horas que isso cansa mesmo! (JOSEMILDA)

Não faz muito tempo eu estava aqui vestido com aquele uniforme camuflado de guerra que não exhibe o posto, só tem o nome da pessoa e o tipo sanguíneo AB+, porque se você for capturado ninguém sabe quem é o chefe em caso de Guerra. Então; chegaram alguns militares de fora, acompanhados de alguns civis, pra poder falar com o Comandante. Havia alguns oficiais comigo e eles vieram em direção às pessoas que não eram negras, esperando achar ali o comandante. Eu fiquei esperando. Meio desconcertado o oficial pra quem ele já estava se dirigindo apontou na minha direção "*É aquele ali*", Só que do meu lado tinham outros dois oficiais de patente mais baixa que eu, mas que eram brancos. E mais uma vez eles se dirigiram pra um deles e o outro oficial branco apontando pra mim falou: "*não, não é esse não, ele é quem é o Coronel*". Eles ficaram, sem graça, pois esperavam talvez encontrar um Comandante com um outro tipo, o tipo ao qual já estavam acostumados e de repente, deram de cara com um negro que estava ali na frente deles. Isso é

bom pra eles irem aceitando essas coisas, pra poder ir quebrando essa coisa cultural que fica na cabeça da gente. (RENATO)

Se você perguntasse assim: como diretora desse hospital você, já enfrentou preconceito? Lógico. Em todos os momentos, desde que a diretora anterior me indicou para o cargo, desde o momento que o secretário da Saúde me viu, nesse momento. Então, como negra, eu tenho que sempre provar, porque tenho que provar? Esse é o sentimento que tenho, que eu sempre tenho que estar provando que sou capaz. As pessoas avaliam minha capacidade baseada naquilo que produzo, naquilo que tenho simplesmente pela cor. Você está entendendo? Tem que provar, o negro tem que provar que é bom. Não basta ser bom, ele tem que provar. Cheguei na TV Bahia, para uma entrevista, me identifiquei e sentei na sala de espera. O repórter chegou na sala procurando saber se Dr^a Balbina já tinha chegado. Ele viu que só eu estava lá sentada. Depois de mostrarem que eu estava ali, ele ainda veio me perguntar se eu era a Dr^a Balbina. (riso desconcertado). Deu ainda pra notar no seu olhar um certo medo assim como se a questionar: “Será que essa negra sabe falar? Será que essa negra não está num cargo decorativo? Será que ela tem mesmo a capacidade?”. Você até poderia dizer agora que eu estava com o pensamento voltado pra isso, mas quem está na situação sabe identificar exatamente o que está se passando, porque a postura muda a partir do momento que você abre a boca. Você chega e senta e as pessoas estão a se perguntar: “Será?” E aí, você começa a falar e as pessoas começam a relaxar e a dizer, “não, não. Ah! Ela vai.” E você nota que no final a postura já é outra, porque quando antes de lhe conhecerem não sabiam. (BALBINA)

Até aqui acompanhamos relatos de situações onde o preconceito ocorreu de forma mais ou menos explícita, evidenciando que, após mais de um século de sua integração ao trabalho livre, o negro ainda é visto com estranheza e certo incômodo em posições sociais de prestígio na sociedade. Esta situação causa grande desconforto emocional aos informantes, a ponto de, em tom de desabafo, uma delas declarar:

É uma situação desagradável que ninguém gostaria de passar, pois tem determinados momentos que você quer mandar tudo pro alto e não vai poder mandar, porque você tem que ter uma reação comedida e então você fica preso numa armadilha, sem poder replicar à altura. (NORMA).

Em outro depoimento um entrevistado afirma:

Tem horas que isso cansa mesmo. São coisas que você sente no olhar ou na forma como aquela pessoa lhe recebe, ou que lhe observa . Antes me causava certa frustração interior por estar vivenciando isso. Dava sempre uma raiva, indignação. Eu ficava meio triste, abatido com isso. Hoje eu diria que eu quase não me abalo mais, mas me impacienta. Às vezes, eu chego até a achar graça com os impactos... (HUMBERTO)

Há situações que nem sempre são interpretadas pelos sujeitos como preconceito, mas foram vistas como um dado a mais com que os negros têm que lidar e estão ligadas ao fato de se sentirem mais cobrados para serem melhores, como também as "brincadeiras" sob a forma de piadas.

5.5.2 - As cobranças

Em relação ao primeiro fato, na visão dos informantes, os negros que ascendem tendem a ser mais cobrados em termos de postura associada à máxima: "o negro que quer ascender tem que ser melhor do que os outros". Esse é um dado invariável em todas as histórias individuais, demonstrado aqui nos comentários abaixo:

Acho que toda essa minha reação de querer ser a melhor, foi muito forte no decorrer, porque antes eu não tinha isso. Eu queria ser o primeiro, mas um dia, "caiu a ficha" do porque isso. Eu sempre quis ser o primeiro como uma necessidade prá que as pessoas não me humilhassem mais, não me avaliassem pela cor da minha pele, não achassem que eu era menor por causa da minha pele. Infelizmente, tive que agir assim prá conseguir me manter em pé, conquistar meu espaço, o meu trabalho, a minha profissão e viver minha vida de maneira digna. (BALBINA)

O meu sentimento é de que para nós negros a ocorrência de qualquer deslize da gente tem uma evidência muito maior. Então qualquer erro que se torne público, a colocação vai ser: "*está vendo, foi colocar negro lá dentro !*". E eu já escutei esse tipo de coisa dos meus colegas da Academia. O pessoal da minha turma falou "foi botar um monte de negro lá". Isso foi dito sob forma de brincadeira e eu sei que é porque estavam dizendo na minha frente. Coisas como "*Aquela área lá vai virar um quilombo só vai dar negro por lá*". Então eu diria que se o nosso comando não fosse bem, essa seria a conotação. Não estou falando de um sentimento meu. Isso foi colocado, isso foi falado, mesmo que tenha sido feito por brincadeira. Foi direto e não ouvi isso uma vez só não. Foram várias e então, isso foi fato mesmo. Quer dizer, então que além das responsabilidades normais que qualquer uma outra pessoa teria, a gente ainda tem mais uma preocupação: De se sair bem de qualquer jeito, pois qualquer coisa que sair errado, a ponderação do erro, com certeza será muito maior. (HUMBERTO)

Cria-se uma expectativa subliminar quando um negro assume uma posição de destaque. Não só o destaque, mas uma posição que não é acostumado assumir. Ninguém fica pensando nisso dia e noite. Isso é da cultura que se instalou nos quatrocentos anos de escravatura. Cria-se uma expectativa negativa em torno da capacitação daquele

negro. Essa expectativa ela existe, sim. Por isso, toda vez que ele chega num ponto em que não está habituado chegar um negro ali, é extremamente importante para nós negros que ele renda bem, que ele produza bem, que ele demonstre capacidade. E ele tem que mostrar um pouco mais do que os outros para poder ficar igual. Se não ficar igual, na comparação subliminar que ocorre, ele fica penalizado. Se for feito um ranking provavelmente ele vai ser colocado por último em relação a tudo aquilo. E muita gente faz isso não é por maldade. Às vezes é da cultura pois existe uma cultura instalada de racismo, que já vem de muito tempo, que não espera, ou seja não está acostumada com aquela situação de ver um negro render bem numa determinada posição. (RENATO)

O relato dos informantes deixam evidente o quanto se viam envolvidos frequentemente em situações onde tinham que demonstrar competência, estar vigilantes para provar que merecem o lugar de prestígio que tanto lutaram para conquistar, sem apadrinhamento de qualquer espécie, ao contrário fazendo jus através de concurso público.

5.5.3 - As piadas

No que diz respeito às piadas, contadas em situações amistosas, são um tipo de “brincadeira” que é percebida pelos entrevistados como uma forte manifestação de preconceito no ambiente profissional. Em geral, nessas “brincadeiras”, as figuras representativas do mito negro são: o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensível, o superpotente ou o exótico, reforçando estereótipos, criando constrangimentos e encobrindo intolerâncias latentes que favorecem a cristalização de idéias preconceituosas.

Cabe acentuar que tais idealizações nem sempre se afiguram sob a forma de “brincadeiras”. Alguns estereótipos que constituem a mitologia negra adquirem uma significação aparentemente positiva no nível do discurso, como o “privilégio da sensibilidade”, que se materializa na musicalidade e ritmicidade do negro, na singular resistência física como também na extraordinária potência e desempenho sexuais, atributos que revelam um falso reconhecimento de uma suposta superioridade negra.

Para Souza (1990), todos estes “dons” estão associados à “irracionalidade” e ao “primitivismo” do negro, em oposição à “racionalidade” e

“refinamento” do branco. Assim, essa emocionalidade do negro serviria de contraposição à capacidade de raciocínio do branco. *O negro tem uma sensibilidade diferente, uma entrega maior, tem mais dificuldades de ser racional etc.*

A superpotência sexual é outro estereótipo que atribui ao negro a supremacia do biológico e, como os da resistência física e “sensibilidade privilegiada”, reafirma a representação de animalidade no negro, em oposição à sua condição histórica, à sua humanidade. Assim, “os traços que poderiam caracterizar o negro como superior são aqueles que simbolizam uma verdadeira inferioridade e que definem ‘a besta’”²⁴⁸.

Os depoimentos abaixo mostram-se reveladores desse modo perverso como as pessoas podem ser tratadas no espaço profissional, oferecendo uma idéia das consequências que isso provoca.

Logo que fui indicada diretora eu trouxe vários negros pra trabalhar comigo então como eu botei um staff todo negro e eu depois vim a saber que diziam que a instituição estava se transformando no “quilombo da Palma”. Pela sua localização ali no bairro da Palma, chamavam de quilombo, você entendeu? Aqui eu já passei por situação de discriminação violenta e que ainda me causa um sofrimento só em lembrar. Um ex-diretor, o mesmo que criou o apelido de quilombo da Palma, inconformado de ter sido sucedido por uma negra que ainda botou um staff negro, teve um atrito comigo por tentar usar um espaço da instituição sem minha permissão. Ao ser questionado da necessidade de fazê-lo ele disse que não ia pedir nada a aquela “bico de bule”. (uma referência jocosa pelos seus lábios grossos). Essa foi uma das situações em minha vida que mais me abateu ao ponto de me causar um problema de saúde sério que eu quase morro na porta da instituição. Eu tive uma angina que me levou a uma hospitalização longa e se eu tivesse entrado na justiça ele poderia até ter sido preso...(JOSEMILDA)

Com relação à cor, no Serviço Público, a coisa acontece assim mais subliminar, as pessoas não atacam diretamente. A gente não vê, nem ouve diretamente. Só sabe através de comentários. Eu vou lhe contar uma história: Estávamos na porta da instituição, eu e mais três colegas da mesma cor, aí um colega subiu chegou na sala dele e comentou: “o navio negreiro está ancorado aí na porta”. Saímos de uma reunião e todos os negros que estavam ali, exerciam cargos importantes. Todas elas eram autoridades e negras. Essa pessoa, apesar de ser branca, não tinha cargo nenhum. Esse tipo de comentário, não aconteceu só uma vez. Pois é, a gente ainda ouve falar dessas coisas. Não diretamente, tipo: “você é preta feia”, e sei que tem a intenção de machucar ou até fazer a gente desistir, a gente cair. Isso dói. Dói muito e tem horas que a vontade que eu tenho é de tomar as providências, mas depois eu digo; “eu não vou dar ousadia, a gente não pode dar munção ao inimigo” Deixo prá lá e entrego a

²⁴⁸ Souza (1990: 31).

Deus. Um dia tudo isso volta prá eles, e volta sob formas que ele nem imaginam: no trabalho, na saúde. (JUDITE)

Na fala de Judite, a alusão aos navios negreiros remete a uma representação em que o grupo aparece como “gente de fora”, de um espaço que não lhe é adequado. Não se pode perder de vista que se trata de pessoas que, no âmbito da empresa, detinham posição de *status* e elevado nível de formação profissional e educacional, e, diante disso, caberia questionar: será que esse comentário teria surgido caso fossem negros posicionados no baixo escalão da instituição?

Outra referência marcante no comentário refere-se ao Quilombo de Palmares, um símbolo de resistência negra na luta contra a escravidão. Diante do incômodo que a presença e o prestígio dessas pessoas causaram, esse símbolo passa a ser citado numa forma irônica e jocosa, como um alerta para uma possível “ameaça de enegrecimento” dos postos de prestígio da instituição.

5.5.4 - As reações

Uma das características que se destacou na maioria dos depoimentos foi o não envolvimento direto dos entrevistados com a militância negra, tornando instigante refletir sobre a forma como essas pessoas não treinadas em discursos sobre discriminação racial reagem a ela, e até mesmo como exercem atitudes antirracistas no seu cotidiano.

A partir dos relatos evidencia-se uma diversidade de posicionamentos quanto às manifestações do preconceito racial, e as formas de reação são também diferentes, parecendo articular-se com o momento histórico e social em que cada pessoa esteve e está inserida. Assim, as possibilidades de contato e os diferentes contextos de socialização dos sujeitos - o tempo e espaço em que estão ou estiveram inseridos - teriam grande influência sobre as reações de cada indivíduo perante as manifestações do preconceito, espelhando, de certo modo, a configuração ambígua e, por vezes, contraditória das relações raciais no Brasil.

Considero que as experiências de discriminação não se apresentaram com a mesma intensidade, nem de modo comum ou em um momento único para todos os sujeitos, o que, sem dúvida, faz com que as concepções de cada pessoa a respeito das relações raciais e de seus desdobramentos sejam elaboradas de variadas formas.

Nesta perspectiva, entendo que, mesmo sendo possível encontrar similaridade entre percursos biográficos, as formas adotadas por cada um para reagir às manifestações do preconceito podem variar no tempo e no espaço. Diante disso, pude registrar reações diversas que vão desde uma calculada demonstração de indiferença e de não ter percebido a manifestação do preconceito, até ironização ou indignações mais moderadas, chegando ao conflito aberto, esse, sempre evitado. As repercussões dessas manifestações nos sujeitos também se mostraram diversas: desde a dificuldade de admitir falar da experiência vivenciada, ao silenciamento ou à negação do fato. Havia também o ressentimento, a constante autovigilância contra as efetivas possibilidades de nova ocorrência, precaução, amargura em função de fatos acontecidos, constante preocupação em termos da repetição de fatos correlatos com os filhos e até mesmo um dissimulado e controvertido senso de humor perante tais fatos, como veremos adiante.

Não se trata de uma simples passagem de um estado para outro, mas de estágios de processos individuais complexos, determinados por um conjunto de situações e contextos que influenciaram a forma como cada um vivenciou a questão racial e diante dela direcionou suas expectativas de ascensão social, tal como nos mostra essa informante:

O racismo sempre esteve presente na minha trajetória, mas eu acho que minha irmã, foi quem sofreu mais e até hoje ela é traumatizada, porque se deixou levar por isso. Eu lembro que ia muito pra casa das colegas e tinha uma amiga de uma amiga minha, que quando me levava pra casa das tias dela, ela me apresentava dizendo que eu era amiguinha de "Fulana", e que era também isso..., isso..., isso... e, isso. Eu deixava. Eu sabia porque ela estava fazendo aquilo e procurava tirar proveito disso. Não me fazia mal nenhum. Pelo contrário. Ela sempre tinha que explicitar minha qualificação.: a mãe dela é professora, ela toca acoredon, ela faz isso e isso. Pois é, essa é uma situação que atualmente está se repete com a minha filha, sempre estão despejando o currículo dela, o que ela faz, de quem é filha, onde mora. (NORMA)

A partir de entrevistas realizadas com trabalhadores negros em diversos níveis, Bento (1992) analisou a discriminação racial nas relações de trabalho, procurando detectar a reação dos indivíduos em relação à sua ocorrência. Neste sentido, ela destacou que as situações mais frequentes de ocorrência da discriminação racial no âmbito profissional se efetivam no processo de seleção e recrutamento de pessoal, como também no treinamento de pessoas menos qualificadas para ocupar cargos superiores aos dos trabalhadores. Muitos deles chegaram a relatar a dificuldade que enfrentavam cotidianamente para exercer cargos de chefia e atuar como profissionais qualificados. Contudo, a pesquisa de Bento torna-se mais instigante ao empregar uma tipologia para pensar a reação dos indivíduos às situações de discriminação racial baseada em três categorias: a negação, o não enfrentamento e o enfrentamento propriamente dito. A reação mais comum é a negação. Esta corresponde ao reconhecimento da existência do racismo na sociedade brasileira ou em qualquer situação mais ampla, porém distante do indivíduo, que nunca aparece como o alvo. No não enfrentamento, há o reconhecimento da discriminação contra si e contra os outros, porém, não há, por parte do indivíduo, qualquer ação contra o fato em si. Na terceira categoria, há, por parte do discriminado, algum tipo de enfrentamento, que pode ser individual ou coletivo.

Tal tipologia se mostra interessante, considerando que todas as formas de lidar com o preconceito representam uma reação mesmo que não haja um enfrentamento direto ou algum tipo de reconhecimento. Concordando com essa autora, entendo que cada situação tende a levar o indivíduo a acionar a maneira que para ele é mais conveniente de lidar com a discriminação, como se pode observar nos depoimentos mostrados a seguir.

Numa ocasião chegou aqui na repartição um almofadinha que se dirigiu a mim assim: “Ô, comadre!” a senhora....Eu lhe respondi assim: “Olha eu não me lembro de ter batizado um filho seu e como eu não tenho filho você não pode ter batizado um filho meu. Ele ficou sem graça e parou com esse tratamento de “comadre”, que naquele momento era pra dar um tom intimista e pra baixo. Então nessas horas eu endureço tanto, que embaraça a pessoa. Eu nunca precisei dizer:” Sabe quem sou eu?” ou “Me respeite!” Eu faço me respeitar com essas colocações, até jocosas às vezes, mas são importantes, entendeu? Eu não cobro de ninguém me chamar doutora, como é comum tratarem as autoridade mas também o intimismo que você sente que é justamente às vezes pra tentar tirar a sua autoridade, aí

eu sei dar essa virada com muita habilidade. Porque se tem um branco do outro lado ele já chama de doutor. Ele já é um doutor por impulso! E o outro já se sente um doutor. Aí a gente fica procurando uma razão pra relutarem em nos dar um mesmo tratamento. Porque?... Em relação a isso eu costumo brincar e ironizar muito. Eu sempre digo: Gente, eu não tenho o dinheiro que vocês pensam que eu tenho. O que eu tenho mesmo é pose e dessa pose eu não vou abrir mão. Que é o que me mantém! Entendeu? ...porque a gente vai incorporando...(JOSEMILDA)

Teve aqui uma senhora mãe de um aluno, que ao chegar me encontrou na porta. Eu estava já de saída, mas lhe perguntei: *É alguma coisa, que eu possa ajudar?*. Ela falou com certa arrogância: *Eu queria falar com a diretora, será que ela vai demorar? Esse povo gosta de deixar os outros esperando.* Eu disse: *ela está aqui na sua frente.* Ela tomou um susto, e disse: *é a senhora, desculpe?* Eu tive impressão que ela teve vontade de sumir, pois não acreditava que a diretora fosse uma negra. Nesses casos eu faço aquele esforço de cordialidade e ao mesmo tempo distanciamento no atendimento seja pra provar que nesse momento aqui eu tenho o poder, ou seja, pra provar que eu tenho a competência, as duas coisas aliadas: Quem manda aqui sou eu, Sou eu quem tem o poder e acabou e é uma espécie de troco, de retorno com a mesma sutileza. (DINORAH)

Eu sinto muito o ar de surpresa das pessoas que vêm procurar a a Administração. Não foram poucas as vezes de empresários marcarem por telefone uma audiência com a inspetora. Na data marcada eles vêm, aguardam na recepção, a secretária avisa pelo telefone e quando eu abro a porta pra recebê-los percebo o ar de surpresa: *“Mas é a senhora, é a senhora?”*. Eu cheguei a ouvir isso dito repetidamente três vezes por uma mesma pessoa Imagine, você receber uma pessoa que já marcou com você, que sabe que vai se entrevistar com a inspetora da alfândega e a pessoa mostrar esse ar de surpresa !!! : *“mas é a senhora, a senhora é a inspetora?”* Aí o que perguntou pela terceira vez, porque uma coisa é aquela surpresa inicial, é quando a pessoa pergunta a primeira, a segunda, se surpreende pela terceira vez aí em pé, com a mão estendida pra você, aí quer ver minha portaria, né? E aí as pessoas se desdobram, assim pra ser gentis. Pra apagar o mal. A minha reação sempre é de ser mais séria, ser mais profissional e mais legalista que é pra pessoa, se tocar que é uma relação de poder e sou eu que estou com o carimbo na mão. Hoje em dia nem tem me acontecido tanto isso, mas ainda assim. Isso não deixa de causar um mal-estar que eu reajo assim com uma certa... não é agressividade, mas com uma dureza, uma rispidez no sentido de mostrar: *“sou eu a chefe e você está precisando disso”*, você entendeu? É bem diferente do carinho com que eu procuro tratar o pobrezinho, pé sujo, que cometeu uma falha e que vem pedir ajuda. (ANA MEIRE)

Eu ensinava Educação Artística, em um colégio público e coordenava um grupo de ginástica rítmica com dezesseis meninas da periferia, todas negras. Fomos competir no Balbininho (*ginásio de esportes*) com todas as escolas da Bahia e ganhamos em primeiro lugar. Na hora que as meninas entraram, dançaram, o Balbininho parou prá ver. Ganhamos o troféu e quatro minutos de palmas. Quando chegamos na escola a diretora veio e me disse *“foi tudo muito bonitinho, adorei, mas você deveria ter escolhido melhor essas meninas.”* E eu fingindo não entender que elas se referiam ao fato de serem meninas negra, perguntei: *“Peraí, escolhido melhor como? O que é que tinha as meninas?”* As pessoas falavam comigo e esqueciam que eu era negra, porque geralmente esquecem que sou negra - apagam a cor.

Então, quando ela falou comigo eu disse: “*explique melhor, o que é escolher melhor as meninas?*” Ela não respondeu. Ficou sem resposta e sem graça. Eu não estou falando da escola dos meus filhos, que é “classe B”, mas, de uma escola de periferia, do Polivalente do Cabula, pra você ver que o racismo não depende de classe, ele estava lá em relação as meninas. Quando criança eu já havia experimentado isso na banda do meu colégio e não iria deixar acontecer novamente. Não me deixaram participar porque era preta, pequena, pobre. Não tinha menina da banda preta, nem magra, nem pequena, aí minha frustração foi grande (...) Eu já tinha assumido o cargo e estava na sala das autoridades do Centro de Convenções, onde eu ia dirigir o evento e estava aguardando a chegada do governador. Aí o coordenador do evento chegou pra mim e disse, “*vamos saindo daí, que é o, lugar das autoridades*”, (riso curto) e eu permaneci. Ele voltou e disse: “*mas você é teimosa hein? Eu já disse que aí é o lugar das autoridades?*”. Eu lhe respondi com a pergunta: “Com certeza?”. Me levantei, pois já estava na hora do governador chegar e fui recebê-lo. Como o evento era patrocinado pela minha instituição eu tinha que dirigir o evento e eu comandeí tudo lá do alto, do centro da mesa e podia ver o seu desespero (risos). Ele só percebeu quem eu era quando eu estava lá na frente conduzindo a solenidade. Se fosse uma pessoa loira ele jamais iria tirar do lugar, ou perguntar o que estava fazendo ali. Ele nem perguntou foi direto pra me tirar do lugar, porque seria normal uma loura estar ali como autoridade, o anormal – pra ele- foi que uma pessoa negra, mulher, estivesse ali como autoridade, Na minha trajetória são vários fatos desse tipo. Então, pra mim, o que mais me satisfaz é o depois, é o recado que eu deixo e que fica. Eu entendia que era até uma questão de ignorância e falta de prática das pessoas verem autoridade negra, mas eu não estava fora do meu lugar, o lugar era meu, e ele ia ter que se acostumar a me ver naquele lugar. Não foram poucas as vezes em que eu chegava, ficava sentada, na área das autoridades e eu perceber as pessoas me procurando mas sem cogitar de maneira nenhuma que era eu a pessoa que estavam procurando. Quando se davam conta vinha o susto e a desculpa.. Em São Paulo eu fui fazer uma palestra na Universidade e quando chamaram meu nome e eu subi na tribuna, foi um “Uh!!”, um espanto, um brado de espanto. Foi tão gritante que fez grande barulho, “Ah!!” eu vi o barulho do espanto e com o mesmo barulho de espanto, após a minha fala, eles foram obrigados a aplaudir de pé. Eu não queria estar passando por isso sempre, mas eu também tenho certeza que vou passar ainda por várias e várias situações desse tipo. Então, nessa altura do campeonato, eu já vivo preparada. Não é uma coisa boa e nunca foi. Agora, o que eu quero dizer é que essa situação eu passo, estando no cargo ou não. Isso aconteceu antes, durante e depois e ainda vai acontecer. Não é o fato de estar nesse posto que isso me ocorreu, eu passaria por isso em qualquer situação. A diferença é que quando você está numa posição, superior não é você quem fica constrangido numa situação dessas, o constrangido é o outro. Quando você é uma pessoa humilde e começa a entrar na sociedade, você fica constrangido. É sim uma situação desagradável que ninguém gostaria de passar, pois tem determinados momentos que você quer mandar tudo pro alto e não vai poder mandar, aí você fica preso por isso, porque você tem que ter uma reação comedida, você não pode ter a reação que deveria (...) nós já somos preparados para isso (para o espanto e outros comportamentos gerados pela inesperada presença de negros em certas posições) porque nós sempre fomos únicos em diversos lugares que frequentamos e hoje, nós fazemos parte de uma casta da sociedade, por sermos pioneiros em algumas situações, ou mesmos os únicos, então essas situações relacionadas ao preconceito não

são novidades. São esperadas, sim, e não são diferentes do que ocorreu na minha vida inteira: de ser a única a entrar e a participar de determinados ambientes. Então, hoje nessa minha posição de reitora não existe ou melhor eu não posso falar de incômodo. Talvez nessa posição a palavra a utilizar aqui não seja incômodo, também ...não é desconforto, pois o desconforto é quando você se sente incomodado com a situação e aquilo faz com que você se sinta mal. Nessa minha posição é diferente, eu entro, a priori, eu até brinco com a situação. Em determinadas situações eu até me divirto porque eu já calculava que ia ter aquilo e fico curtindo... curtindo a situação, porque, eu gosto de ver a reação das pessoas e ver o desconforto delas. Não é meu... (NORMA)

A gente às vezes se preserva de certas coisas e termina indo para um lugar comum, às vezes até pra evitar ser discriminado. O futebol é o lugar permitido, mas também incomoda. É a mesma surpresa que incomoda, quando alguém vai no seu gabinete e se surpreende por você ser o comandante. Ou então você está comandando uma aeronave e chegar uma pessoa para realizar alguma missão e ir diretamente se reportar ao sargento, achando que é ele o comandante, só porque ele é branco. Isso já aconteceu comigo muitas vezes e as pessoas ficavam constrangidas ao corrigirem "*olha o comandante é ele*". Aí, o sargento com um olhar assustado e talvez envergonhado diz: "*não sou eu não, ele que é o comandante*". Isso é muito comum, inclusive já ocorreu na frente da minha mulher e meus filhos. Essa pessoa se volta pra mim com ar de espanto e geralmente eu a recebo rindo, com certo sarcasmo, porque ela já teve aquele baque. Já viu que cometeu um erro e fica constrangida da situação que ela provocou. Meu riso é de vingança. (HUMBERTO)

O que, em especial, podemos apreender dessas falas é que a aparência é o dado mais "racializado", apontada pelos entrevistados como a situação que gera mais preconceito. Percebe-se também que a ocorrência do preconceito não está ligada a um padrão, ou seja, não há uma situação certa de acontecer e, da mesma forma, também não existe a possibilidade de que ele nunca ocorra. É essa ausência de padrões que faz com que em alguns discursos compareçam elementos que dão evidência tanto a uma série de receios quanto a prevenções e antecipações - de forma mais ou menos conscientes - relacionadas ao preconceito, como se os sujeitos estivessem "preparados" para lidar com esse tipo de situação. Uma preparação não no sentido de esperar que a manifestação preconceituosa aconteça verdadeiramente, mas de não serem surpreendidos, caso venha a acontecer.

Eu já vivo preparada para essa possibilidade de chegar num local desprotegida e vir uma mão lhe barrar e você nem saber o que fazer. (BALBINA).

Eu acho que me tornei mais dura, mais intolerante com o racismo. Eu fiquei muito mais reativa, muito mais alerta a uma possível situação

discriminatória. Então eu não baixo a guarda, eu não dou muita confiança. (ANA MEIRE)

Quando o cidadão chega aqui no gabinete pela forma dele pisar eu já calculo o que eu posso esperar dele e geralmente eu nunca me engano. (RAIMUNDO).

Embora as pessoas não lidem frequentemente com o preconceito, parece que nunca são surpreendidas quando se deparam com tal situação, dando a entender que, ao longo do tempo, desenvolveram a capacidade de identificar situações propícias à externalização de preconceitos, evitando a presença em locais de maior probabilidade de que estes resvalam para um tratamento ofensivo.

Essa questão está presente como um dado do cotidiano dessas pessoas, contudo elas não pensam nessa possibilidade o tempo todo, ou seja, não significa que esse cotidiano seja marcado por uma explícita rotina de preconceitos. No ambiente profissional, os diferentes relatos dão conta de que estes são mais frequentes durante a construção da carreira do que com o *status* já consolidado. Na fase de conquista da posição, os sujeitos estão mais expostos, contudo demonstram estarem “preparados” para lidar com esse tipo de situação.

Eu não gosto de entrar em loja de departamento, e evito em razão das situações que já passei. Em loja de departamento não é raro você se sentir observado de uma forma que constrange, do tipo: se é preto, cuidado que pode ser ladrão, seja mulher ou homem. - Na minha adolescência eu já fui seguida na Slopper, muitas vezes. Eu fingia que não via, que estava entretida nas compras.... Tinha um segurança lá, - ali na Rua Chile, - que era só eu entrar, às vezes com minhas irmãs que toda vez ele ficava seguindo a gente. É por isso que hoje eu só entro em loja cara, na qual eu entre, e o vendedor já está me abrindo os braços..... e isso não é atualmente depois que eu assumi o posto, mas já faço há muito tempo. (NORMA)

Ao discorrer sobre sua recusa em frequentar lojas de departamentos, a informante não está apenas relatando sua experiência traumática, mas também expressando que os sujeitos tendem a criar as suas próprias estratégias para lidar com o preconceito. Por exemplo, ao direcionar a sua recusa para um determinado espaço social, ela sugere efetuar uma espécie de mapeamento particular, em que as lojas de departamento e a presença dela nesse espaço configuram uma situação passível de ocorrer constrangimentos e, portanto, devem ser evitadas para que não aconteçam conflitos.

Você conhece um prédio chique, no Corredor da Vitória, chamado “Golden Tower”? Pois é, houve o aniversário de uma colega lá da escola de medicina e todos foram convidados e ao chegar lá, o porteiro me deixou do lado de fora esperando. Enquanto eu estava ali, em pé, chegou outra colega minha, de carro e falou comigo. Ele abriu o portão, para ela e eu fiquei do lado de fora e ele aí me perguntou; “O que você vai fazer lá?” Eu disse: *Ela é minha colega*. Ele era negro como eu. Ele me olhou assim...e disse. *“Espere aí.”*.. Eu fiquei ali em pé, um bocado de tempo, num dia chuvoso, molhando meu cabelinho espichado. Meu Deus! Eu nem gosto de lembrar essas coisas. E depois ele disse assim: *“Pode entrar. A mãe dela autorizou”*. Ele nem se deu ao luxo de vir abrir o portão, como ele fez com outras pessoas que entraram. Eu mesma abri o portão e entrei. Quando eu cheguei e me sentei, os colegas falaram: *“Balbina, você é tão alegre, o que é que houve?”*. Nesse dia eu falei. *“Olha, eu fiquei não sei quanto tempo, do lado de fora”*. Não disse que foi um comportamento racista, preferi dizer que aquilo estava me incomodando, porque molhou meu cabelo e que eu estava com pouco ânimo - na verdade, minha vontade era ter ido embora. A mãe da minha amiga foi reclamar com o porteiro e quando eu saí, ele virou e disse assim: *“olhe, nunca se esqueça que você é neguinha igual a mim. Não adiantou sua queixa, porque ela só reclamou para lhe agradar, porque a mim não me atingiu em nada”*. Aquilo me doeu tanto que até hoje, eu tenho dificuldade de ir até aquele local. Passados muitos anos depois ela me ligou, convidando para levar minha filha para conhecer o filho dela. Eu arrumei minha filha e fui até perto do portão do prédio e voltei. Você acredita? Aquilo me marcou tanto, Eu acho que imaginei que poderia acontecer tudo de novo comigo e me deu bloqueio psicológico em relação a isso. Acho até que se hoje, naquele prédio estivessem vendendo um apartamento por um preço bem convidativo, eu não compraria, porque ele me dá horror. A humilhação que eu senti naquele dia, naquele momento foi tão grande, aquilo foi tão forte para mim que eu não sei se hoje, eu não... morreu para mim. Ele (o porteiro) disse que eu ia continuar sendo “neguinha”, no sentido de me diminuir. “Neguinha” é pejorativo. Ele quis realmente, me colocar na posição que ele achava que eu tinha que estar. (BALBINA)

Embora em seus discursos os sujeitos demonstrem forte intolerância às manifestações de preconceito, suas reações são conduzidas de uma forma mais racionalizada, evitando ao máximo dar publicidade ao fato, certamente prevendo prováveis repercussões negativas pela associação de seus nomes a ocorrências do gênero, prejudicando a imagem deles e o processo de desenvolvimento profissional.

Os relatos mostram, ainda, que os sujeitos têm consciência de uma série de recursos possíveis de serem utilizados nos conflitos de natureza preconceituosa, a exemplo do recurso da lei ou mesmo qualquer manifestação de caráter mais público. Contudo, a maioria evita, terminantemente, recorrer ao campo jurídico e dar qualquer publicidade à ocorrência, em geral considerando

que conflitos sempre pressupõem ameaça à carreira, além de destacarem a indesejada condição de “discriminável” (ou discriminado) que a maior exposição do fato, associaria à suas imagens pessoais.

Chama a atenção que o apelo à instância jurídica ou mesmo a repercussão pública de ocorrências ligadas ao preconceito racial só tenha sido levadas a efeito por apenas uma única informante, e em situações que envolveram o seu grupo familiar, como já mencionamos em tópicos anteriores e refere-se à carta anônima recebida de morador de condomínio contendo ofensas racistas dirigidas à sua família. Esse caso foi levado ao Ministério Público para tomada de providências legais. Outra situação foi o enfrentamento da questão junto à escola, em face de sua filha ser discriminada por uma criança branca que não queria se sentar junto a ela.

Vale citar que, em relação aos demais entrevistados, essa informante teve relações mais próximas com a militância negra da cidade, com seu nome associado a eventos ligados à causa negra, o que a torna próxima de diversos militantes e outros envolvidos na questão racial.

A maior convivência com a militância negra e a maior proximidade com o meio negro evidenciam-se na expressão de um articulado e incisivo discurso antirracista manifesto em sua fala, contudo torna-se emblemático que em nenhum momento ela (assim como os demais entrevistados) tenha se referido à tomada de atitude similar, de recorrer a instância judicial ou dar maior repercussão ao destrato, quando o alvo da situação é ela própria. Como já mencionado, na maioria dos casos, evita-se o alarde e o recorrente constrangimento a que eles se sentem sujeitados na posição de vítima, diferentemente da situação de testemunha, no caso de a denúncia envolver outras pessoas, o que fortalece o denunciante. A denúncia de um fato que aconteceu com outros o expõe como uma testemunha, e o fato acontecendo com ele o expõe como vítima, uma caracterização que pode não ser favorável, lhe trazer dividendos negativos na imagem profissional.

Finalmente, cabe frisar que não procurei nesse tópico criar uma tipologia das formas de preconceito, muito menos esgotar suas formas de manifestação. Ao contrário, minha pretensão foi tentar entender, a partir da fala dos sujeitos, que tipo de situação, em suas trajetórias, consideraram situações de preconceito. Dessa forma, pode-se constatar que, para esses indivíduos, a

principal dimensão da externalização do preconceito se dá em torno de algum tipo de conflito, seja com pessoas hierarquicamente superiores, seja com pessoas que estão no mesmo nível ocupacional. Destaca-se, entretanto, que, mesmo ocupando posições hierarquicamente elevadas no âmbito das instituições, há sempre a possibilidade de ocorrer enfrentamentos que se baseiam na dificuldade de reconhecimento da capacidade ou perfil para o exercício de atividades de topo.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de um estudo como este é sempre um momento difícil. Exige clareza para evidenciar o que é fundamental e, mesmo com a certeza de ter desenvolvido o trabalho com rigor, nesse momento, é inevitável o sentimento de que muita coisa foi deixada para trás. A riqueza das histórias contadas pelos informantes impõe a necessidade de escolher o que é central, o que implica a difícil situação de abandonar o que parece periférico do ponto de vista da pesquisa, embora absolutamente importante do ponto de vista das histórias de vida das pessoas abordadas. Fica sempre a sensação de uma dívida para com aqueles, cujas memórias tanto contribuíram para o estudo.

Ao longo desta pesquisa, dediquei-me a aprofundar conhecimentos acerca da experiência de ascensão social vivenciada por indivíduos negros. O meu intuito foi entender como se definiam esses processos de mobilidade e refletir sobre os caminhos percorridos, a repercussão gerada no entorno dos seus protagonistas e sobre os significados que eles atribuíam à própria experiência de mobilidade.

O simples reconhecimento de uma pessoa negra que experimentou esse tipo de mobilidade sempre me despertava o interesse em entender algo mais sobre sua vida, e isso se mostrava mais instigante quando tais processos de ascensão tinham sido vivenciados em Salvador, cidade reconhecida por seus

fortes referenciais afrobrasileiros, mas também por suas extremadas e persistentes desigualdades raciais, particularmente, no mercado de trabalho.

No decorrer de minha vida pessoal e profissional, me aproximei de alguns negros que contrariaram essa tendência, formando um grupo bastante restrito da sociedade baiana. Inseridos na classe média, viviam em espaços e condições bastante distintos da massa negra. Eram autoridades públicas dotadas de prestígio e poder na sociedade de Salvador. Negros que, embora integrem um conjunto pouco relevante do ponto de vista estatístico, tornam-se sociológica e antropologicamente importantes, por serem pessoas visíveis, de amplas posições.

Estas e outras constatações mais superficiais me levavam a uma série de indagações: Quantos deles existem? Onde se encontram situados? Como “chegaram lá”? Em que circunstâncias? Quais os embates travados? Que facilidades ou dificuldades encontraram no caminho? Houve utilização de algum tipo de estratégia individual ou familiar? Qual a repercussão dessa mobilidade no entorno parental e de amizades? Como era o cotidiano dessas pessoas em família e nas demais relações sociais? Em que aspectos as trajetórias individuais se entrecruzavam ou se distanciavam?

Para além disso, havia o fato de que, ao longo da minha vida, também experimentei um processo de mobilidade social em cujo percurso alguns fatos pareciam ser comuns à dos vários indivíduos com os quais passei a me relacionar. Enquanto negro e reconhecendo similaridades nas nossas trajetórias, o meu interesse se acentuava, na medida em que sobrevinha a sensação de que, buscando compreender aquelas pessoas, eu estaria ao mesmo tempo procurando me fazer entender, o que me levava frequentemente a um inusitado estado de alerta e curiosidade nas diferentes experiências do contato diário com essas pessoas e até mesmo nos momentos que se seguiam a esses encontros.

Ao pesquisar a ascensão social de negros no Brasil, pude perceber que esse é um tema ainda pouco estudado em comparação com outros aspectos da realidade desses indivíduos. Nas Ciências Sociais, os estudos ligados à questão negra têm privilegiado os aspectos relacionados aos cultos afrobrasileiros, às camadas populares e, em geral, aos indivíduos que vivem na marginalidade social. Desde a sua conformação como um campo de estudos, a ascensão social não registra acréscimo de grande monta no volume de pesquisas

dedicadas a essa temática. Alguns desses estudos se tornaram clássicos, mas do ponto de vista dos autores pode-se dizer que se trata de um tema de pouca tradição na literatura acadêmica, tornando basilares os trabalhos de Gilberto Freyre nos anos 30, abordando a ascensão do mulato e realçando o caráter democrático das relações raciais no Brasil, como também as pesquisas desenvolvidas nos anos 50 por Donald Pierson, Thales de Azevedo e Oracy Nogueira, no âmbito do Projeto UNESCO. Tais pesquisas afirmaram a existência do preconceito até então fortemente negado, avançando para um outro patamar, configurado nos estudos desenvolvidos a partir dos anos 60 por Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Carlos Hasenbalg que desvendaram as questões raciais, sobretudo no mercado de trabalho, área de interesse desta minha pesquisa, influenciando a maior parte do trabalho de pesquisadores mais jovens e que hoje constituem os grupos mais fortes de pesquisas sobre o tema.

Nesta última década, a sociedade brasileira tem mostrado significativos avanços no tocante à questão racial. Uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos negros foram desenvolvidas pelo Estado e, em relação a períodos anteriores, um maior número de pessoas se autodeclara como negro. Ao mesmo tempo, esse segmento ganhou maior visibilidade nas estatísticas oficiais e na mídia, onde houve mudanças positivas em termos de qualidade e também de quantidade de informações sobre essa população. Esse novo contexto tem estimulado o surgimento de alguns trabalhos com abordagens mais qualitativas, ensejando uma maior compreensão sobre o universo dos negros em ascensão social. Contudo, não obstante a relevância dessas pesquisas, muitas questões ainda não têm sido tratadas suficientemente, requerendo um maior aprofundamento, a fim de que se possa ampliar o conhecimento da realidade desses indivíduos.

Acompanhando essa tendência, utilizo neste estudo uma abordagem qualitativa e, espero através dele, contribuir para ampliar a compreensão sobre a realidade social dos negros que ascendem, a partir da própria visão deles. Assim, reflito sobre caminhos percorridos, interpreto significados auto-atribuídos ao processo de mobilidade e analiso as repercussões geradas no entorno deles.

O que esse estudo traz de novo é a possibilidade de compreender de forma pormenorizada a razão entre um processo relativamente rápido de ascensão social - de apenas uma geração para outra - e o estabelecimento de

estratégias individuais e coletivas por uma parcela pequena, porém crescente, de um grupo que, em seu conjunto, sofre historicamente estigmatização e discriminação racial.

Desde a última década, o país vem experimentado um contexto de mudanças súbitas e dramáticas no pensamento racial brasileiro. O Estado assumiu novas posturas frente à questão racial, cresceram as pressões para o atendimento de antigas demandas do Movimento Negro, ampliando o rol de tensões como também de tentativas de soluções e de reparações das desigualdades raciais.

Na história do país, a questão racial, pela primeira vez, é colocada no centro da agenda nacional de direitos humanos e, nesse contexto, o meu esforço analítico voltou-se para entender: como o processo de ascensão social é vivenciado pelos profissionais negros ocupantes de cargos de direção e gerência em instituições do serviço público em Salvador? No bojo dessa indagação, considerada como a questão principal, outras se sucederam tais como: Quais os significados de trabalhar para o Estado? Quais as possíveis barreiras desse universo corporativo ou quais as possibilidades e dificuldades que o sistema estatal produz para esse segmento do funcionalismo? De que modo suas trajetórias de vida se relacionam com suas práticas pessoais e profissionais? Como se processam as relações deles junto aos grupos de referência (família, bairro, escola etc.)? Qual o significado das conquistas alcançadas? Quais os caminhos percorridos? Que decisões tiveram que tomar? Quais as dificuldades ultrapassadas e que desafios foram enfrentados? Houve utilização de estratégias ou habilidades específicas?.

Escolhi vinte pessoas que fizeram carreira no serviço público, ingressando nele pela via do concurso e alcançando postos de topo na hierarquia das organizações. Ou seja, em se tratando de negros ocupando funções de prestígio e mando em organizações do mercado de trabalho, em Salvador, esse número corresponde a uma quantidade bastante significativa.

Contatei, inicialmente, aqueles indivíduos de quem tinha notícia e, ao aplicar o recurso da “bola de neve”, sugerindo a nomeação de outras pessoas, as indicações quase sempre se repetiram. Poucos nomes foram acrescentados à lista que eu havia preparado e, ainda assim, os entrevistados tinham uma real dificuldade em lembrar o nome de um reitor, comandante de corporação militar,

diretor, gerente ou chefe negro, no passado e mesmo na atualidade. Eles também escapam das estatísticas oficiais, confirmando que são muito poucos. Assim, não se trata de retirar 20 pessoas de um conjunto de 100, mas de um universo sobre o qual se pode dizer que está aqui representado em sua quase totalidade.

Nas entrevistas, procurei explorar vários ângulos da socialização: na família de origem, no bairro, na escola, no trabalho e nos novos espaços em que passaram a circular. Assim, fiz um resgate do passado delas, de um tempo em que o racismo era mais acirrado e essas pessoas eram as únicas na família a terem acesso à universidade. Também retomei o presente, onde os ecos de Durban/2000 conferem legitimidade às lutas contra o racismo, fomentando uma afirmação simbólica maior dos negros e negras na sociedade brasileira. Além disso, projeto o futuro, refletindo sobre os filhos, a relação deles com o movimento político, a transmissão do *status* educacional e as perspectivas de que o padrão obtido pelos pais torne-se cada vez mais difícil de ser mantido nessa nova geração.

O exercício da memória, a disposição para relembrar sentimentos e fatos, muitas vezes doloridos, advindos do passado, teve importância fundamental, na tomada dos depoimentos. A emoção, as constantes surpresas e até mesmo a similaridade sócio-racial entre pesquisador e pesquisados foram analisadas, demonstrando o quanto interferem e estimulam os relacionamentos no trabalho de campo. Em muitas situações, fiquei preso ao “*anthropological blues*”, de Damatta, e passei a acreditar que esses depoimentos dificilmente seriam possíveis há alguns anos atrás, quando o racismo era mais acirrado e forte a repressão política.

Assim como eu, todos eles se dão conta de que atualmente um maior número de pessoas se autodeclara como negro e desafia o *status* subalterno a elas reservado no imaginário coletivo, ou seja: dão sinais de fortalecimento da identidade negra, o que lhes permite falar a partir de um lugar de pertencimento.

Pude perceber que a realidade dessas pessoas é muito mais complexa e acidentada do que eu podia imaginar, na medida em que provieram de famílias de origens humildes e, diferentemente de todo o entorno familiar e de vizinhança migraram solitariamente de classe. Numa trajetória marcada pela negação/afirmação do ser negro, travaram lutas por vezes cruéis para

realizarem a própria integração no “mundo dos brancos”, afirmando-se como pessoas negras – mas que não se comportam como tal.

A despeito disso, ou talvez por isso, conseguiram executar o projeto familiar de “sair da pobreza”, exercendo outra profissão diferente das ocupações manuais exercidas por seus entes mais próximos e que sempre fizeram parte da trajetória de pessoas negras: empregado doméstico, vigia de obras, doceira, costureira, parteira, pintor de paredes, lavadeira, pedreiro, vendedora ambulante, motorista de caminhão, carregador, servente, faxineira, mecânico ou desempregado.

Sob vários aspectos, tornaram-se distintos da “massa negra” que habita Salvador: possuem maior formação educacional, melhores condições econômicas e convivem em espaços e grupos de classe média. Ao se tornarem diretor(a), superintendente, reitor(a), desembargador(a), juiz(a), corregedor(a), ou delegado(a) submetem-se a espantos, por vezes constrangedores. Cada uma dessas pessoas “saiu do seu lugar”, ou seja, do lugar predestinado historicamente por uma ideologia racista e pelas condições socioeconômicas da maioria da população negra brasileira: o lugar de subalterno. Passaram a ocupar posições detentoras de *status* social e relacionadas a um importante instrumento: o poder. Tornaram-se os doutores da família, o exemplo a ser seguido e o suporte em momentos difíceis.

Situações preconceituosas e discriminatórias marcaram a trajetória dessas pessoas, chegando, inclusive, a interferir nos projetos pessoais e no processo de escolha das profissões. Nessa escolha, a forte orientação familiar e a formação obtida em escolas públicas de boa qualidade são o incentivo maior a fazer com que os negros consigam chegar à universidade, ainda que as condições de vida, bem como as experiências de preconceito e discriminação os encaminhem para cursos menos concorridos, de menor *status* social, geralmente associados a ocupações menos remuneradas e de menos prestígio.

Através desta pesquisa, ficou evidenciado que os negros de classe social mais baixa operam seu processo de ascensão social por meio de uma educação superior, partindo de uma rede de solidariedade dentro da própria família. Esta tem um papel determinante, como exemplo e amparo, aí incluindo os agregados, apoiando as trajetórias de ascensão e ajudando no controle, cuidados e na orientação, dentro de um padrão em que a classe média é tomada

como referência. Trata-se de famílias disciplinadas e, sobretudo, disciplinadoras, onde cada um dos membros assume papéis bem definidos. O pai provedor era também a autoridade máxima no lar e desestimulador da idéia de trabalho precoce dos filhos. A mãe, dedicada aos afazeres domésticos; era a responsável pela orientação maior e pela socialização da prole. Aos filhos cabia primordialmente estudar, sem descuidar da ajuda na faina doméstica. Havia pouco espaço para desenvolverem “extravagâncias”, especialmente no que tange ao comportamento pessoal e mesmo à orientação profissional; por exemplo, aos rapazes não era permitido o uso de cabelo “*black power*,” tão comum à juventude negra da época, e às moças era desaconselhado usar roupas vermelhas ou sentar no muro da própria casa.

Todos os irmãos voltaram-se para ocupações mais tradicionais, ou seja, ninguém fez dança, teatro, da mesma forma que nenhum dos sujeitos se transformou em grande intelectual, nem se tornou festeiro ou beberrão, pelo contrário, são reservados, não fumam, bebem apenas socialmente e apreciam livros de autoajuda.

Ainda em relação às mães, é inegável que a presença delas é básica para a sobrevivência dessas famílias. É delas que partem o incentivo maior e a pressão na orientação dos jovens para a escola, inclusive participando do acompanhamento diário das atividades escolares, mesmo nos casos em que o nível de instrução é menor que o dos filhos.

O esforço do investimento na escolarização dos filhos é uma importante característica dessas famílias, e o projeto de ascensão familiar levava os pais a não medirem esforços para custear ou estimular as atividades desenvolvidas pela escola. A educação era vista como o principal instrumento de ascensão social, não apenas por acreditarem em um diferencial proporcionado pelo capital escolar na ocupação de melhores espaços na sociedade, mas também por promover a convivência dos filhos com pessoas de grupos socialmente mais elevados. O alto valor a ela conferido conforma-se na principal razão do apoio à permanência de longo prazo dos sujeitos na escola, para a realização do ciclo regular completo e, assim, avançar até a universidade.

Outra característica dessas famílias está no fato de o filho que apresentar os melhores resultados escolares ser aquele sobre quem recairá a maior concentração dos recursos financeiros e simbólicos em educação,

inclusive com penalização dos demais membros do grupo familiar. Em seu êxito, são direcionadas as ações e depositadas as esperanças do grupo familiar para mudar sua posição na estrutura social. Beneficiado com a exclusão dos outros membros, o eleito materializa o anseio familiar de “sair da pobreza” com a obtenção do “canudo” e, através dele, um emprego estável e seguro, que dentre outras compensações confere ganhos simbólicos ao grupo.

É com essa carga de responsabilidade sobre os ombros que eles se aplicam nos estudos, beneficiando-se de uma escola pública de qualidade, obtendo boas notas e demonstrando a grande importância desta, na ascensão social dos negros. Apropriam-se de forte capital cultural que, na prática, é ainda utilizado como instrumento de barganha na aproximação com indivíduos de classe média, e também como elemento de distinção junto aos seus pares sociorraciais na vizinhança.

Na juventude, no bairro de origem, não se tornam populares ou cercados de amigos, como seus irmãos. São avessos às camaradagens e recusam os circuitos de lazer das pessoas do bairro, estabelecendo um quadro de difícil aproximação. Não namoram as pessoas da vizinhança. Os movimentos de integração afetiva ou mesmo de lazer são sempre voltados para ambientes e indivíduos de fora do bairro, geralmente brancos e de classe média. Assim, ampliam a visão de mundo, conhecem pessoas, têm acesso a oportunidades não vislumbradas pelos seus parentes, mas também pagam um alto preço por isso, pois nesses ambientes eles têm sempre uma participação subsidiária na imagem dos grupos que frequentam e nunca exercem qualquer liderança. “Não tinham voz”

Expõem-se com maior frequência à discriminação e ao preconceito, assumindo comportamentos que vão de encontro à construção de identidades mais positivas. Alguns escondem a família, omitem o endereço em que moram e até manipulam suas características raciais. Outros esquivam-se do relacionamento com negros,* cultivando atitudes que demonstram a sua diferença do “negro massa”; entretanto, tal distinção não gera uma unidade entre esses negros em ascensão social, pelo contrário, cria uma relação tensa, onde eles não compartilham conquistas, frustrações e outras experiências comuns, tampouco “assuntos delicados”. Não frequentavam os espaços do meio negro, onde teriam acolhimento bem como a sociabilidade que esses agrupamentos

geralmente oferecem aos seus pares. Cultivam uma espécie de “solidão étnica” e desenvolvem uma baixa autoestima.

A juventude deles se desenrolou sem maiores desajustes, desenlaces ou “desbundes” comuns à fase juvenil. Para tais jovens, essa fase era do treinamento ou do trampolim para a vida adulta. Havia um forte crivo doméstico, pois os pais os queriam como modelos e, portanto, não se podia esperar a aceitação ou a compreensão destes em relação a algum tipo de “extravagância”. Assim, como já mencionado, eles não seguiam os costumes dos jovens da época, tampouco vestiam-se, falavam-se ou procediam de modo a expressar qualquer excentricidade. Eram contidos.

Como seus pais, eles partilhavam a crença de que a escola era o lugar pra sedimentarem o cumprimento dessa missão, inclusive passando ao largo de importantes experiências que a escola oferece, a exemplo dos movimentos culturais, dos eventos organizados pelas associações estudantis, das vernissagens, do teatro, dos festivais de música, do namoro, da curtição. A educação era a chave que lhes abriria as portas do sucesso na vida, o passaporte para um outro mundo, sem medir sacrifício nem desperdiçar esforço, pois só assim realizariam o projeto familiar de ascensão. Em certo sentido, perderam a juventude.

Para eles essa fase da vida não significava o experimento, mas a inserção e o acerto. Não podemos esquecer que eles constituíam a primeira geração que alcançava certo tipo de mobilidade. Eles são os desbravadores e, imbuídos dessa missão, nenhum deles entra em conflito geracional com os pais ou sérios antagonismos no ambiente escolar. Retardam a experiência do namoro. Casam tardiamente, fato que também é fonte de limitação do número de filhos.

A experiência deles diz muito sobre as últimas décadas, o que pode nos ajudar a entender algumas de suas dinâmicas. A socialização diz muito da ditadura. Eles calaram o racismo e distanciaram o ativismo social de suas vidas em um contexto no qual a bandeira do antirracismo era levantada apenas pelo Movimento Negro, defendendo-se de ferozes oponentes. Diferentemente de outros companheiros, não passaram por certos constrangimentos, especialmente nos “anos de chumbo”. Não podiam subverter nem decepcionar a

família, tampouco chamar a atenção sobre si, ou seja, tinham que “andar na linha”. Perderam a espontaneidade.

No presente estudo, ficou evidenciada a tendência de preservação de mecanismos de ascensão do passado, como a educação e a busca de maior aproximação com indivíduos brancos de classe média. Com isso, tem-se que a sociedade brasileira é hierarquizada e solidamente estruturada, a ponto de fazer com que mecanismos que levam à ascensão se perpetuem, via rede de relações, em grande parte pessoais, de ajuda e amizade, gerando grandes dificuldades para as camadas discriminadas. Mesmo na atualidade, a ascensão social dos negros como indivíduos é fato possível de se verificar, no entanto, como grupo, isso ainda é algo que só se configura em pensamentos mais audaciosos.

Fazendo um paralelo entre os resultados desta pesquisa com as que foram realizadas por Thales de Azevedo na Bahia nos anos 1950 e de Florestan Fernandes em São Paulo na década de 1960 - em que se analisou a persistência social dos mecanismos de discriminação e preconceito nas relações raciais -, evidencia-se a continuidade de alguns dos mesmos comportamentos e atitudes em relação ao negro que “sai do lugar”, tais como: o estranhamento do negro que ascende, o isolamento social a que fica relegado, a maior cobrança social sobre seu desempenho, o reconhecimento pela sociedade dos sinais visíveis da ascensão social, tomando-o exemplo da igualdade de oportunidades. Dentre outras dificuldades com que se depara, ele ainda luta para vencer os mesmos obstáculos e, o que é mais impressionante, reproduzindo as mesmas estratégias, ou seja: o reforço na educação; a superdedicação, a evitação do confronto; o conformismo; o distanciamento do ativismo social, dos espaços e da massa dos negros, como também a calculada aproximação com indivíduos das classes mais elevadas. Todos esses fatos denotam a existência de padrões de desigualdades raciais na sociedade baiana e brasileira, indicando ainda quão complexos são os percursos de construção da identidade e da sociabilidade dos negros de classe média.

Dessa maneira, a mobilidade alcançada decorreu de um projeto familiar de ascensão social e, nele, a educação tinha um lugar destacado, conferia a elevação moral, conduzia a uma boa colocação no mercado de trabalho e alimentava as esperanças de melhoria da qualidade de vida do grupo familiar.

Com base nessas expectativas, o investimento familiar, como mencionado, se concentra no filho que apresenta o melhor rendimento escolar, facilitando-lhe o desempenho, mesmo penalizando os demais membros da família. Ao eleito cumpre corresponder ao que dele se espera, obtendo bons resultados escolares (seja em comportamento como também em notas), avançando rumo à universidade, para, a partir dela, obter um emprego especializado. Nesse caminho, os negros rejeitam o “atalho” representado, na época, por empregos no comércio ou em postos oferecidos pela indústria, preferindo a segurança e a estabilidade do serviço público com perspectivas de nele fazer carreira.

Conseguem “chegar lá”, tornando-se bem sucedidos profissionalmente, atuando em altos postos nas instituições em que ingressaram. Entretanto, também pagam por isso um alto preço, autoimpondo-se renúncias e sacrifícios pessoais, pois não podiam decepcionar.

Os negros que experimentam esse tipo de mobilidade adotam em seu modelo de vida, normas puritanas de comportamento: não fumam, são “bebedores sociais” nos poucos eventos dos quais se permitem participar. O lazer é voltado para o convívio familiar, onde nas conversas nunca se abordam os “temas delicados”. Cortaram os laços com os amigos de origem e têm dificuldades de retornar aos antigos bairros de moradia. Não têm com quem compartilhar “certos assuntos” e tornam-se solitários, sóbrios e reservados.

A mobilidade isolada evoca sentimentos de tristeza, compaixão, culpa e até mesmo de vergonha, ao confrontar-se com a situação dos demais parentes, mas acarreta-lhes também o sentimento de “peso” quando referidos à dedicação e eterna ajuda, que se vêem obrigados a retribuir ao grupo familiar de origem.

No âmbito profissional, investiram no fortalecimento dos currículos individuais, dedicando grande esforço à carreira, inclusive com sacrifício da vida pessoal e familiar. Como normas de comportamento, adotaram o conformismo, o passar por cima, o fingir não entender e o desvelar-se para ser aceito, garantir a sobrevivência e enfrentar a competição, numa sociedade que os vê sob a lente de estereótipos. Assim, são confundidos como membros subalternos da instituição, questionados em suas competências, alvo de “brincadeiras” racistas ou má-vontades, por vezes inconscientes e não explícitas no sentido verbal, mas que deixam marcas profundas na existência dessas pessoas.

Na esfera privada, são vistos como ocupantes dos lugares possíveis para os negros, tais como jogador de futebol, cantora de axé. Surpreendem por suas inesperadas presenças nos ambientes de classe média em que transitam, sendo tratados como “fora de lugar” inclusive nos próprios locais de moradia, onde são confundidos como empregada doméstica, lavador de seu próprio carro, ou questionados por frequentarem a piscina do condomínio. Esses fatos comprovam que a discriminação racial ultrapassa os limites da pobreza, ou seja, se esta contribui para intimidar os negros, o seu desaparecimento não elimina a discriminação racial, que atinge também os que ascenderam socialmente.

Apesar desses fatos, a ascensão social é referida pelos negros como um fato positivo, que lhes confere uma situação econômica e social distinta como também privilegiada em relação à grande massa de seus pares raciais, ou seja: “fogem ao destino”. Também confere valores simbólicos ao grupo parental e dá aos negros a oportunidade de retribuir o investimento canalizado em seu proveito, possibilitando a melhoria das condições de vida dos pais, a ajuda aos familiares mais pobres e a melhor qualificação educacional para todos os filhos.

A ascensão social propiciou a realização de viagens assim como adentrar espaços jamais frequentados por seus entes mais próximos. Oportunizou maiores contatos com instâncias do poder, a ocupação de lugares que, historicamente, sempre foram reservados a pessoas brancas, rompendo a tradição com os padrões do negro subalternizado, contestando estereótipos do negro incapaz e criando expectativas positivas em seus pares raciais. Ocupar esses espaços significa romper, ainda que, paulatinamente, com o isolamento e *apartheid* social, dando visibilidade a um setor da população brasileira percebido como “estrangeiro”, nos termos definidos por Simmel.

O estudo mostra que muitos desses negros não se posicionam frontalmente contra o racismo em seu cotidiano, o que não significa uma alienação ou uma ingênua visão de como se dão as relações raciais no Brasil. Muito mais que isso, significa a necessidade de ampliação do debate, criando condições para que as pessoas possam melhor refletir e se manifestarem sobre a nossa realidade social e política. Mesmo que algumas formas de comportamento utilizadas por esses negros possam parecer conformismo e individualismo, elas precisam ser compreendidos na dimensão da existência

dessas pessoas, nos contextos sociais que vivenciaram e nas formas como foram e são vistos em nossa sociedade.

Em seu conjunto, é possível denominá-los hoje, de tipos “pré-ação afirmativas”, pois eles terminam gerando uma forma singular de identidade, construída na individualidade e sem um suporte comunitário. Prescindindo da comunidade étnica ao seu redor, construíram um coletivo simbólico que não gera unidade entre si. São vistos pelos outros como negros de classe média, mas rejeitam tal caracterização para si próprios. São apenas negros

Em relação ao passado, evidenciam-se sinais de uma maior consciência e afirmação simbólica de negritude, na qual tais indivíduos afirmam saber quem são, quais as dificuldades para fazer parte do *establishment* e, dentro dele, buscar mudanças. Subvertendo o geralmente esperado para essas pessoas, tal consciência as encaminha até a adoção de iniciativas, nem sempre sutis, de antirracismos. Trata-se de atitudes que estão a merecer a atenção dos estudiosos nessa temática e se configuram na contratação determinada e consciente de outros negros para seus *staffs*, na adoção da estética afro nos cabelos, na exposição, mesmo que sutil, de símbolos referenciais negros nos gabinetes de trabalho, autoafirmação como exemplo e modelo para outros negros, colaboração com entidades do “meio negro” e, ainda, falas públicas manifestando-se positivamente em relação a eventos e políticas públicas relacionadas à população negra.

Contrariando o senso comum que, infelizmente, penetra as ciências sociais, o estudo desvela que não há incompatibilidade entre ascensão social dos negros e agudização da percepção do racismo e da desigualdade. Ao se projetarem em postos de prestígio no serviço público, essas pessoas ampliam a convivência no interior de estratos sociais médios. O nível de renda mais elevado produz modificações substanciais no estilo de vida porém isso ocorre em um espaço de tempo muito curto.

A mobilidade isolada e a dispersa localização no âmbito de diversas instituições dificultou a aproximação entre esses negros como também qualquer tipo de mobilização. Essas pessoas se projetaram há muito pouco tempo não se podendo esperar delas articulações parecidas àquelas manifestadas em grupamentos sociais mais estabilizados, onde as pactuações, mais do que uma

reação à ameaça ao *status* de classe média ascendente, é uma estratégia coletiva de sobrevivência.

Individualmente, essas pessoas manifestam um sentimento de repúdio à discriminação racial, contudo, não há evidências de adoção de comportamento ou formação de organização coletiva voltada ao seu enfrentamento, como ocorreu em torno dos anos 30, especialmente no sul do país. A não ser a formação de redes centradas em torno da celebração de momentos marcantes na carreira de cada um, não há referência a algum coletivo social ou político relacionado a esses negros de classe média.

Em verdade, eles têm sentimentos coletivos mas, quando criam estratégias, estas são individualistas e individuais, por temerem que as estratégias coletivas possam criar mais obstáculos que vantagens, mais oposição que aliados. Quando enfrentam o poder ou qualquer tipo de injustiça no ambiente de trabalho, quase sempre abrem mão de categorias étnicorraciais para se postularem, e buscam se fortalecer em categorias relacionadas ao *status* derivado da posição social, pelo uso do uniforme ou pelo poder que desfrutam. A isso acrescenta-se ainda o uso calculado do bom português, das boas maneiras, das formas de cortesia e até mesmo do bom gosto.

O estudo mostra que a mobilidade social confere aos negros maior prestígio, segurança, aumento da autoestima e, principalmente, condições de oferecer melhor qualidade de vida aos seus familiares. Porém, mesmo com as possibilidades abertas, o peso da cor da pele e das marcas raciais ainda se faz sentir intensamente pelos que as carregam. Prova disso são as diferenças gritantes consolidadas nas estatísticas relativas ao mercado de trabalho, mas também o sentimento de mal estar decorrente de certas atitudes e formas como os negros são tratados na sociedade.

Mesmo que este peso tenha reduzido, se comparado ao carregado por gerações anteriores, ele continua a ser um fardo doloroso para os negros que desafiam “sair do seu lugar”. Assim, se a ascensão trouxe dividendos positivos, não restam dúvidas, trouxe também dissabores nem sempre compartilhados.

O racismo brasileiro continua a produzir e naturalizar desigualdades que penalizam os negros e diante disso é dramático conceber que a nova geração de brancos e negros também prosseguirá com essa diferença no mercado de trabalho. No entanto, alguns indicadores também apontam para um futuro

promissor no sentido de o Brasil ser um país mais igual. Em relação ao passado, há um número maior de pessoas afirmando-se como negros apontando para um aumento na auto-estima desse segmento da população. Intensificaram-se as pressões para ampliação da cidadania com o movimento social negro mostrando-se cada vez mais intenso e com uma pauta de reivindicações mais organizadas -, especialmente o movimento de estudantes negros. Uma maior quantidade deles está saindo das universidades, aumentando a oferta de emprego e forçando a entrada no mercado. Em 2008, tivemos a formatura da primeira leva de jovens que chegaram a universidade oriundos da política de cotas. Estes deverão ser acompanhados em seu desenvolvimento, sua inserção no mercado de trabalho e mudanças na renda. Há expectativas de melhoras com os programas de inclusão e ação afirmativas e não se poderia deixar de citar que na atualidade há uma maior visibilidade da presença de personalidades negras em diversos setores da sociedade brasileira, passando uma mensagem de que é possível se ter um horizonte mais largo do que o que se tinha no passado.

Ao me aproximar do universo desses homens e mulheres, pude compartilhar de momentos de extrema sensibilidade deles. Como sujeitos políticos, suas histórias permitem uma leitura social que possibilita a apreensão do ontem, a reflexão do hoje e até mesmo a construção do amanhã.

Podemos também considerá-los como uma geração “*entremeios*”, como diria Spitzer,(2001), um *coorte* geracional especial, fruto da ditadura e da redemocratização. Assim, a experiência dessa geração traz, ainda, de útil e interessante para as ciências sociais, a compreensão do curso da ascensão social e o desenvolvimento de processos identitários, em um contexto onde há importantes alterações da socialização do *habitus* racial a partir da consolidação de políticas afirmativas, com o paulatino apoio do Estado brasileiro a medidas de redistribuição dos recursos a partir de critérios sociais e etnicorraciais.

Abordar as histórias dos negros que ascendem, o contexto em que estas se desenvolvem, estudar as questões raciais nelas envolvidas e implicações que cercaram a vida dessas pessoas, foi um exercício que me exigiu muito mais que dedicação. Cobrou-me um profundo respeito, ouvido atento, compaixão, cuidado e, sobretudo, muita responsabilidade no tratamento das histórias a mim confiadas. Em muitas delas me reconheci, me surpreendi, me estranhei, me

entristeci, mas também vibrei de alegria com muitas das conquistas que me foram relatadas.

Os informantes me emocionaram com suas vidas e histórias. Convenceram-me de que ser negro em ascensão social significa romper muitas barreiras em uma sociedade na qual a maioria dos negros tem baixa escolaridade, ocupa funções de baixa remuneração e vive em condições de pobreza muito grandes. Sair desses círculos representa uma forma de resistência muito fatigante. Comporta longos caminhos, muitas batalhas, renovados esforços de homens e mulheres negras para possibilitar a educação de seus filhos, atravessando gerações e gerações sem sequer o direito de sonhar em entrar na universidade ou contrariar a tendência de trajetórias profissionais iniciadas pelos seus antepassados.

Sem sombra de dúvidas, o empenho individual de cada uma dessas pessoas foi fundamental para que pudessem chegar às posições ocupadas. Foram várias renúncias, muitos silêncios e extenuados esforços para provarem a capacidade e inteligência. Contudo, embora algumas justifiquem seus êxitos pelo próprio esforço, ficou mais do que provado que o resultado final desses percursos é fruto de uma luta coletiva.

Assim, sob o ponto de vista do projeto familiar de ascensão, a prática do sacrifício e renúncias deu certo para essa geração, o que leva a perguntas cruciais que espero venham a contemplar investigações futuras, cujas respostas suscitam muitas outras questões: Seria esta, uma geração irrepetível de indivíduos ou, em outras palavras, até que ponto essas experiências são repetíveis nessa próxima geração? O que será de seus filhos? Que tipo de socialização e processos identitários vivenciarão os filhos desses informantes?

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A COR da Pobreza. **A Tarde**. Salvador, 27 abr. 2005. Editorial, p.2.

AGIER, Michel. **Novos status e outros novos negros: questões de identidade entre trabalhadores baianos**. (*mimeo*) – versão reduzida da comunicação: Os lugares da negritude – Etnicidade e identidade social entre trabalhadores negros da moderna indústria baiana apresentada em outubro de 1990, ao Encontro anual da ANPOCS.

_____. Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano. **Estudos Afro Asiáticos**, Salvador, n. 22, p. 99-115, set. 1992.

_____. Mobilidades: algumas formas recentes de diferenciação social. *In*: _____; GUIMARÃES Antônio Sérgio; CASTRO Nadya Araujo. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. CASTRO, Nadya Araujo; Projeto operário, projetos de operários. *In*: GUIMARÃES Antônio Sérgio; CASTRO Nadya Araujo **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo:Hucitec.1995. p. 149-180.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. **O preconceito existe e pode matar**. **Jornal O Globo Rio de Janeiro: Editora Globo. 18/6/2005**.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALTHOFF, Coleta Rinaldi. Delineando uma abordagem teórica sobre o processo de conviver em família. *In*: ELSÉN, Ingrid; MARCON, Sonia Silva; SILVA, Mara Regina Santos da (orgs.). **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: EDUEM, 2004.

AMAZONENSE assumiu cor preta aos 44 anos, mas diz que ainda causa espanto. **Folha de S. Paulo**, Suplemento Dinheiro. São Paulo, 15 set. 2007.

ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos avançados**. São Paulo: USP, 11 (30), p. 95-105, 1997.

_____. **Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: Edusc. 1998.

ARAÚJO, Vânia C. de. **Criança**: do reino da necessidade ao reino da liberdade. Vitória: Edufes, 1996.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996.

_____. Classes sociais e grupos de prestígio. In **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba, 1996. p. 167-180.

BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças**: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BAER, Werner. **Economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.

BAIRROS Luiza. **Pecados no paraíso racial**: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950-1980. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia (*mimeo*).1987.

_____. Pecados no paraíso racial. In João José Reis. (org.) **Escravidão e invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense. 1988. p. 289- 323.

BARBOSA, Irene Maria F. **Socialização e relações raciais**: um estudo de família negra em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

_____. Socialização e identidade racial. raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 63, p.19-24, nov.1987.

_____. **Enfrentando preconceitos**: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As relações entre educação e raça no Brasil: um objeto em construção. In: SOARES, Sergei et al (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

_____; RANDALL, Laura. **Determinants of parents' and teachers' expectations on child ability in Belo Horizonte, Brazil**. Disponível em: <<http://www.brazilink.org/education>>. Acesso em: 20.11.2008.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. 1996. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

BARCELOS, Luis Cláudio. **Raça e realização educacional no Brasil**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1979.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: PubliFolha, 1997.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi. 1955.

BATISTA, Marta Aineé Rangel; GALVÃO, Olivia Maria Rodrigues. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA n. 23, dez. 1992, p. 71-95.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____; GEER, Blanche. Participant observation and interviewing: a comparison. *In*: William J. Filstead (org.), **Qualitative methodology: Firsthand involvement with the social world**. Chicago: Markham, 1970, p. 133–142.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami et al. Mercado de Trabalho Urbano: clivagens raciais na década de 1990. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro, n. 987, out. 2003.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém: Graphitte. 1993.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Discriminação e resistência na voz de trabalhadores negros**. 1992. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC, Rio de Janeiro, 1992.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, Peter.Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressos em uma aldeia do Himalaia (Behind many Masks). *In*: ALBA, Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Francisco Alves, 1986.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. LXIX, Paris: Presses Universitaires de France, 1980, p.197-225.

BERQUÓ, E. Demografia da desigualdade:algumas considerações sobre os negros no Brasil. **Anais do II Encontro Nacional da Abep**, Olinda, 1988.

BOSI, Ecléa. **Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, Renato (org.) - **Bourdieu, Coleção grandes cientistas sociais**, nº. 39. São Paulo: Ática. 1983.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007.

_____. PASSERON, Jean Claude. **Reproduction in Education, Society and Culture**. Beverly Hills, California: Sage, 1977.

_____. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1982.

_____. **O ofício do sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes. 2004.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da periferia**: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Entre negro e branco: socialização de filhos mestiços por famílias interétnicas. *In: Negro e educação : identidade negra : pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*. São Paulo : ANPEd; Ação Educativa, 2003, p. 185-199

BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas medias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas – Vertice, 1990, p.35.

BURDICK, John.. The lost constituency of Brazil's Black movements. **Latin American Perspective**, v. 98, 25. 1998.

CABRAL, João de Pina; LIMA, Antonia Pedroso de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização etnográfica. **Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**. Lisboa-Portugal, vol. IX, n. 2, nov. 2005, p. 355-338.

CAILLAUX, Elisa Lustosa. Cor e mobilidade social no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26. Rio de Janeiro: CEAA, 1994. p..

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. Coleção Brasileira, v. 307. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Frederico Assis. **Homens fora de lugar?** a identidade de professores homens na docência com crianças. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAE/UFMG, Minas Gerais, 2004.

CARNEIRO Sueli. Exclusão racial em foco. Rio de Janeiro: **Ibase** 20/10/2005.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Cynthia Paes de. Projeto familiares e formação universitária: diplomas e trajetórias sociais em tempos de crise e globalização. *In: Caderno CRH Salvador*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 255-268, maio-ago. 2004.

CASTRO, Nádía Araújo; BARRETO, Vanda Sá. **Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidades e desigualdades raciais.** (*mimeo*), apresentada ao XVI Encontro ANPOCS em 1992.

_____. Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. *In*: _____; BARRETO, Vanda Sá. **Trabalho e desigualdades raciais.** São Paulo: Anablume, 1998.

CASTRO, Nádía Araújo; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24. Rio de Janeiro: CEEA, 1993. p..

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. O processo de socialização na educação infantil. a construção do silêncio e da submissão. **Revista Brasileira de Crescimento Humano e Desenvolvimento.** v. 9, n. 2 São Paulo: FSP-USP. Jul-dez 1999, p. 33-45.

_____. Discursos e práticas racistas na educação infantil: A produção da submissão social e do fracasso escolar. *In*: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Educação racismo e anti-racismo.** Salvador: Novos Toques, 2000.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, discriminação e preconceito na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2001.

CHALUB, Sidney. **A Guerra contra os cortiços,** A cidade do Rio: 1850-1906. Campinas: Unicamp. 1990.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. *In*: ALBA, Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais.** São Paulo: Francisco Alves, 1990.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation human capital. Equality of educational opportunity. **American Journal of Sociology.** v 94. Washington D. C.: United States Government Office, 1966.

COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. **Domicílios e famílias: evidências recentes.** Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar37.pdf. Acesso em 25.02.2008.

COSTA Haroldo. **Fala, crioulo.** Rio de Janeiro: Record. 1982.

COTTA, Elaine; NICÁCIO, Adriana. Negros na elite: participação de afrodescendentes nas classes A e B sobe de 9% para 15%. **IstoÉ Dinheiro.** São Paulo: Editora Três, n. 455, 07 jun. 2006, p. 30-34.

CROSS JR., William E. In search of blackness and afrocentricity: The psychology of black identity change. *In*: HARRIS; Herbert; BLUE Howard C; GRIFFITH Esra (orgs.), **Racial and ethnic identity: psychological development and creative expression.** London: Routledge, 1995. p. 53-72.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

_____. A ideologia da democracia racial no limiar do anti-racismo universalista. *In*: _____. **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2004, p. 141-162.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOMINGUES, Petrônio José, **Uma história não contada: Negro, racismo e trabalho no pós-abolição**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 163-164.

EBOLI, Maria Tereza. Relações de trabalho em bancos - um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea.**, Rio de Janeiro, vol. I, n. 9: Anpad, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FARR, Robert M. Interviewing the social psychology of the interview. *In*: FRANSELLA, Fransella (org.). **Psychology for occupational therapists**. London: Macmillan, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA Ricardo F. **Afrodescendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas. 2000.

FIGUEIREDO, Angela. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros**. 2003, Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática. 1995.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**; etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRGS. 2000.

FÓRUM de luta contra o preconceito: Afro Gabinete de Articulação Jurídica propõe criação de vara específica para casos de discriminação racial e religiosa. **A TARDE** (Justiça) Salvador, 10 jan. 2005.

FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja. Os Milton: Cem anos de história familiar nos seringais. Tese de Doutorado, (*mimeo*). IFCH/Unicamp, Campinas. 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio. 1968.

_____. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record. 1999

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo: Revista de Administração de Empresa, v. 35, 2. 1995. p.57-63.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 2005.

GOLDTHORPE, John H; LLEWELLYN Catriona; PAYNE Clive. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Oxford University Press. 1986.

GONÇAVES, Luiz Alberto Oliveira. Reflexões sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras, raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, nov. 1987, p.19-24.

GUEDES, Simoni Lahud; LIMA Michelle da Silva. Casa família e redes sociais em bairros de trabalhadores. *In*: BARROS, Mirian Lins de. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Operários e Mobilidade social na Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 8, n. 22. São Paulo: ANPOCS, jun. 1993.

_____. A ilusão do atalho: experiência operária da pequena burguesia. *In*: GUIMARÃES Antônio Sérgio Alfredo; CASTRO Nadya Araujo. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec. 1995. p. 149-180.

_____. Palestra *In*: **Seminário superando o racismo**: Brasil, África do sul e os Estados Unidos no século XX, (*mimeo*). Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34. 1999.

_____. **Raça, classes e democracia**. São Paulo: Ed. 34. 2002.

_____. *O Projeto UNESCO na Bahia*. **Comunicação ao colóquio internacional o Projeto Unesco no Brasil**: uma volta crítica ao campo 50 anos depois,. (*mimeo*). Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, 2004.

_____. Preconceito de cor e Racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. v. 47, n. 1, São Paulo: USP, 2004.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Fundo de Memória: Infância e Escola em família negras de São Paulo. **Caderno CEDES**. Campinas, v. 1, n. 38 p. 53-54, 1997.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, n. 26, 1983.

_____. 1976: as desigualdades raciais revisitadas. **Revista Ciências Sociais Hoje**, n. 2, São Paulo: Anpocs, 1983.

_____. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. *In*: FONTAINE, Pierre-Michel. **Race, class and power in Brazil**. Los Angeles: University of California, 1985.

_____. Desigualdades sociais e oportunidades educacionais. Raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa**. n. 63, p.19-24. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1987.

_____. A distribuição de recursos familiares. *In*: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. (orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2003.

_____. Raça e mobilidade social. *In*: _____; VALLE SILVA, Nelson do. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. *In*: _____; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano da história**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão**, n. 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. *In*: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Ed. UnB, 2006, p. 79-109.

_____. Mapeamento das Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26. Rio de Janeiro: CEAA, 2000. p..

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1997.

HUGHES, Everett Cherrington. **The sociological eye**. New Jersey: Transaction Publishers, 1984.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004.

_____. O preconceito racial no Brasil: Entrevista com Otavio Ianni. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 18, n. 50, p; 06-20, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

INSPIR – INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. **Mapa da população negra no mercado de trabalho no Brasil**. Censo de solidariedade AFL-CIO. 1999. Disponível em: <<http://www.inspir.org.br>>. Acesso em: 06.09.2008.

INSTITUTO ETHOS et al. **Perfil social e racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, dez. 2003.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Professor universitário no contexto de suas trajetórias como pessoa e profissional. In: MOROSINI, Marília Costa (org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: INEP, 2000.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JONES, James M. **Racismo e preconceito**. São Paulo: Edusp. 1973.

KALY, Alain Pascal. **O ser preto africano no "paraíso terrestre" brasileiro: Um sociólogo senegalês no Brasil**. Paris: Karthala; 2001.

KILSZTAJN, Samuel et al. Concentração e Distribuição do Rendimento por Raça no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, p. 367-384, mai.-ago, 2005.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.

LEEDS, Anthony. Carreiras brasileiras e estruturas sociais. In: _____; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar: 1978.

LOBO, Sandro. Preconceito barra ascensão de negros. **A Tarde**, Caderno de Cidadania, p.1. Salvador, 07 nov. 2005.

LOVELL, Peggy A. (ed.), **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ FACE/UFMG 1991.

_____. Raça e gênero no Brasil. **Lua Nova**, nº 35, 1995. p. 39-71.

MACHADO, Lia Zanotta. Família, honra e individualismo. . In: **Anuário Antropológico 85**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1986.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.

MAIS de 1,34 milhão de pessoas se autodefinem de cor preta. **Folha de S. Paulo**, Suplemento Dinheiro. São Paulo 15 set. 2007.

MARRE, Jacques Leon. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, v. 3, n. 3, p.89-141, jan.-jul. 1991.

MARTINS, Roberto. Democracia racial e ações afirmativas: alguns comentários ao artigo de Jonas Zoninsen. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 87-98, jan.-abr. 2002.

MELLO, Sylvia Leser de. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 123-130, 1992.

MEMMI, Albert. **The Liberation of the Jew**. New York: The Orion Press, 1966.

MYERS Aaron. O Valor da diversidade racial nas empresas. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3.. Rio de Janeiro: CEEA, 2003, p. 483-515.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Hucitec-Abrasco, 1994.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. História de vida de sete mulheres: examinando a violência no cotidiano, refletindo sobre novos rumos para a educação popular. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 11, p. 69-89, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MORGAN, Kathryn L. **Filhos de estranhos**: As histórias de uma família negra. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MOURA, Clóvis. **Brasil**: as raízes do Protesto Negro. São Paulo: Global. 1983.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MULLER, Maria Lucia Rodrigues. **A cor da escola**: imagens da primeira república. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-56, 2004.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes. 1999.

MYERS, Aaron. O Valor da diversidade racial nas empresas. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25 nº 3. Rio de Janeiro: CEEA, 2003, p. 483-515.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do Cativo ao Mar: Escravos na Marinha da Guerra. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 38, Rio de Janeiro: CEEA, 2000. p. 85-112.

NIEMEYER, Ana Maria de; SILVA, Maria José Santos. O que o silêncio revela: Um estudo sobre a juventude negra em escolas públicas da periferia paulistana. *In*: MACCALLUM, Cecília (org.). **Comunicação apresentada no GT 1: The Social Anthropology of Race, Class and Gender**. 2001

NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1935.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

NOVAES, Sylvia Caiubi. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; RIBEIRO, Paula Miranda. Diferenças Ocupacionais por raça e gênero no mercado metropolitano no Brasil. *In*: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Caxambu: 1998.

OLIVEIRA, Antonio Santos. **O cérebro da fábrica**: a representação do mundo do trabalho elaborada por engenheiros industriários. (*mimeo*). Dissertação (Mestrado em Sociologia) - FFCH – UFBA. Salvador, 1994.

OLIVEIRA, Eliana de. et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 9, p.11-27, mai.-ago. 2003.

OLIVEIRA, Eduardo. **Quem é quem na negritude brasileira**. São Paulo: CNAB. 1998.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais**: construções da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Elena G. de et al. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1985.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1956

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1997.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil**. Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho. 2006.

PAIXÃO, Marcelo da. **Destino manifesto**: estudo sobre o perfil familiar, social econômico dos empreendedores(as) afrobrasileiros(as) do final dos anos 1990. Brasília: PNUD, 2003.

PARCEL, T.; DUFUR, M. **Capital at home and at school: effects on student achievement**. *Social Forces*, v. 79, n. 3, p. 881-912, Mar. 2001.

PARSONS, Talcot. **Family, socialization and interaction process**. Londres. Routledge and Kegan Paul. 1956

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____; VALLE SILVA, Nelson do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron. 2000.

PEREIRA, João Batista Borges. **Negro e cultura negra no Brasil**. *In: Revista de Antropologia* 1983.

_____. **Cor, profissão e mobilidade**: o negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. O negro e a identidade racial brasileira. *In: Vários autores. Racismo no Brasil*. São Paulo: Petrópolis-Abong. 2002.

PERO, Valéria. **Mobilidade social no Rio de Janeiro**. Coleção Estudos da Cidade. Rio Estudos Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, fev. 2003.

PICCOLO Fernanda Delvalhas. Particularidades e generalizações: reflexões a partir de uma pesquisa urbana entre usuários de drogas em Porto Alegre. *In* VELHO Gilberto; KUSCHNIR Karina (orgs.) **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro. Zahar. 2003.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudo de contato racial. (Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia). Coleção Brasileira, v. 241. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PINTO, Luiz Aguiar Costa **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIZA, Edith. Porta de vidro: Entrada para a Branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

PNUD apóia combate a racismo em Salvador. Boletim PNUD-BRASIL Salvador, 18 abr. 2005.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Danda. **Que é família?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRAXEDES, Rosangela Rosa. **Negros de classe média em Maringá** Dissertação de mestrado. (*mimeo*). SP: PUC 2006.

PRETOS e Pardos só são maioria do mercado na construção civil e como domésticos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 out. 2006.

QUEIROZ, Delcele. Mulheres negras: educação e mercado de trabalho. **Análise & Dados**. Salvador, v. 3, n. 4, p. 78-81, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Coletividades negras**: ascensão socioeconômica dos negros no Brasil e em São Paulo. São Paulo: Ciência e Cultura, 29 jul. 1977.

_____. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”. *In*: VON SIMSON, Olga R. Moraes (org.). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMALHO, André et al. **Racismo no Brasil**: As dificuldades do negro no mercado de trabalho. (*mimeo*). Brasília: Universidade Católica de Brasília / FCS-DRI. Jun. 1998.

RAMOS, Cleidiana. Capital começa combate ao racismo institucional. A Tarde. Salvador 21 abr 2005.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. *In*: CODO, Wanderley; LANE, Silvia T. M. (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Neli Góes; CARDOSO, Paulino de Jesus F. Racismo, multiculturalismo e currículo escolar. **Negros e currículo**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1997.

ROCHA, Sonia. Trabalho precoce realidade social e desafio de política pública. Belo Horizonte: **Nova Economia**, v. 13, n. 2, 2004. p. 61-79.

ROCHA, Vera da Silva. **Do açúcar ao petróleo**: Os (dês) caminhos de uma família do Recôncavo Baiano. (*mimeo*). 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais)- FFCH – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ROSA, Renata de Melo. **Vivendo um conto de fadas**: ensaio sobre cor e "fantasia" entre cariocas e estrangeiros. Tese de mestrado do Programa de pós-graduação em sociologia e política da UFRJ. Rio de Janeiro, 1999

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. raça negra e educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p.19-24, nov. 1987.

ROSEMBERG, L. **Educação e desigualdade**: rendimento escolar de alunos de diferentes origens sociais. Dissertação (Mestrado em Educação) São Paulo: PUC. 1981.

SAHLINS Marshal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

SAMPAIO, Elias. Racismo institucional: obstáculo à emergência de uma classe média negra. **A Tarde**, Salvador, 01 mai. 2005. Caderno Especial, p. 10.

SANSONE, Livio. Fugindo para a força: cultura corporativista e "cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 3. Rio de Janeiro: CEEA, 2002. p.

_____. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 – variações por cor e classe. *In*: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. (orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2003.

_____. **Negritude sem etnicidade**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANTANA, Ivo de. Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social. **Revista Afro-Ásia**, Salvador: CEAO/UFBA, n. 23, p. 199-240, 1999.

SANTANA, Patrícia. **Professor@s negr@s**: trajetórias & travessias. Belo Horizonte: Mazza. 2004.

SANTANA, Wânia. O que o Jornal Nacional e a Folha de S.Paulo omitiram e o que Instituto Datafolha investigou. **Jornal Irohin**, 01.08.2006.

SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira da. **Racismo no Brasil**: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

_____. O governo Lula, para além do discurso de um Brasil sem racismo. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, n. 23, abr./2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/023/23csantos.htm>>. Acesso em: 20.11.2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros: ação afirmativa no Brasil dos anos 60. **Brasil um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas. 1999.

SANTOS, Milton. **Folha online**, São Paulo: Folha de São Paulo. 13 out. 2001.

SANTOS, Tereza Josefa Cruz dos. **Trajetórias de professores universitários negros em Mato Grosso**. (mimeo). In: 26ª reunião anual da ANPED - Grupo de estudos afro-brasileiros e educação. Poços de Caldas, set. 2003.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil: padrões & tendências**. Rio de Janeiro: Revan IUPERJ-UCAM, 1999.

SCHULTZ, Alfred. The problem of social reality. In **Collected Papers**. The Hague: Martius Nijhoff, v. 1, 1970.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELAIBE, Mara. Identidade: um referencial de orientação pessoal ou um conteúdo da consciência imagética?. **Cadernos PUC**, São Paulo, n. 33, p. 153-56, 1988.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 20. Rio de Janeiro: CEEA, 1991. p. 165-185.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

_____. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

SGANZERLA, Valquiria. A trajetória de executivos negros no Brasil. **Exame**. Rio de Janeiro, Ed. Abril, ano 29, n. 10, 08 mai. 1996.

SILVA, Márcia Regina de Lima. **Serviço de “branco”, serviço de “preto”**. Um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. (mimeo). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IUPERJ – UFRJ. 2001.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. São Paulo: Ática, 1983.

SIQUEIRA, Maria Cristina. Uma voz em defesa da reserva de vagas: entrevista com Joel Rufino dos Santos. **Folha Dirigida**, Rio de Janeiro RJ. 13/03/2003

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

SOARES, Reinaldo da Silva. Ascensão e identidade negra em Salvador. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, set.-nov. 2004.

_____.¹ **Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra**. (mimeo). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Gilda de Melo e. **O Espelho das roupas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945; Rio de Janeiro: Ed. UERJ.2001

STEIN, Daniel. No centro do comando do país, a igualdade é branca e restrita. **Folha de São Paulo**. Caderno de Política, p. 1. São Paulo, 13 out. 2001.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

TEIXEIRA, Moema De Poli. **Negros na universidade**: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer**. São Paulo: Anna Blume. 2001.

VALLE SILVA, Nelson do. As duas faces da mobilidade. **Revista dados**, Rio de Janeiro, n. 21, 1979.

_____. Cor e o processo de realização sócio-econômica. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. Cor e mobilidade ocupacional. In: PASTORE, J. Valle Silva, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar. 2002.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

_____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar. 2004.

_____; KUSCHNIR Karina (orgs.) **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

VENTURI, Gustavo & BOKANY, Vilma. Pesquisando discriminação instituição e identidade racial: considerações metodológicas. In: **Racismo no Brasil percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2005.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. **Da monarquia à república**: Momentos Decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo B. O nativo relativo. *In: Mana* 2002. Local, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1999.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O esporte na educação e na política pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XII, n. 38, abr. 1991

APÊNDICES

Apendice 1 - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nome _____

Naturalidade _____ Idade: ____ Estado Civil: _____ Sexo: ____ Nº de filhos ____

Endereço/Telefone: _____

Como você se autocalifica em termos raciais? _____

Nome da Instituição que trabalha atualmente: _____ Tempo de Serviço _____

Renda Pessoal mensal

- () Até 5 SM () 6 a 10 SM () 11 a 15 SM () 16 a 20 SM
 () 21 a 25 SM () 26 a 30 SM () 31 a 35 SM () 36 a 40 SM
 () 41 a 45 SM () 46 a 50 SM () Acima de 50 SM

Renda Familiar mensal

- () Até 5 SM () 6 a 10 SM () 11 a 15 SM () 16 a 20 SM
 () 21 a 25 SM () 26 a 30 SM () 31 a 35 SM () 36 a 40 SM
 () 41 a 45 SM () 46 a 50 SM () Acima de 50 SM

Atual posto ocupado e breve descrição das funções executadas. (o que faz, sobre o que, sobre quem ou sobre quantos incidem diretamente suas decisões, a quantos indivíduos subordina ou a quantos é subordinado)

No organograma de sua instituição qual o nível ou escalão da posição ocupada?

Outros postos ocupados com os respectivos períodos de ocupação. Qual o mais elevado posto hierárquico já ocupado?

Cite nomes de pessoas de equivalente condição sócio-racial, em Salvador, com quem você mantém relações profissionais ou de amizades (dentro ou fora da instituição)

<u>Nome</u>	<u>Ocupação</u>	<u>Local de trabalho</u>
.		
.		
.		
.		

.Cite nomes de pessoas com equivalente condição sócio-racial, em Salvador, que você conhece, mas não mantém relações profissionais ou de amizades.

<u>Nome</u>	<u>Ocupação</u>	<u>Local de trabalho</u>
-------------	-----------------	--------------------------

Sobre a Instituição

Total de Funcionários

Nº de Funcionários em Salvador **negros :** **e não-negros:**

Total de postos de gerenciais e de direção

Nº de postos gerenciais e de direção em Salvador

Nº de negros que exercem postos gerenciais e de direção em Salvador

Assinatura

Data

Apendice 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA**I - VIDA COTIDIANA E RELAÇÕES SOCIAIS, FAMÍLIA, LAZER****1. Família de origem**

- Constituição e características sócio-econômicas: (formação e ocupação dos pais, origem urbana/rural, nº. de irmãos, religiosidade, onde vivem e o que fazem hoje).
- Você é o único com essa formação e status na sua família?

2. Desenvolvimento desde a infância

- Fale um pouco sobre sua trajetória pessoal. (religiosidade, lazer, trabalho, amigos de infância -onde estão hoje?) etc.
- Ao longo do tempo já habitou em que cidades, bairros, qual o de maior permanência?
- Trajetória Escolar: Escola pública/privada? Tipo de aluno? Notas? Liderança? Relacionamento interpessoal? Participação em grêmios?
- Redes de apoio importantes na carreira escolar/profissional (familiares, conhecidos, religião, outros). De que forma? (suporte emocional, financeiro, afetivo, estímulos outros).

3. Sociabilidade atual e desenvolvimento na família construída

- Você é casado (a)? Fale um pouco sobre a sua família? Tem filhos? Idade, o que fazem hoje? Formação familiar, profissão e identidade racial do cônjuge
- Que atividades alimentam o relacionamento com a família de origem? Que tipo de apoio é prestado à família de origem ou de parentes?
- Mudou muito o círculo de pessoas com quem você convive ao longo dos últimos anos? Faz parte de algum grupo de convivência: clubes, associações, terreiros, grupos religiosos, de lazer, Filantrópicos, Carnavalescos, ligados a questões raciais, profissionais
- Você acha que se destaca entre amigos e familiares?
- O que representa para você ser o top da família ou do grupo de amigos de infância. Alguma vez isso já lhe pesou? Como isso influencia nas relações com a família de origem, amigos e família construída.

II - TRAJETÓRIA OCUPACIONAL E VALORES DO TRABALHO

4. História Profissional

- Fale um pouco da sua trajetória profissional? Porque o serviço público?
- Que características pessoais mais dificultaram sua carreira / ascensão? Que outras dificuldades se apresentaram na caminhada?
- Que características pessoais mais facilitaram sua carreira / ascensão? Que outras facilidades se apresentaram na caminhada?
- Além do mérito, o que reconhece mais contribuiu para chegar ao posto? Oportunidades? Pontos fortes para a escolha:
- Já se sentiu preterido no acesso a algum posto. A que atribui.
- Apoios/suportes obtidos.
- Em relação aos demais negros na instituição que oportunidades e diferenciais acredita foram marcantes na sua escolha? Que diferenciais pessoais considera foram mais relevantes? A que atribui o fato de que sua ascensão se deu apenas naquele momento?
- Sua promoção foi consensual? Gerou algum tipo de disputa ou conflito? De que forma isso se manifestou no ambiente da empresa? (entre subalternos, superiores e mesmo na clientela) Quantos concorreram?
- Você tem a impressão que trabalha muito mais que os outros. O que vc imagina dizerem os colegas sobre o seu empenho?
- Aptidões, precauções, sentimentos que desenvolveu ao longo da carreira. O que já fez e não mais faria ou o que não fez e hoje acredita deveria ter se conduzido rumo à situação atual.

III - RELAÇÕES RACIAIS

- Havia alguma discussão ou forma de abordagem da questão racial na sua família de origem? Em que situações?
- Há algum tipo de abordagem dessa questão na família atual? Qual o espaço que ela ocupa nas discussões da família?
- Frequência de superiores / subordinados hierárquicos negros / brancos na instituição. O setor público é mais fechado aos negros? Como é ser negro num ambiente de maioria branca?
- Já teve problemas para liderar funcionários brancos? Que tipo de reações a presença de negros em cargos de comando na instituição tem provocado nos demais funcionários na empresa?
- Acha que a sua ascensão profissional seria mais rápida se o Sr. fosse branco?
- Já foi vítima de racismo na sua vida profissional? Ou já percebeu com outrem?
- Qual o sentimento e a reação causada à época? Vê alguma repercussão de

situações correlatas na forma como atualmente se relaciona? Que marcas ou ensinamentos restaram?; Como se daria o enfrentamento dessas situações na atualidade? O que mudou na forma de reagir ou da manifestação do racismo?

- Já detectou algum tipo de solidariedade racial, preferência ou discriminação? Já praticou em relação a outros negros no ambiente empresarial? Acredita nalgum tipo de solidariedade de seus pares raciais em caso de problemas na empresa?
- “A corda parte do lado mais fraco” - Nas situações de riscos, incerteza em que medida a condição de ser negro, vem á tona?
- O que acha da política de cotas? Nos círculos mais próximos quais as posições mais comuns? Em que medida percebe mudanças em seu posicionamento pessoal e do seu círculo de relações. O que mudou na questão do racismo no Brasil?
- Os ambientes que em geral frequenta (profissional e não - profissionalmente) são de maioria negra e qual o sentimento que lhe acomete em situações de minoria de pares étnicos? Alguma vez já se sentiu incomodado? Em geral essa situação lhe causa desconforto, alegria, tristeza, indiferença, orgulho?
- Já foi discriminado ou vivenciou situações de constrangimento (situações vividas por você o membros da família, na escola, no cotidiano. Como se deu o enfrentamento da situação. Citar situações de maior impacto pessoal.
- Qual a maior dificuldade que por ser negro, o indivíduo enfrenta no caminho de ascensão? E já no posto de mando - nas relações internas e externas? Que mudanças/attitudes pessoais a experiência do racismo podem ter lhe provocado. Qual o ônus ou o bônus dessa ascensão?
- Que orientações daria a um indivíduo negro que aspirasse o seu posto, que conselho daria para não repetir seus erros, ou potencializar seus acertos. O que recomendaria aos jovens que estivessem ingressando no mercado de trabalho?

IV - EXPECTATIVAS DE FUTURO (pessoal, familiar e profissional)

- Defina quem é você hoje e ontem e quais as suas pretensões de futuro profissional e pessoal.
- Quais os seus maiores desafios ou temores na atualidade?

Apendice 3

Haiti

Composição: Caetano Veloso e Gilberto Gil

Quando você for convidado pra subir no adro
 Da fundação casa de Jorge Amado
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
 Dando porrada na nuca de malandros pretos
 De ladrões mulatos e outros quase brancos
 Tratados como pretos
 Só pra mostrar aos outros quase pretos
 (E são quase todos pretos)
 E aos quase brancos pobres como pretos
 Como é que pretos, pobres e mulatos
 E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
 E não importa se os olhos do mundo inteiro
 Possam estar por um momento voltados para o largo
 Onde os escravos eram castigados
 E hoje um batuque um batuque
 Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
 Em dia de parada
 E a grandeza épica de um povo em formação
 Nos atrai, nos deslumbra e estimula
 Não importa nada:
 Nem o traço do sobrado
 Nem a lente do fantástico,
 Nem o disco de Paul Simon
 Ninguém, ninguém é cidadão
 Se você for a festa do pelô, e se você não for
 Pense no Haiti, reze pelo Haiti
 O Haiti é aqui
 O Haiti não é aqui
 E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
 Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
 Plano de educação que pareça fácil
 Que pareça fácil e rápido
 E vá representar uma ameaça de democratização
 Do ensino do primeiro grau
 E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
 E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
 E nenhum no marginal
 E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
 Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
 Brilhante de lixo do Leblon
 E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
 Diante da chacina
 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
 Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
 E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
 E quando você for dar uma volta no Caribe
 E quando for trepar sem camisinha
 E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
 Pense no Haiti, reze pelo Haiti
 O Haiti é aqui
 O Haiti não é aqui